

EVA MARIA SIQUEIRA ALVES

***O ATHENEU SERGIPENSE:
UMA CASA DE EDUCAÇÃO LITERÁRIA EXAMINADA SEGUNDO OS
PLANOS DE ESTUDOS
(1870-1908)***

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA,
POLÍTICA, SOCIEDADE
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2005

EVA MARIA SIQUEIRA ALVES

O ATHENEU SERGIPENSE:

UMA CASA DE EDUCAÇÃO LITERÁRIA EXAMINADA SEGUNDO OS

PLANOS DE ESTUDOS

(1870-1908)

Doutorado: Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação: História, Política, Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Odair Sass

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA,

POLÍTICA, SOCIEDADE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2005

Alves, Eva Maria Siqueira

A474a O Atheneu Sergipense : uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos 1870 – 1908 / Eva Maria Siqueira Alves . – São Paulo, 2005.
318p.

Tese (Doutorado). Programa de Estudos. Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Odair Sass.

1. Educação. 2. Ensino médio – Colégio Estadual Atheneu Sergipense – Aracaju (SE). 3. Educação secundária – Currículo - Aracaju (SE).. I. Título.

CDU 37.046.14(817.3)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Odair Sass (orientador)

Profa. Dra. Mirian Jorge Warde

Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior

Profa. Dra. Carlota Boto

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga

Profa. Dra. Maria das Mercês Ferreira Sampaio (suplente)

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (suplente)

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ São Paulo, _____

RESUMO

O Atheneu Sergipense, estabelecimento público criado a 24 de outubro de 1870 com dois cursos – um de Humanidades e outro Normal – tinha como finalidade proporcionar à mocidade a instrução secundária necessária para o acesso aos cursos superiores, bem como para o desempenho das variadas funções na sociedade, além de habilitar profissionalmente o magistério primário. Coexistiram no Atheneu Sergipense, por certo tempo, o curso de Humanidades e o Normal, mas a função mista e fragmentada de uma única instituição com dois cursos não foi profícua. Conhecer esse cenário, a história do Atheneu Sergipense no período compreendido entre as últimas três décadas do século XIX e a primeira do século XX, investigando o espaço formador de vultos que se projetaram no panorama político e social, foi a meta da pesquisa. Inicialmente, a atenção esteve voltada para obras produzidas à época e sobre a época que pudessem recriar o ambiente da cidade de Aracaju, revelando imagens do alicerce da criação do Atheneu Sergipense. Ao focalizar esta *casa de educação literária*, optei por examiná-la segundo os Planos de Estudos, evidenciando suas finalidades e destacando os elementos coligidos para análise, tais como as cadeiras ministradas, a demarcação temporal, os compêndios adotados, as orientações metodológicas propostas e o sistema de avaliação. As análises estiveram pautadas por um variado repertório de fontes documentais: legislações, relatórios de Diretores e de Governantes de Sergipe, atas da congregação, correspondências recebidas e expedidas, ofícios, textos jornalísticos, crônicas, pontos de concursos e exames, programas de ensino. A investigação permitiu historicizar o processo de organização de identidade da instituição, salientando-a como um catalisador das produções culturais, de novas práticas pedagógicas, um centro aglutinador e disseminador do *ethos* cultural, sabendo impor-se como justo motivo de ufania e orgulho para Sergipe.

ABSTRACT

Atheneu Sergipense, a public institution created on October the 24th in 1870 with two courses – a School of Humanities and a Normal School – had the purpose of offering the youth the secondary instruction necessary to the admission in higher courses, as well as to the execution of many functions in society, and of capacitating professional elementary school teachers. During a certain period of time, the two courses coexisted simultaneously, but this mixed and fragmented function of one only institution was not profitable. Knowing this scenery, the history of Atheneu Sergipense during this period comprehended between the last three decades of the nineteenth century and the first of the twentieth century, investigating this formative space of figures who projected themselves on the social and political landscape, was the aim of this research. At first, my attention was concentrated in works produced in that period and about that period which could recreate the ambient of the city of Aracaju, revealing images of the foundation of Atheneu Sergipense. Focusing on this House of Literary Education, I decided to examine it according to its Plans of Studies (curriculum), making clear their purposes and detaching the elements to be analyzed: chairs (disciplines), time demarcation, textbooks, methodological orientations and systems of evaluation. The analyses were based on a varied repertoire of sources: legislation, reports of directors and governors of Sergipe, minutes of the congregation, sent and received mail, official correspondence, journalistic texts, chronicles, topics of contest and examination, programs. This investigation could historicize the process of organization of the identity of the institution, revealing it as a catalyzer of cultural production, of new pedagogical practices, an agglutinative and disseminative center of the cultural “ethos”, imposing itself as a fair motive of pride to the people of Sergipe.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer. Mas o quê e a quem? Não foram poucos os partícipes dessa construção, que vem sendo realizada há muito tempo. Eu poderia classificá-los em categorias distintas: as Instituições e Agências, que o fazem por sua razão de ser, e os amigos, que mesmo de longe e sem entender do assunto torceram por esse resultado. Mas há ainda aqueles que, por quererem bem, esforçaram-se em contribuir sem almejar recompensas. Agradeço ainda:

à Universidade Federal de Sergipe, pelo incentivo na qualificação do seu quadro docente, liberando-me das atividades durante o período de realização do Doutorado;

à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, notadamente ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, por incorporar-me ao seu quadro discente com avaliações durante todo o processo, oferecendo subsídios valiosos para a minha formação;

à CAPES, pelo apoio financeiro da bolsa de estudos;

à Professora Dra. Mirian Jorge Warde, com a qual iniciei a caminhada de Historiadora da Educação. Será que consegui alcançar a meta? Sua presença movimentou-se entre intervenções explícitas, próximas, distantes e subjacentes. Muitas vezes não compreendi. E como há nos percursos bifurcações, curvas sinuosas e bruscas, mudei de guia, mas sem deixar de perseguir o desígnio;

ao Professor Dr. Odair Sass, meu outro seguro e eficaz condutor, que acreditou e confiou em mim desde o difícil início, aumentando a minha responsabilidade. Sua orientação precisa foi benigna. Espero não tê-lo decepcionado.

Nos céus, muitos dos meus miram jubilosos e orgulhosos dessa vitória. Meu Pai Valter, minha Mãe Dinorah, meus irmãos José Josias, Maria Elvira e José Valter.

Por fim, agradeço aos que mais se afligiram com minhas ausências, crises e choros (muitas lágrimas): os filhos incomensuravelmente amados, Daniel, Valter, Aline e Raisa. Meu esposo Patrocínio, que nesses 35 anos de união me incentivou com o seu exemplo de dedicação aos estudos, sabendo me compreender, colaborando nos afazeres domésticos, estimulando-me, amando-me simplesmente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O porquê do Atheneu Sergipense.....	3
2. Periodização.....	9
3. Conceitos básicos da pesquisa.....	11
4. As fontes.....	17
5. Organização do texto.....	20
CAPÍTULO I	
POSTAIS DE ARACAJU E DO ATHENEU SERGIPENSE.....	22
1.1 Fundamentos dos estudos secundários em Sergipe.....	24
1.2 O ensino na cidade de Aracaju: da infância a adolescência.....	30
1.3 Atheneu Sergipense: o presente de Aracaju debutante.....	42
1.4 A cidade de Aracaju e o Atheneu Sergipense: momentos expansionistas.	52
CAPÍTULO II	
COMPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDOS.....	66
2.1 Finalidades do Atheneu Sergipense.....	68
2.2 Cursos de Humanidades e Normal: uma confluência profícua?.....	78
2.3 As cadeiras lidas no Atheneu Sergipense.....	86
2.3.1 Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos....	90
2.3.2 Gramática e Tradução da Língua Latina.....	95
2.3.3 Gramática e Tradução da Língua Francesa / Língua Inglesa.....	97
2.3.4 Geografia e História.....	99
2.3.5 Filosofia Racional e Moral.....	105
2.3.6 Pedagogia	107
2.3.7 Retórica e Poética	110
2.3.8 As Ciências Físicas, Químicas e Naturais.....	114
2.3.9 Demais cadeiras.....	120
2.4 Outros elementos formadores.....	122
2.5 Organização temporal.....	124

2.5.1	Normatizando os tempos.....	125	
2.5.2	Instrumentos de demarcação temporal	135	
CAPÍTULO III			
O ENSINO DAS MATEMÁTICAS.....			139
3.1	Terminologia e carga horária	140	
3.2	Compêndios, sugestões, professores	148	
CAPÍTULO IV			
A PRÁTICA DO JULGAMENTO.....			160
4.1	O aluno.....	162	
4.2	O professor	174	
4.3	O corpo administrativo.....	180	
4.4	Prêmios e sanções: direitos e deveres para todos.....	182	
4.5	Avaliação externa.....	191	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....			195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....			200
ANEXOS.....			214
I.	Relação dos Diretores do Atheneu Sergipense.....	215	
II.	Corpo docente do Atheneu Sergipense.....	216	
III.	Lista de pontos de concursos realizados no Atheneu Sergipense.....	223	
IV.	Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 – 1916).....	233	
V.	Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.....	255	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – MATRÍCULAS DO LICEU SERGIPENSE SEGUNDO LENTES E AULAS (1848 A 1850).....	27
FIGURA 1 - ARRUAMENTO DE ARACAJU EM 1865.....	33
QUADRO 1 – CORPO DOCENTE POR AULAS, DE ACORDO COM O PRIMEIRO PLANO DE ESTUDOS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1871.....	45
FIGURA 2 – SEDE DO ATHENEU SERGIPENSE, 1872.....	49
FIGURA 3 – PRÉDIO DO ATHENEU SERGIPENSE.....	50
FIGURA 4 – PRÉDIO DO ATHENEU PEDRO II.....	50
FIGURA 5 – COLÉGIO ESTADUAL ATHENEU SERGIPENSE.....	51
QUADRO 2 – TIPOS DE CURSOS DO ATHENEU SERGIPENSE POR TEMPO DE DURAÇÃO.....	60
TABELA 2 – FREQUÊNCIA NAS DIFERENTES AULAS DO ATHENEU SERGIPENSE NOS ANOS DE 1872, 1874, 1875.....	74
TABELA 3 – MATRÍCULAS DO ATHENEU SERGIPENSE 1907, A 1910.....	76
FIGURA 6 – O MOVIMENTO DA CADEIRA DE PORTUGUÊS DO ATHENEU SERGIPENSE SEGUNDO SUAS DENOMINAÇÕES 1871 A 1908.....	92
FIGURA 7 – O MOVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE SEGUNDO SUAS DENOMINAÇÕES 1874 A 1908.....	101
QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS CADEIRAS DO LYCEU SECUNDÁRIO DE SERGIPE, SEGUNDO ANOS DO CURSO, DIAS DA SEMANA E HORÁRIO DIÁRIO 1881.....	129
QUADRO 4 – HORÁRIO DAS CADEIRAS DO ATHENEU SERGIPENSE 1894.....	130
QUADRO 5 – HORÁRIO PARA AS AULAS DO CURSO DE HUMANIDADES DO ATHENEU SERGIPENSE 1893.....	131
QUADRO 6 – HORÁRIO PARA AS AULAS DO CURSO NORMAL 1893.....	131
QUADRO 7 – CADEIRAS DO ATHENEU SERGIPENSE SEGUNDO ANO DE CURSO E CARGA HORÁRIA 1899.....	133
QUADRO 8 – CRONOLOGIA DO ENSINO DAS MATEMÁTICAS NO	

ATHENEU SERGIPENSE 1871 A 1908.....	158
QUADRO 9 – MODELOS DE EXAMES PRESTADOS PELO CORPO DISCENTE DO ATHENEU SERGIPENSE, 1870 A 1908.....	165
FIGURA 8 – ATA DE EXAME PREPARATÓRIO DO ATHENEU PEDRO II, 1926.....	170
FIGURA 9 – CADERNETA DE NOTAS PARA A ESCOLA NORMAL E ATHENEU SERGIPENSE – 1912.....	173

INTRODUÇÃO

*Folgo de registrar aqui a agradável impressão
que sinto ao visitar este notavel instituto de ensino.*

*Tanto pela sua organização e ordem interna,
pelo modo como é dirigido, pela excellencia do pessoal docente,
como pela propriedade do mobiliario e de todos os apparatus escolares;
julgo que o Atheneu Sergipense é um estabelecimento,
no governo, modelar; e deve ser um justo motivo
de ufanía e orgulho para Sergipe,
Estado pequeno, sim, pelo território,
mas dos maiores da união pelo espirito do seu povo.*

Rocha Pombo, 25 de agosto de 1917.

As palavras consignadas por Rocha Pombo assemelham-se às de outros personagens da época que, ao visitarem o Atheneu Sergipense, registraram eloqüentemente suas impressões, imortalizando a si mesmos e as imagens daquela instituição. Mas qual o motivo do manifesto entusiasmo? O que havia de especial naquela casa de ensino? Quem eram seus professores e alunos? Quais os cursos e cadeiras disponibilizados? Por que de lá saíram vultos que se projetaram no panorama político e social? Como estas, pulularam questões diversas que poderiam fazer do Atheneu Sergipense um objeto da pesquisa.¹

Assim, as indagações iniciais instigaram adentrar no Atheneu Sergipense, na busca de respostas claras e diretas, que em momentos da pesquisa não se apresentaram da forma almejada, permanecendo lacunas documentais e interpretativas. Haveria de melhor investigá-las.²

Licenciada em Matemática e com Mestrado em Educação, problemas de entendimento teórico e metodológico foram empecilhos no caminhar como pesquisadora em História da Educação. No entanto, convicta de não ser uma tarefa fácil, sentindo medo, desviando de profundos abismos, caindo em outros, desistir não foi o verbo conjugado. Leituras difíceis foram enfrentadas, a arrogância abandonada, as rotas corrigidas, a experiência amadurecida para aceitar a orientação e os ajustes e reajustes foram incessantes nos textos apresentados. Tarefas como essas, comuns aos pesquisadores, tem uma expressão singular para cada um.³

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Atheneu”, recorda o narrador do romance, Raul Pompéia em sua sentença inicial.

Almejando encontrar o mundo do Atheneu Sergipense, sistematizou-se a pesquisa por examinar os Planos de Estudos da primeira instituição oficial de estudos secundários daquela Província depois Estado de Sergipe. As observações de ordem descritiva, analítica e crítica

¹ A oportunidade de participar, como professora da Universidade Federal de Sergipe, do Projeto *Americanismo e Educação: a fabricação do homem novo*, instituído pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade e inserido no Projeto de Cooperação Acadêmica – PROCAD-CAPES/2001 entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Federal de Sergipe, possibilitou-me visualizar temáticas a pesquisar, fornecendo base de sustentação para os estudos de Cultura e Educação, de modo a apreender, do fértil ambiente do Atheneu Sergipense, facetas da História da Educação em Sergipe.

² Uma outra vertente da pesquisa foi desenvolvida através do projeto “Prêmios e Sanções como elementos característicos da cultura escolar do Atheneu Sergipense”, realizado de julho de 2003 a julho de 2004, sob a minha coordenação e que recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe - FAP/SE/FUNTEC. Estiveram envolvidos na pesquisa dois alunos da Universidade Federal de Sergipe e dois alunos bolsistas do Programa de Iniciação Científica Júnior/CNPq/ FAP/SE (Alves, 2004a).

³ Esclareça-se a tempo que essa transparência não tem o caráter defensivo, mas sim o de assumir e colocar nesse itinerário a pesquisa e a pesquisadora, que viveram concomitantemente momentos decisivos e movimentos de constantes crescimentos.

dos elementos constituintes desses Planos de Estudos, tais como as cadeiras lidas, os compêndios adotados, a demarcação temporal e o sistema de avaliação implementados em sala de aula pelos professores, permitem ampliar a reflexão e evidenciar o Atheneu Sergipense como uma *casa de educação literária*, produtora e irradiadora de novas práticas e padrões escolares pedagógicos, que dela fizeram, no dizer de Rocha Pombo, justo motivo de ufanía e orgulho para Sergipe.

1. O porquê do Atheneu Sergipense

No ano da comemoração do primeiro século da fundação do Atheneu Sergipense, o professor Acrísio Torres Araújo publicou o folheto *O Velho Atheneu Sergipense hoje Colégio Estadual de Sergipe*, dedicado à “memória daqueles que em 1870 sonharam com as festas que hoje, cem anos depois, estamos vivendo”.⁴ Solenidades e artigos publicados na imprensa homenageando o primeiro centenário das “duas instituições máximas do ensino médio em Sergipe” eram uma constante naqueles dias.⁵ Se, passados cem anos, muitas foram as festividades, com a euforia invadindo o espírito dos professores, alunos e funcionários, não fora diferente outrora, no momento de sua inauguração, como comprovam os registros da imprensa e da memória daqueles que presenciaram fato tão aguardado.

Era o dia 3 de fevereiro de 1871, uma sexta feira:

O progresso moral, de ha muito estacionario, adiantou um passo; a mocidade radiosa, forte, alegre, communicativa, corajosa; a mocidade que nem a fortuna, nem o genio, que se eleva acima do vulgo ajoelhado, podem conquistar; ella em sua orgulhosa e divina flor a transpoz o porteiro arruinado e sombrio que a segregava do templo da sciencia, - comprimindo-lhe n'alma as aspirações da gloria. [...] Depois da missa votiva [...] encaminharam-se todos para o paço da camara municipal, onde provisoriamente funcionarão as differentes aulas. [...] A casa estava cuidadosamente adornada. Extraordinaria foi a concorrencia de assistentes [...] o paracho benzeu os diversos compartimentos do edificio [...] o illustre e discinto presidente da provincia pronunciou um eloquente e bem elaborado discurso. Outros se lhe seguiram [...] Terminou a festa com a leitura da acta da installação na qual assignaram as pessoas presentes, - com os vivos análogos, erguidos por s. exc. - e com o hymno nacional executado pela musica do corpo de policia. A noite illuminou-se, interna e externamente, a casa do Atheneu em frente da qual a banda de musica, de espaço em espaço, tocava escolhidas peças. [...] O pouco que fica ligeiramente narrado não pode, de certo, dar a medida exacta do entusiasmo, do jubilo que transluzia no riso de todos os labios. É

⁴ Folheto publicado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1970.

⁵ As duas instituições as quais o autor se refere são o Atheneu Sergipense e a Escola Normal.

impossível descrever aquilo que só o coração póde sentir (*Jornal do Aracaju*, 5 de fevereiro de 1871, sem identificação de autoria).⁶

A passagem transcrita nos permite formar a idéia daquele momento de regozijo e dá a conotação do anseio dos intelectuais, políticos, cidadãos sergipanos, por terem em suas terras um estabelecimento público de estudos secundários. No entanto, não foi fácil a sua concretização.

A preocupação das autoridades de Sergipe, como as das outras províncias, concentrava-se na criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia provincial e imperial, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames de Preparatórios para o ingresso nas Academias do Império, de modo que seus filhos não mais precisassem sair dos limites do seu “torrão natal” – nas palavras de um relatório do período –, para estudar em outros locais.

Os primeiros fundamentos para a organização dos estudos secundários em Sergipe datam de 1830, quando o Conselho Geral da Província criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, reunindo-as em São Cristóvão, capital da Província, no Liceu Sergipense.⁷ Mesmo extinto o Liceu, pela Assembléia Legislativa, em 1835, continuaram seus professores a lecionar até o ano de 1839 (cf. Sebrão, 1954, p. 425). Em 1847 foi aberto o Liceu Sergipense, também chamado de Liceu de São Cristóvão, permanecendo nos salões do Convento de Nossa Senhora do Carmo até a mudança da capital para Aracaju, em 1855. O Liceu Sergipense, instalado em Aracaju no ano de 1862, teve duração efêmera. Coube ao então Inspetor Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d’Araújo, organizar o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870, assinado pelo Presidente da Província de Sergipe, o Coronel Francisco José Cardoso Júnior, criando o Atheneu Sergipense, com dois cursos: o de Humanidades e o Normal (cf. Sebrão, 1954).

O Atheneu Sergipense, em funcionamento até os dias atuais, agregando alunos de vários pontos da cidade e do estado que, mesmo longe de suas residências, preferem lá estudar, pela sua tradição, tem chamado a atenção dos pesquisadores da História da Educação em Sergipe. Ao centralizar a análise nesse ambiente, investigou-se uma variedade volumosa de peças documentais que evidenciam o Atheneu Sergipense como:

⁶ Será mantida a ortografia original dos textos quando se tratar de transcrições literais.

⁷ O Conselho Geral da Província de Sergipe instalou-se em São Cristóvão a 1^o de dezembro de 1829 (cf. Lima Júnior, 1919).

A casa onde outrora se ouvira como raio de sol incendiando a mocidade da sua terra, a palavra brilhante de Tobias Barreto. Possuindo uma douta congregação, o Atheneu Pedro II vae dia a dia esclarecendo, instruindo, enfim alphabetizando a mocidade sadia e brilhante de Sergipe, Sergipe de Tobias Barreto, Sergipe de Fausto Cardoso, Sergipe de Hermes Fontes (Pereira Reis Junior, 1931, Livro de Visitas).

[...] com sua limpeza irreprehensivel, sem um rabisco ou desenho nas paredes de suas salas amplas, claras e ventiladas [...] (Geonísio Curvello de Mendonça, 1928, Livro de Visitas).

Instituição onde, segundo o General Amnibal Amorim (1929), “foram educados muitos jovens que, mais tarde, se tornaram homens notaveis na vida publica...” e com a fama havia se tornado uma instituição “histórica e tradicional”, segundo as palavras do Barão Homem de Melo (Livro de Visitas do Atheneu Sergipense, 1917).⁸

De início, com os cursos de Humanidades, de quatro anos de duração, e o Normal, feito em dois anos, o Atheneu Sergipense foi ao longo dos anos, introduzindo novas cadeiras, suprimindo outras, e defendendo um método de ensino que estabelecesse conexões diretas entre a teoria e a prática. A preocupação com o lado prático, utilitário, suscitou modificações na estrutura dos cursos do Atheneu Sergipense, não só quanto ao tempo de duração, mas também quanto aos compêndios, cadeiras e carga horária a elas destinadas, implantou biblioteca, gabinetes e outros elementos necessários para uma formação satisfatória.

Uma singularidade do Atheneu Sergipense é a existência concomitante dos dois cursos: o de Humanidades e o Normal, idealizado por Manuel Luiz, defensor da necessidade de centralizar as aulas de Humanidades e as do curso Normal em um só “estabelecimento publico de linguas e sciencias preparatorios”, com professores lecionando ao mesmo tempo nos dois cursos, em horários estabelecidos para funcionarem as cadeiras em dias alternados. Se o fato dos cursos estarem juntos no Atheneu Sergipense indicava um avanço para época, uma vez que, por exemplo, as Escolas Normais do Rio de Janeiro, São Paulo e Piauí foram criadas como cursos Normais separados dos cursos de Humanidades, muitos foram os problemas daí decorrentes. As dificuldades geradas por essa dupla, mista e fragmentada função, tais como a indisciplina dos alunos, a baixa frequência, a ausência de autonomia dos cursos e a falta de professores provocaram querelas não só nas reuniões da Congregação, mas também fora dos limites internos, com publicações de artigos na imprensa local.

As lutas e negociações desencadearam momentos de separação dos cursos em prédios distintos, chegando ao ponto da desativação do Curso Normal, como também do seu

⁸ Embora as impressões transcritas dos visitantes do Atheneu Sergipense pertençam a um período posterior ao dessa pesquisa, é importante citá-las, uma vez que as imagens não são apenas resultados, produtos, mas revelam processos de formação da “mocidade sadia e brilhante de Sergipe”.

restabelecimento, mostrando, pela insuficiência dos resultados – conforme Relatórios dos Diretores –, não haver sido essa uma confluência profícua. Não se pode falar do Atheneu Sergipense sem se reportar ao Curso Normal, da mesma forma que as pesquisas sobre a Escola Normal precisam fazer referências ao Atheneu Sergipense. Infere-se com isso que a instituição é o Atheneu Sergipense e a Escola Normal tem a sua gênese no Curso Normal.

Ao longo dos anos o Atheneu Sergipense sofreu variadas denominações: Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970), e atualmente Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense (desde 2003).⁹

No entanto, mesmo sofrendo modificações significativas de instalação, denominação, tempo, tipos dos cursos oferecidos e quadro de professores, conforme a legislação e o período, o Atheneu Sergipense tentou manter-se fiel aos seus principais objetivos: ministrar uma instrução secundária, de caráter literário e científico, necessária e suficiente de modo a proporcionar à mocidade subsídios para matricular-se nos cursos superiores, como também para desempenhar variadas funções na sociedade.

Para tal, o Atheneu Sergipense contava com uma douta Congregação que se sentia honrada por pertencer ao seu quadro, após rigorosos concursos diante de mesa examinadora composta por professores da casa sob a presidência do Diretor da Instrução Pública. As palavras do Bacharel Alfredo Passos realçam o orgulho de ter sido professor do Atheneu, onde também fez o curso de Humanidades, revelando a estrutura do novo prédio.

Não posso calar o sentimento de viva saudade que soffri, ao visitar hoje o novo e nobre edificio em que funciona o Atheneu Pedro II.

Fui parte integrante deste Estabelecimento de ensino secundario, como lente de Historia Universal e do Brasil, desde 14 de fevereiro de 1911 até 15 de julho de 1916. Ficando fóra do exercicio desta cadeira, quiz o destino que eu fizesse, por quasi todo o Brasil, uma extensissima viagem, percorrendo varios Estados do nosso paiz, exercendo sempre, com muita lealdade e dedicação, o magisterio em varias localidades.

Afinal, carregado de desillusão e exausto de recursos, voltei ao dôce torrão natal. E hoje, nesta casa, tive o inolvidavel orgulho de abraçar muitos dos meus antigos collegas, de travar conhecimento com alguns professores mais moços e de vêr a nova geração que se empluma, cursando as aulas deste Estabelecimento, para a lucha pela existencia.

⁹ As datas apresentadas foram identificadas nas fontes primárias, divergindo algumas vezes das datas das fontes secundárias. No decorrer do texto, será empregado o nome Atheneu Sergipense, salvo quando tratar-se de transcrição, ocasião em que será utilizada a denominação do documento.

Deixo aqui consignado o meu caloroso elogio aos moldes sobre que assenta o ensino secundario em Sergipe, dispondo de um magnifico edficio, de já muito correcto material escolar e de uma pleiade de professores competentes. Assisti, com muito agrado, as aulas dos professores Leandro Diniz, Clodomir Silva e Santos Mello, recebendo uma impressão profunda dos costumes escolares da minha terra!

Alfredo Passos Cabral (Livro de Visitas, 5 de setembro de 1929).¹⁰

Coube ao Governo prover as cadeiras, quando da criação do Atheneu Sergipense, elegendos “as pessoas que mais aptas lhe pareçam para o fim que se pretende” (Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870, art. 23). As demais cadeiras e vagas que surgissem depois só poderiam ser preenchidas por concurso público. Os rituais, métodos, personagens, papéis e formas de julgamento são matérias detalhadas nas legislações e demais documentações que regulamentavam as provas de defesa de tese de livre escolha ou sobre assunto sorteado, as provas práticas, quando a natureza da cadeira exigia, as provas escritas, orais e as arguições. Depreende-se da análise da documentação que os concursos transformavam-se em púlpitos para a demonstração intelectual dos candidatos.¹¹

Por tal processo passaram sujeitos com diferentes formações: farmacêuticos, médicos, bacharéis, engenheiros, cirurgiões, dentistas, mecânicos e até músicos. Os lentes do Atheneu Sergipense se faziam presentes em constantes artigos publicados na imprensa local, disseminando suas idéias, tornando-se visíveis na sociedade. Ao assumirem funções fora daquela casa, em diferentes circuitos culturais, extrapolavam os limites da instituição com estratégias de intervenção na sociedade, tomando assento em cargos legislativos, dirigindo órgãos públicos e políticos. Atuaram criticamente nas decisões da legislação educacional, emitindo pareceres sobre a legislação ao serem solicitados pelo governo (cf. Ata da Congregação de 01/04/1895), ou ainda exigindo modificações no Regulamento da Instrução Pública do Estado de Sergipe (cf. Ata da Congregação de 01/03/1915), dentre outras inserções.¹²

¹⁰ Alfredo Passos Cabral formou-se na Faculdade de Direito de Recife em 1907. Foi promotor Público e colaborador da imprensa em vários Estados (cf. Guaraná, 1925).

¹¹ Ser docente no Atheneu Sergipense significava ser membro do circuito produtor dos modelos culturais, ser um dos agentes transmissores, tal como no Colégio de Pedro II do Rio de Janeiro, conforme menciona Andrade (1999).

¹² Nesse sentido, declara Nóvoa: “A profissionalização não é um processo que se produz de modo endógeno. Assim, a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também criá-la” (Nóvoa, 1991, p.16). Buscaram os professores do Atheneu Sergipense criar um ambiente estimulador para os estudos secundários.

Ser aluno do Atheneu Sergipense era, da mesma forma, motivo de orgulho e um excelente caminho para tomar parte da intelectualidade sergipana. Tal disposição se vê registrada na memória de dois ex-alunos:

Meu coração continua a sentir, ainda aqui, o mesmo ambiente de carinho, de acolhimento, de bem-estar. Tal como si ainda aqui estivessem, vibrando e trabalhando os espíritos infatigáveis de um Teixeira de Faria, de um Alcebiades Paes [...] é o mesmo “Atheneu Sergipense”, onde entrei há precisamente dezesseis anos, para iniciar a incessante tarefa que ainda não findou, nem é dado saber quando terminará...

João Passos Cabral (Livro de Visitas, maio de 1928).¹³

Ao Atheneu lhe devo o que hoje sei e muito do que agora sou. Foi nelle que formei o espírito com as eficazes lições dos Mestres e salutareos conselhos dos amigos.

Antenor Lyrio Coelho (Livro de Visitas, 24 de julho de 1928).¹⁴

Os mecanismos de ingresso, bem como as documentações exigidas, são aqui considerados instrumentos de avaliação impostos aos candidatos a discentes, sofrendo permanências e alterações conforme a legislação. A idade mínima necessária oscilou entre 10 a 12 anos. Além disso, era preciso apresentar um atestado médico comprovando ser o aluno vacinado e não portador de moléstia contagiosa, fazer o pagamento de taxa de matrícula e prestar exames, com provas escritas e orais, para matricular-se nos diferentes anos dos cursos do Atheneu Sergipense.

Parafrazeando Morse (1970), de certo modo pode-se afirmar que o Atheneu Sergipense foi um catalisador das produções culturais, de novas práticas e padrões pedagógicos em Sergipe, sendo assim um centro disseminador de um novo *ethos* cultural.¹⁵

Com efeito, os membros da Congregação do Atheneu Sergipense julgavam defesas de normalistas, realizavam concursos, não só para o ingresso de professores no Atheneu

¹³ João Passos Cabral estudou no Atheneu Sergipense de 1912 a 1916, onde prestou exames finais das matérias de Humanidades. Trabalhou na imprensa de Aracaju, nos Correios do Estado, colaborou em vários jornais com artigos, poesias, romances e críticas (As informações bibliográficas foram coligidas do Dicionário Bio-Bibliográfico de Armino Guarani, 1925).

¹⁴ Antenor Lyrio Coelho cursou o Atheneu Sergipense de 1915 a 1918. Foi sócio fundador da Sociedade dos Estudantes de Sergipe, membro da Liga Sergipana contra o Analfabetismo e colaborador, com diversos artigos, da imprensa sergipana (cf. Guarani, 1925).

¹⁵ Richard Morse (1970), em *a Formação Histórica de São Paulo – da comunidade à metrópole*, considera essa construção realizada em duas etapas: uma no período colonial – a fase centrífuga –, e outra iniciada após a segunda metade do século XVIII – intitulada a fase centrípeta. Mesmo declarando-se inclinado para a área humanística e literária, Morse utiliza nas suas reflexões termos como catalisador, porosidade, germinação, progressão aritmética e geométrica, etc. Tais expressões vão auxiliar o autor na leitura histórica e sociológica da cidade de São Paulo, inferindo que a vinda da família real para o Brasil (1808) e a Independência do país (1822) foram forças catalisadoras da fase centrípeta, ativando a Faculdade de Direito de São Paulo (criada em 1827, mesmo ano da criação da Faculdade de Direito de Olinda) e a imprensa escrita. Essas “substâncias catalisadoras” vão agilizar, ao lado do cinema, da indústria e do teatro, o processo de crescimento da cidade de São Paulo.

Sergipense, mas também para os candidatos a tais cargos nas vilas e povoados, e ainda proferiam conferências públicas, expondo e debatendo temas importantes para a vida social sergipana. Como ações no âmbito mais restrito do magistério eles deixaram também sinais marcantes: promoviam palestras, ministravam aulas noturnas para adultos, organizavam-se em Grêmios e produziam jornais estudantis, tentando “enrijecer as penas para os grandes vôos” (Lima, 1948, p.28). Os rituais dos concursos e as festas de formaturas são marcas do seu *ethos*, do estreito relacionamento da instituição com a sociedade. O Atheneu Sergipense iria paulatinamente, formar a sua alma e a sua personalidade, no processo de crescimento de um ambiente formador.

Pelos traços inicialmente apontados, identifica-se a relevante posição que o Atheneu Sergipense, por meio do conjunto de seus agentes (professores, alunos, diretores, funcionários), ocupou na sociedade sergipana. Dessa feita, indubitavelmente, a memória do Atheneu Sergipense é parte significativa da memória sobre o desenvolvimento de Sergipe.

2. Periodização

Ciente de que a delimitação temporal da pesquisa deve estar diretamente relacionada à especificidade do objeto, estabeleceu-se claramente a referência inicial – o ano da criação do Atheneu Sergipense – em 1870. No entanto, se de início o objetivo era encaminhar a pesquisa até 1936, ano em que se fizeram sentir desdobramentos significativos da Reforma Francisco Campos no Atheneu Sergipense, período longo, de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais, fez-se necessário reduzi-lo, para empreender um maior aprofundamento no estudo, examinando-o microscopicamente. Mas como definir o limite temporal final da pesquisa se ambiciosamente almejava-se falar sobre tudo do Atheneu Sergipense, vendo-o por meio de telescópio? O mito do período, como assinala Veyne (1983), que nasce da dificuldade prática e da impotência, deveria ser superado.

Buscou-se então identificar momentos em que significativas modificações tivessem ocorrido. Ao rastrear as peças legislativas que diziam respeito ao ensino secundário em Sergipe, notadamente ao Atheneu Sergipense, e organizar a série dos Planos de Estudos, foi possível reconhecer três anos característicos.

No primeiro deles, com o Decreto 543, de 9 de outubro de 1906, foi publicado um novo Regulamento da Instrução Pública referente ao ensino secundário, regulando o Atheneu Sergipense “pelos mesmos programmas adoptados no Gymnasio Nacional” (Art.6). O texto

legislativo trazia características distintas dos demais: no Capítulo “Dos Programmas de Ensino”, a Lei mandava que o corpo docente observasse fielmente os preceitos metodológicos fundamentais para cada cadeira, discriminando detalhadamente os conteúdos a serem estudados nos anos dos cursos.

O Decreto 550, de 13 de novembro de 1907, reviu o Regulamento expedido pelo Decreto do ano anterior e declarava:

O diploma de bacharel em sciencias e letras será conferido aos alumnos aprovados no exame de maduresa nas materias do curso *gymnasial* e expedido na conformidade do modelo approved pela portaria do Ministro da Justiça e Negocios Interiores, datada de 20 de abril de 1906 (Art.27, Decreto 550, de 13 de novembro de 1907, grifo meu).

No ano de 1908, com o Decreto 556, de 24 de agosto, saiu outro Regulamento do Ensino Secundário do Atheneu Sergipense, introduzindo-se o curso Ginásial e conferindo grau de Bacharel em Ciências e Letras àqueles alunos aprovados no exame de madureza, realizado após os seis anos do curso.¹⁶ Foi também esse o ano em que o Atheneu Sergipense recebeu sua equiparação ao Ginásio Nacional, conforme Ata da Congregação, datada de 1º de dezembro de 1908, ocasião na qual seus membros solicitaram voto de louvor e congratulação ao Presidente do Estado de Sergipe – José Rodrigues da Costa Dórea –, pelo empenho para a efetivação da equiparação, fato que encheu de contentamento a “mocidade estudiosa de Sergipe”.

Diante das especificidades desses anos, optou-se como período final da pesquisa o ano de 1908, mesmo porque, a partir dessa data, com o governo de José Rodrigues da Costa Dórea (24/10/1908 a 24/10/1911), um novo período se inicia no ensino público em Sergipe.¹⁷ Rodrigues Dórea, descontente com os rumos da educação sergipana e inconformado com os gastos feitos pelo Estado diante de um “ensino obtido por methodos atrazados”, percebeu a necessidade de uma remodelação do ensino, trabalho que exigia, segundo ele, “tempo, perseverança, e introdução de elementos novos, educados em meios adiantados neste serviço”

¹⁶ Os exames de madureza, “concebidos com antítese dos exames de preparatórios” (Andrade, 1999, p.64), passaram a ser realizados no Atheneu Sergipense com o Decreto 231, de 9 de julho de 1897, objetivando avaliar a “cultura intellectual indispensavel” para as matérias nos cursos superiores. Esses exames realizavam-se por meio de provas escritas, orais e gráficas (Desenho). Maiores detalhes desse e dos demais exames realizados no Atheneu Sergipense serão analisados no Capítulo IV.

¹⁷ José Rodrigues da Costa Dórea, “homem de grande lucidez de intelligencia e accentuada cultura profissional” (Bittencourt, 1913, p.104), nasceu na cidade de Propriá /SE, em 25 de junho de 1859. Fez os preparatórios no Atheneu Sergipense e formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1882, onde também foi professor. Em 1897, eleito Deputado Federal por Sergipe, permaneceu no cargo até o ano de 1908, quando da eleição para assumir a presidência do Estado. Deixando vários escritos sobre a área médica, faleceu em 1938 (cf. Guaraná, 1925).

(Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe, à Assembléia Legislativa, a 7 de setembro de 1910). Em outras falas, declarava o Presidente que o Estado de São Paulo fornecia o modelo da Instrução Pública brasileira, o que o levou a entendimentos que provocaram a vinda do Diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, Dr. Carlos da Silveira, para, em terras sergipanas, dirigir a Escola Normal, na tentativa de empreender melhoramentos e novas perspectivas para a instrução em Sergipe. No seu governo, foi criada a Escola de Aprendizes Artífices e adquiridos para o Atheneu Sergipense “aparelhos e mais utensílios que vieram da Europa para os gabinetes de História Natural, Machânica, Astronomia e Geografia”, segundo o *Correio de Aracaju*, 19 de novembro de 1909. Um grande acontecimento nesse período foi a diplomação com o grau de “Bacharel em Ciências e Letras” do primeiro estudante do Atheneu Sergipense, o senhor Gentil Tavares da Motta, em 22 de março de 1911.¹⁸

Contudo, no desenvolver da pesquisa, necessário foi ampliar o limite temporal, por entender ser imprescindível examinar o período anterior à criação do Atheneu Sergipense, como também o limite à direita, pois, verificando rupturas, o intervalo estaria convenientemente delimitado. Dessa forma, o período histórico da pesquisa – últimas três décadas do século XIX e primeira do século XX – constitui o momento em que se desenvolveu o processo de institucionalização dos estudos secundários em Sergipe, sendo as luzes focadas no Atheneu Sergipense.

3. Conceitos básicos da pesquisa

As recentes tendências historiográficas no campo das instituições educacionais têm sido marcadas por examinarem a escola utilizando um diversificado repertório de fontes documentais, permitindo assim identificar práticas escolares, de modo a compreender sua estrutura e organização. Nesse sentido, percebe-se que:

[...] a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que passa no interior das escolas, gerando conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos (Gatti Júnior, 2002, p.20).

¹⁸ O Governo de Rodrigues Dórea é um rico momento para pesquisas, empreendimento já iniciado. Consultar Alves (2004d).

Das pesquisas que privilegiam as instituições educacionais, com novos olhares e interrogações, e contribuem para a compreensão de suas práticas (cf. Carvalho, 1999), vendo a escola por dentro, capaz de levar em conta especificidades regionais e singularidades locais e institucionais, destaquem-se dentre outras as de Nadai (1987), Andrade (1999), Barros (2000), Cabral (2002). Há ainda as pesquisas que investigam as Escolas Normais, tais como Monarcha (1999), Villela (2002) e Ferro (2003). Quanto aos estudos específicos das disciplinas escolares, foram analisados os trabalhos de Souza (1999), Razzini (2000), Gasparello (2002) e Valente (2003). Em relação à Escola Normal de Sergipe e ao Atheneu Sergipense foram estudados os trabalhos de Nunes (1984a,b), Freitas (2003a,b) e Gally (2004a). As interpretações elaboradas por esses pesquisadores centram-se em diferentes instituições e aspectos dos estudos secundário e normal.

Por isso, considera-se de todo fundamental definir conceitos que possibilitem analisar o diversificado material coletado. Um primeiro entendimento diz respeito à instituição examinada. É um Colégio, Escola, Ginásio, Atheneu?

No Brasil do século XIX, vários termos foram utilizados pelo poder público para se referir às diversas instituições, públicas ou particulares, ligadas ao ensino. As regulamentações do governo imperial brasileiro no seu primeiro século como nação independente, estabeleciam normas relativas às *casas de instrução*, *casas de educação*, *escola*, *colégio*. Na segunda metade daquele século, quando foram mais intensas as ações do poder público em relação ao ensino, foi preciso que o significado de cada um desses termos estivesse claro, para evitar dúvidas em relação ao cumprimento das deliberações sobre a matéria (Gasparello, 2002, p.57, grifos do autor).

O Atheneu Sergipense caracterizou-se por ser um instituto oficial de ensino, localizado na capital de Sergipe – Aracaju –, possuir alunos externos, contar na sua administração com as figuras do Diretor e professores para as diferentes matérias, e congregar, concomitantemente, por certo período, dois tipos de ensino: os estudos secundários, preparando os seus egressos para os cursos superiores ou os habilitando para desempenhar diferentes funções na sociedade, e os estudos normais, habilitando profissionalmente os candidatos ao magistério primário. Os estudos secundários no período delimitado da pesquisa, “não tem a acepção de um simples nível, mas de um tipo de ensino” (Silva, 1969, p.198), necessário para a formação de quadros profissionais.

Assim, ao focalizar o Atheneu Sergipense, uma *casa de educação literária* (cf. Art.21, Decreto 351, de 9 de junho de 1899), cujos sujeitos tiveram papel fundamental na

configuração pedagógica dos estudos secundários em Sergipe, optou-se por investigá-lo segundo seus Planos de Estudos.

Essa expressão, Planos de Estudos, em meados do século XIX designava o conjunto das matérias e a carga horária semanal distribuídas nos anos dos cursos, passando a denominar-se depois, pela bibliografia, programa de ensino, grade curricular e finalmente currículo. Os pesquisadores que estudam o currículo examinam o emprego e o lugar do uso do termo, verificando ser o conceito bastante elástico. Para Hamilton, o currículo deve conter coerência estrutural, seqüência interna, ser seguido e completado. Segundo o autor, o currículo entra “na pauta educacional numa época em que as escolas estavam sendo abertas para uma seção muito mais ampla da sociedade” (Hamilton, 1992, p.47).

No entanto, ao articular apenas as matérias e a carga horária, omitem-se outros elementos também fundamentais e aqui agregados na organização e análise da pesquisa, tais como o sistema de avaliação, ou seja, as estratégias de recrutamento de professores e alunos, não só como via de acesso, mas também para suas permanências e saídas, além dos compêndios indicados, implementados em sala de aula pelos professores. Nesse sentido, os Planos de Estudos se colocam como uma “mina” importante para o estudo histórico, proporcionando “um testemunho, uma fonte documental, um mapa” (Goodson, 2001, p. 21) para as pesquisas nas instituições educacionais, de modo a gerar conhecimento mais aprofundado desse espaço social.

A preocupação em definir termos utilizados no cotidiano escolar é perceptível no caso do professor de Moral e Instrução Cívica Francisco Monteiro Filho que, ao atender a solicitação da direção do Atheneu Sergipense para apresentar a cada início de ano letivo o programa das matérias, o fez de forma diferenciada, ou melhor, com o cuidado de buscar no Dicionário Universal de Educação Cívica de E. M. Compagne a definição de Programa.¹⁹ Assim transcreve o professor, em epígrafe:

A expressão *programa* aplicada às coisas do ensino pode ser tomada em dois sentidos: uma delas serve para designar simplesmente a enumeração das *materias* de ensino; mas geralmente, porém designa a exposição minuciosa do desenvolvimento com que deve ser ensinada cada *disciplina* (Francisco Monteiro Filho, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 28 de fevereiro de 1913, grifos meus).

¹⁹ Francisco Monteiro Filho, nasceu a 13 de março de 1866 em Itabaiana/SE. Foi Deputado Estadual nas legislaturas de 1903 a 1909 e de 1912 a 1913, não completando o último mandato em virtude da nomeação para lente vitalício de Moral e Instrução Cívica do Atheneu Sergipense (cf. Guaraná, 1925).

Recorre-se a uma definição posterior ao período da pesquisa por entender que, ao ressaltá-la, possibilitar-se-á a fala e a representação de um dos professores do Atheneu Sergipense, exprimindo ainda a delimitação do termo para esta pesquisa. Programa pode ser entendido só como a listagem das matérias ou, como opta o professor e a pesquisa, pela exposição minuciosa dos conteúdos a serem ensinados em cada disciplina. Assim, o termo é aqui tomado como um dos elementos componentes dos Planos de Estudos, perceptíveis por meio da exposição dos professores em cada matéria, pelos compêndios indicados e orientações metodológicas propostas.

Quanto ao termo “compêndio”, este era o mais utilizado para os livros produzidos com finalidade de ensino, sem qualquer pretensão de originalidade, como revela Souza (1999). Intitulavam-se também “Elementos”, “Lições”, “Manual”, “Pontos”, “Postilas”, “Sinopse”, “Tratado”, “Preleções” (cf. Souza, 1999, p.39). Publicavam-se ainda pequenos livros escolares, sob o título de “Sellectas”, excertos escolhidos de diferentes autores “para oferecer aos alunos modelos de estilo, segundo os diversos programas de exames em vigor” (Almeida, 2000, p. 160). Esta pesquisa limita-se a apontar os compêndios indicados nas diferentes cadeiras lidas do Atheneu Sergipense.²⁰ Evidencia-se, da documentação analisada, que as obras indicadas recebiam denominações simplificadas, ou seja, não são expostas outras referências essenciais, como nome completo da obra ou do autor e ano da edição, o que permite inferir que eram obras conhecidas daquele grupamento social que as adotaria.

No transcorrer do texto, são utilizadas denominações distintas que poderão parecer ausência de um critério determinante, mas exprimem a forma com que as mesmas estão registradas na documentação analisada, como pode ser visto nos seguintes exemplos (grifos meus): “Mappa dos Estudantes matriculados na *aula* de..”(Livro de Correspondências do Lyceu de São Cristóvão, 1850); “O Atheneu estará aberto desde as sete horas da manhã ate as tres da tarde para que possa ter logar o ensino de suas varias *disciplinas*.” (Art.44^o, Cap.7^o do Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871); “O Sr. Dr. Director consultou a Congregação se os exames das differentes *matérias* devião ser feitas no mesmo dia em continuação uns dos outros ou em dias interpolados.” (Ata da Congregação, 14 de novembro de 1871). “...tratou-se de formular os horários das aulas para o anno lectivo corrente; e deu em resultado funcionarem as *cadeiras* de...” (Ata da Congregação, 1^o de fevereiro de 1873). Vê-se desse modo que, em diferentes fontes e épocas históricas, os termos “aula”, “disciplina”,

²⁰ Há lacunas quanto aos compêndios adotados nas diferentes cadeiras do Atheneu Sergipense. Alguns documentos declaram que os compêndios a serem adotados naquele ano, seriam os mesmos do ano anterior. No entanto, no ano anterior, não há registro deles. A única legislação que determina os compêndios para cada matéria, é o Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871.

“matéria”, “cadeira” servem para designar um mesmo elemento que compõem os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.²¹

Buscando investigar traços da cultura, entendida esta como um “entrecruzamento das práticas e das ideias societárias”, portanto não como algo independente, “mas como a própria síntese social” (cf. Warde, 2001), identificou-se a instituição escolar como um dos locais onde é possível flagrá-la de modo a examinar o seu sistema amplo de significações culturais, e fez-se a opção de estudar o Atheneu Sergipense, local no qual se ministravam o ensino secundário e normal.

A instrução secundária brasileira do século XIX, surgida, conforme acentua Gasparello (2003), fundamentalmente pela força das humanidades, pelo caráter de preparatório aos cursos superiores e para o atendimento às necessidades da cultura de elite, tinha como um de seus principais objetivos preparar a sua clientela para o ingresso nas academias superiores, desde que os colégios estivessem equiparados ao Imperial Colégio de Pedro II, criado em 1837 e tido como padrão das instituições secundárias particulares e oficiais que surgiam nas províncias²². A categoria de equiparação fazia parte, defende Gasparello, das “diferentes estratégias de controle e normalização do ensino secundário” (Gasparello, 2003, p.2).

Trata a historiografia educacional brasileira o Colégio de Pedro II como padrão das escolas secundárias no Brasil. Mas “apesar do esforço de centralização e uniformização do ensino secundário, tanto o currículo como os compêndios adotados no Colégio Pedro II não eram plenamente seguidos por todos os estabelecimentos” (Razzini, 2000, p.84). É, continua a autora, depois da Proclamação da República que o Ginásio Nacional “assume de fato as funções de paradigma da educação brasileira”, tornando obrigatórios os programas do referido Ginásio para serem cumpridos por todos os outros estabelecimentos de ensino público.

Apesar da legislação determinar que o ensino no Atheneu Sergipense deveria ser regulado por programas, horários e compêndios adotados no Ginásio Nacional, (Art.110, Decreto 231, de 9 de julho de 1897), de modo a obter a equiparação, havia no Atheneu

²¹ Embora Chervel (1990) esclareça que o termo “disciplina” no seu uso escolar tenha designado na França até o início do século XX a vigilância de condutas, no Atheneu Sergipense o sentido é de aula, matéria.

²² Os liceus provinciais constituíam-se, segundo Piletti, mais pelo ajuntamento das aulas avulsas no mesmo estabelecimento do que por uma estrutura hierarquizada e orgânica (cf. Piletti, 1987). Surgem nesse período, na “era dos liceus”, os de Pernambuco (1825), Rio Grande do Norte (1834), Bahia (1836), Paraíba (1836), Rio de Janeiro (1837), Maranhão (1838), Curitiba (1846), Alagoas (1849), São Paulo (1894). As Escolas Normais começaram a ser criadas, segundo Freitas (2003b), a partir de 1830, tais como as do Rio de Janeiro (1835), Minas Gerais (1835), Bahia (1836), Pernambuco (1836), Santa Catarina (1836), Pará (1839), Ceará (1845), São Paulo (1846), Piauí (1864) e Goiás (1882). Alerta Silva (1992) que nem todas essas Escolas começaram a funcionar imediatamente depois de criadas. Há que ser destacado que, embora criados nessas datas, houve momentos de extinção e restabelecimento dos Liceus e Escolas Normais Provinciais.

Sergipense diferenças quanto às cadeiras, compêndios, programas, daquele que deveria ser o padrão das instituições de ensino secundário. As pesquisas têm apontado que, concomitantemente ou não, aos debates empreendidos em torno do Colégio de Pedro II, havia nos Liceus provinciais gerações de idéias próprias, práticas específicas. Daí, portanto, ser de todo fundamental deslocar o olhar do Colégio de Pedro II do Rio de Janeiro, para o estudo dos Liceus Provinciais, pois a partir do realce de suas singularidades será possível depreender a História das Instituições Escolares no Brasil.

O ensino ministrado no Atheneu Sergipense, por ser esta “*uma casa de educação litteraria*”, deveria “manter-se no elevado nível do principio que representa”, tendo por fim “proporcionar á mocidade a instrução necessária e sufficiente, assim para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho das funções dos cidadãos sergipanos na vida social” (Art.103, Decreto 231, de 9 de julho de 1897). Havia, portanto dupla finalidade: preparar a mocidade para os exames de acesso aos cursos superiores e proporcionar a instrução necessária e suficiente para aqueles que, não se encaminhando para as academias, pudessem desempenhar a contento suas funções na sociedade.²³

As leituras realizadas, juntamente com o acervo das fontes examinadas sobre o Atheneu Sergipense, e as demarcações conceituais dos autores referidos, alicerçaram a delimitação e caracterização da pesquisa – Planos de Estudos –, como principal fonte empírica composta dos seguintes elementos: matérias, compêndios, demarcação temporal e sistemas de avaliação, aplicados em sala de aula pelos agentes professores. A partir da compreensão desses elementos, suscitou-se respostas a duas questões centrais: em qual ambiente o Atheneu Sergipense foi instituído? a partir das finalidades do Atheneu Sergipense, como foram se organizando os Planos de Estudos?

Assim, buscou-se compreender o ambiente no qual o Atheneu Sergipense nasceu e esquadriñar como e por que as diferentes cadeiras surgiam, permaneciam e eram extintas naquela instituição, quais os dispositivos utilizados (calendários, frequência, quadro de horários) para distribuir as diferentes matérias por ano de curso, identificando os compêndios adotados. As estratégias de recrutamento de professores e alunos foram investigadas considerando o sistema de avaliação e as ações decorrentes dessa prática de julgamento.

²³ Para Vieira (1937), a missão do ensino secundário visava a formação do homem, “em toda a acepção da palavra”, produzindo “o desenvolvimento harmonico e progressivo de suas faculdades, memoria, sensibilidade, intelligencia e vontade”, (Vieira, 1937, p.252), preparando-os dessa forma para dirigirem os diversos ramos da atividade nacional.

Analisando as pesquisas mencionadas, percebeu-se não se constituírem campo de interesse, naquele momento, para os autores, embora dedicando-se aos estudos secundários, normal ou mesmo ao Atheneu Sergipense, os Planos de Estudos como objeto de interpretação. Pode-se assegurar, portanto, a relevância e originalidade desta pesquisa, que busca evidenciar práticas culturais no Atheneu Sergipense tomando como base de análise os Planos de Estudos e examinando, dessa feita, singularidades daquela *casa de educação literária*.

4. As fontes

Localizadas as primeiras fontes, e após percorrer os trâmites legais do processo de apresentação da pesquisa e da pesquisadora, adentrei no arquivo do Atheneu Sergipense. Tudo organizado, pastas, cadernetas, documentos em ordem cronológica. Não havia graça, não havia desafio. Informaram de outro local, a famosa “sala da banda”. Era uma sala na parte superior da escola, medindo aproximadamente 3m x 2m, com estantes de ferro, onde estavam cuidadosamente organizados os instrumentos musicais da banda escolar. A predileção aqui era semelhante à do Diretor Aristarco do Atheneu de Raul Pompéia. Havia também um armário de ferro com as cadernetas e diários dos professores. E os “papéis velhos”, os “documentos sem valor?” Estes estavam jogados, amontoados em um ex-banheiro anexo à sala. Duas estantes de ferro, em estado mais deteriorado que a dos instrumentos musicais, uma quinquilharia de objetos misturados, vassoura, papelão, cartazes de isopor, e a poeira do tempo...

O susto foi grande, mas aí sim, surgiu o desafio, o prazer. Fotografado o local, “espanejando a poeira que testemunha sua antiguidade e seu abandono pelos homens... e ouvindo ‘cuidado, tem gente aqui!’” (Slenes, 1985, p.173), privilegiou-se o período a ser estudado, organizando a documentação, porém sem deixar de verificar a riqueza de fontes de outros períodos, subsídios para uma gama de futuras pesquisas. Do ponto de vista de Febvre (1949):

A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem. Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando falta flores habituais: com palavras, signos, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com os eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (apud Le Goff, 1984, p. 107).

Tentando superar o deslumbre diante da farta documentação, e adotando a perspectiva que vê o passado como construção e reinterpretação constante (cf. Le Goff, 2003), foram catalogados os documentos localizados do arquivo do Atheneu Sergipense.²⁴

As fontes não falam *per se*. São vestígios, testemunhas que respondem – como podem e por um número limitado de fatos – às perguntas que lhe são apresentadas. A fonte é uma *construção* do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. [...] A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar *conhecimentos acertados* sobre o passado.

As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais (Ragazzini, 2001, p.14).

Das fontes manuscritas destacam-se: Livro das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 a 1916); Livro de registro de títulos de nomeação do corpo diretor, docente e administrativo (1904 a 1940); Ofícios do Atheneu Sergipense (1898-1916); Correspondências recebidas e expedidas; Livro de abertura de concursos; Livro de matrículas; Livro de Festividades (1908 a 1935).

Dewey (1979) considera que, com poucos ossos, um zoólogo pode recompor um animal, enquanto que para um leigo aqueles ossos constituem meras coisas curiosas, casuais e cegas. Na perspectiva de comportar-se como o primeiro, foi identificado e organizado a série dos Planos de Estudos com as cadeiras lecionadas, sua carga horária, compêndios adotados e professores ministrantes. Assim, é preciso dizer que os elementos considerados componentes dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense não foram localizados de forma organizada, estruturada, em uma única fonte, mas sim em diferentes peças documentais.²⁵

²⁴ Durante o ano de 2002 o Atheneu Sergipense passou por uma reforma na estrutura do prédio. Em agosto de 2003, o Atheneu foi reinaugurado com o título de “Centro de Excelência” (essa denominação provocou artigos na imprensa de Sergipe, questionando e criticando a ação do governo (cf. Alves, 2003b). Foi destinada uma sala para o arquivamento da documentação que, embora não totalmente organizada, diferenciou-se bastante da anterior. Em março de 2004, necessitando de sala, a direção transferiu a documentação para a “copa” da escola. É um espaço apertado, escuro, sem organização, inclusive com instalações de uma pia, na qual freqüentemente funcionários entram para lavar as mãos. Não satisfeita com essa situação, visitei o “Centro de Memória da Educação” da USP, de modo a conhecer as atividades lá realizadas quanto a preservação e organização de acervos escolares. A partir dessa visita foi elaborado o projeto “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense - CEMAS”, aprovado em janeiro de 2005 e contemplado com três bolsistas do Programa de Iniciação Científica Júnior - FAPSE/CNPq.

²⁵ Os documentos foram fotografados e armazenados em CD, agrupando o Banco de Dados do Projeto Americanismo e Educação. Estarão disponíveis também no Atheneu Sergipense, na perspectiva de ser utilizado por outros pesquisadores que se interessem pelo tema.

Convém mencionar ainda que as fontes provenientes do Atheneu Sergipense não foram as únicas investigadas. Em diferentes locais realizou-se levantamento: Biblioteca Pública Epiphânio Dórea (BPED), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Arquivo Público de Sergipe e Arquivo Nacional. Nesses locais há disponibilidade de acesso a monografias, livros, revistas, folhetos, jornais, leis, decretos, portarias, regulamentos, relatórios e discursos. Os dados foram também obtidos em um conjunto de CDs organizado pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe contendo cópias digitalizadas de jornais dos séculos XIX e XX. Examinou-se ainda o conjunto dos relatórios da Província e Estado de Sergipe, os quais geralmente eram lidos diante da Assembléia Legislativa, quando da abertura dos trabalhos anuais, permitindo, pois, perceber a fala oficial do poder.²⁶

Quanto à legislação, foram inventariadas as peças referentes ao ensino secundário em Sergipe, notadamente ao Atheneu Sergipense. A série de reformas que atingiram a organização dos estudos secundários no Brasil legitimavam reformas na Província e depois Estado de Sergipe. Vale lembrar, no entanto, que os desdobramentos daquelas leis de cunho nacional se fazem sentir no Atheneu Sergipense anos depois. Concordando com Souza (1999), ao declarar que a “lei também é uma forma discursiva e uma forma de intervenção social” (p.130), entende-se que a prescrição legal também é uma prática. Prática da qual, pela publicação de um número significativo de textos legais, é possível inferir a necessidade de intervenção do poder nas questões educacionais, mesmo porque os Presidentes da Província de Sergipe – como também das demais Províncias –, permaneciam pouco tempo no cargo, sendo, conforme acentuam em seus relatórios, um grande feito político-administrativo reformar a legislação. Embora haja uma abundância de textos legislativos referindo-se às questões educacionais, não se observava melhoria na organização do ensino. Um outro destaque diz respeito à preservação das peças legislativas, o que infelizmente não ocorre com outros tipos de fontes, disponibilizando aos pesquisadores um entendimento da construção legal.

Se por um lado procurou-se esquadrihar o interior da escola, seu cotidiano, o plano da realidade exterior se fez necessário e não poderia ser desconsiderado. Para recompor o cenário cultural, situando a ambiência do Atheneu Sergipense, a atenção esteve voltada para obras que pudessem revelar imagens da cidade de Aracaju, com seus aspectos físicos, geográficos, políticos, educacionais, sociais e econômicos, de modo a reconstruir o ambiente da cidade, extraindo significados para o Atheneu Sergipense naquele período.

²⁶ Disponíveis no site: www.crl.uchicago.edu/info/brasil/index.htm

Assim, munida desse acervo e analisando o conjunto das peças documentais, formularam-se interrogatórios investigativos das fontes, almejando apreender e relacionar os discursos oficiais e as práticas educacionais no exame do Atheneu Sergipense segundo os Planos de Estudos.

5. A organização do texto

Organizar um texto final que relata uma pesquisa destinada a ser apresentada como tese é uma tarefa que exige do autor variados atributos. Dentre eles sobressai a lógica na investigação das fontes documentais e um potencial criativo acurado para expor por escrito, de forma aprofundada, precisa, clara e de prazerosa leitura, os resultados da pesquisa. O processo descritivo se faz necessário para a produção de um texto de cunho histórico, mesmo porque, ao selecionar o que descrever há um duplo sentido: a escolha do pesquisador e o que as fontes permitem observar. É a força do detalhe, daquilo que aparentemente não importa, mas que é fundamental (Ginzburg, 2001). Enfim, exige do autor método, de modo a suprimir o inútil e o excesso ao redor do essencial.

Com esse entendimento, e a partir das observações descritivas e factuais, examinou-se a construção dos Planos de Estudos no Atheneu Sergipense, no período de 1870 a 1908, estruturando a exposição do texto em quatro capítulos, além desta Introdução, das Considerações Finais e dos Anexos.

“Postais de Aracaju e do Atheneu Sergipense”, primeiro capítulo, recorre a obras produzidas à época e sobre a época para recriar o ambiente da cidade, que partilha histórias de crescimentos e transformações, uma vez que seus agentes atuam concomitantemente nesse cenário, investigando dessa feita o processo de criação da instituição social.

“Composição dos Planos de Estudos”, segundo capítulo, evidencia as finalidades do Atheneu Sergipense, destacando os elementos coligidos para análise, como as disciplinas na configuração dos cursos, a seleção dos conteúdos, a organização e uso do tempo, as orientações metodológicas sugeridas, os compêndios indicados e os lentes das cadeiras. Nesse capítulo, abriu-se espaço para aprofundar a análise de uma cadeira específica, a de Matemática.

“O Ensino das Matemáticas” compõe o terceiro capítulo, uma vez que, desde os primeiros momentos de instalação dos estudos secundários em Sergipe, a cadeira das

Matemáticas fora uma presença inconteste, quer com essa terminologia, quer com as dos ramos específicos: Aritmética, Álgebra, Geometria ou Trigonometria.

Como tema do quarto capítulo, “A prática do julgamento”, investiga-se o sistema de avaliação exigido para o ingresso e permanência dos professores e alunos, examinando procedimentos, técnicas, meios e métodos de avaliação interna e externa que desencadeiam prêmios e sanções no espaço de poder da instituição.

Nas “Considerações Finais” são retomados os objetivos da pesquisa, verificando o seu alcance e suas principais conclusões, além de serem traçados itinerários de novos empreendimentos de pesquisa.

Considerou-se fundamental também organizar as informações coligidas nos Anexos, que objetivam, além de preservar a documentação dispersa, tornar visíveis e de forma mais estruturada ao leitor os dados localizados. Estes estão assim distribuídos: Anexo I: Relação dos Diretores do Atheneu Sergipense; Anexo II: Corpo docente do Atheneu Sergipense; Anexo III: Lista de pontos de concursos realizados no Atheneu Sergipense; Anexo IV: Atas da Congregação do Atheneu Sergipense; Anexo V: Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.

CAPÍTULO I

POSTAIS DE ARACAJU E DO ATHENEU SERGIPENSE

*O sol enche de cintilações a copa do
coqueiral, desliza sobre a água
clara do rio, joga um manto de luz
sobre a onda do mar, envolve em
um amplexo luminoso as casas e as
igrejas, as ruas e as praças, os
morros e as praias. [...] Você há de
ver: um céu azul, de um azul total e
definitivo.*

*[...] A cidade de Aracaju é uma
cidade progressista.*

*E o seu habitante, realmente, é um
sertanejo do mar. [...] É justo e
honrado.*

Mário Cabral, 2002.

O enfático convite do poeta Mário Cabral a conhecer a cidade de Aracaju, os espaços sociais, descrevendo-a por meio de crônicas, prosas e poesias, a cidade nova e pequena, mas que tem muito que se ver, quando a olhamos com os olhos do coração, suscita de fato a necessidade de percorrer a história da cidade de Aracaju, de modo a reviver a paisagem cultural e conhecer os sujeitos que se destacaram nos setores artístico, literário, político, científico, educacional: os construtores da sociedade sergipana.

Não querendo retroceder a tão longa história de Sergipe, a meta desse capítulo inicial é a de localizar os primeiros acordes dos estudos secundários, os quais formaram o alicerce da criação do Atheneu Sergipense na cidade de Aracaju, de modo a compreender os objetivos, finalidades e vultos que provocaram a sua instituição.

Isso implicou a procura de textos que dessem subsídios consistentes a tal meta. Foi localizada uma gama de autores e obras produzidas à época e sobre a época, que revivem, retratam, enfocam Sergipe e Aracaju nos séculos XIX e XX com seus aspectos urbanísticos. Arrolando mais de cem textos entre livros completos e artigos, compulsivamente estes foram lidos, pois, ciente da fragilidade de conhecimentos sobre a questão, sentia, a cada obra lida, mais impulsionada para recorrer às referências apontadas. A certo momento a opção foi por cessar essa procura, não por escassez de obras, mas pelo limite temático da tese, que não permitia consultar indiscriminadamente textos diversos. Sem querer avaliar as suas produções, foi fascinante verificar que realmente Sergipe teve e tem, no espírito do seu povo, o dom da cultura, um forte patrimônio cultural.

Esclareça-se que, nesse capítulo, as informações relativas ao cenário cultural de Sergipe não resultaram em sua maior parte, de pesquisa baseada em fontes documentais, mas limita-se a articular aspectos tratados por outros autores. Assim, as colocações são as de interlocutora de suas falas, idéias, escritos, impressos em livros, artigos jornalísticos, discursos comemorativos, biografias.

José Calazans Brandão da Silva (1992), em “Um discurso de Sílvio Romero” traz à luz uma importante historiografia sergipana produzida durante um século, desde os primeiros trabalhos da década de 1870, fornecendo assim, subsídios fundamentais aos interessados pelo estudo do passado sergipano, pois, seguindo o seu “roteiro historiográfico” e estudando as obras por ele destacadas, pode-se apreender aspectos da vida cultural de Sergipe.

Poderíamos questionar como Kublai Khan a Marco Polo, ao descrever uma ponte, pedra a pedra: “mas qual a pedra que sustenta a ponte?” Sabiamente, responde Marco Polo

não ser a ponte sustentada por esta ou aquela pedra, mas pela curva do arco que elas formam. Intrigado, Kublai Khan indaga: “por que falar de pedras? Só o arco me interessa”. “Sem pedras o arco não existe”, conclui Marco Polo (Calvino, 2003, p.81).

Estaria Marco Polo correto? Acredita-se que sim. Compactua-se, portanto, da necessidade primeira de falar das pedras da cidade de Aracaju e visualizar um dos arcos por elas formado – o Atheneu Sergipense. Os documentos internos do Atheneu Sergipense suscitaram a investigação do entorno para realçar o particular, pois sua criação movimentou-se da constante construção de idéias, ideais e da tensão dos autores e atores. Para tanto, variados elementos foram chamados para recriar o ambiente cultural da cidade de Aracaju e visualizar o cenário, as imagens que delineiam as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

1.1. Fundamentos dos Estudos Secundários em Sergipe

A instrução pública na Província de Sergipe, como nas demais Províncias do Império, foi uma preocupação constantes dos seus dirigentes.²⁷ Os primeiros fundamentos para a organização dos estudos secundários datam de 1830, quando o Conselho Geral da Província de Sergipe criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, não como aulas avulsas, mas centralizadas na Capital, em São Cristóvão, e instaladas em salões do Convento de Nossa Senhora do Carmo. Denominado “Gymnazio Geral”, era também chamado de “Liceu de São Cristóvão”, “Lyceu Sergipense” ou “Escola de Humanidades”. Instituída a Assembléia Legislativa em Sergipe, em 1835, foi extinto o referido Liceu.²⁸ Entretanto, os professores continuaram a lecionar até o ano de 1839 (cf. Sebrão, 1954, p. 425).²⁹

Mas o anseio de organizar as aulas secundárias naquela capital persistia. Por sugestão do Presidente da Província de Sergipe, Antonio Joaquim Alves do Amaral, implementada por

²⁷ *História Territorial de Sergipe*, de autoria de Felisbela Freire, publicado em 1906, após quase 20 anos de pesquisa, apresenta a expansão territorial de Sergipe, desde os primórdios da colonização (1575) aos anos de 1900. Sergipe torna-se independente do Governo da Bahia pela Carta Régia de D. João VI de 8 de julho de 1820, elevando-a à categoria de Província do Império, com sede em São Cristóvão.

²⁸ Defende Sebrão (1954) não ter sido o Ato Adicional de 1834 que criou no Brasil os Liceus. Alega o autor que antes que o fizesse já existiam nas Províncias os populares Liceus, com denominação oficial de “Colégios de Estudos” (Sebrão, 1954, p.422).

²⁹ A identificação de Sebrão é a de Sebrão, sobrinho (1954), com a letra “s” de “sobrinho” minúscula, não como erro ortográfico, mas como referência correta do autor.

seu sucessor José Ferreira Souto, foram alugadas salas do Convento do Carmo no valor de 16\$000 (dezesseis mil reis), e:

absurdamente, sem aprovação legal nem autorização para fazê-lo, elaborou um programa, juntou algumas cadeiras e, a 15 de março [1847], inaugurou o 2º Liceu da Província, dando a Diretoria do mesmo ao lente de Latim padre José Roberto de Oliveira, e a secretaria ao de Filosofia, padre José Gonçalves Barroso (Sebrão, 1954, p.429).

A Assembléia Provincial, não se conformando com tal arbitrariedade, procurou, logo que assumiu o vice-presidente, o Cônego José Francisco de Menezes Sobral, normalizar a situação, instituindo oficialmente o “Lyceu Sergipense”, também denominado “Lyceu de Sergipe”, em 31 de julho de 1847. Para Diretor foi nomeado o padre José Gonçalves Barroso, e para secretário Manoel Odorico Mendes (*Correio de Sergipe*, 27 de outubro de 1847).

Ao proferir discurso comemorativo por ocasião do centenário do ensino secundário em Sergipe, José Augusto da Rocha Lima (1948) apresentava a data de 15 de março de 1847 como o marco de importante influência aos destinos intelectuais de Sergipe, começando uma “formação mais sistematizada e pedagogicamente mais perfeita para a juventude de nossa terra” (Lima, 1948, p. 27). Solicitando à Assembléia, em 1846, a criação de um liceu, o Comendador Antônio Joaquim Alves do Amaral, Presidente da Província, sugeriu que nele fossem reunidas as aulas avulsas de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Geometria, dispersas pela Província, declarando que tal medida favoreceria, sobretudo aos “desprotegidos das sortes, porque os opulentos filhos da nobreza provinciana podiam procurar no Recife, na Bahia ou no Rio de Janeiro os ginásios ricos ou os internatos custosos que mimavam a vaidade dos progenitores de braço” (Lima, 1948, p.28).

Atendido o pleito, o Liceu de Sergipe instalou-se em São Cristóvão a 15 de março de 1847, em alguns salões ociosos do Convento do Carmo.³⁰ A Assembléia Provincial, a Biblioteca Pública, a Tesouraria Geral e o Correio Geral funcionavam em salões do Convento de São Francisco.

As abobadas sagradas da velha e secular casa de Deus, cobriam e abrigavam, sem escrúpulos, quanto volume que ali existe sem aprovação eclesiástica, talvez separados apenas por uma humilde parede, do sagrado lugar de onde a virtude

³⁰ O nome atribuído a esse Liceu é variado, conforme a fonte documental examinada, porém trata-se do mesmo “Lyceu de Sergipe”, ou “Lyceu de São Cristóvão”, ou “Lyceu Sergipense”.

monástica dos irmãos franciscanos pregava a obediência, o desprendimento, a justiça e a moral (Santiago, 1916, p.70).

Não foi diferente em outras Províncias, como comprova, por exemplo, a observação de Morse (1970) a respeito do local da Academia de Direito de São Paulo, que foi instalada

no convento franciscano e, como a Assembléia Provincial, teve que adaptar-se a um edifício antigo e inadequado. O pátio da igreja dava entrada indiscriminadamente aos fiéis e aos estudantes, e havia desavenças entre o superior franciscano e o diretor da Academia quanto ao horário e aos objetivos do toque dos sinos. Interesses profanos e religiosos mantinham-se em equilíbrio instável – o que era sintomático dos tempos (Morse, 1970, p.92).

Ao congratular-se com a direção do novo Liceu, o Presidente da Província de Sergipe, Joaquim José Teixeira declarava que:

muito agradável foi á este governo a noticia de se haver matriculado crescido numero de alumnos, e de observar-se grande zelo na parte dos Professores. Muitos serviços pode a Provincia prestar o Lyceu, se com effeito aquelles que se achão encarregados do respectivo ensino, se compenetrarem bem do fim para que forão escolhidos. O Governo conta que terá sempre que louvar, e não duvidará promover, quanto em se couber, o desenvolvimento de uma Instituição tão util. Não duvide V. Exa. propor todas as medidas que entender uteis ao Estabelecimento sob sua inspecção, ficando certo de que este Governo conhece quaes os resultados da instrucção bem dirigida (Livro das Correspondências do Lyceu de São Cristóvão, 24 de fevereiro de 1848).

No entanto, mesmo com a exaltação e atenção prestadas pelo governo, o Liceu Sergipense não funcionou satisfatoriamente, como almejavam o Diretor e o corpo docente, cõscios dos seus deveres. Examinando os relatórios enviados anualmente ao Presidente da Província, é possível deprender a freqüência dos alunos, as cadeiras ministradas e seus respectivos professores, os concursos realizados, as solicitações de materiais para as aulas e secretaria, e a defesa e aplicação de prêmios e sanções: elementos que denotam as práticas cotidianas daquele Liceu.

Vejamos a seguir a Tabela 1, que apresenta o número de alunos matriculados nas aulas do Liceu Sergipense durante o período de 1848 a 1850, bem como os lentes responsáveis.

TABELA 1 - MATRÍCULAS DO LICEU SERGIPENSE SEGUNDO LENTES E AULAS (1848-1850)

Lentes	Aulas	1848	1849	1850
Frei José Roberto de Oliveira	Gramática Latina	18	12	16
Manuel Odorico M. de Amorim	Língua Francesa	17	10	18
Pe. José Gonçalves Barroso	Filosofia Racional e Moral	16	10	12
Galdino Barbosa de Araújo	Aritm., Geomet., Trigon.	9	9	11
Olímpio Fiúza Muniz Barreto	Retórica e Poética	4	1	-
Euzébio Vanerio	Língua Inglesa	-	-	1
Antonio Nobre de A. e Castro	Historia e Geografia	-	-	4

FONTE: Elaborada com base no Livro de Correspondências do Liceu Sergipense (1848 a 1851).

NOTA: (-) significa ausência de matrículas

O Liceu Sergipense iniciou suas atividades com aulas de Gramática Latina, Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria e Trigonometria e Retórica e Poética com diferente número de alunos matriculados. A aula de Gramática Latina era a que mantinha maior número de alunos inscritos (18 alunos em 1848), seguida da aula de Francês (17 alunos em 1848). A concepção humanística privilegiava o conhecimento do Latim e das Línguas estrangeiras, notadamente do Francês, o que garantia a participação social dos detentores desses saberes no mundo civilizado (cf. Andrade, 1999, p.18). Nos estudos de Retórica e Poética, em 1850, não houve inscritos. Os alunos matriculavam-se em mais de uma aula, havendo também muitas reprovações motivadas por grande número de faltas às aulas. No ano de 1850, dos 18 alunos matriculados em Francês, 13 perderam o ano.³¹ Em Latim, foram também 18 os que perderam o ano. O mesmo ocorreu nas aulas de Geometria, com os 11 alunos matriculados, por não apresentarem nenhum aproveitamento.³² O pouco

³¹ A expressão contida na coluna “Observações” dos mapas dos alunos matriculados em cada aula do Liceu Sergipense é a de “perdeu o ano”.

³² Naquele ano houve em Sergipe o flagelo da febre amarela, vitimando estudantes do Liceu que, não podendo frequentar as aulas, perderam o ano letivo, por falta de aproveitamento (cf. Livro das Correspondências do Liceu de São Cristóvão).

aproveitamento dos alunos pode ter relação com o fato de os exames ali realizados não serem aceitos pelas Academias do Império³³.

Nos mesmos mapas, são informados o aproveitamento e o procedimento dos alunos. Para avaliação do aproveitamento, designavam-se os conceitos: nenhum, muito pouco, pouco, medíocre, algum, regular, bom, muito, bastante, ótimo. Quanto aos procedimentos, eram-lhes atribuídos as seguintes expressões: péssimo, sofrível, regular, pouco bom, bom, ótimo, exemplar. Destacavam-se ainda observações declarando se o aluno perdera o ano, fora aprovado ou estava habilitado para exames.

Vale lembrar que alguns dos professores permutavam de cadeiras quando seus colegas se afastavam para ocupar postos na Assembléia Legislativa Provincial. Ao assumirem diferentes funções em outros circuitos culturais, tais agentes reivindicavam para que os exames realizados naquele Liceu fossem aceitos para o ingresso nas Academias do Império, alegando que os pais mais abastados mandavam educar seus filhos fora da Província de Sergipe com o fim de “os familiarizar com os lentes que os tem de examinar na entrada para as academias.” Defendiam que, com tal validade, o Liceu poderia aumentar o número de matrículas, “ganhando atenção e fé da maior parte”, pois, “animados os Estudantes d’esta esperança por certo concorrião ás matrículas, e o Lyceu ocuparia aquelle grau de progresso que é de desejar”.³⁴ Alegava ainda a direção do Liceu que o pagamento do imposto de 5\$000 réis como taxa de matrícula constituía impedimento para que alguns alunos pudessem matricular-se, uma vez que “a mocidade que frequenta é pobre” e esse imposto pesa sobre os pais de família (cf. Livro das Correspondências do Liceu de Sergipe).

Aberto o concurso para as cadeiras de História e Inglês em 2 de setembro de 1848, com o ordenado de 800 mil réis para cada lente, foi aprovado para a cadeira de História e Geografia o Bacharel Antonio Nobre de Almeida e Castro. O concurso para a cadeira de Inglês realizou-se com a presença do Presidente da Província, Zacarias de Góes Vasconcellos, em 16 de fevereiro de 1849, sendo aprovado e nomeado para o magistério o senhor Eusébio Vaneiro.

As aulas do curso de Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil, criadas em 1849 e ministradas no Liceu, tiveram a duração de dois anos, com a proposta de ser ministrada tanto “teórica como fazendo praticamente” (cf. Lei de 30 de março de 1849).

³³ O Governo Geral validou os exames de preparatórios nas Províncias do Império em 1873, criando mesas gerais de exames nas Províncias onde não havia Faculdades, objetivando facilitar o acesso aos exames preparatórios aos candidatos ao ensino superior (Haidar, 1972, p. 58).

³⁴ Em 1852 a Província de Sergipe contava com 39 escolas de primeiras letras do sexo masculino, 15 escolas do sexo feminino, 9 aulas de Latim, além das aulas do Liceu. 222.990 habitantes formavam a população sergipana, com 166.426 habitantes livres e 56.564 escravos (cf. Freire, 1977, p.310).

Iniciadas as aulas a 1º de junho de 1849 e ministradas por Euzébio Vaneiro, apenas 6 alunos matricularam-se no ano de 1850. Descontente com a baixa matrícula, o professor Euzébio trouxe a público, no *Correio Sergipense*, após ter se manifestado também diante da Congregação, justificativas para o que considerava empecilhos à freqüência em suas aulas de Inglês e de Comércio: “imperiosa escacez de livros, a pouca numerosa mocidade da capital, e a falta de concorrentes de fora, carecedores de commodidades durante seus estudos”. E continuava:

A aula de commercio bastante frequentada nos primeiros dias, como estivesse em exercicio o indispensavel curso arithmetico, que a maior parte dos ouvintes julgava familiar, entrarão a escacear, reservando-se para a epoca da escripturação e arrumação de livros, em que mais se interessavão; huma outra parte não se julgando a destricta aos encargos de estudante matriculado, sem verdadeiro norte em instrucção, ou desconhecendo quando he necessario hum tal estudo nesta Província, nova em commercio e artes, insensivelmente foi afrouxando na proporção do maior desempenho, que as lições requerião (*Correio Sergipense*, 10 de novembro de 1849).³⁵

O Professor Euzébio Vaneiro, avaliando desta forma a freqüência em suas aulas, articulada com os conteúdos ministrados, demonstrava também a finalidade do curso, necessário em São Cristóvão, capital da Província de Sergipe, “nova em commercio e artes”.

A freqüência e o aproveitamento não animadores, como protestavam os professores nas reuniões e os diretores em seus relatórios, poderiam ser justificados ainda pelas más condições físicas das três salas do Liceu destinadas para as sete aulas ali ministradas. Com pouco espaço, revezavam-se as aulas nas horas determinadas. Sem local para os alunos ficarem antes do começo destas, ou entre elas, permaneciam nos corredores do Convento, provocando barulho e transtorno para os demais professores e distraindo os colegas que estavam em lições. As janelas permaneciam sem vidraças, pelo que “se enlamea, e estraga o soalho, dando entrada a chuva” (cf. Livro das Correspondências do Liceu de Sergipe). Por qualquer que tenha sido o motivo das queixas dos professores e diretores do Liceu de São Cristóvão, o certo é que foram fechadas as suas portas, tão logo a nova capital foi fundada.³⁶

³⁵ O curso de Comércio, não apresentando matrículas, foi extinto em 1852, sob o pretexto do falecimento do Professor Euzébio (cf. Nunes, 1984b).

³⁶ Maiores detalhes sobre o Liceu Sergipense consultar Alves (2004b).

1.2.O ensino na cidade de Aracaju: da infância à adolescência

Impulsionado por motivos econômicos e políticos, a 17 de março de 1855 o Presidente Inácio Joaquim Barbosa de Araújo e o Vice Presidente João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, transferiram a capital da província de São Cristóvão para os areais e mangues do povoado de Santo Antônio do Aracaju.³⁷ Conforme avaliações dos dirigentes, a antiga capital não oferecia mais condições para sede, que necessitava de um porto para escoar melhor seus produtos, uma “praça regular de comércio, como convinha os interesses de sua lavoura, principalmente açucareira” (Araújo, 1970, p.38). O próprio Inácio Barbosa argumentou tal necessidade:

[...] A Província carece sobretudo de uma praça regular de comercio em si mesma.[...] a Alfandega, o Consulado Geral da Provincia, assim como a Meza de Rendas Provinciais, que arrecada mais de dois terços da receita provincial, estão collocados na Barra da Continguiba. [...] Somente a Barra da Cotinguiba domina uma extensa porção do recôncavo e possui um ancoradouro vasto, profundo e abrigado.

Quanto à localização, se à margem direita ou esquerda, assim decidiu o Presidente:

Para mim é incontestável que a capital deve ser do lado em que está situado o povoado do Aracajú [margem direita], quer porque tem muito boas aguas, e é muito salubre e ventilado, tendo nos fundos o fértil município de Socorro, ao passo que o dos Coqueiros [margem esquerda] tem nos fundos o município de Santo Amaro que é esteril e decadente, quer porque tem uma mais curta comunicação por terra com a cidade de Laranjeiras e outros ricos povoamentos sem lhe faltar a comunicação fluvial (Ignácio Joaquim Barbosa, 1º de março de 1855, dirigindo-se aos Deputados da Assembléia Legislativa da Província de Sergipe, apud Santiago, 1916, p.63-65).

Olhava o Presidente Ignácio Barbosa para o futuro, avaliando a melhor localização geográfica da nova capital. Epifâneo Dórea (1945) defende que o motivo da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju

foi a atração do mar, sempre forte para os povos ciosos de expansão; foi a necessidade imperiosa do contacto, por via marítima, a única possível na época, com os demais núcleos urbanos do país e do estrangeiro, condições estas que faltavam à velha capital, quase tricentenária. [...] Em 1855 só o mar poderia libertar

³⁷ São variados os estudos e interpretações acerca da mudança da Capital, que não constitui, aqui, o cerne da questão. Toma-se como base alguns desses trabalhos.

Sergipe do isolamento atrofiante em que vivia, sem poder desenvolver o seu comercio nem alargar a sua cultura espiritual (Dórea, 1945, p.73).

Aracaju, infere Fernando Porto (1991) “foi uma das mais felizes vitórias da geografia” (Porto, 1991, p.17).

As manifestações do povo de São Cristóvão, mesmo inconformados com a mudança da capital, não foram além “dos protestos legais, formulados pela Câmara Municipal [dirigido ao Imperador D. Pedro II] e das manifestações irônicas das ruas” (Silva, 1992, p. 75). Padre José Gonçalves Barroso, Diretor do Liceu de São Cristóvão, como membro da Assembléia Provincial, proferiu ardentes discursos contra o projeto de transferência da Capital, combatendo “tenazmente por cinco dias consecutivos, revelando na tribuna raros dotes oratorios e extraordinario vigor de uma robusta intelligencia. Tudo foi inutil” (Guaraná, 1925, p.167).³⁸

“Iluminado por altos ideais”, o Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides (fevereiro de 1856 a agosto de 1857), idealizou o “Colégio de Educandos Artífices”, dedicado aos órfãos desvalidos, “onde acharião além dos meios decentes de certa subsistencia, abrigo contra os vaivens da vida, o ocio, ignorancia, e vagabundagem”. Adverte Sebrão, “eram as *Escolas Régias*, quando agrupadas, chamadas pelo povo de Liceu, de *Lycaeus, i* ou *Lyceus, i*, segundo Ovídio, o monte d’Arcádia, consagrado a Fauno ou a Pan; o *Lyceum, i*, a escola de Aristóteles em Atenas e a de Cícero em Tusculum” (Sebrão, 1954, p.421). João Dabney d’Avelar Brotero, Presidente da Província de Sergipe (agosto de 1857 a março de 1859), era de opinião que em 1859 fossem substituídos os Internatos de Laranjeiras e Estância, nos quais se ensinavam Latim, Francês, Filosofia, Geometria e Geografia, por um Liceu ou Internato Central na Capital.

³⁸ A título de exemplo das manifestações populares contra a mudança da Capital de São Cristóvão para Aracaju, leiam-se as trovas:

“Aracaju não é cidade
Nem também povoação
Tem casinhas de palha
Forradinhas de melão” (cf. Calazans, 1951, p.103).

Ou ainda

“São Cristóvão passageiro
Santo de fazer milagre
Pelo amor dos sergipanos
Fazei voltar a cidade” (Silva, 1992, p.75).

Declara o autor que “o gênio sergipano é fecundo em manifestações poéticas e que o folclore rimado da nossa gente é dos mais ricos do Brasil” (Silva, 1992, p.127).

Si a instrução elementar deve marchar obedecendo a uma força centrífuga para espalhar-se pela periphéria, a instrução secundária deve ao contrário, obedecendo a uma força centrípeta seguir uma marcha inversa, centralizando-se na Capital, onde a razão publica é mais desenvolvida, onde a população é mais densa, onde há dedicações e propensões pronunciadas para a carreira das letras (Sebrão, 1954, p. 430).

Chegando a Sergipe em 1860, o Imperador Pedro II visitou cidades do interior, além da capital, argüiu alunos nas escolas, visitou repartições públicas e viu variados aspectos da vida sergipana.³⁹ Quanto à mudança da capital, considerou o Imperador que “talvez tivesse sido melhor abrir canal reunindo o Vasa-Barris ao Cotinguiba do que mudar a capital, inutilizando-se quase tantos edifícios.”

Mas a capital da Província de Sergipe permaneceu em Aracaju. Aracaju, “cajueiro dos papagaios” para Teodoro Sampaio, “tempos de frutos ou de caju”, para Cristóvão de Maurício, “lugar dos cajueiros”, para Von Martius ou “Marecagi” (rio que nascia no norte da cidade), para Fernando Porto, foi uma das primeiras capitais brasileiras a ser planejada. O desenho urbano elaborado por uma comissão de engenheiros sob a responsabilidade de Sebastião José Basílio Pirro, que aqui se encontrava por volta de 1848, teve como ponto central e de partida para o crescimento a atual praça Fausto Cardoso, antiga praça do Palácio, com as demais ruas arrumadas geometricamente como um tabuleiro de xadrez, desembocando no rio Sergipe.⁴⁰ Aí localizavam-se, no “quadrado de Pirro”, o centro político e os principais recantos da sociabilidade da capital, cinema, livrarias, biblioteca, igrejas, praças, Assembléia Legislativa e o Atheneu Sergipense.

A princípio era uma praia deserta, uma vasta planície dominada pelas enchentes do oceano. [...] Ao nascer não contemplou outra coisa que não fosse mangues, lagoas, pântanos e alagadiços.

A cidade fica assentada em uma vasta planície, à margem [direita] do Rio Sergipe, cerca de dois quilômetros de sua foz.[...] A frente da cidade fica para o leste e todas as ruas estão situadas simetricamente, no sentido dos quatro pontos cardeais (Cabral, 2002, p. 29, 33, 39).

³⁹ O Diário do Imperador D. Pedro II, quando da sua visita a Sergipe em janeiro de 1860, encontra-se no Museu Imperial de Petrópolis / RJ, do qual foi extraída uma cópia e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 1965. São da Revista do IHGS as referências citadas.

⁴⁰ Basílio Pirro foi professor substituto da cadeira de Geometria no Liceu Sergipense, em São Cristóvão, no ano de 1850.

No FOLCLORE, Sílvia Romero, João Ribeiro, Prado Sampaio, Clodomir Silva, Carvalho Deda; na SOCIOLOGIA, Sílvia Romero, Manoel Bonfim, Florentino Menezes; na HISTÓRIA, João Ribeiro, Felisbela Freire, Laudelino Freire; na GEOGRAFIA, Ivo do Prado, Lima Junior; na FILOSOFIA, Tobias Barreto, Sílvia Romero, Fausto Cardoso, Samuel de Oliveira, Jackson de Figueiredo; no DIREITO, Tobias Barreto, Gumercindo Bessa, Martinho Garcez; na MÚSICA, Manoel Bahiense, Tobias de Magalhães, Marcelo Santa Fé, José da Anunciação; na PINTURA, Horácio Hora, Oséas Santos, Álvaro Santos; na ORATÓRIA, Frei Santa Cecília, Tobias Barreto, Fausto Cardoso, Carvalho Neto; no JORNALISMO, Apulcro Mota, Gumercindo Bessa; na PEDAGOGIA, D. Quirino de Souza, Brício Cardoso, Abdias Bezerra, Arthur Fortes; na BIBLIOFILIA, Lima Júnior, Sílvia Romero, Armindo Guaraná (Lima, 1971, vol.I, p.21).

Em literatura e em ciências, nos dizeres de Joaquim do Prado Sampaio Leite (1908), Sergipe foi e continua uma terra de emigrados, “que, descerrados de modestos vasos, foram transplantados além viçar no alluvião ubertoso de vastos campos, afim de poderem esgalhar as frondes em magestosas abbobodas e firmarem largas reputações litterarias e scientificas” (Sampaio, 1908, p.74).⁴¹ É o que declara Oliva Souza (1985):

Nos começos da República, parece ter-se acentuado o número dos chamados “doutores” que saíram de Sergipe, por não se acomodarem à fechadíssima luta da política estadual. Em geral, aqueles que não se enquadravam no partido situacionista migravam para a capital federal, onde numerosa colônia sergipana procurava arranjar a vida dos recém-chegados, que levavam o sonho de voltar ou de representar o Estado na Câmara Federal. Aqueles que ficavam, ou se haviam acomodado a um emprego público, ou eram as cabeças pensantes dos violentos artigos, manifestos e estratégia na luta que as hostes dissidentes empreendiam contra o Governo, em que muitas vezes, estimulados pelos “expatriados” do Rio de Janeiro, tentaram dissimular um projeto próprio de ascensão, embutido na idéia do predomínio da inteligência e do talento, determinado pela lei natural, que se cumpriria inexoravelmente, sempre, porém, sob patrocínio da classe dominante (Oliva de Souza, 1985, p. 48).

O sergipano é confiante no porvir. “Se emigra, vae exercer com intelligencia e operosidade o mester a que se propoz. Si permanece na gleba natal, trabalha sempre animado e confiante” (Silva, 1920, p.82). A terra natal era sempre promovida em seus escritos “evocando o meio marcante e fecundo onde nasceram e receberam os fundamentos de sua formação moral e intelectual”, afirma Dantas (2004, p.69). Em qualquer que tenha sido o espaço geográfico, saindo das plagas ou nelas ficando, professores, poetas, médicos,

⁴¹ Joaquim do Prado Sampaio Leite, 1908, cita como emigrados: Pedro Calazans, Bittencourt Sampaio, Gomes de Souza, Elzeario Pinto, Prado Pimentel, Tobias Barreto, Sílvia Romero, Fausto Cardoso, Felisbela Freire.

jornalistas, estiveram envolvidas com a cultura sergipana e suscitaram eventos culturais marcantes.

O primeiro jornal, *Recopilador Sergipano* (1832-1834), da Vila de Estância, é seguido de muitos outros que circularam em São Cristóvão, Santo Amaro, Maruim, Laranjeiras. Em Aracaju, tivemos: *Correio Sergipense* (1855-1866), *O Progresso* (1857), *Aurora Sergipana* (1857), *A Época* (1859-1860), *A Borboleta* (1859-1860), *A Crise* (1863), *Jornal de Sergipe* (1866-1906), *O Liberal* (1868), *O Conservador* (1868-1873), *Jornal do Aracaju* (1870-1879), *Estado de Sergipe* (1893-1919), *Folha de Sergipe* (1891-1896), *Correio de Sergipe* (1891-1896), dentre outros (cf. Lima, 1995 e Carneiro, 1940).⁴² Até o ano de 1907, segundo levantamento de Carneiro (1940), cento e trinta e seis jornais circularam em Sergipe,

na maioria hebdomadários, com fisionomia política uns, outros independentes, noticiosa e literária e outros religiosa, se tiveram vida efêmera ou diminuta circulação no Estado nem um só deles traiu a função capital da Imprensa em todo o mundo que é agir orientada pela justiça um esforço inconcusso para a felicidade do povo por cujos favores pode viver (Carneiro, 1940, p.9).

Considera Jackson da Silva Lima (1995) que é por meio da imprensa “que se pode melhormente apreender o pensamento católico e os propósitos catequéticos da *elite intelectual* dominante na província, que apresentava como suas as idéias importadas de outros centros hegemônicos”. Não se pode negar, continua o autor, “de ter a vida cultural sergipana se desenvolvido mais rapidamente a partir do jornalismo local, com a presença se não de filósofos ou pensadores mas de poetas e prosadores representativos” (Lima, 1995, p. 23).

Os jornais, canais de veiculação não só de notícias, propagandas, atos governamentais, era um meio pelo qual os intelectuais sergipanos expunham suas idéias, divulgavam suas produções, criticavam ações, propunham modificações, propiciando assim a disseminação dos seus pensamentos, quer em forma de artigos, ensaios ou panfletos polêmicos, demonstrando na prática a importância da Retórica. Faziam parte, portanto, da sua trajetória de ascensão social e reconhecimento intelectual. Era através da imprensa que se divulgavam conceitos e visões de mundo, sendo os jornais, portanto, importante fonte para captar as representações sociais de uma época (cf. Gonçalves Neto, 2002). E mais, os jornais eram meios de

⁴² Declara Morse (1970) que o Brasil, até 1808, não teve imprensa, com algumas exceções de duração efêmera. “Em 1826 o Rio e sete Províncias publicavam jornais. São Paulo ainda não tinha nenhum, sendo que durante curto espaço de tempo, em 1823 foi tentado o expediente de fazer circular entre 40 assinantes oito exemplares de uma folha de notícias escritas a mão [...]. Finalmente José da Costa Carvalho adquiriu máquinas [e] a 7 de fevereiro de 1827 apareceu o primeiro jornal impresso na cidade. O *Farol Paulistano* sob sua direção” (Morse, 1970, p.85).

construção de consensos, de propaganda política, religiosa, de maneiras e costumes, e uma importante estratégia educativa. Mas atentos devem ficar os pesquisadores ao examinarem os jornais como fontes, uma vez nem toda a impressão emitida constitui puramente a realidade, devendo, pois ser utilizada como fonte complementar, adverte Faria Filho (2002).⁴³

Talvez sintetizem o valor dos jornais as palavras de Brício Cardoso, professor de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense:

O jornal é o livro dos livros, é o livro-biblioteca.

Ali na suas colunas, encontram-se todos os mergulhos humanos nos profundos mares, onde há que descobrir; ali nas suas páginas, todos os dramas e comédias do teatro universal do globo – todas as lições científicas – todas as notícias comerciais – a narração de todos os crimes e ridículos dos bastardos protagonistas da vida e todas as informações de que precisamos.

Assim o jornal que é o livro de tudo, que é a escola-universidade, que é a vela barata para todos os espíritos, – é um dos mais importantes deveres de consciência (Gally, 2004a, p.62).

Provavelmente por ter esse entendimento do valor cultural dos jornais, Brício Cardoso tenha publicado suas aulas ministradas no Atheneu Sergipense nesse veículo, “livro dos livros”, “livro biblioteca”.

A instrução pública fazia parte das preocupações dos governantes. José Calazans (1951) estuda com “carinho e critério científico” as origens do ensino público em Aracaju entre os anos de 1833 a 1871, estabelecendo fases caracterizadas por “realizações oriundas do poder público de indiscutível influência no desenvolvimento educacional da cidade”.

Quando da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, planejava o Presidente Inácio Joaquim Barbosa extinguir o Liceu da antiga capital e fundar outro em Aracaju. “Que vantagens teriam os poucos habitantes da cidade nascente com a construção de um Atheneu?”, questiona Calazans (1951). As obras de construção da nova instituição foram suspensas logo após a sua morte, por ordem do Vice-Presidente Barão de Maruim, que aproveitou o plano para construir uma cadeia pública. Havia maior número de candidatos a ela – 52 criminosos presos em 1855 –, do que prováveis alunos ao projetado Atheneu (Calazans, 1951).⁴⁴

Antes mesmo de Aracaju tornar-se Capital, pleiteavam os habitantes do Santo Antônio do Aracaju, em 1830, o estabelecimento de uma cadeira de primeiras letras. Por problemas de

⁴³ O *Jornal do Aracaju* era de propriedade do Bacharel Manuel Luiz Azevedo d’Araujo. Os redatores do *Correio de Sergipe* eram Olyntho Dantas e Alfredo Rodrigues de Siqueira Montes, professores do Atheneu Sergipense.

⁴⁴ Quanto à localização, refere-se Sebrão (1954): “Na primitiva cadeia foi instalada a Câmara Municipal e onde se ia fundar o Ateneu era a Câmara sendo que a Assembléia passou a ocupar o prédio do Ginásio” (Sebrão, 1954, p. 352).

grave crise financeira por que passava a província, a cadeira só começou a funcionar em 1848, quando André Candido da Rocha inicia por lecionar aulas de primeiras letras para 22 meninas, “de qualidade parda, pobres, necessitando todas de material escolar”. As aulas não ocorreram com regularidade, pois o professor pediu licença para tratamento de saúde, ficando “as meninas do Aracaju sem mestre-escola” (Calazans, 1951, p.102).

Tal como em outras escolas desse período nas demais Províncias, eram aulas que geralmente funcionavam em espaços improvisados, nas casas dos próprios professores, reconhecidos ou nomeados como tais pelo Governo e que recebiam, conforme acentua Faria Filho (2004), além do salário, uma pequena ajuda para o pagamento do aluguel. No entanto, não eram apenas os que freqüentavam as aulas de primeiras letras os que tinham acesso à aprendizagem. Havia também os que recebiam ensinamentos na rede de escolarização doméstica (cf. Faria Filho, 2004, p.524).⁴⁵

Após a mudança, não podia ficar a nascente capital sem aulas. A cidade de Aracaju passou a contar com duas cadeiras de primeiras letras – uma masculina e outra feminina –, e com as cadeiras de Filosofia e Gramática e Língua Latina (cf. Calazans, 1951).⁴⁶ As aulas de primeiras letras do sexo masculino foram instaladas em 1855 numa casa do engenheiro Sebastião Pirro, nos “confins da Tesouraria Geral, ou seja na então rua Aurora” como se refere Calazans (1951), e eram ministradas por Inácio de Souza Valadão.⁴⁷

O Imperador Pedro II, que tinha costume de estar sempre presente no Colégio de Pedro II na Corte, no “meu colégio” como carinhosamente o denominava (cf. Andrade, 1999), demonstrando apreço pelas letras, visitou em Sergipe casas de instrução e argüiu alunos, observando e registrando em seu diário suas impressões. A aula do Professor Inácio Valadão recebeu sua ilustre visita, e, argüindo seus alunos, assim registrou no Diário.

O livro de matrícula não parece bem feito, mas a letra do professor é sofrível. 1º lê sofrivelmente – gramática muito atrasado, não sabe dividir tendo errado toda a conta. Desde 19 de fevereiro de 1859 aqui tendo já estudado 10 meses em Sergipe. 2º lê mal; gramática apenas começou – este que é o melhor divide bem; mas vagarosamente, e não se lembra da prova real da divisão. Doutrina mal sabem as rezas e o professor está muito atrasado parecendo mau (Diário do Imperador Pedro II, 1965, p. 67).

⁴⁵ Os estudos de Faria Filho referem-se à experiência mineira. Em Sergipe, pesquisa a respeito das redes de escolas públicas, privadas ou domésticas do período Imperial, ainda é incipiente.

⁴⁶ Nas escolas de primeiras letras limitava-se a aprender o “ler-escrever-contar”. A luta em favor das escolas primárias buscava estender esses conteúdos.

⁴⁷ Lamenta Fernando Porto (1991), referindo-se a Clodomir Silva (1920), o esquecimento topônimo, explicado pelo fato de que, como a primeira população de Aracaju fora formada de ádvemas, não encontrou quem lhes transmitisse a topomínia local, apagando os nomes antigos dos locais, por falta de quem os transmitissem (cf. Porto, 1991, p.23).

Para o Imperador, ao que se faz notar, eram esses os principais conteúdos que se deviam ensinar, ou que pelo menos eram os mais importantes, chamando a sua atenção: leitura, gramática, aritmética e doutrina cristã. Notava também a letra do professor, boa letra demonstraria conhecimento tanto por parte do professor como por parte do aluno.

Mas a falta de preparo do professor e os estudos atrasados dos alunos não eram os únicos males. A carência de materiais considerados necessários para o bom desenvolvimento das aulas motivava constantes queixas nos relatórios da Inspeção Geral.⁴⁸

Encontrei [referindo-se as aulas do professor Valadão] 39 alunos, sendo de lamentar que muitos deles nem ao menos tivessem assentos, pois os que haviam eram inferiores a aquele numero, assim como nenhum outro móvel além de uma mesa do Professor ali existia, de forma que se torna vergonhosa uma aula principalmente na capital tão mal servida de mobília (Calazans, 1951, p.105).

De acordo com a Lei Provincial de 1858, os alunos estudavam Leitura e Caligrafia; Gramática da Língua Nacional; Teoria e Prática de Aritmética, até Regra de Três; Noções de Geometria Plana; Moral e Doutrina Cristã e Sistema de Juros e Medidas do Império (cf. Calazans, 1951).

Quanto às aulas de primeiras letras para meninas, D. Josefa Maria da Trindade foi a primeira professora do Aracaju, em 1855, seguida de Ana Saturnina de Rezende Mundim, em 1868, e Francisca da Glória Muniz Teles, em 1870. As aulas da “conceituada educadora”, segundo Calazans (1951), foram também visitadas pelo Imperador D. Pedro II, por sugestão do Inspetor Geral das Aulas, para verificar o ensino ali ministrado. Lê-se no Diário do Imperador a seguinte impressão:

Aula de meninas regida por Josefa Maria da Trindade – 70 matriculados – não muito bem escrito o livro de matrícula. 1ª lê sofrivelmente livros, e menos mal em gramática – divide bem e sabe tirar a prova real. Freq. 1 ano e 4 meses, mas já tinha estudado pouco – segundo diz a professora, que parece boa. 2ª lê sofrivelmente, gramática mal, divide com 2 letras no divisor, porém mal ainda. Doutrina sabem as rezas, mas as explicações não são exatas todas, apesar da professora contentar-se com elas. Letra das meninas sofrível (Diário do Imperador, 1965, p. 67).

As aulas da cadeira de Filosofia, ministradas pelo Padre José Gonçalves Barroso, “grande orador sacro e político influente”, demoraram a iniciar, após a remoção do Liceu de São Cristóvão para Aracaju. Contrário à mudança da capital, o vigário Barroso alegava ter

⁴⁸ A Diretoria Geral de Instrução Pública foi criada em Sergipe nos anos de 1850 com o nome de Inspeção Geral das Aulas (Silva, 1920). Visitando essa repartição, o Imperador Pedro II avaliou ser uma casa pequena, estando este ramo de serviço “pessimamente montado na província” (Diário do Imperador, 1965, p.68).

tido dificuldades para encontrar moradia apropriada na nova sede do governo. Não aceitando tal justificativa, o Presidente “conservador” João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, “dava ordens peremptórias ao professor liberal” para que as aulas começassem no dia 21 de janeiro de 1856. Aracaju apresentava uma população de 415 menores livres, e não havendo candidatos ao estudo da cadeira de Filosofia, permaneceu o Padre Barroso em São Cristóvão até a sua jubilação, em 1858 (cf. Calazans, 1951).

Criada a cadeira de Gramática Latina na nova capital, não havendo candidatos ao concurso no período estabelecido, ela foi ocupada pelo professor Braz Diniz Vilas Boas, que ofereceu seus serviços. O professor jubilado já havia lecionado em Santo Amaro das Brotas e Laranjeiras. Sendo pai do Secretário do Governo Manoel Diniz Vilas Boas, seu oferecimento, como avalia Calazans, foi aceito imediatamente e as aulas abertas e instaladas a 24 de novembro de 1857 em uma casa à rua de São Cristóvão (cf. Calazans, 1951). Preparando sete alunos (1858) no ensinamento preliminar da língua latina, a falta de livros para tradução surgia como uma dificuldade para o prosseguimento dos estudos, pois não havia em Aracaju quem os possuísse.

Superado esse problema, com a aquisição dos livros, o curso prosseguiu, chegando a 1860 com uma matrícula de 16 alunos. No entanto, o Imperador D. Pedro II não levou agradável impressão dos seus alunos, sendo curto e imperativo: “Aula de história do Brasil nas Vilas-Boas [Brás Diniz Vilas-Boas] 15 matriculas. Não gostei” (Diário do Imperador, 1965, p.67). Justifica Calazans que as travessuras dos jovens alunos chocavam o velho mestre latinista. “Brincavam os alunos, exaltava-se o ancião e o rendimento era cada vez menor” (Calazans, 1951, p.116). Jubilado o professor Braz Diniz, a vaga da cadeira passou a ser ocupada pelo “novo professor, competente, disciplinador”, Tomaz Diogo Leopoldo. Mas a mudança que parecia ser promissora, não ocorreu, diminuindo-se a matrícula para 6 alunos em 1864. Em toda a província as aulas de Latim iam perdendo sua importância. “Enquanto minguava a aula pública de língua latina, crescia animadamente, o curso particular de francês, do professor Geminiano Paes de Azevedo” (Calazans, 1951, p.117).

Ficando vaga a cadeira de Latim, após o pedido de exoneração de Tomaz Diogo Leopoldo, em janeiro de 1867, volta ela a ser provida no ano seguinte pelo mestre Antônio Diniz Barreto, removido de Laranjeiras para Aracaju, com uma frequência animadora de 20 alunos naquele ano (cf. Calazans, 1951).

Durante a administração de Joaquim Jacinto de Mendonça (10 de junho de 1861 a 13 de junho de 1863), não era animador o estado da instrução pública, considerando o presidente

que o magistério primário deficiente era uma das raízes profundas do mal. Havia necessidade, segundo ele, de tornar o ensino obrigatório, pois todo indivíduo tinha direito à educação.

Ao instalar-se o Liceu Sergipense, também denominado de Liceu Sergipano ou Liceu Gratuito, segundo Sebrão (1954), em 5 de outubro de 1862, o Inspetor Geral, Dr. Guilherme Rabelo organizou o Plano de Estudos baseado no Imperial Colégio de Pedro II. “Enquanto os cofres públicos pagavam o aluguel das casas onde as aulas deveriam funcionar, os professores ensinavam gratuitamente” (Nunes, 1984b, p.102). Ofertadas inicialmente aulas de Latim, Francês, Inglês e Aritmética, o ambicioso Plano de Estudos propunha também aulas de: Italiano, Filosofia, Gramática Filosófica, Retórica, História e Geografia, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Partidas Dobradas e Aritmética Comercial, Noções Gerais de Botânica e Agricultura, Noções Gerais de Química, Noções Gerais de Física, Direito Mercantil, Desenho, Moral e Instrução Religiosa. Não prosperou, contudo, a iniciativa, que teve vida efêmera, sendo mais uma vez frustrada a tentativa de organização dos estudos secundários em Sergipe.

Na altura dos anos 1864, o quadro educacional sergipano, quanto aos estudos secundários constava de cinco aulas de Latim ministradas em Aracaju, Itabaiana, Própria, Estância e Laranjeiras, havendo aulas de Francês e Geometria nas duas últimas cidades. Nessa lacuna cresciam os colégios particulares em número de 12 em 1865. José João de Araújo, Inspetor Geral das Aulas, chamava a atenção, em seu relatório, para o fato. Questionava se o prestígio do ensino particular era conseqüência do pequeno número de escolas públicas ou da má qualidade dos mestres. “Professores públicos pessimamente remunerados não podiam exercer bem o nobre mister do magistério” (apud Calazans, 1951, p.107). As aulas públicas de Francês e Geometria, no ano de 1868, estavam a cargo de Tito Augusto Souto de Andrade.

Aracaju, “mais uma vez andou morre-não-morre. Mas não morreu. Cresceu. [...] A pequena aumentava, desenvolvia-se” (Cabral, 2002, p.33). Aí estava a grande obra, o projeto modernizador, “de elevada visão administrativa que foi a mudança da capital em 1855, transformada Aracaju em bela e progressista cidade. É um testemunho do acerto e alcance da medida decretada pelo presidente Inácio Joaquim Barbosa, um autêntico estadista” (Araújo, 1970, p. 39).

A situação econômica sergipana era animadora nos anos de 1870, com o setor açucareiro em crescimento devido ao índice de exportação, e o algodão se expandindo pelo agreste (Nunes, 1984b, p.106). Nas décadas seguintes (1890 a 1900) continuou favorável a conjuntura econômica, com a valorização do açúcar. Seiscentos engenhos funcionavam em

Sergipe, com uma produção anual de aproximadamente 800.000 sacos (Nunes, 1984b, p. 190).⁴⁹

As práticas culturais desenvolvidas no espaço urbano da cidade de Aracaju permitem compreender os fenômenos educacionais, olhando-os de fora. Aquele era o tempo, o momento da criação dos cursos de Humanidades e Normal, para que prosperassem e tivessem vida mais duradoura.

A vida intelectual de Sergipe ganha força e projeção nas derradeiras décadas do século XIX. Vem de fora o estímulo e a orientação que desencadearam o movimento cultural na pequenina Província. Parte da Escola de Direito de Recife, onde um notável sergipano, o Dr. Tobias Barreto de Menezes, professor de Direito e cultor da Filosofia, com talento, saber e agressividade abriu novos rumos aos estudos em nosso País. Os bacharéis do Recife, que ouviram a palavra oracular do mestre, trouxeram para o torrão natal, depois de concluídos seus cursos, um entusiasmo criador. Exercendo as atividades públicas na magistratura, no magistério, na política, na advocacia, no jornalismo, todos eles, desde os mais brilhantes aos mais modestos, estavam jungidos à marca tobiática (Silva, 1992, p.15).

Indubitavelmente, o evento cultural mais importante na década de 1870, na Província de Sergipe, foi a criação do Atheneu Sergipense. Governava Sergipe o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior (2 de dezembro de 1869 a 11 de maio de 1871), que, movido por pensamentos reformistas, inovou o sistema da instrução pública⁵⁰ (cf. Araújo, 1966). Manuel Luiz Azevedo d'Araújo desempenhava o cargo de Inspetor Geral da Instrução, organizando então o ensino público sergipano e elaborando o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, assinado em 24 de Outubro de 1870.⁵¹ Dois problemas que vinham desafiando os governantes desde a década de 1830 foram resolvidos: a centralização das aulas de Humanidades e a criação do Curso Normal.

⁴⁹ Ainda sobre a questão econômica consultar Oliva de Souza (1985), Passos Subrinho (2000).

⁵⁰ O número de alunos matriculados nas Escolas Públicas de Primeiras Letras em Sergipe atingiu 4.457 alunos, sendo 2.825 homens e 1.632 mulheres (cf. Relatório de José Cardoso Júnior, 1871).

⁵¹ Por esse Regulamento a instrução primária era pública e gratuita e a secundária dependia de subversão paga pelos alunos a título de matrícula.

1.3. Atheneu Sergipense: o presente de Aracaju debutante

Aos quinze anos, Aracaju é presenteada, pela luta de seus defensores, com o Atheneu Sergipense. Notícias publicadas na imprensa de Sergipe expressam o anseio de sua sociedade por ter em seus limites geográficos uma instituição que centralizasse as aulas avulsas dos estudos de Humanidades dispersas na Província. Pelo novo Regulamento Orgânico da Instrução Pública, no Atheneu Sergipense seriam oferecidos o curso de Humanidades de quatro anos e o curso Normal de dois anos de duração, ambos em forma seriada e francos para “todos os ouvintes de qualquer categoria que sejam, observadas devidamente as Leis da decencia” (Art. 72º, Cap. 12º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871). Os diplomados gozavam dos favores e prerrogativas consagrados pela Lei, habilitando-os a empregos públicos provinciais, independentes de novos exames, salvo quando não concorressem outros colegas.

Para implementar tal regulamento, inovador para a época, contou Sergipe com Manuel Luiz Azevedo d’Araujo. Convém, desta feita, dispor algumas palavras sobre o autor. Natural de Estância / SE (24 de novembro de 1838), onde iniciou seus estudos, completando-os depois no Liceu de São Cristóvão, conviveu com expressivos nomes da vida intelectual sergipana, tais como Pedro Calazans, Tobias Barreto, José Maria Gomes de Souza e Elziário da Lapa Pinto. Recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1860, pela Faculdade de Direito do Recife. De volta a Sergipe, ligou-se ao Partido Conservador, liderado pelo Barão de Maruim e iniciou sua carreira como promotor. Foi Deputado Estadual de 1862 a 1863. Desligando-se da política, passou a dedicar-se ao jornalismo e à advocacia em Laranjeiras. Fundou o *Jornal do Aracaju* em 1870, dirigindo-o até 1874. Em maio de 1870 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública, função na qual organizou o novo Regulamento. Ao estruturar o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, procurou oferecer ao estudante um maior embasamento cultural que o preparasse para a vida, e não só uma via de acesso para as Academias Superiores. De 1870 a 1875, Manuel Luiz tornou-se uma relevante ligação entre as várias administrações que se sucederam (cf. Nunes, 1984a, p.42).

Senhor de vasta cultura humanista, conhecedor profundo dos sistemas educacionais dos países desenvolvidos – Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suécia, Bélgica, Suíça, França – e das mais avançadas doutrinas que nesses países revolucionavam seus sistemas educacionais, compreendia, porém, a distância que deles nos separava ante as nossas condições estruturais. Isso, porém, não se

constituía em motivo de pessimismo, mas de estímulo para que redobrássemos os esforços em prol da educação nacional (Nunes, 1984a, p.43).

Não é só Maria Thetis Nunes (1984a) que ressalta as ações de Manuel Luiz. Também Calazans (1951) a ele se refere como “espírito empreendedor, entusiasta da educação, conhecedor de seus problemas, Manuel Luiz, desejando revigorar o avelhantado sistema sergipano, procurou fazer da metrópole o ponto central das suas atividades reformistas” (Calazans, 1951, p.98). Francisco Carneiro Nobre de Lacerda (s/d), recordando a figura do “grande representante intelectual” de Sergipe, admite ter sido ele “no seu tempo, dentro nas lindas da província, o mais operoso representante do pensamento sergipano: jornalista, philologo, orador, jurista e político”, sugerindo estudos dos seus relatórios quando Diretor da Instrução Pública, pois são “verdadeiros repositarios de sciencia pedagogica” (Lacerda, s/d, p.70 e77). Para Sebrão, “o nome do insigne pedagogo viverá eternamente no coração dos sergipanos cultos” (Sebrão, 1954, p.431).

Embora os louros da criação do Atheneu Sergipense recaiam sobre o empreendedor Manuel Luiz, para se fazer justiça, eles devem ser divididos, outrossim, por aqueles intelectuais, políticos e cidadãos que, no anonimato ou às claras, lutaram em defesa do empreendimento de uma instituição oficial de estudos secundários em Sergipe.

A instalação, inauguração e abertura do Atheneu Sergipense ocorreu em 3 de fevereiro de 1871, contando com uma programação cuidadosamente detalhada pela Congregação da instituição, com a guarda de honra composta dos menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros⁵², com uma Missa Votiva⁵³ às 12 horas na Capela São Salvador celebrada pelo reverendo vigário da freguesia, José Luiz d’Azevedo, e discurso proferido pelo professor Geminiano Paes de Azevedo, orador escolhido pela Congregação. Estiveram prestigiando o evento autoridades locais: o Presidente da Província Dr. Francisco José Cardoso Júnior, o

⁵² A Companhia de Aprendizes de Marinheiros de Sergipe, criada em 1868, objetivava atender às crianças abandonadas, os “filhos desprotegidos da fortuna” (Sebrão, 1954, p.378).

⁵³ A Missa Votiva acontece “por vezes que nos dias de semana não há marcada nenhuma Missa própria ou de Santo. Neste caso se poderá dizer a Missa do domingo anterior, ou Missa Votiva em honra de algum Santo, à escolha do celebrante ou dos fiéis”, ou então uma das seguintes Missas: segunda-feira – Missa em honra da Santíssima Trindade; terça-feira – Missa em honra dos Santos Anjos; quarta-feira – Missa em honra de São José ou em honra da SS. Apóstolos São Pedro e São Paulo, ou em honra de todos os Santos Apóstolos; quinta-feira – Missa em honra do Divino Espírito Santo, ou Missa do Santíssimo Sacramento, ou Missa Votiva do Sumo e Eterno Sacerdócio de Jesus Cristo Nosso Senhor; sexta-feira – Missa em honra da Santa Cruz, ou Missa em honra da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; sábado – Missa em honra de Nossa Senhora. As Missas Votivas podem ainda ser celebradas nas seguintes ocasiões: antes da eleição de um Papa – Missa em honra do Divino Espírito Santo; nos dias da eleição e da coroação do Papa e em seus aniversários – Missa como na festa da Cátedra de São Pedro; no aniversário da eleição, consagração e transladação de um Bispo (Missal Quotidiano, Mosteiro de São Bento / Bahia, 20ª ed.,1959).

Diretor Geral da Instrução Pública e Diretor do Atheneu Sergipense Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, a comissão do Gabinete Literário, os lentes da nova instituição, os chefes de repartições públicas, o chefe da Polícia, o Juiz de Direito da Comarca, o Clero, os Militares, os Professores e Professoras Públicas do ensino primário da capital (cf. Livro das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 3 de fevereiro de 1871).

O Atheneu Sergipense teve uma freqüência inicial de 117 alunos no curso de Humanidades e de apenas 4 alunos no curso Normal – somente 2 o concluíram em 1872, ficando habilitados para exercerem o magistério público primário.⁵⁴ Antônio Teixeira Fontes, aluno da primeira turma do curso Normal, assim se expressou em discurso proferido na ocasião da abertura ao público do salão destinado à leitura do edifício da Biblioteca Pública do Estado, inaugurado a 14 de julho de 1914:

Perante uma reunião erudita, como a actual, foi pelo presidente entregue aos dous primeiros normalistas os seus titulos diplomas, dos quais o que foi-me conferido conservo como relíquia, cabendo-me a honraria de ocupar a tribuna afim de agradecer, na forma da pragmatica regulamentar. E digo sem vaidade, fui eu o primeiro que occupou a tribuna nesta casa, aos meus 18 annos, sem ser orador, como não o sou (*Diário da Manhã*, 24 de julho de 1914).

A equipe de professores do Atheneu Sergipense representava uma “significativa parcela da elite intelectual sergipana” (Lima, 1995, p.59). Veja-se a seguir a formação do primeiro quadro de docentes.

⁵⁴ Cypriano Pinheiro, Terencio Gonzaga, Antonio Ribeiro e Antonio Teixeira Fontes foram os primeiros alunos do Curso Normal (*Diário da Manhã*, 24 de julho de 1914).

QUADRO 1 – CORPO DOCENTE (LENTES) POR AULAS, DE ACORDO COM O PRIMEIRO PLANO DE ESTUDOS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1871

Lentes	Aulas
Thomaz Diogo Leopoldo	Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos / Retórica e Poética
Antonio Diniz Barreto	Gramática e Tradução da Língua Latina
Geminiano Paes de Azevedo	Gramática e Tradução da Língua Francesa
Justiniano de Melo e Silva	Gramática e Tradução da Língua Inglesa
Tito Augusto Souto de Andrade	Aritmética, Álgebra e Geometria
Raphael Archanjo de Moura Mattos	História e Geografia
Sancho de Barros Pimentel	Filosofia Racional e Moral
Ignácio de Souza Valadão	Pedagogia

FONTE: Quadro elaborado com base no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 – 1916).

O provimento das primeiras cadeiras do Atheneu Sergipense foi feito pelo Governo, elegendo “as pessoas que mais aptas lhe pareçam para o fim que se pretende” (Art. 23, RIP, 24 de outubro de 1870). Com esse entendimento, foram selecionados para as devidas cadeiras lentes que traziam em suas vidas anteriores experiências de magistério, conhecidos e respeitados pela sociedade. Nesse tipo de seleção deve ter havido a imposição do poder, uma vez que, para o primeiro quadro de docentes do Atheneu Sergipense, não houve concurso, e os “mais aptos” foram indicados.

Thomaz Diogo Leopoldo, “mestre capaz e hábil” (Calazans, 1951, p.117), lecionou Latim em Capela, Propriá e Aracaju. Antônio Diniz Barreto, “latinista provector” (Lima, 1948, p. 28), poeta e professor, lecionou Latim em Itabaiana e Laranjeiras antes de ingressar no Atheneu Sergipense. Foi Diretor da Instrução Pública e escreveu artigos para a imprensa, com vários pseudônimos. “Batalhador indefeso pela causa da instrução” (Lima, 1948, p.28) Geminiano Paes de Azevedo, era também poeta, jornalista, professor de Francês, Geografia e História no período de 1862 – 1863 no Liceu Sergipano. Foi membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública, publicou várias de suas poesias nos jornais locais e exerceu suas atividades no Atheneu Sergipense até 15 de fevereiro de 1909, quando jubilou-se a pedido⁵⁵ (cf. Guaraná, 1925). Dirigiu o Atheneu Sergipense no período de 1898 a 1901. Com

⁵⁵ Seria jubilado, com ordenado integral, o professor que “provando a impossibilidade de continuar no magisterio, tiver completado 25 annos de exercicio. § Único. Poderá ser jubilado com ordenado proporcional o

fama de profundo conhecedor da Língua Francesa, na qual escrevia fluentemente, fez várias traduções de autores franceses, vertendo também contos dos *Lusíadas*, de Camões (cf. Lima, 1971).

Doutor em Ciências Sociais na Faculdade de Córdoba, Argentina, Justiniano de Melo e Silva foi Deputado provincial do Paraná por 4 legislaturas nos anos de 1875 (cf. Guaraná, 1925). Publicou artigos nos jornais de Curitiba, Recife e Aracaju. Professor da cadeira de Inglês, seria mais tarde considerado “um filólogo, um grande conhecedor de línguas, sobretudo, das línguas mortas das civilizações antigas. Como historiador e sociólogo, seu método de exposição será baseado, sobretudo na interpretação das raízes primitivas da língua” (Dantas, 1955, p.258). Ao retornar a Sergipe em 1896, exerceu o magistério novamente no Atheneu Sergipense como lente da cadeira de História Universal e da Civilização.

Invariavelmente de sobrecasaca e calça listrada, atravessava o pátio, parava defronte da porta fechada, o bedel abria, ele entrava e nós estudantes o acompanhávamos e nos acomodávamos ao longo de uma grande mesa. O professor só dava aula com a *Historia Universal* de Moreira Pinto na mão e, ao invés de explicar, criticava o autor mostrando erros. – É um burro, dizia ele. Um dia, por acaso, não levei o livro. – “Então que veio fazer aqui? Pode ir-se embora” Levantei-me, os colegas fizeram o mesmo e saímos todos, pois ninguém tinha o tal livro. Até o fim do ano, o Justiniano comparecia diariamente, assinava o ponto e saía sem dar aula porque não tinha alunos. O então Diretor, professor Geminiano Paes, procurou apaziguar, porém respondemos que já havíamos tomado professores particulares e lá não voltaríamos. Não havia obrigatoriedade na frequência e no dia do exame o professor mostrou juízo não comparecendo – fomos aprovados por uma comissão para isso designada. O esquisitão mestre de História era tido como um gênio incompreendido e vivia dentro de sua grande biblioteca escrevendo um livro, *Nova luz sobre o passado*, ao que dizem um assombro (Campos, 1967, p.8).

Tito Augusto Souto de Andrade iniciou suas atividades de magistério como professor de primeiras letras em Laranjeiras. Na mesma cidade, por concurso, lecionou as cadeiras de Filosofia, Geografia e História no Internato lá existente. Suspensas estas aulas, foi transferido para as cadeiras de Francês e Geometria em Aracaju, em 1868. Quando da visita de D. Pedro II a Sergipe, em 1860, assim se expressou o Imperador em seu Diário.

Aula de filosofia e geografia de Tito Augusto Souto de Arquimedes (sic) [Andrade], 4 de filosofia e 4 de geografia; 2 presentes de que um de ambas e o outro de geografia sòmente. Respondem sofrível sòbre filosofia, idem sòbre geografia. Não

que, provando impossibilidade, tiver mais de 10 anos de exercicio” (Art.96, Regulamento de 9 de janeiro de 1877).

parecendo o professor não ter idéias muito exata sôbre a parte astronômica (Diário do Imperador, 1965, p.72).

O professor de História e Geografia do Atheneu Sergipense, Raphael Archanjo de Moura Mattos, depois de jubulado, exerceu as funções de Juiz de Paz e delegado da Polícia. Era, pelas características descritas por Campos, “baixote, gordo, calvo e usava barba à inglesa.[...] Era um monarquista intransigente, e não perdia a oportunidade para ridicularizar a então jovem República” (Campos, 1976, p. 71).

Nascido em Salvador a 16 de outubro de 1849, Sancho de Barros Pimentel, filho do parlamentar sergipano José de Barros Pimentel, veio em pequena idade para Sergipe, onde se criou desfrutando “de grande influência, com seus raros dotes de talento e variada cultura” (Dórea, 1961, p.133). É o próprio Sancho Pimentel que traça a sua biografia, atendendo a pedido de Epifânio Dórea em 1922, quando necessitou de dados para escrever a “Galeria dos Homenageados” dos “devotados maçons que empunharam o primeiro malhete da Loja Cotinguiba” (Dórea, 1961, p.127)⁵⁶. Assim escreve Sancho.

Fiz os meus preparatórios em parte na Bahia e em parte no Rio. [...] Em 1866 matriculei-me na Faculdade de Direito de São Paulo, onde cursei os três primeiros anos [...] tive como colegas o Castro Alves, o Afonso Pena, o Rodrigues Alves, o Rui e o Nabuco. Fui muito amigo dos dois últimos, que considero os dois maiores talentos da geração. [...] Formado [em Recife em 1870] vim para Aracaju, onde se acabava de criar o Atheneu Sergipense – Não Escola Normal, cujas cadeiras foram logo providas, a exceção de filosofia e inglês, que foram postas em concurso, no qual entrei e assim obtive nomeação. O presidente era conservador e eu pertencia ao outro partido. Em 1878, quando ainda morava em Sergipe, e nada mais era que lente do Atheneu, fui, ao subirem os liberais, nomeado presidente do Piauí e eleito deputado (Dórea, 1961, p.133 e 134).⁵⁷

Quanto ao seu falecimento, a 19 de fevereiro de 1924, comenta Dórea que nos funerais de Sancho Pimentel o número de coroas fúnebres fora tão avultoso que necessário se fizeram quatro grandes caminhões para levá-las ao cemitério São João Batista, demonstrando o seu grande conceito. Foi também Presidente do Ceará, Paraná e Pernambuco.

⁵⁶ Parte dos catedráticos do Atheneu Sergipense pertenciam à Loja Maçônica Cotinguiba, fundada em Aracaju a 10 de março de 1872. Tito Augusto Souto de Andrade e Severiano Cardoso são alguns dos fundadores da Loja. Comparando a ação da maçonaria a da igreja protestante, diz Lima: “a atuação dos maçons - discreta, imperceptível no seu agir subterrâneo; a dos protestantes - ostensiva, desabusada na afirmação de sua crença [...] [provocou] fissuras sensíveis na hegemonia do pensamento católico dominante” (Lima, 1995, p.96). Para Morse, “a infiltração da maçonaria na Igreja brasileira criou um cisma que seria difícil de sanar mais tarde e que comprometeu sua autoridade tradicional” (Morse, 1970, p. 99).

⁵⁷ Sancho de Barros Pimentel submeteu-se a concurso no Atheneu Sergipense, sendo nomeado a 25 de fevereiro de 1871, mantendo-se na cátedra até o ano de 1883 (cf. Lima, 1995, p.83).

As aulas de Pedagogia faziam parte dos Planos de Estudos do Curso Normal. Inácio de Souza Valadão, seu professor, segundo Calazans (1951), parecia ser um homem doente, devido aos constantes pedidos de licença, com apresentação de atestados.

Doente e inquieto, um desajustado, possivelmente. Pensando sempre em viagens, em estudos fora da Província. Queria em 1862, estudar Farmácia. Obteve licença, porém não foi fazer o curso. Em 1864 atacado de moléstia contagiosa, passou quase todo o ano de licença.[...] Por ocasião da criação do Atheneu, Valadão esteve na Bahia aprendendo métodos de ensino (Calazans, 1951, p. 106.).

Não só os primeiros foram mestres de destaque, outros beneméritos passaram pelo quadro docente do Atheneu Sergipense, conferindo, em duplo sentido, um *status* de prestígio intelectual e político.

Brício Cardoso, filólogo e escritor; Alfredo Montes, mestre abalizado de línguas vivas; Felix Diniz Barreto, latinista provecto; Baltazar Góis, pedagogista e mestre do vernáculo; Guilhermino Amâncio Bezerra, inteligência rutilante no magistério ou fora dele; Prado Sampaio, bela vocação literária e filosófica; Manuel Francisco de Oliveira, coração de mestre paternal e espírito nutrido de sólidas humanidades; Severino Cardoso, talento dos mais famosos na teoria dos mestres sergipanos; Alcebiades Paes, cavalheiro, humanista erudito e mártir do ensino em nossa terra; Abdias Bezerra e Arthur Fortes, robles que ainda há pouco tombaram diante de nossos olhos maravilhados...(Lima, 1948, p.28).⁵⁸

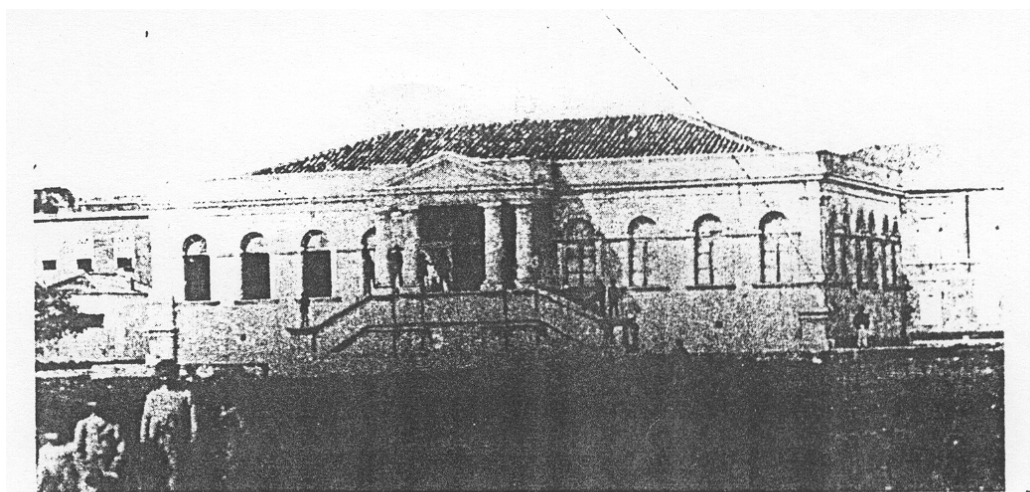
O Atheneu Sergipense iniciou seus trabalhos em uma casa oferecida pela Câmara Municipal, um local inadequado para as aulas, sem as acomodações necessárias, segundo o relatório do Presidente Dr. Joaquim Bento, que insistia por melhoramentos do local. A sociedade sergipana participou do empenho do Presidente quando este solicitou contribuições financeiras, recorrendo à generosidade dos cidadãos, para a construção de um prédio para instalar aquela instituição. Com algumas contribuições dos “cidadãos mais favorecidos de fortuna”, novo prédio foi erguido, com “elegância e solidez”, na Praça da Conceição (hoje Praça Olímpio Campos, Figura 2), sendo inaugurado em 3 de dezembro de 1872, (cf. Nunes, 1984a). Há indícios de que o Atheneu Sergipense esteve localizado por volta de 1899 na Rua de Boquim. É Campos que em suas crônicas o retrata - “quando aquela Instituição de ensino secundário funcionou algum tempo num prédio improvisado da Rua de Boquim, perto do antigo quartel da polícia...”(Campos, 1970, p.60). Um outro sinal dessa localização nos é dado

⁵⁸ Relação dos demais lentes do Atheneu Sergipense encontra-se no Anexo II.

por Silva (1920), indicando que o Atheneu Sergipense esteve funcionando na Rua de Boquim, no trecho da atual Praça Camerino (Figura 3).⁵⁹ Em 13 de agosto de 1926 o Atheneu mudou-se para a Avenida Ivo do Prado (Figura 4).

Nas pesquisas empreendidas por Porto (1991) quanto à localização da cidade de Aracaju, revela-se, pela análise do traçado do Engenheiro Sebastião Pirro, que o limite ao sul da cidade de Aracaju estava à esquina das hoje Avenidas Barão de Maruim e Ivo do Prado, “perto de onde se construiu o Quartel de Polícia” (Porto, 1991, p.32), levando-nos a crer que o prédio do Atheneu da Avenida Ivo do Prado foi o do Quartel de Polícia. Em 1950, finalmente, o Atheneu Sergipense mudou-se para a Praça Graccho Cardoso, aí permanecendo até o momento (Figura 5). Qualquer que tenha sido a localização geográfica em que o prédio do Atheneu Sergipense funcionou, ele sempre esteve na região central da cidade de Aracaju, à vista da sociedade e próximo aos demais edifícios de destaque.

FIGURA 2 – SEDE DO ATHENEU SERGIPENSE, 1872

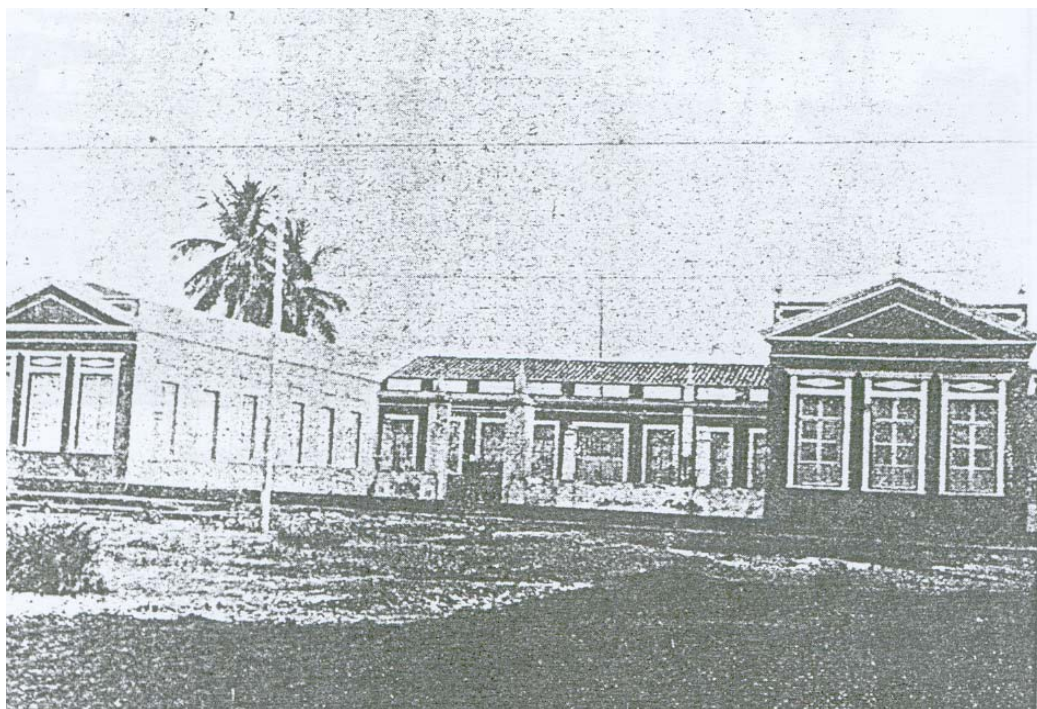


Inaugurado em 03/09/1872, o prédio foi considerado “o melhor da Capital pela sua elegância e solidês”. Nele funcionaram as aulas do Atheneu até os começos do nosso século, sofrendo, posteriormente, grandes modificações. Situado na atual Praça Olímpio Campos, aí, atualmente, estão localizados a Procuradoria Geral da Justiça, a Secretaria de Justiça e Ação Social, a Vice-Governadoria do Estado e a OAB – Seção de Sergipe.

FONTE: Nunes (1984a, p.45).

⁵⁹ A 7 de setembro de 1908 realizou-se solenidade da colocação da primeira pedra do novo edifício do Atheneu Sergipense a ser construído. Representou a Congregação do estabelecimento o professor Joaquim do Prado Sampaio Leite (Livro de Ofícios do Atheneu Sergipense).

FIGURA 3 – PRÉDIO DO ATHENEU SERGIPENSE



FONTE: Silva (1920, p. 136).

FIGURA 4 – PRÉDIO DO ATHENEU PEDRO II



FONTE: Sebrão (1954, p. 417).

FIGURA 5 – COLÉGIO ESTADUAL ATHENEU SERGIPENSE



FONTE: 100 Anos de Educação – 1870 / 1970. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe

Defende-se que o espaço não é uma estrutura neutra, pois é determinado e determinante do modo de ensinar e aprender, permitindo ou impedindo a realização de algumas atividades. Há uma estreita relação entre a distribuição e usos do espaço e os objetivos e metodologia utilizada (cf. Viñao Frago, 2000). Solicitavam os Diretores do Atheneu Sergipense constantemente em seus relatórios a construção de um novo prédio, com espaços para as aulas de Educação Física e um ambiente para o recreio dos alunos. Recorde-se que esse é um tema de reivindicação desde os tempos do Liceu de São Cristóvão.

Ao tempo em que criticavam as péssimas condições do saneamento básico e a escassez de água encanada, os discursos médico-higienistas, muito influentes no campo educacional, iniciaram o debate relacionando-os aos espaços pedagógicos destinados às aulas. Acentuavam a necessidade de terem as escolas instalações próprias para o funcionamento das aulas, com espaços amplos, boa iluminação e ventilação e mobiliário apropriado.⁶⁰

⁶⁰ No Atheneu Sergipense só em 1936 foram instalados “bebedouros higiênicos”, substituindo “os antigos e impróprios bebedouros de barro” (Sobral, 1936).

1.4. A cidade de Aracaju e o Atheneu Sergipense: momentos expansionistas

A cidade de Aracaju e o Atheneu Sergipense partilham histórias de crescimentos e transformações, nem sempre paralelos, mas indissociáveis, uma vez que, dentre outros argumentos, seus agentes, professores, diretores, alunos, funcionários, pertenciam também aos grupamentos familiar, político e administrativo da cidade, atuando concomitantemente, em via dupla. Mais uma vez as crônicas de Edilberto Campos, são aqui chamadas, pois, por meio do seu imaginário, revive-se Aracaju nos anos finais do século XIX.

Quando nos idos de 1893 cheguei de Lagarto à capital sergipana, esta devia ter cerca de 15 mil habitantes, fora os moradores da zona rural do município. A capital contava quase quarenta anos de vida, mas ainda engatinhava. Impressionavam-me o grande número de casas cobertas de palha, na periferia da cidade, a largura do rio, a entrada de um vapor que eu nunca havia visto, a grande quantidade de coqueiros, a cidade entrando pelo mangue e o mangue entrando pela cidade, o grande número de navios de vela ancorados no porto.[...] Na minha pouca idade [10 anos] fiquei impressionado pelo tamanho da praça principal, com seus monumentais edifícios, Igreja, Ateneu e Palácios da Assembléia e do Governo. Admirei o traçado das ruas muito longas, iguais na largura.[...] A Rua da Aurora acompanhando o rio de quase um quilômetro de largura, subindo ou descendo conforme a maré, e a fita verde recortada da Barra dos Coqueiros, na frente.[...] Com o tempo fui-lhe descobrindo mais belezas e defeitos, e por último, na maturidade e na velhice, preocupa-me o saneamento da urbe que crescendo assustadoramente sem ganhar altura no solo cobre-se d'água estagnada, das chuvas e serviços (Campos, 1965, p.120 e 1970, p.10).

De fato, a questão do saneamento não era somente preocupação de Campos, mas também dos governantes. Santana (1997) declara não ter sido só a varíola que atormentou a população em Sergipe, mas também as epidemias da febre amarela, malária, peste bubônica, febres intestinais, cólera, num quadro de saneamento básico e higiene bastante precário, com má qualidade de água potável, precariedade da alimentação e emanações miasmáticas dos poços e charcos. As ações sanitárias desenvolvidas pelos governantes permaneceram esparsas e concentradas apenas nos períodos de grandes epidemias.⁶¹

Em relatório de 11 de novembro de 1850 a Congregação do Liceu de São Cristóvão, dirigindo-se à Assembléia Provincial, declarava que o ano letivo da instituição fora prejudicado, uma vez que muitos estudantes perderam o ano devido ao flagelo da febre

⁶¹ As epidemias de varíola se sucedem em 1858/1859; 1872/1873/1874; 1882/1883; 1887/1888; 1911/1912 (cf. Santana, 1997).

amarela que abalou a Província de Sergipe. Em 1850, dos 68 alunos matriculados nas cadeiras de Francês, Latim, Filosofia, Geometria, Comércio, Geografia e Inglês, 45 perderam o ano.

A condição insalubre da cidade de Aracaju vitimou, no mesmo ano de sua transferência para a nova sede, o seu idealizador, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa. A insalubridade era tamanha, afirma Dórea (1945), que o *Correio de Sergipe*, jornal oficial (1855 – 1866), deixou de circular por um tempo, devido à falta de empregados, acometidos pela malária logo que em Aracaju fixaram residência.

Sofrendo Sergipe desse mal, o Presidente Salvador Correa de Sá e Benevides proibiu o enterro dos corpos nas Igrejas, em nome da higiene, apelando às Câmaras Municipais para construções de cemitérios. Os cemitérios feitos em locais apropriados satisfariam as exigências de higiene e os preceitos religiosos (Relatório de 1856).⁶²

O Governo do Monsenhor Olympio de Souza Campos (24 de outubro de 1899 a 24 de outubro de 1902) voltou sua atenção aos problemas de salubridade e higiene da capital, iniciando obras de calçamento das principais ruas de Aracaju e aterrando depressões e pântanos, sérios focos de infecção. Os esforços para a propagação da vacina anti-varíola, são visíveis nas exigências do atestado de vacina durante a matrícula dos alunos na rede escolar.⁶³ Em 29 de junho de 1904, o Governo enviou ao Congresso projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação antivariólica. A comprovação da vacina era exigência para os candidatos a cargos públicos, a quem desejasse casar, viajar ou matricular-se em escolas (cf. Santana, 1997). O Presidente Josino Odorico de Menezes (24 de outubro de 1902 a 24 de outubro de 1905) deu continuidade aos cuidados da saúde pública, estabeleceu o serviço de vacinação e iniciou a arborização para embelezamento da capital (cf. Araújo, 1970).

Enquanto eram abundantes as águas nos pântanos, havia a escassez de água potável. No final do século XIX, escreve Campos (1967) que os quintais tinham suas fontes de água salobra, não potável, utilizada para a limpeza doméstica e para aguar as plantas. Retirava-se água à vontade, pois as fontes oriundas dos pântanos, à altura das marés, nunca secavam. As fontes eram formadas de latas de querosene ou barricas sobrepostas e a água era retirada por baldes. Os mais abastados enterravam na areia um tubo de ferro, com ponta de bronze provida de crivos e retiravam a água por bombas. Anterior à instalação da rede de esgotos, os dejetos

⁶² O cemitério Santa Izabel, iniciado a construção em 1860, começou a funcionar dois anos depois.

⁶³ Embora pela legislação de 22 de fevereiro de 1836 houvesse obrigatoriedade da vacinação de varíola, a população resistia a esse cumprimento da lei. A média anual de pessoas vacinadas em Sergipe na década de 1850 não chegava a 200 pessoas (cf. Santana, 1997).

eram deixados “nos quintais, entre toras de coqueiros – o Sol e as larvas das moscas iam dando conta” (Campos, 1967, p.26).

As idéias progressistas do movimento abolicionista e contrárias à monarquia, vigentes nos outros centros culturais do país, foram incorporadas e disseminadas em Sergipe pela atuação do médico Felisbello Freire em Laranjeiras, na redação de jornais e no comando de associações literárias como o “Clube Republicano” (1888-1889) e o “Clube Democrático” (1887), imprimindo a defesa da cultura em geral e dos grandes ideais da humanidade (cf. Lima, 1995, p.128).⁶⁴ Assumia o papel de pensador da realidade política brasileira, ao lado de outros como Josino Menezes, Vicente Ribeiro e Baltazar Goes (cf. Oliva de Souza, 1985 e Santos, 2003).⁶⁵

Criador de uma forte corrente favorável ao abolicionismo e aos princípios políticos da escola democrática, Felisbello Firmo de Oliveira Freire foi o primeiro Governador do Estado de Sergipe, exercendo o poder no Governo Provisório de 13 de dezembro de 1889 a 17 de agosto de 1890. Sua principal preocupação foi adotar no serviço público “a índole das novas instituições, promovendo ao mesmo tempo a maior somma de benefícios para o Estado” (Guaraná, 1925, p.83). Dentre os benefícios empreendidos, consta uma melhor organização à Biblioteca Pública, “destinada a ministrar aos professores leitura instrutiva sobre sua profissão e aos alunos leituras aprazíveis que auxiliem sua educação” (Art.152, Decreto de 14 de março de 1890).

Com a Lei 233, de 6 de junho de 1848, criou-se a Biblioteca Pública em Sergipe que, inaugurada sob a direção do Padre José Gonçalves Barroso, também diretor do Liceu de São Cristóvão, começou a funcionar nas dependências do Convento de São Francisco naquela cidade, com regulamento, funcionários e 415 volumes, contando com “doações espontâneas de ilustres cidadãos, para o estabelecimento que tanto concorreu para aumentar o interesse pela cultura”(Araújo, 1966, p.91). Transferida para Aracaju em 1855, com a mudança da capital, os livros ficaram depositados na Tesouraria Provincial até 1858, quando foram para a Secretaria da Assembléia Legislativa. Em 1862, seguiram para a Secretaria do Palácio do

⁶⁴ A cidade de Laranjeira era à época um importante centro econômico, produtor de açúcar, com comércio desenvolvido, “uma cidade afamada, os médicos buscavam-na para centro de suas clínicas, os advogados encontravam nela o fôro mais ativo e rendoso da Província” (cf. Santos, 2003, p.43). Foi naquela cidade que o “republicanismo histórico de Sergipe teve seu fulcro”. Residiam e atuavam através da imprensa, com conferências e reuniões, políticos e intelectuais que “respirava os influxos do cientificismo [...] [e] a influência de Tobias Barreto” (Oliva de Souza, 1985, p.54). Para outros aspectos políticos em Sergipe consultar Oliva de Souza (1985), Figueiredo (1986), Santos (2003) e Dantas (2004).

⁶⁵ Baltazar de Araújo Goes fez o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense, foi professor de Português na Escola Normal e de Geografia Geral e Astronomia do Atheneu Sergipense (cf. Guaraná, 1925).

Governo e depois para o Atheneu Sergipense (cf. Nunes, 1984a). Manuel Luiz Azevedo foi grande defensor da Biblioteca, e através da imprensa conclamava a população a fazer doações de livros. Conseguiu o Diretor da Instrução Pública que os livros da Biblioteca Pública fossem transferidos para as dependências do Atheneu Sergipense.

A biblioteca publica ao lado do Atheneu é de primeira necessidade. A escola sem a biblioteca é infrutifera, diz o escriptor de genio, porque o lêr não deve ser procurado, sinão como instrumento para alcançar os grandes resultados. Saber lêr os diversos ramos necessarios ou agradaveis das lettras, sem a possibilidade de os lêr, é como ter conseguido penetrar num pomar povoado das arvores mais uteis, e não colher nenhum dos multiplicados fructos que estejam convidando com as vantagens dos seus resultados medicinais ou com as delicias do seu agradavel sabor (Relatório de Manuel Luiz, 31 de dezembro de 1873).

A Biblioteca Pública também faz parte das recordações de Campos:

Por volta de 1895, no tempo em que a Biblioteca de Aracaju era no térreo do Palácio, com entrada pelo atual jardim feito em 1906 pelo prefeito Alcindo Barros, eu a frequentava facilitado pela benevolência do sr. Dario para com os preparatorianos da época. Lia muito romance de Júlio Verne, Alexandre Dumas, Victor Hugo, Lamartine, Ramalho Ortigão, Eça, Herculano, o grande Larousse para os que já liam em francês, escondendo Paulo de Kock e Bocage aos menores (Campos, 1970, p.51 e 1965, p.121).

Uma outra importante instituição cultural da época foi o Gabinete Literário Sergipano, fundado por Pelino Francisco de Carvalho Nobre.⁶⁶ Sociedade particular estabelecida em 1860, tinha como

finalidade fomentar a leitura e as atividades culturais [...] preenche uma grande falta que no passado se tentou reparar, mas que, depois, causas desconhecidas e para mim inesplicaveis, fizeram rolar por um declive total a tentativa util de uma biblioteca publica que extinguiu-se quanto o ponto a que atingira dava esperanças de um rápido desenvolvimento (José Cardoso Junior, Presidente do Estado de Sergipe, a 3 de março de 1871).

A circulação de livros evidencia a recepção francesa no desenvolvimento intelectual sergipano. Autores como Chateaubriand, Victor Hugo, Thiers, Balzac, Lamartine, Alexandre Dumas, e outros citados por Campos, eram anunciados constantemente nos jornais e à venda

⁶⁶Pelino Francisco de Carvalho Nobre, Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Recife (1866), assumiu, dentre outros cargos, a Direção Geral da Instrução Pública em 1877, e em 1885 dirigiu o Asilo Nossa Senhora da Pureza. Foi Chefe da Polícia, Deputado Provincial, Vice-Presidente da Província e Vice-Presidente do Estado de Sergipe. Escreveu em jornais da cidade de Aracaju (cf. Guaraná, 1925).

nas livrarias as obras recém chegadas da França. Declara Razzini (2000) que a influência francesa em nosso país vinha através de Portugal, pelas traduções portuguesas de obras francesas e pela adesão de escritores lusitanos à cultura da França, “além da grande influência de editores franceses no Brasil, como Plancher, Laemmert e Garnier, até meados da década de 1930, 50% dos livros importados vinham da França” (Razzini, 2000, p.22).

Uma proposta do curto governo do presidente Antônio Candido da Cunha Leitão (11 de maio de 1871 a 17 de fevereiro de 1872) foi a criação de conferências populares. “Nestas, os jovens ilustrados da província difundiam aos seus ouvintes as luzes da ciência, das artes, da indústria...”(Araújo, 1966, p. 123). Havia sede de conhecimentos, aspiravam os sergipanos o saber. Quando o Sistema Métrico Decimal de Pesos e Medidas passou a ser adotado por determinação do governo imperial, a partir de 1^o de julho de 1873, em Sergipe, era Manuel Luiz Azevedo Diretor da Instrução Pública. Este fez imprimir, na tipografia do *Jornal do Aracaju*, sob sua direção, o *Compendio Elementar do Sistema Métrico Decimal*, compilado pelo Capitão de Infantaria Manuel da Silva Rosa Júnior.⁶⁷ Foram realizadas conferências públicas no Atheneu Sergipense, onde “eram expostos e debatidos temas importantes para a vida da Província. No ano de 1871 realizaram-se 10 sessões, que movimentaram a vida da capital, pelo interesse despertado” (Nunes, 1984a, p.48). Defendia Manuel Luiz em seu Relatório o estabelecimento de Conferências Pedagógicas. Alegava ser este um meio extraordinário de aperfeiçoamento dos mestres, estreitamento das relações, troca de experiências, e “como o jornal pedagógico, promotora do progresso” (Relatório de 30 de janeiro de 1874).

Declara Araújo (1966) que o Sistema Métrico de Pesos e Medidas já estava admitido nas repartições públicas da Província de Sergipe desde 1^o de junho de 1870: “Os homens das ciências, os comerciantes, todos confessavam vantagens do padrão universal de moedas, pesos e medidas”. (Araújo, 1966, p.128).⁶⁸

Esse período é caracterizado por atos governamentais que buscavam deflagrar o progresso da Província de Sergipe, destacando-se a instalação da Sociedade Comércio Agrícola de Sergipe (1871), a concessão de privilégios para construir uma estrada de ferro do porto de Japarutuba à Capela de Nossa Senhora das Dores (1872), a instalação da fábrica de tecido de algodão e de sabão (1872), o contrato para iluminação a gás carbônico e o abastecimento de água potável (1874) (cf. Nunes, 1984a, p.25). Em 1872, na administração de

⁶⁷ Os jornais da cidade de Aracaju divulgavam a venda do compêndio no valor de 1\$000 o exemplar.

⁶⁸ No ano de 1833 o Governo Imperial instituiu uma comissão para estudar o novo sistema de pesos e medidas francês, com vistas a adotá-lo no Brasil. Candido Batista de Oliveira, membro dessa comissão, reeditou em 1863 *Compêndios de Aritmética*, apelando para que o Sistema Métrico Decimal fosse adotado legalmente no Brasil (cf. Valente, 1999, p.125).

Luiz Álvares de Azevedo Macedo (Presidente apenas por seis meses), instalou-se o Serviço de Estatística acusando uma população de 234.616 habitantes em Sergipe e 9.959 habitantes em Aracaju.⁶⁹

Os fios telegráficos chegaram a Aracaju em 1872, passando a capital a comunicar-se com outras províncias e com a corte. Para Sebrão (1954), Aracaju era uma pequena cidade oficial e o comércio ainda não atingira o alvo. Em 1872,

com oito anos de impaludismo, de febre intermitente, de cólera-morbo, de febre amarela, seguida de varíola, de quilombadas, da guerra do Paraguai com seu voluntariado recrutado, da queda do açúcar, da queda do algodão, de secas, de febre amarela outra vez,, mas ela, cidade polvo, com seus tentáculos, atraía o progresso das cidades vizinhas... (Sebrão, 1954, p.402).

“A cidade era ainda um informe agrupado de casebres, em 1873, mas, na sociedade, já existiam duas organizações teatrais: a União e a São Salvador” (Cabral, 2002, p.123). O teatro particular São Salvador, que exibía uma multiplicidade de espetáculos, peças teatrais e óperas de sucesso em outros palcos, agitava a vida dos sergipanos na década de 1870, proporcionando acesso a ocupações culturais recreativas. Por volta de 1895, freqüentavam o teatro homens que,

na maioria vinham de botinas atamancadas de couro-da-Rússia, impermeáveis; as senhoras e senhoritas, com vestidos de festa, iam de tamancos rústicos, e nas casas vizinhas, ou à entrada do teatro, calçavam as meias e os sapatos. Era tal a animação que todos se davam por satisfeitos (Campos, 1967, p.52).

“O Demônio Familiar” de José de Alencar, a “Morgadinha de Valflôr”, de Pinheiro Chagas, “A Capital Federal” de Arthur Azevedo, foram algumas das peças encenadas no teatro sempre repleto, refletindo o gosto da sociedade sergipana por essa arte. Cipriano Duarte, em 1899, exibiu no Teatro São José o primeiro filme que os aracajuanos assistiram. O cinema, nesses primeiros tempos, fora um negócio sem lucros, e só a partir de 1909 passou a funcionar com maior regularidade na cidade de Aracaju (cf. Cabral, 2002, p.127).⁷⁰

⁶⁹ Rui Barbosa, nos seus Pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário, utiliza sobremaneira de dados estatísticos para interpretar a situação do ensino e questiona a forma da coleta dos dados no Brasil, posicionando-se a favor da coleta adequada de dados escolares.

⁷⁰ No período de 1890 a 1908, com a participação empreendedora de gente da terra, circularam em Sergipe nove periódicos tratando de temas distintos: “Revista Literária”, “Caderneta Jurídica”, “Cenáculo”, “A Revisitinha”, “Revista Agrícola”, “A Trombeta – Revista Humorística, Literária, Crítica e Ilustrada”, “A Redenção”, “Revista Florence do Estado de Sergipe: doutrina, jurisprudência e legislação”, “Revista do Brasil” (Dantas, 2004, p.312).

O aspecto político-administrativo da Província e depois Estado de Sergipe não pode ser desprezado, embora abordá-lo seja uma temeridade, suposição fundamentada tendo em vista os conceituados estudos realizados por Dantas (1999 / 2004), Oliva de Souza (1985), dentre outros. No entanto, se fez necessário articular as questões educacionais a momentos políticos vigentes, mesmo porque, como a análise foi empreendida utilizando como uma das fontes os textos legislativos, notou-se a sua abundância, conseqüência certamente dos numerosos administradores que passaram por Sergipe, como por outras Províncias do Império. No período de 1855 a 1889, a Província de Sergipe foi administrada por trinta Presidentes e interinamente por trinta e um Vice-Presidentes (cf. Porto, 1991, p.23). Até o ano de 1908, computam-se trinta e dois indivíduos que estiveram no cargo Executivo, participando de Juntas Provisórias ou governando isoladamente (cf. Dantas, 2004, p.28 e 305).

Foi uma rotatividade elevada, permeada por várias questões desgastantes: renúncias, revoltas, deposições, substituições controvertidas e até duplicidade de Assembléias Legislativas. As tendências autoritárias de alguns republicanos, a disputa destes com os ex-monarquistas, as questões pessoais e as interferências externas contribuíram para tornar o quadro bastante instável, marcado pela descontinuidade das administrações que afetava as finanças públicas (Dantas, 2004, p.29).

O Atheneu Sergipense, como já se disse, não ficava à margem das questões políticas vigentes. Os membros de sua congregação atuavam na imprensa em defesa do abolicionismo em luta contra a monarquia. Quando da abolição da escravidão no Brasil, a congregação do Atheneu recebeu a notícia “com especial contentamento e voto de satisfação, [e] efusão de júbilo” (Ata da Congregação, 2 de junho de 1888). Em sessão magna extraordinária de 19 de novembro de 1889, foi apresentado ofício do Governo Provisório Federal de Sergipe, comunicando ao Diretor Geral da Instrução “o novo regimen estabelecido neste Paiz”. Faziam parte do Conselho Federal Provisório o major José Siqueira de Menezes, o coronel Vicente Luiz d' Oliveira Ribeiro e o professor Baltazar Goes.⁷¹

E o Atheneu Sergipense progredia.

Com exames gerais de preparatórios nelle realizados e validados em qualquer escola superior do Paiz, mais vasto tornou-se o campo de acção; novas e aproveitaveis

⁷¹ Essa é a última reunião em que consta “Congregação dos Lentes da Eschola Normal”. A partir de 1 de fevereiro de 1890, passou-se a registrar “Congregação dos Lentes do Atheneu Sergipense”.

mentalidades ocuparam cadeiras de examinando, erguendo-se dellas com os desejados laureis de applicados (Antônio Teixeira Fontes, *Diário da Manhã*, 24 de julho de 1914).

O Atheneu Sergipense foi se estruturando paulatinamente.

A necessidade, porém, que assim como o carinho, não invade espontaneamente somente o lar da família, mas também a amplitude social, levou a ceder ás leis da evolução no desenvolvimento das ideias para tornal-o, não o centro do ensino superior mas o nucleo da leitura; não o areópago dos moços que buscam aprender, mas a escola de quantos querem saber. Hoje, neste “Atheneu” não se estuda, lê-se; resultando dessa leitura acurada, comprehender-se o que se quer, tudo o que o alfabeto traduz (Antônio Teixeira Fontes, *Diário da Manhã*, 24 de julho de 1914).

Num movimento progressista, os cursos do Atheneu Sergipense foram cambiando de denominações e tempo de duração, adequando-se assim às exigências das legislações nacionais, como se vê no quadro seguinte.

QUADRO 2 – TIPOS DE CURSOS DO ATHENEU SERGIPENSE POR TEMPO DE DURAÇÃO

Ano	Tipos de Cursos	Tempo de Duração (anos)
1870	Humanidades	4
	Normal	2
1877	Humanidades	5
	Normal	3
1892	Humanidades	6
	Normal	3
1896	Humanidades	6
	Normal	3
1897	Integral	7
1899	Integral	6
	Normal	3
1901	Integral	6
	Normal	3
1906	Integral	6
1907	Ginasial	6
1911	Integral	6
	Normal	4
1912	Integral	5
	Normal	3

FONTE: Quadro elaborado a partir das Legislações examinadas.

O curso de Humanidades do Atheneu Sergipense passou a ser feito, em 1877, em cinco anos, e o Normal em três anos, permanecendo o último com essa duração até a primeira década do século XX. Com a Resolução de 30 de março de 1882, o Atheneu Sergipense, já denominado desde o ano anterior de Liceu Secundário de Sergipe, sofreu alterações não somente quanto ao seu nome, passando a Escola Normal de Dois Graus, mas também quanto à ampliação do número de cadeiras – 15 naquele ano. Sete são os anos de duração para o curso Integral em 1897, diminuindo para 6 anos de 1899 a 1906. O curso Ginásial de 1908 era feito em seis anos, e em 1916 quatro eram os cursos oferecidos: Ginásial, com cinco anos e destinado aos candidatos aos cursos das escolas de ensino superior da República; Integral,

com seis anos, para aqueles que, não podendo ou não querendo seguir as profissões proporcionadas pelos cursos superiores, se destinassem a outros de sua escolha; Normal, com quatro anos, destinando-se exclusivamente aos candidatos ao professorado do ensino primário do sexo masculino, e o curso Comercial, feito em três anos e destinado aos interessados nos diferentes ramos de negócios.

A Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República de 1911, do Ministro Rivadávia Correia, instituiu o “exame vestibular”, de modo que o acesso às faculdades passou a ser feito no vestibulo delas, e não mais nos estabelecimentos secundários que prestavam os Exames de Preparatórios. Em 1936, ano em que se fizeram sentir desdobramentos significativos da Reforma Francisco Campos, são introduzidos no Atheneu Sergipense os cursos complementares Pré-médico, Pré-politécnico e Pré-jurídico, de dois anos, posteriores aos seis anos do curso Fundamental e obrigatórios para o ingresso em qualquer escola superior.

E Aracaju também crescia. Descrevendo o centro da cidade, Campos diz ter a capital sergipana a Praça dos Três Poderes, à época do Presidente José Calazans, em 1892.⁷²

No fundo da grande praça, que tomava quatro quarteirões da quadrícula projetada para a nova capital, um edifício destinado ao Tribunal da Relação, cúpula do poder judiciário do Estado. [...] Na frente, viam-se, à direita, a sede do poder executivo; à esquerda a do legislativo, e, no fundo, destacava-se a do poder judiciário. [...] No correr dos tempos, a grande praça sergipana foi adornada com edifícios da Delegacia Fiscal Federal, o dos Correios, o do Telégrafo, da Prefeitura, do Grupo Escolar, de um lado; e do outro, o Teatro, a nova Prefeitura, o do Palácio do Prefeito, a Chefatura de Polícia, até o velho Hotel Brasil (Campos, 1969, p.36).⁷³

O algodão mantinha, ao término do século XIX, uma exportação regular, com parte da produção sendo absorvida pelas duas fábricas de tecidos, uma em Aracaju e outra em Estância. A cultura de subsistência ocupava parte da população de diversos municípios, destacando-se Itabaiana e Lagarto (Nunes, 1984b, p. 196)⁷⁴.

⁷² José Calazans, Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, governou Sergipe no período de 1892 a 1894. Em sua gestão, vários órgãos públicos receberam regulamentos, na tentativa de racionalizar a máquina administrativa (cf. Dantas, 2004, p.26).

⁷³ Sergipe, o menor Estado, insulano e pobre, dava, segundo Campos, a idéia para a deslumbrante Capital do país, no coração do Brasil. Sergipe também ocupou outros lugares de destaque. Foi a Província que primeiro instituiu a Assembléia Legislativa, em 1º de janeiro de 1835 (cf. Sebrão, 1954).

⁷⁴ Em 1890 a população do Estado era de 310.926 habitantes e em 1900 era de 356.264 habitantes. Aracaju tinha, em 1890, 16.336 habitantes, e em 1900, 21.264 habitantes (cf. Nunes, 1984b, p.197).

Antes de 1900, Aracaju não tinha calçamento no meio das ruas, fôra dos 2 metros obrigatórios de passeio nas frentes das casas. Quem desejava construir pedia licença à Intendência [Prefeitura], que dava o alinhamento sem determinar o futuro nível da rua. As casas tinham o piso horizontal e os passeios eram ligados por meio de escadinhas ou rampas, conforme inclinação do logradouro ainda não calçado. Casas, sem jardim, ligadas umas às outras, tendo portas e janelas só na frente e nos fundos. Muitas apenas separadas por finas paredes de adobes. [...] Tôdas [as ruas] tinham nomes de cidade e vilas da Província, uma bela idéia (Campos, 1969, p.22).

Alunos do Atheneu Sergipense, sequiosos por aprender ensinando, fundaram em 1898 a Sociedade Grêmio Tobias Barreto, ministrando aulas noturnas gratuitas para adultos atrasados, desejosos de recuperar o tempo perdido.

Artur Fortes não perdia oportunidade para ensinar discursos que lhe saíam sem dificuldade, misturando versos que também fazia. O Abdias Bezerra não conversava, fechava a cara e ensinava matemática também aos outros professores improvisados, e o E.C. [Edilberto Campos] aproveitava para recordar a geometria que Teixeira de Faria lhe ensinava com especial carinho. Alternando as reuniões de cúpula, propriamente literárias, corriam diariamente as aulas de português e aritmética elementar, pelo paciente José Peixoto, segundo João Ribeiro e Trajano, em voga naquele tempo (Campos, 1965, p.158).

Outros alunos do Atheneu Sergipense “que em Sergipe ou fora dele derramaram a flux as cintilações de seu espírito” são destacados por Lima (1948), tais como: João Ribeiro, Maximino Maciel, José Rodrigues da Costa Dórea, Gilberto Amado, Manuel Bomfim, Jackson de Figueiredo, Gracho Cardoso, Aníbal Freire, Dias de Barros, Clodomir de Souza e Silva, Esperidião Monteiro, Felisbelo Freire, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Francisco Carvalho Lima Junior, Gamaliel Mendonça, Gentil Tavares da Mota, Hunald Cardoso, Barreto Filho, José Calazans, dentre tantos outros não citados. Foi no Atheneu Sergipense “que essa revoada de inteligências enrijou as penas para os grandes vôos e as migrações vitoriosas” (Lima, 1948, p.28), destacando, outrossim, Sergipe no cenário nacional.

Os estudos secundários em Sergipe eram ministrados também em colégios particulares, como o Colégio de São Salvador, em Aracaju, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo em Capela e em aulas avulsas em Estância e Laranjeiras (cf. Relatórios dos Presidentes, 1874, 1875). Destaque-se o Parthenon Sergipense, fundado por Ascendino Ângelo dos Reis em 2 de fevereiro de 1879. Cirurgião do Corpo de Saúde e Médico do Exército, o professor Ascendino foi em 1876 Inspetor Geral da Instrução Pública de Sergipe, lecionando também Inglês e História no Atheneu Sergipense. O médico Ascendino dos Reis,

desejoso de ampliar a cultura de sua inteligência, fez o curso de Direito da Faculdade de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em 25 de novembro de 1899, circunstancia que não o afastou do magistério que sempre foi a carreira de sua predileção, nem a clínica, que exercia cercado de longo conceito (Dórea, 1961, p.145).

Em 1907, nomeado professor de Geografia Geral e Corografia do Brasil da Escola Normal Secundária de São Paulo, regeu ainda as cadeiras de Português, Francês, Inglês, Latim, História do Brasil, História Natural e Pedagogia na referida escola. Desempenhando grandes atividades culturais em São Paulo, foi homenageado com nome de rua e como nome do Ginásio Estadual de Tatuapé (cf. Dórea, 1961, p.146).

Por volta de 1896, Alfredo de Siqueira Montes assumiu o cargo de Diretor do Parthenon Sergipense. Lá não eram ministradas todas as matérias dos estudos secundários, permitindo os pensionistas, como declara Campos (1967), sair para outros cursos, especialmente para o Atheneu Sergipense, que era do Governo.

Um costume da época dos anos iniciais do século XX em Aracaju era ouvir atentamente a Banda da Polícia, que às quintas e domingos, das 8 às 9 horas da noite, tocava em frente ao Palácio do Governo.⁷⁵ Rapazes e moças, em grande número, passeavam livremente com alegria, principalmente nas noites enluaradas, balançando corações enamorados. Mas, em 1906, quando o prefeito Alcino Barros ajardinou a praça entre a Assembléia e a Biblioteca e construiu um coreto, “o embelezamento matou a tradição” (Campos, 1965, p.121).⁷⁶

Aracaju cresceu. “Ao romper das manhãs recebe ella o beijo do Cotinguiba que a viu nascer, risonha, alegre na singeleza das primeiras casas de palha” (Santiago, 1916, p.78). À medida que crescia, começa a atrair, a fascinar, a enamorar (Cabral, 2002).

O Banco de Sergipe foi fundado em 1905, e no ano seguinte Sergipe recebeu a visita de Afonso Pena, Presidente eleito do Brasil. O cinema iniciou regularmente suas atividades em 1909, os grupos escolares começaram a ser construídos em 1910, o bonde a tração animal circulou em Aracaju no ano de 1908 e os automóveis aparecem a partir de 1913. A água

⁷⁵ Em 1873 a Câmara Municipal de Aracaju adotou a postura de proibir qualquer edificação no terreno compreendido entre os edifícios do corpo legislativo e o do Atheneu Sergipense. O referido terreno deveria ser ajardinado e colocado muros e gradis de ferro (Jornal do Aracaju, 1^o de fevereiro de 1873).

⁷⁶ “No limiar do século XIX”, escreve Morse referindo-se à cidade de São Paulo, “deparamos com uma cidade em fluxo, uma cidade que apenas começa a definir-se, uma cidade cujo passado não é mais sentido e cujo presente e futuro imediato revestem-se de especial urgência – uma cidade pressionada por questões inexoráveis. Para os grandes filósofos pessimistas, a cidade é o cadinho desta era. Nela, o abstrato e o simbólico tornam-se mais imediatos que o visível e o palpável” (Morse, 1970, p. 273).

encanada chegou às casa aracajuanas em 1908, no Governo de Rodrigues Dórea. Tais melhoramentos visavam o embelezamento da cidade.

A cidade de Ignácio Barbosa está crescendo; calça suas ruas; rasga-as de vez em vez para cravar os trilhos da viação urbana; cruzou sobre as nossas cabeças os fios da luz electrica; levantou dois bellos edificios; offereceu-os aos seus paes de familia, dizendo: vêde-os, são vossos; mandae a elles os vossos filhos para commungar a hostia da instrucção para honra vossa e gloria minha (Santiago, 1916, p.78).

Em 1913 acenderam-se as lâmpadas elétricas em Aracaju. A rede de esgotos foi instalada em 1914, no Governo de Siqueira de Menezes, e em 1919 inaugurou-se a rede telefônica. A rodagem para automóveis só apareceu em 1920, entre Estância e Salgado, com 33 quilômetros. “Em todo o estado até então se viajava por terra, a cavalo ou em carro de boi, e por água, nos saveiros, canoas, vaporezinhos do sr. Bastos Coelho e nas gaiolas do Rio de São Francisco” (Campos, 1969, p.24).

A fundação da Escola Federal de Aprendizes Artífices, em 1910, proporcionando mais um ensino profissional nas terras sergipanas, foi um avanço. Até aquele momento, como categoria de ensino profissional, poderíamos enquadrar o Curso Normal, cuja finalidade era formar professores para lecionar nas escolas primárias. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, carinhosamente denominado “a casa de Sergipe” por alguns dos seus sócios (cf. Freitas, 2002), nasceu “da euforia científica da passagem do século XIX para o XX, incorporada pelos mais arraigados bacharéis, discípulos de Tobias Barreto”. Criado em 1912, tendo como fundadores Florentino Menezes, Prado Sampaio e João da Silva Melo, no momento da “maturação do corpo intelectual do Estado, bem como da consciência do papel interventor dos homens de pensamento nos problemas sociais, políticos e econômicos” que mais afetavam Sergipe (Freitas, 2002, p. 14). A Diocese de Aracaju, fundada a 3 de janeiro de 1910, quando desmembrou-se da Arquidiocese da Bahia, teve como primeiro Bispo Dom José Tomaz Gomes da Silva. Enfim, Aracaju é assim:

em seus defeitos e qualidades, fruto de nossos sofrimentos e suor, de nossas lutas e vitórias. Se somos feios, fracos e pobres, somos orgulhosos do que temos dentro dessa paisagem cultural e humana que envaidece, a pesar de tudo. [...] Aracaju tem chamariz especial feito de brisa, areia, cheiro de caju, de sumo de mangaba, de leite de côco e de cuscús de milho (Fortes, 1955, p.42).

Ela, Aracaju, vale por si mesma, enfatiza Cabral (2002) e acrescente-se – o Atheneu Sergipense é assim, vale por si mesmo. “Ela, [Aracaju], foi construída, dia a dia, pedra a

pedra, casa a casa, exclusivamente pelos sergipanos – novos holandeses que souberam construir a sua Holanda” (Cabral, 2002, p.33). O Atheneu Sergipense foi construído dia a dia, pedra a pedra, dentro da paisagem cultural e humana de Aracaju, por professores, diretores, alunos, corpo administrativo, por todos aqueles que sentiam orgulho e vaidade por pertencer à sua plêiade.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDOS

O Atheneu tem por fim proporcionar á mocidade a instrucção secundaria e fundamental, necessaria e sufficiente, assim para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho das funcções dos cidadãos sergipanos na vida social.

Art.103, Decreto 231, de 9 de julho de 1897.

Uma vez apresentado o alicerce no qual edificou-se o ensino secundário de Sergipe, examinar-se-á agora a composição e construção dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense ao longo do período delimitado. A leitura e análise das fontes documentais relativas ao Atheneu Sergipense, tais como as atas da Congregação, os relatórios dos Diretores, as correspondências expedidas e recebidas e os ofícios enviados, dentre outras referentes àquela *casa de educação literária* sergipana, evidenciam o mecanismo de elaboração de seus Planos de Estudos, introduzindo elementos novos e excluindo outros que, com o tempo, retornaram à cena e moldaram a cultura da instituição, com estreita vinculação com as características dos destinatários desse tipo e modalidade de ensino.

Assim, questiona-se: quais as finalidades das cadeiras lidas no Atheneu Sergipense? O que provocou suas incorporações e/ou retiradas dos Planos de Estudos? As matérias mantinham a mesma denominação ou assumiam denominações diferentes com programas semelhantes? Como essas cadeiras funcionavam? Tais interrogantes pautam a análise desse capítulo, que examina como as diversas cadeiras foram se formatando nos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, com a distribuição das respectivas cargas horárias, observando as orientações metodológicas propostas e os conteúdos que organizavam o ensino das diferentes cadeiras e identificando os compêndios e professores, tanto na palavra da Lei como na sua aplicação cotidiana. São reflexões que objetivam explicar o movimento de nascimento, desenvolvimento, estabilização, transformação e eliminação das disciplinas, considerando os fatores internos do dia a dia escolar e relacionando-os com os externos, também determinantes de mudanças.

Antes, porém, faz-se necessário compreender as finalidades do Atheneu Sergipense e o mecanismo da sua Congregação, uma vez que este era um órgão consultivo e deliberativo quanto às questões inerentes à organização dos Planos de Estudos, dentre outras funções. Ademais, é fundamental esclarecer a dupla face do Atheneu Sergipense, com os cursos de Humanidades e o Normal. Assim, o exame desse conjunto permitirá apreender o papel educativo e formador que o Atheneu Sergipense desempenhou na sociedade sergipana, identificando o seu *ethos* cultural.

2.1. Finalidades do Atheneu Sergipense

O Atheneu Sergipense, como já foi dito, tinha como finalidade ministrar concomitantemente o curso de Humanidades e o Normal. O ensino no Atheneu, *uma casa de educação literária*, deveria “manter-se na altura do principio que representa”, tendo por fim “proporcionar á mocidade a instrução necessaria e sufficiente, assim para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho das funcções dos cidadãos sergipanos na vida social”(Art.103, Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

O ensino humanístico, que permaneceu durante o período colonial no Brasil sob a responsabilidade dos jesuítas, requer, para esse texto, um entendimento preciso do termo. Souza (1999) verifica que “o conceito de humanismo é de extração pedagógica, designando um ideal de educação voltado para a formação integral do homem, distinto assim, do propósito de preparar os indivíduos para o exercício de tarefas especializadas”. Continua o autor: “o ensino humanístico, então caracterizou-se por consolidar e transmitir uma *cultura geral*” (Souza, 1999, p. 21 e 22), entendendo por geral o que interessa a todos.

Tinha, pois, o Atheneu Sergipense como finalidades do curso de Humanidades: proporcionar a instrução necessária para acesso aos cursos superiores, ministrando as cadeiras exigidas nos Exames de Preparatórios, bem como formar indivíduos que pudessem desempenhar funções variadas na sociedade. Assumia desse modo não só o caráter propedêutico, mesmo porque havia ainda na mesma casa o curso Normal, destinado à formação do quadro do magistério primário, iniciando a perspectiva de formação profissional do magistério sergipano.

Para atingir a contento tais finalidades, contava o Atheneu Sergipense com um quadro de professores, quer selecionados pelo Governo, quer por concursos, que se reuniam em Congregação. Cabe, no momento, apresentar as características da Congregação do Atheneu Sergipense, detalhando suas finalidades, composição e funções, pois são esses os sujeitos que deliberavam sobre a organização dos Planos de Estudos da instituição.

O Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Sergipe, de 24 de outubro de 1870, que criou o Atheneu Sergipense, determinou, entre outras prerrogativas, que a Congregação, convocada e presidida pelo Diretor da Instrução Pública, também Diretor do Atheneu, seria composta pelo “agregado dos professores cathedraicos ou substitutos em exercicio”, que se reuniam para:

§1º Confeção dos Estatutos do estabelecimento, em que se determine a sua economia, direção e trabalhos.

§2º Determinação dos exames annuaes dos alumnos e nomeação dos examinadores. O modo practico d'esses exames será preceituados nos Estatutos do estabelecimento.

§3º Julgamento das faltas em que hajam incorrido os alumnos do estabelecimento.

§4º Discussão de uma memoria historica e relatorio annual das necessidades da instrucção a cargo do estabelecimento, commettido esse trabalho a um professor eleito pelo Director.

§5º Providenciar sobre tudo o mais que não fôr attribuição especial do Director Geral da Instrucção (Art. 26, Regulamento Orgânico da Instrucção Pública de Sergipe, 1870).

A Congregação do Atheneu Sergipense, constituída desde a sua criação, definia-se como um órgão consultivo e deliberativo.⁷⁷ Os atos e papeis oriundos das sessões secretas deveriam ser escritos por um professor que, por eleição anual de seus pares, prestaria obrigatoriamente a função de secretário da Congregação, registrando as atas daquele ano. Em alguns anos, há modificações quanto à pessoa que assume a função de secretário da Congregação. Pelo Decreto 351, de 9 de junho de 1899, serviria de secretário da Congregação o mesmo do Atheneu Sergipense, da mesma forma que em 1908.⁷⁸ Dessa feita, ser secretário da Congregação não o destacava dos demais colegas, pois não lhe eram diminuídas as tarefas do magistério, o que o fazia assumir um maior encargo, mais um dever.⁷⁹

Nas investigações empreendidas, foram localizados dois livros que registram as Atas das Reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense. Um deles, de capa dura preta, de dimensões 50cm x 30cm, aberto pelo Diretor da Instrucção Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, contem 304 páginas e 381 atas, registradas entre o período de 5 de janeiro de 1871 e 19 de julho de 1916, quando foi encerrado pelo Diretor Dr. Aristides da Silveira.⁸⁰ Do exame dessa fonte documental, notadamente em relação aos elementos dos Planos de Estudos, pode-se inferir características da Congregação.

A Congregação do Atheneu Sergipense reunia-se a cada início de ano letivo, geralmente em fevereiro, antes de iniciar o período, a fim de deliberar os horários das aulas, os compêndios a serem adotados e eleger, por escrutínio secreto, o secretário da Congregação dentre seus membros. As reuniões ocorriam por volta das 11 ou 12 horas, na primeira quinta-

⁷⁷ Segundo Andrade (1999), é em 1881 que o Conselho Colegial do Colégio Pedro II foi convertido em Congregação. Declara Ranzi e Silva (2004) que quando o Liceu de Curitiba é restabelecido em 1871, uma das novidades postuladas na lei é a criação da Congregação.

⁷⁸ Em 1916, volta a ser eleito o secretário da Congregação entre seus pares.

⁷⁹ Há em algumas biografias destaque aos vultos que assumiram a função de Secretário da Congregação do Atheneu Sergipense, podendo-se supor que existissem critérios para essa seleção e só alguns, por avaliação de seus pares, chegassem a esses postos.

⁸⁰ O outro livro das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense compreende o período de 1916 a 1939.

feira do mês, presididas pelo Diretor Geral da Instrução Pública, também Diretor do Atheneu Sergipense, que, durante as votações, além do voto como membro da Congregação, tinha também direito ao “voto de qualidade” nas ocasiões de empates.

O ponto de pauta mais comum das reuniões refere-se ao abono ou não das faltas cometidas pelos alunos. Os professores, após ouvirem as justificativas apresentadas, por petição dos seus pais ou responsáveis, abonavam ou não as suas faltas. Nota-se uma frequência irregular nas aulas, tendo em vista a não obrigatoriedade de conclusão em todos os anos do curso.

Em alguns anos examinados, só ocorreu uma sessão, ou melhor, só há registrado nesse livro uma reunião da Congregação. São os anos de 1901, 1902, 1903 e 1905. O maior número de reuniões ocorreu nos anos de 1909 e 1910, com 21 sessões.

Dentre os pontos de pauta mais frequentes, destaque-se ainda: a organização dos horários das aulas; a escolha e aprovação dos compêndios a serem adotados; a solicitação de mudança de horário das aulas, mesmo depois de ter sido aprovado e iniciado o ano letivo; a eleição das bancas examinadoras para avaliação dos alunos ou para concursos dos professores; eleição de comissões para redigir Estatutos, Regulamentos ou emitir parecer sobre questões educacionais e a produção da Memória Histórica da instituição.⁸¹

Mesmo sendo divulgadas as sessões das reuniões da Congregação na imprensa local e no Diário Oficial, por vezes estas não ocorreram, por falta de número legal de membros, apesar da obrigatoriedade de comparecimento por parte dos professores, sendo necessária nova convocação. O não comparecimento das reuniões sem motivo justificado provocaria a aplicação de sanção de perda dos vencimentos do dia (Art.90, Regulamento de 9 de janeiro de 1877), sendo em dobro a perda do vencimento quando a falta ocorresse na sessão do mês de fevereiro, dedicado à organização dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.

Por determinação do Decreto 231, de 9 de julho de 1897, as deliberações da Congregação deveriam ser aprovadas pelo Conselho Superior, órgão de consulta nas questões de instrução e composto do Diretor Geral da Instrução Pública, do Diretor do Atheneu Sergipense, do Intendente ou Presidente do Conselho Municipal, de 3 lentes do Atheneu Sergipense e de 2 professores do ensino primário do 2^o grau.

Outra função da Congregação a destacar é o julgamento do mérito de obras a ela apresentadas sobre doutrinas professadas no Atheneu Sergipense, ou sobre compêndios de instrução secundária. Avaliavam, pois, os membros da Congregação, livros que poderiam ser

⁸¹ Em vários documentos há menção à Memória Histórica do Atheneu Sergipense. No entanto, não foi localizada tal memória o que leva a indagar da real existência do registro dessa Memória Histórica.

indicadas para serem adotadas em Sergipe. Para o leitor ter uma noção dos dispositivos operacionais das reuniões da Congregação, é transcrita a seguir uma de suas atas.⁸²

Acta da Sessão da Congregação do Atheneu Sergipense

Dia 3 de agosto de 1871

Presidencia do Ilmo. Dr. Director Manuel Luiz d'Azevedo

Presentes os senhores Dr. Director, Dr. Leopoldo, Moura Mattos, Geminiano, Diniz, Valladão, faltando com causa justificada os senhores Tito Augusto, Dr. Sancho e Justiniano, o senhor Dr. Director abriu a sessão.

O sr. Secretario leu dous officios dos senhores Dr. Sancho e Justiniano participando não poderem comparecer a presente sessão, bem assim comunicou a Congregação que por grave encommo de saude deixava de comparecer o senhor Tito Augusto.

Um requerimento de D. Maria Angelica da Motta Tojal mãe do alumno Agnaldo da Motta Rabello pedindo para serem abonadas as faltas de seu filho nas aulas de Frances e Arithmetica, attendendo o estado de molestia em que esteve elle durante o tempo decorrido de 5 de junho a 28 de julho. Remettido ao Sr. Geminiano para informar, justificou o justo motivo do requerimento e sendo posto a votos, mandou-se abonar as faltas em ambas as aulas.

Não havendo mais nada a tratar-se, o senhor Dr. Director levantou a sessão.

Sala da Congregação do Atheneu Sergipense, 3 de agosto de 1871. Eu, Raphael Archanjo de Moura Mattos, secretario da Congregação fiz e assignei com o Ilmo. Dr. Director, e mais lentes presentes.

Manuel Luiz Azevedo d'Araujo

Raphael Archanjo de Moura Mattos

Dr. Tomaz Diogo Leopoldo

Ignácio de Souza Valladão

Geminiano Paes de Azevedo

Antonio Diniz Barreto

O ensino público, em qualquer estabelecimento de Sergipe, deveria seguir o método “intuitivo e pratico, marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do definido para o indefinido” (Art.3, Decreto de 14 de março de 1890). O ensino no Atheneu Sergipense, regulado pelos mesmos programas adotados no Ginásio Nacional, indicava o emprego de todos os meios ao alcance do corpo docente “para não [deixar] de ser fielmente observado o mais insignificante dos detalhes dos referidos programmas” (Art.6, Decreto 351, 9 de junho de 1899). No entanto, a prescrição não inibia os lentes de adotarem “accessoriamente quaesquer modos pedagogicos cuja alta conveniencia na transmissão do ensino a experiencia haja demonstrado” (Art. 7).

Expõe a legislação meios pelos quais os professores deveriam organizar seus ensinamentos, repetindo as lições anteriores antes de iniciar a explicação de outras novas, o que dava as lições cunho especial da metodologia de cada estudo. Os métodos de ensino eram,

⁸² Quadro sintético de todas as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense do período de 1871 a 1916 encontra-se no Anexo IV.

assim definidos segundo as características de cada disciplina. Para Antonio Estevam da Costa e Cunha, o segredo do ensino era “nada de abstrações, poucas teorias e regras, exemplos, muitos exemplos, informações, fatos, exercícios, repetições, pratica e depois, mais pratica” (*Jornal do Aracaju*, 15 de outubro de 1873). Indicava-se um ensino prático, relacionado com exemplos e fatos.

Os alunos do curso Normal, depois de concluídos os estudos fundamentados na metodologia descrita, recebendo seus diplomas, poderiam:

segundo o grau de aprovação plena nos dous diferentes annos e documentos insuspeitos de bom comportamento, não concorrendo com outros alumnos, ser providos nas cadeiras que vagarem, independentemente de novo exame ou concurso. – No caso de concorrerem com outros collegas, os seus diplomas dispensam-nos apenas do exame de habilitação, mas não do concurso (Art. 31, Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870).

Os egressos do curso Normal providos como professores, alcançavam o privilégio do título de vitalício, independente do tirocínio dos cinco annos, não podendo ser destituídos senão por mau comportamento. Tal medida, instituída legalmente, objetivava incentivar o ingresso de alumnos no curso Normal do Atheneu Sergipense, que apresentava reduzida frequência.⁸³ Já os alumnos do curso de Humanidades aprovados em todas as cadeiras dos estudos estavam aptos a receber:

uma carta ou diploma, que os habilitará aos empregos publicos provinciaes, independentemente de novos exames, nas hypotheses em que leis especiaes anteriores os exijam, e quando não concorrerem com outros collegas, caso em que o exame será a base da preferencia, ficando, entretanto, sujeitos a exame nas materias não comprehendidas no dito curso e que forem precisas para os empregos a que se propuzerem (Art. 32, Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870).

O grau de Humanista poderia ser outorgado ao aluno aprovado em todas as matérias do curso de Humanidades, requerido à Congregação do Atheneu Sergipense e comprovado com a certidão dos exames. “A carta de humanista será assignada pelo director, pelos professores do Atheneu e subscripta pelo secretario” (Art. 125, Lei de 9 de janeiro de 1877).⁸⁴

⁸³ João Ferreira d’Araujo Pinho, Presidente da Província de Sergipe em 1876, concedeu licença de sete annos com vencimentos a professores do ensino primário para concluir seus estudos no Atheneu Sergipense e matricularem-se nas academias do Império (Resolução 1046, de 8 de maio de 1876).

⁸⁴ Avaliando o Decreto de 19 de abril de 1879, Rui Barbosa chega, dentre outras conclusões, não à extinção, mas à reforma do bacharelado, exigindo esse grau como condição preliminar à matrícula ao ensino superior, propondo uma inseparabilidade entre as ciências e as letras na organização do bacharelado (Barbosa, 1882, p.38). Os Pareceres sobre a Reforma do Ensino de Rui Barbosa referem-se à Reforma de Leôncio de Carvalho. O volume IX do Ensino Secundário e Superior foi escrito em 1882. As referências utilizadas são da edição de 1942, editada pelo Ministério da Educação e Saúde.

Até o ano de 1890 havia aulas avulsas de Latim nas cidades de Estância e Laranjeiras, as quais, a partir daquele ano foram suprimidas, passando o estudo secundário público de Sergipe a ser ministrado exclusivamente no Atheneu Sergipense. Aos alunos concludentes do curso de Humanidades de seis anos, em 1892, era conferido o título de “Bacharel em Letras”, após a apresentação e defesa de uma tese, dando aos diplomados o direito de “nomeação vitalícia para empregos estaduais, municipais, excepto no magisterio secundário, independente de qualquer outra prova de habilitação” (Art. 35, Lei 35, de 18 de agosto de 1892). Para ingresso no magistério secundário, prestariam os candidatos o concurso. Em 1901 o título denomina-se “Bacharel em Humanidades” (cf. Decreto 501, de 5 de agosto de 1901). O título de “Bacharel em Ciências e Letras”, conferido em 1897, dava a preferência:

para nomeação de qualquer emprego nas repartições publicas do Estado, e para os cargos de escrivão e tabelião e de promotor publico e juiz preparador, este na falta de bacharel formado em sciencias juridicas e sociaes pelas Faculdades jurídicas da União.

O titulo de bacharel em sciencias e letras será conferido a todos os candidatos, alumnos ou não do Atheneu, que aprovados no exame de madureza tiverem tido pelo menos dous terços de notas - plenamente, nas materias do curso integral (Art. 107 e 199, Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

Essas prerrogativas legais, vantagens que podem parecer benevolências de acesso a cargos públicos, são sinais indicadores do grau de importância e relevância que se dava aos estudos e alunos do Atheneu Sergipense, mas podem também significar ações dos dirigentes com a finalidade de atrair alunos para os cursos. O sergipano Sílvio Romero (1901) sugere extinguir o título de Bacharel em Letras do Colégio de Pedro II: um certificado de exames finais substituiria o título. “Já temos muito bacharel demais; bastam-nos os de mathematica e de direito. Preparatorianos bacharelados é uma exquisitece...” (Romero, 1901, p.212).

No entanto, mesmo com sugestões de modificações do bacharelado, a imposição do título permaneceu nas legislações referentes ao Atheneu Sergipense. Devido, talvez, à subordinação dos estudos secundários aos exames de preparatórios, quantificou-se no Atheneu Sergipense um reduzido número de sujeitos habilitados a receberem o título, a “Carta de Humanista”, ou “Bacharel em Ciências e Letras”, visto que os alunos lá matriculados cursavam, pelo que foi possível apreender da documentação, os primeiros anos do curso, prestando, logo que se sentiam capazes, os exames preparatórios que os habilitavam a ingressar nas Academias. A flexibilidade legal abafava o nível de frequência da seqüência de estudos serial, dificultando desta feita, uma organização e efetivo funcionamento dos estudos secundários na forma seriada.

Apresentavam os Diretores do Atheneu Sergipense em seus relatórios dos primeiros anos de funcionamento dados estatísticos relativos à frequência por aulas, não por séries, embora expresse a legislação ser o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense dividido em quatro anos. A idealização legal programa, mas algumas vezes não corresponde ao cotidiano. Registra-se a seguir a distribuição de frequência das matrículas por aulas do Atheneu Sergipense durante os anos de 1872, 1874 e 1875.

TABELA 2 – FREQUÊNCIA NAS DIFERENTES AULAS DO ATHENEU SERGIPENSE NOS ANOS DE 1872, 1874 E 1875

Aulas	1872	1874	1875
Latim	23	28	30
Francês	47	56	59
Inglês	02	10	03
Geografia e História	05	16	-
Geografia	-	-	24
História	-	-	20
Filosofia	02	10	06
Gramática Nacional	13	28	33
Arit., Alg., Geom.	16	36	-
Arit. e Álgebra	-	-	38
Geometria	-	-	21
Retórica	-	-	04
Pedagogia	04	13	13
Religião	-	-	13
Total	112	197	264

FONTE: Jornal do Aracaju, 11 de abril de 1872 – Relatório apresentado ao Presidente da Província de Sergipe pelo Diretor da Instrução Pública Dr. Manuel Luiz Azevedo d’Araujo. Jornal do Aracaju, 7 de março de 1874. Relatório do Dr. Antonio dos Passos Miranda, 1 de março de 1875.

NOTA: a notação (-) não significa ausência de frequência, mas os anos em que as referidas cadeiras não eram lidas no Atheneu Sergipense.

Contou o Atheneu Sergipense no seu primeiro ano de funcionamento com 117 alunos matriculados no curso de Humanidades, registrando no ano seguinte, 1872, uma pequena queda na procura: 112 alunos. A frequência no Atheneu apresentou aumento significativo nos

anos de 1874 (197 alunos), 1875 (264 alunos), 1877 (395 alunos), e uma queda para 145 alunos em 1878.⁸⁵

Registra-se nos três anos apresentados na Tabela 2 uma maior e crescente procura nas aulas de Francês, Latim e Gramática Nacional, tendência apontada desde os tempos do Liceu de São Cristóvão. As aulas de Geografia e História, quando separam-se em cadeiras distintas no ano de 1874, passam a ter uma frequência maior do que naqueles anos anteriores, quando formavam uma só cadeira. Tendência semelhante ocorreu com as aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria. Reunidas em uma cadeira, registram frequência de 16 alunos em 1872 e 36 alunos em 1874. Ao separarem-se em Aritmética e Álgebra; e Geometria, a procura aumenta, apontando 38 alunos matriculados na primeira e 21 alunos na segunda cadeira.

Informar o número de matriculados nas diferentes cadeiras lidas no Atheneu Sergipense era um dado indispensável nos relatórios dos seus Diretores. Assim, registrou-se em 1903 uma matrícula de 106 alunos, 84 no ano seguinte, 86 em 1905 e 76 em 1906 (cf. Livro de Ofícios do Atheneu Sergipense). Os alunos do Atheneu Sergipense não concluíam o curso serial, pois não se matriculavam regularmente nas séries estabelecidas. Os que possuíam maiores recursos financeiros buscavam outros Estados, onde havia os cursos superiores.⁸⁶

Queixava-se Geminiano Paes de Azevedo, Diretor do Atheneu Sergipense, do que os próprios estudantes a ele confessaram: a preferência em matricular-se nas cadeiras dos Exames de Preparatórios, acarretando desta feita a falta de matrículas no curso Bacharelado (Livro de Ofícios, 3 de maio de 1900). Assim, clamava o Diretor pelo restabelecimento do curso por meio de medidas que o Governo deveria impor.

Ainda que lecionassem no Atheneu Sergipense “bons mestres”, declarava Baltazar Góes ser “sem remedio, as condições do actual programma das disciplinas”, que possibilitava a matrícula de estudantes avulsos (livres) nas diferentes matérias, embora o regulamento (Decreto 501, de 5 de agosto de 1901) indicasse o curso Integral de Preparatórios de forma seriada por ano, dando direito ao concludente a “Carta de Bacharel em Letras”. “A seriação das disciplinas do curso obriga o alumno á frequencia, e esta obrigação garante o bom regimen e assegura o resultado da educação litteraria” (Relatório de Baltazar Góes, agosto de 1902 e agosto de 1903, Livro de Ofícios do Atheneu Sergipense).

⁸⁵ José Ricardo Pires de Almeida apresenta dados referentes ao número de alunos das Províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ao citar Sergipe a chama de “província menos importante” e apresenta dados diferentes dos expostos na Tabela 2 (Almeida, 2000, p.149).

⁸⁶ No Imperial Colégio de Pedro II era também reduzido o número de alunos que completavam o plano geral do curso. “Dos inúmeros alunos matriculados entre 1838 a 1889, estima-se que apenas 335 deles receberam o título de Bacharel em Letras” (Lorenz, 2003, p.58).

Urgia, pois, uma reforma no ensino, além da equiparação do Atheneu Sergipense ao Ginásio Nacional. A partir do ano de 1907, os registros indicam uma frequência dos alunos do Atheneu Sergipense por série de curso.

TABELA 3 – MATRÍCULAS DO ATHENEU SERGIPENSE, DE 1907 A 1910

SÉRIE	1907		1908		1909		1910	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1 ^a	86	-	16	-	62	02	52	01
2 ^a	14	01	30	-	23	-	42	01
3 ^a	02	-	10	01	06	-	16	-
4 ^a	-	-	02	-	05	01	07	-
5 ^a	-	-	-	-	01	-	03	01
Total	102	01	58	01	97	03	120	03

FONTE: Tabela construída a partir dos Mapas demonstrativos das matrículas do Atheneu Sergipense enviados para a estatística do Conselho Superior do Ensino.

NOTA: (-) matrícula nula, M - masculino, F - feminino.

É visível a disparidade do quantitativo de matrículas entre as primeiras e últimas séries do curso, além da brusca queda de alunos matriculados no ano de 1908 (59 alunos).⁸⁷ Argumentava o Diretor Candido Costa Pinto que a reduzida procura pelas aulas do Atheneu Sergipense devia-se à demora da equiparação do estabelecimento. Embora a almejada equiparação tenha sido alcançada em 26 de novembro de 1908, as matrículas no ano seguinte sobem para 100 alunos e em 1910 matriculam-se 123 alunos no Atheneu Sergipense.⁸⁸

O ato solene de colação de grau do primeiro estudante a receber o Grau de Bacharel em Ciências e Letras do Atheneu Sergipense, Gentil Tavares da Motta, ocorreu a 22 de março de 1911.⁸⁹ Notificada na imprensa local e assistida pelo “mundo intellectual aracajuano”, a

⁸⁷ Embora o quantitativo das matrículas tenha sido matéria de constantes queixas dos Diretores quando dos seus relatórios anuais, há na legislação (Decreto 299, de 24 de setembro de 1940) a limitação de 400 vagas anuais para as matrículas no Atheneu Sergipense, sendo 300 para o curso Fundamental e 100 para o curso Complementar.

⁸⁸ No ano de 1911 o Atheneu Sergipense registrou uma matrícula de 132 alunos, declinando para 43 no ano seguinte e 47 em 1913. Em 1916 são informados, além do quantitativo de alunos matriculados por série, o número de dias letivos, que naquele ano foram de 165 dias (cf. Mapas demonstrativos das matrículas do Atheneu Sergipense enviados para a estatística do Conselho Superior do Ensino).

⁸⁹ Gentil Tavares, durante o período em que estudou no Atheneu, fundou e redigiu “O Necdalus”, órgão defensor dos interesses dos estudantes. Recebeu o grau de Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Bahia em

solenidade contou com a presença do Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dórea, o Delegado Fiscal, Helvécio de Andrade, o Diretor do Atheneu, Candido Costa Pinto e demais membros da Congregação do Atheneu Sergipense e da Escola Normal. O diplomado assumiu o seguinte compromisso: “Prometto, quanto em mim couber, concorrer para o adiantamento das letras, cujo grau de Bacharel acaba de me ser conferido, e contribuir para o constante engrandecimento das letras do Brazil” (Livro das Festividades do Atheneu Sergipense, 1908 a 1935). Aos intervalos dos discursos do jovem bacharel, que fez apologia ao sistema serial e ao curso de madureza, do paraninfo, o professor Brício Cardoso e do Presidente do Estado, ouviram-se músicas tocadas pelo batalhão da Polícia Militar, terminando a solenidade festiva com o Hino Sergipano.⁹⁰

No ano seguinte, Sílvia de Oliveira Ribeiro foi a primeira mulher a concluir o Bacharelado em Ciências e Letras no Atheneu Sergipense, após seis anos de curso, numa época em que outras jovens ingressavam no colégio tentando romper, na primeira década do século XX, a tradição dominante de que à mulher cabia estudar o curso primário, ou o Curso Normal, e tornar-se boa mãe (cf. Freitas, 2003a).⁹¹ Alguns rudimentos de leitura e escrita, formação religiosa e trabalhos manuais bastavam. Protestava o Presidente da Província de Sergipe sobre o descuido da educação da mulher. Deviam dela cuidar com o maior desvelo, pela missão importante a desempenhar: “a de mãe de família e a família é a base da sociedade” (cf. Relatório de 1874).⁹² Os cursos Normais passaram a ser fundamentais para a luta da profissionalização das mulheres, pois com os diplomas de normalistas elas atingiriam níveis mais elevados de instrução e respeito na sociedade.⁹³

No princípio do século XX, o Presidente do Estado Olympio Campos, por meio do Decreto 501, de 5 de agosto de 1901, determinou que o ensino em Sergipe, particular e público, se dividisse em primário, normal e secundário. Este último, ministrado no Atheneu Sergipense e em aulas avulsas, tinha por fim “proporcionar a instrução não só para a

janeiro de 1917; lecionou as cadeiras de Geometria Descritiva e suas Aplicações às Sombras e Perspectivas e Princípios Gerais e Práticos de Agrimensura no Atheneu Sergipense e, em 1922, foi eleito para o mandato de Deputado Federal (cf. Guaraná, 1925).

⁹⁰ A primeira turma (12 alunos) de Bacharéis em Ciências e Letras diplomados pelo Liceu Alagoano data de 1910 (cf. Duarte, 1961).

⁹¹ O cancionero popular entendia que:

“Menina que sabe muito

É menina atrapalhada

Para ser mãe de família

Saber pouco ou quase nada” (Calazans, 1944, p.24).

⁹² Para Morse (1970), novas inquietações são introduzidas com a participação das mulheres na sociedade. Foi nomeada pela primeira vez em São Paulo uma mulher para trabalhar em uma agência postal no ano de 1886. A Faculdade de Direito recebeu sua primeira aluna em 1898, “época em que milhares de mulheres começavam a trabalhar em estenografia e nas indústrias” (Morse, 1970, p.291).

⁹³ A esse respeito consultar Villela (2002), Almeida (1998) e Valença (2003).

matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o desempenho de quaisquer funções civis na vida social” (Art. 175). O curso Integral de seis anos conferia ao aluno o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, dando-lhes o direito de nomeação para qualquer emprego público dependente de concurso, sem essa formalidade.

Paulatinamente, os estudos do Atheneu Sergipense foram se organizando. As peças legislativas emitiam redações distintas, porém com essência fiel: ministrar no Atheneu Sergipense uma instrução secundária fundamental, necessária e suficiente para proporcionar à mocidade subsídios para matricular-se nos cursos superiores e para o desempenho das variadas funções na vida social, ampliando e especificando ainda mais os objetivos dos estudos secundários.

2.2. Cursos de Humanidades e Normal: uma confluência profícua?

Tratando das Escolas Normais do século XIX, declara Villela.

O Presidente da província do Paraná, em meados do século XIX, quando se referiu às escolas normais, chamando-as de ‘plantas exóticas’ [que] nascem e morrem no mesmo dia, ressaltou uma característica de quase todas as instituições do gênero que existiam até aquele momento no Brasil. De fato, com raras exceções (a da Bahia é uma delas), todas tiveram uma existência acidentada, marcada pelos sucessivos fracassos. Três décadas adiante provavelmente já não seriam mais consideradas ‘plantas exóticas’ e melhor comparação poderia ser com ‘margaridas fluorescentes’ (Villela, 2002, p.256).

Após o Ato Adicional de 1834, que delegou direito às Províncias para regulamentar e promover a educação primária e secundária, surgiram Escolas Normais, como a de Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845), São Paulo (1846) e Pará (1839). Em Sergipe, os primeiros registros dessa “planta exótica” datam de 1838:

A Escola Normal de Sergipe foi criada pela Resolução n. 15 de 20 de março de 1838. Não se encontrava uma pessoa apta para dirigi-la, e por isso, por portaria Presidencial de 18 de maio desse ano, se autorizou o Padre Antonio Bastos ir à Corte aprender as doutrinas precisas. Porém o padre faleceu e a cadeira continuou vaga (Sebrão, 1954, p.435).

Poderiam freqüentar a Escola Normal os professores públicos de primeiras letras e todos aqueles que almejassem obter o título de normalista. Mesmo com a dupla finalidade,

melhorar o nível do professorado existente e diplomar novos mestres, marcava-se o início de sucessivos fracassos do Curso Normal em Sergipe, sendo dissolvido e restaurado por diversas vezes.⁹⁴ Afirma Villela (2002) que, em geral, as décadas de 50 e 60 do século XIX não foram muito propícias para a consolidação da formação dos professores em escolas normais. Devido a constantes reformas, havia uma instabilidade nessas escolas, que eram sucessivamente extintas e recriadas. “Os governos provinciais oscilaram por todo o período entre um discurso de valorização dessa formação e uma prática que, na realidade, subtraía os meios para realizá-la”. Mas a década de 70, continua a autora, assistiu a um “reflorescimento da valorização das escolas normais” (Villela, 2002, p.24). Os estudos de Nadai (1987), ao se reportarem à Escola Normal de São Paulo, apontam que, apesar de ter sido fundada em 1846, com um só professor e dedicada ao sexo masculino, passou por problemas para sua sobrevivência, desaparecendo em 1867, ressurgindo com novo plano em 1874, encerrando novamente suas atividades em 1878 e se restabelecendo em 1880 (cf. Nadai, 1987, p.21).⁹⁵

Era um tempo em que, pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870, a instrução primária era pública e gratuita e a secundária dependia de subvenção paga pelos alunos a título de matrícula. Defendia Manuel Luiz, seu idealizador, a necessidade de centralização das aulas de Humanidades e das aulas do curso Normal em um só “estabelecimento publico de línguas e sciencias preparatorios”, criado na Capital de Sergipe sob a denominação de Atheneu Sergipense (Art.16, Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870). Nele seriam oferecidos o curso de Humanidades de quatro anos de duração e o curso Normal de dois anos, franco para “todos os ouvintes de qualquer cathegoria que sejam, observadas devidamente as Leis da decencia” (Art.72º, Cap. 12º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).⁹⁶ Enquanto não houvesse alunos concludentes do 1º ano do curso Normal e do curso de Humanidades, as aulas

do segundo anno d’aquella e segundo, terceiro e quarto anno d’esta serão freqüentadas como se fossem avulsas para todo e qualquer alumno que as pretender, observadas as disposições regulamentares relativas ás matriculas, frequencia e exames.

⁹⁴ Há nos jornais pesquisados publicações de requerimentos de professores de primeiras letras, solicitando permissão para cursar as aulas do Curso Normal do Atheneu Sergipense, demonstrando desse modo interesse em melhorar o nível de seus conhecimentos.

⁹⁵ O Curso Normal com dois anos de duração começou a funcionar como modalidade de curso anexo ao Liceu Alagoano em 1869 (cf. Duarte, 1961).

⁹⁶ A historiografia sergipana tem apontado que o Atheneu Sergipense destinava-se ao sexo masculino. No entanto, não há nesse Estatuto nem em outras legislações analisadas no período da pesquisa menção restritiva de alunos do sexo feminino. Chama-nos a atenção Carvalho (1998) para a presença de determinados textos que cristalizam interpretações que precisam ser reavaliadas. Essa é uma delas. A ausência de alunas não significa ser o curso destinado exclusivamente para homens.

O curso da escola normal funcionará regulamente em 1872, e o de humanidades em 1874 (Art. 220 e 221, do Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870).

Havia, pois, a possibilidade de os alunos matricularem-se e freqüentarem as aulas, como matérias preparatórias para os estudos maiores. No entanto, essa parece não ter sido a melhor forma, pelo que se depreende dos argumentos do Presidente da Província.

Cinco annos vão caminho fóra [...] O ensino primário não avantajou-se. [...] O curso normal definhava, porque faltava-lhe autonomia propria, ensino mais desenvolvido, que offerecesse habilitações mais largas áquelles que se dedicassem ao magistério. Cheio de fé entendi que devia separar o curso normal do curso de humanidades, e separei-o creando a escola normal. Foi por ventura imprudente? Não, não e não! Era mister elevar a instrução primaria [...] era mister levantar do leito das agonias o ensino primario da provincia. [...] As novas condições da escola normal dar-nos-hão a excellencia do magisterio. A excellencia do magisterio salvará o ensino elementar. A escola normal tem agora um curso de trez annos em seis cadeiras [...] A Directoria da escola esta em mãos mui habeis, pois que gratuita e patrioticamente occupa o lugar de Director o vosso distincto collega Dr. Manoel Pereira Guimarães. [...] (Antonio dos Passos Miranda, Presidente da Província de Sergipe, em discurso de 1º de março de 1875, proferido na Assembléia Legislativa).

Crendo ter esclarecido a razão da inauguração da nova Escola Normal em 2 de fevereiro de 1874, uma instituição específica para a formação do magistério, uma vez que com mestres bem formados salvar-se-ia o ensino elementar do leito das agonias, plantando-se dessa feita “margaridas florescentes”, o Presidente nos dá pistas que indicam a separação dos cursos, devendo ambos ser regulados pelas disposições do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870.

Uma vez avaliado como insuficiente e incompleto o curso Normal, seria necessário ampliá-lo para três anos, criar aulas de Religião e incluir conhecimentos de Agricultura e Direito Público. Antônio dos Passos Miranda, ao reformar os estudos Normais em 1875, separando-os do Atheneu Sergipense os organizou em três anos com as seguintes cadeiras: Moral e Religião; Gramática da Língua Nacional; Exercícios de Leitura de Clássicos em Prosa e Verso, Redação, Exercícios Caligráficos; Aritmética, Sistema Métrico, Elementos de Geometria, Desenho Linear; Noções Gerais de Geografia e de História, Geografia e História do Brasil, principalmente de Sergipe, Leitura refletida da Constituição Política do Império; Noções Gerais de Física, Química, Agricultura, Pedagogia e Legislação do Ensino; Pedagogia

Prática. Os titulados, após cursarem esse amplo plano, seriam os únicos na Província com o direito de preencher as cadeiras públicas do ensino elementar.⁹⁷

Estabelecia-se, portanto, autonomia à Escola Normal, que revelava deficiência de resultados no sistema híbrido – Humanidades e Normal –, até então mantido. O Dr. Manuel Pereira Guimarães, “vulto singular na vida, pelos talentos e virtudes incomuns, desambicioso e limpo de vaidades era um Briaréu na força do trabalho” (Dórea, 1961, p.130), assumiu gratuitamente a direção da Escola Normal (1875 a 1877), quando da sua separação do curso de Humanidades do Atheneu Sergipense.⁹⁸

Ao criar o Presidente da Província de Sergipe, João Pereira de Araújo Pinho, em 1877, uma Escola Normal para o sexo feminino, esta funcionou no Asilo Nossa Senhora da Pureza, localizado na Rua da Aurora.⁹⁹ “Aí sediado, o curso normal, além de oferecer uma profissão às jovens órfãs que não se casavam, oportunizava a ampliação de estudos para jovens não internas” (Freitas, 2003b, p.31). Tomás Narciso Ferreira, maçom da Loja Cotinguiba, nascido em Portugal em 1834, foi diretor por dez anos do Asilo, prestando-lhe “grandes benefícios, inclusive consideráveis gastos de sua bolsa particular”. Com sua morte, o Asilo Nossa Senhora da Pureza, que vivia sob a “égide do seu espírito filantrópico”, entrou em decadência e foi extinto em 1891 (Dórea, 1961, p.139).

Uma das polêmicas travadas por intermédio da imprensa escrita tratava dos acirrados debates entre Manuel Francisco Alves de Oliveira, catedrático de Religião do Atheneu Sergipense, e Brício Cardoso, professor de Retórica e Poética da mesma instituição. Defendia o primeiro mestre ser conveniente para o erário público anexar de novo o Curso Normal ao Atheneu Sergipense, tendo em vista o pouco interesse dos rapazes pelo curso. Brício Cardoso, defensor fervoroso da separação, colocava-se de modo contrário: “Curso normal e liceu unidos ou reunidos é uma coisa absurda”. Divergiam, para o intelectual sergipano suas finalidades.

No liceu, predomina a instrução, no curso normal a educação e a educação especial do professor. Ali, sobretudo, o fim científico do homem e da sociedade, aqui, o fim moral do homem e da sociedade. As escolas normais têm uma alma dupla, como ninguém ignora, o espírito religioso e o espírito pedagógico, que não são os princípios que animam os liceus, nem o Ateneu (*Jornal do Aracaju*, 16 de outubro de 1877).

⁹⁷ Os dados da matrícula do Curso Normal de Sergipe em 1874 apontam 18 alunos na 1ª série e 13 alunos na 2ª série (Silva, 1992).

⁹⁸ Segundo Silva, o Curso Normal instalou-se no prédio em que funcionava a Recebedoria Provincial, na Rua da Aurora, ao lado da Alfândega. Depois transferiu-se para o pavimento térreo da Assembléia, na Praça do Palácio (Silva, 1992, p.117, 118).

⁹⁹ Brício Cardoso dirigiu a Escola Normal Masculina e a Escola Normal Feminina no período de 1877 a 1879.

Por um certo tempo, Brício Cardoso venceu. Mas com a Resolução 1210, de 30 de março de 1882, o Atheneu Sergipense foi convertido em uma Escola Normal de Dois Graus, dispondo de quinze cadeiras ensinadas. A primeira série destinava-se à preparação para o magistério primário, de um e outro sexo, sendo o curso dividido em três anos, e na segunda série ministravam-se as disciplinas exigidas para a matrícula nas Faculdades do Império. Não lograra êxito a defesa de Brício Cardoso, assumindo a Escola Normal de Dois Graus um caráter propedêutico e profissionalizante.

Mas continuou conturbado o processo de extinção e restabelecimento do Curso Normal em Sergipe. No livro das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, a data de inauguração da Escola Normal é 16 de setembro de 1881, durante o governo de pouco menos que um ano do romancista paraense Herculano Inglês de Souza. No período de 31 de março de 1882 a 19 de novembro de 1889, registraram-se atas da “Congregação dos Lentes da Eschola Normal”. José de Siqueira Menezes e Baltazar Góes, membros do Governo Provisório do Estado de Sergipe, determinaram a 12 de dezembro de 1889 a criação de uma Escola Normal para ambos os sexos. A feminina funcionaria no Asilo Nossa Senhora da Pureza e a masculina no Atheneu Sergipense (Livro de Ofícios do Atheneu Sergipense). A partir do início de 1890, voltaram a registrar nas atas o nome de Atheneu Sergipense. No Governo do Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro (8 de junho de 1891 a 24 de novembro de 1891) foi decretada a extinção da Escola Normal mista do Estado de Sergipe.¹⁰⁰

Considerando que a actual organização da Eschola Normal não pôde funcionar proficuamente, porque o ensino da quasi totalidade das materias do seu programma exige, além de conhecimentos especiaes de parte dos professores, gabinetes e laboratorios complicados e dispendiosos, e considerando que o Thesouro do Estado não pôde, pela exiguidade dos seus recursos fornecer a quantia precisa para dotar áquelle estabelecimento com os referidos gabinetes e laboratórios; e considerando finalmente que sem esses elementos de experimentação e manipulação o ensino practico se torna illusorio e nullo;

Determinava Vicente Ribeiro a extinção da Escola Normal mista de Sergipe (Decreto 3, de 6 de agosto de 1891). Se para o Coronel Vicente Ribeiro era ilusório o ensino prático na Escola Normal sem os equipamentos necessários para os laboratórios, era também “sem utilidade” e dispendiosas algumas cadeiras do Atheneu Sergipense, sendo, portanto necessário suprimi-las:

Considerando que [no Atheneu Sergipense] são ensinadas diversas disciplinas de caracter puramente litterario, sem utilidade practica na vida social, além de outras

¹⁰⁰ Consultar J. Pires Wynne, *História de Sergipe 1575-1930*.

cujos ensinamentos se tornam illusorios pela falta de aparelhos e instrumentos de experimentação;

Decretava ele a suspensão das cadeiras de Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Alemã, Ciências Físicas e Naturais, História Geral, Retórica e Poética, de modo a “eliminar o ensino classico e dar-lhe por succedaneo o ensino profissional” (Decreto 4, de 6 de agosto de 1891).

Mas as determinações do Coronel não chegaram a ser implementadas. A Junta Governativa, formada por Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Dr. Olinto Rodrigues Dantas e o Tenente Marcelino José Jorge, criticou e declarou sem efeito os atos praticados pelo governo anterior.

A Junta do Governo provisório do Estado de Sergipe, considerando que o desenvolvimento moral e material de um povo está na razão directa de sua instrução e que, sem um systema de ensino proficuo e idoneo, impossivel será sempre operar-se esse desenvolvimento; considerando que o problema da proficuidade e idoneidade do ensino tem sido resolvido por todas as nações cultas com a instituição das Escolas Normaes, destinadas a formar os preceptores da infancia; considerando ainda que o curso de humanidades, instituido no Atheneu Sergipense, como preparação para a matricula nos cursos de instrução superior, não póde alcançar esse desideratum, mutilado, como o foi, pelo Decreto de 6 de Agosto do corrente anno; considerando que este Decreto baseou-se ficticiamente na necessidade de converter o ensino secundario em ensino profissional, porquanto forão supprimidas materias indispensaveis a este, ao passo que conservou-se a cadeira de philosophia, que desaparecera dos programmas do ensino official; considerando que, assim inutilizados os principaes estabelecimentos de instrução publica do Estado, inevitavel seria, em futuro proximo, a decadencia da educação popular e o consequente atrophamento da vida social; considerando finalmente que ao cidadão Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro fallecia competencia para alterar uma lei, não só por ser uma auctoridade creada illegalmente, mas tambem porque, ainda quando a sua eleição tivesse o cunho da legalidade, não poderia elle fazel-o senão em virtude de autorisação do corpo legislativo (Decreto 19, 10 de dezembro de 1891).

Assim a Junta do Governo Provisório de Sergipe decretava, em 1891, a continuação dos estudos da Escola Normal e das cadeiras de Latim, Alemão, Retórica, História e Ciências Físicas e Naturais do Atheneu Sergipense.

Mas no Governo de Martinho Garcez, com o Decreto 231, de 9 de julho de 1897, foi declarada a extinção da Escola Normal. Restaurando-se em 1899, a Escola Normal objetivava dar aos candidatos ao magistério primário, em três anos de curso, a “instrução e educação necessarias para o desempenho dos deveres inherentes ao cargo de professor” (Art. 2º, Lei

366, de 6 de novembro de 1899).¹⁰¹ Organizou-se então um plano com as seguintes cadeiras: Gramática Nacional, Aritmética, Francês, Geografia, História de Sergipe e do Brasil, Pedagogia, Caligrafia, Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Explicação das Constituições Federal e Estadual, Noções de Agronomia, Elementos de Economia Doméstica, corte e manufatura de peças de vestuários, prendas e trabalhos domésticos (Art.3, Lei 366, de 6 de novembro de 1899). As cadeiras do ensino primário, por determinação legal, só poderiam ser preenchidas por diplomados pela Escola Normal. Exigiam-se, dessa feita, a freqüência e a diplomação na Escola Normal, proporcionando, com tais medidas, sustentabilidade ao curso.

Quando em 1881 foi denominada Escola Normal de Dois Graus, esta continha o primeiro grau e o segundo grau como cursos que funcionavam em locais distintos, mas pertencentes à mesma escola. Eram dois estabelecimentos componentes da mesma instituição. O primeiro grau funcionava no prédio do Asilo Nossa Senhora da Pureza, e o segundo grau no prédio do Atheneu. As aulas, ministradas em dias alternados ou mesmo simultaneamente, em anos diferentes, provocou rejeições e “grande inconveniente” por parte da Congregação, que solicitava ao Governo providências “em nome dos altos interesses da Instrução publica”, no sentido de serem as cadeiras lidas diariamente (Ata da Congregação, 2 de maio de 1883).

Até 6 de fevereiro de 1894, há evidências, nas reuniões da Congregação, de que as aulas do Atheneu Sergipense, cujas matérias eram as mesmas da Escola Normal, deveriam funcionar em dias alternados. Era o caso das aulas de Aritmética, Francês, Geometria, Geografia e Português, ao tempo em que aquelas só ministradas no Curso de Humanidades deveriam ser lidas diariamente, como Inglês, Escrituração Mercantil, História, Latim, Alemão e Ciências Físicas.

Na escola Normal da Província do Rio de Janeiro, em 1868, como também em outros anos, “o ensino era dado em dias alternados para os alunos dos dois sexos”, como declara Villela (2002, p.87). Naquela escola, a alternância ocorria porque, como havia matrículas para ambos os sexos, as aulas deveriam ser “completamente separadas”, diante da “impossibilidade da convivência interdita entre os dois cursos, masculino e feminino” (Villela, 2002, p.92). A co-educação não era permitida naquele momento. No entanto, a justificativa apresentada para que as aulas do Atheneu Sergipense funcionassem em dias alternados não estava relacionada às considerações de ordem moral, pois os alunos já estavam separados pelos dois espaços, o do prédio do Atheneu e o do Asilo, mas sim de cunho prático, didático. As cadeiras lecionadas nos dois cursos, Humanidades e Normal, como contavam com os mesmos

¹⁰¹ Esse era o Governo de Olímpio de Souza Campos, que se empenhou na melhoria das condições de vida da capital e do interior (Dantas, 2004, p.30).

professores, só podiam ser ministradas em dias alternados, o que dificultava, em ambos os casos, o cumprimento dos programas dos cursos.

O “estado de depressão” em que se encontrava o ensino publico secundário na Província de Sergipe, era lembrado, com essas palavras, pelo Diretor Geral Interino do Ensino Público, Antonio Rodrigues Souza Brandão, que em reunião, consultava a Congregação sobre a adoção de meios para reerguê-lo (cf. Ata da Congregação de 3 de julho de 1883). Uma medida imediata, assumida por parte dos professores que não tinham freqüência de alunos matriculados em suas cadeiras, foi a de lecionar na Escola de 1º grau para o sexo feminino as disciplinas cujos professores ali estivessem alternando as lições. Nesse sentido, ofereceram-se os professores Severiano Cardoso e Manuel Francisco de Oliveira, o primeiro para ensinar diariamente Aritmética e Gramática Portuguesa às normalistas, e o segundo para lecionar Geografia e História do Brasil às mesmas alunas. Ao assumirem tais posições, os professores não mediram esforços, demonstrando interesse e compromisso com os fins educacionais da instituição social Atheneu Sergipense e contribuindo sem dúvida para a formação do magistério.

Mas muitos outros problemas persistiram e foram debatidos nas reuniões da Congregação: a indisciplina dos alunos, por exemplo, sob a alegação dos professores de que isso ocorria pelo fato de não haver no estabelecimento empregados, que em caráter de inspetor ou como “pedagogo dos alumnos” mantivessem a ordem (Ata da Congregação, 26 de fevereiro de 1885). Era, portanto, necessário fazer ver ao Corpo Legislativo a criação de um cargo/emprego para exercer essa função; a ausência da direção, sob o argumento de que o Diretor do Ensino Público acumulava o cargo como o de Diretor da Escola Normal, provocando, segundo a Congregação, a não assiduidade. Necessário também se fazia a criação do cargo de Diretor Especial para a Escola Normal, independente da Diretoria do Ensino Público; a falta de professores, visto que algumas aulas da Escola Normal estavam sem funcionar por falta de professores; a ausência de livro de ponto, era sugerido pela Congregação que houvesse um Livro de Ponto para os professores da Escola e cadernetas de faltas dos alunos, alegando que, como estavam entrando em uma “nova phase, a da regularidade do serviço da instrução publica provincial”, deveria ser executada tal medida conforme a legislação.

Essas medidas compunham outros nutrientes fundamentais para se ter as “margaridas florescentes”. Eram medidas de controle, de disciplina, necessárias para a ordem interna da instituição, num momento em que se estava formatando a regularidade do serviço de instrução pública em Sergipe.

O Curso Normal, agregado ao Atheneu Sergipense ou não, prosseguia com instabilidade, sendo extinto em 1898. Preocupado com a situação da instrução pública em Sergipe, o monsenhor Olimpio Campos, ao assumir a Presidência do Estado, restaurou a Escola Normal em 1901, objetivando propiciar estudos teóricos e práticos indispensáveis à profissionalização dos futuros professores. Segue o Curso Normal com modificações de espaços, regimentos, cadeiras, professores, porém não mais extinto.

O objeto desse estudo não se prende à Escola Normal, mas, como havia inicialmente imbricamentos profundos entre os cursos de Humanidades e o Normal do Atheneu Sergipense, não se pode marginalizar as evidências.¹⁰² O movimento de criação, extinção e restabelecimento da Escola Normal de Sergipe sustenta a necessidade de confrontar, seguindo a sugestão contida em Viñao Frago (2000), os três pontos de vista: o teórico – as propostas dos pedagogos, inspetores e mestres, como as de Manuel Luiz, Brício Cardoso, Manuel Francisco Oliveira e demais sujeitos envolvidos com o tema; o legal – as normas que regulam a questão, as intenções prescritas, o programado legalmente; e a realidade que ocorre na escola – dificuldades decorrentes da aplicação da legislação. “Teoria, legalidade e realidade nem sempre coincidem” (Viñao Frago, 2000, p.105).¹⁰³

2.3. As cadeiras lidas no Atheneu Sergipense

Durante o período delimitado pela pesquisa, modificações ocorreram nos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense: divisão de cadeiras, criação de umas, extinção de outras e novas denominações com acréscimo de conteúdos. Para examinar o movimento de suas finalidades e funcionamento, procurou-se identificar as denominações das cadeiras lidas no Atheneu Sergipense, suas permanências e modificações na configuração dos cursos, o tempo a elas destinado, os programas a serem cumpridos com as determinações metodológicas apontadas, o corpo docente e os compêndios adotados. Um outro elemento desse conjunto, a prática da avaliação com as exigências arroladas na legislação para os concursos e exames, será examinado no Capítulo IV.

¹⁰² Verificar os estudos de Freitas (2003a,b) e Valença (2003) para a Escola Normal de Sergipe e os de Monarcha (1999) e Villela (2002) para as de São Paulo e Niterói.

¹⁰³ Ainda nesse sentido adverte Nadai (1987) que nos frios documentos oficiais “há intenções, mas as realizações, que constituem o plano efetivo em que trabalha o historiador, são bem diferentes” (Nadai, 1987, p.23).

O curso de Humanidades proposto no primeiro Plano de Estudos do Atheneu Sergipense (1871) dispunha das cadeiras e lentes mencionados no Quadro 1, distribuídos nos seguintes anos:

1º ano: Gramática e Tradução da Língua Latina; Gramática Filosófica e Análise dos Clássicos;

2º ano: Gramática e Tradução da Língua Latina; Gramática e Tradução da Língua Francesa; Geografia e História;

3º ano: Gramática e Tradução da Língua Latina; Gramática e Tradução da Língua Inglesa; Aritmética, Álgebra e Geometria;

4º ano: Gramática e Tradução da Língua Latina; Filosofia Racional e Moral; Retórica e Poética.

Há que ser destacada a hierarquização dos saberes distribuídos nos estudos da Língua Latina nos quatro anos do curso, coroando a conclusão das Humanidades com os estudos de Retórica e Poética. Percebe-se ainda a ênfase dada aos estudos da Gramática e Tradução, presentes em todas as Línguas. Embora a cadeira de Filosofia Racional e Moral devesse ser ministrada no 4º ano do curso, naquele ano de 1871 quatro foram os alunos matriculados, o que sinaliza a falta de seriação das matérias e sua frequência como aulas avulsas, permissões regidas pela legislação.

As aulas de Retórica e Poética, embora constassem do primeiro Plano de Estudos do Atheneu Sergipense, por não apresentarem alunos matriculados, não foram ministradas no ano de 1871, permanecendo sem alunos até o ano de 1874, quando ingressou no quadro docente do Atheneu Sergipense o professor Brício Cardoso.

O curso Normal dividia-se em dois anos, e era assim composto:

1º ano: Pedagogia; Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos;

2º ano: Aritmética; Geografia e História, principalmente do Brasil.

Pedagogia era, portanto, cadeira exclusiva do curso Normal, enquanto ministravam-se as demais aulas nos dois cursos. Havia também, por parte dos legisladores, a preocupação, “verificando necessidade atendível” em criar “provisoriamente” aulas de “commercio, de agricultura” ou de outras matérias que iriam fazer parte dos estudos ministrados no Atheneu Sergipense (Art.20, Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870).¹⁰⁴

Durante o primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, oito foram as reuniões da Congregação, pautando-se em torno dos seguintes temas: eleição do secretário da

¹⁰⁴ Preocupação também identificada no Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná em 1876 (cf. Martins, 1984, p.145).

Congregação, Raphael Archanjo de Moura Mattos; eleição da comissão para estudar o estatuto do Atheneu, composta pelos lentes Thomaz Diogo Leopoldo e Geminiano Paes de Araújo; organização da solenidade de abertura do Atheneu; abono das faltas cometidas pelos alunos; elaboração da relação dos alunos que perderam o ano e dos que estavam habilitados para exames; necessidade de elaborar uma memória histórica sobre o Atheneu Sergipense.

Tais debates subsidiaram o Diretor de Instrução Pública, também Diretor do Atheneu Sergipense, Manuel Luiz Azevedo d'Araujo na elaboração do seu relatório encaminhado ao Presidente da Província, assim destacando:

O Atheneu Sergipense é merecedor de todo zelo e solicitude da administração, pois sendo o unico estabelecimento de instrucção secundaria que contamos na provincia, é o unico foco de luz, onde se irão illuminar as classes menos afortunadas que não podendo, pela falta de recursos, comprar os favores das sciencias na Bahia, Pernambuco, São Paulo ou Rio de Janeiro, recebem em seu seio esses preciosos rudimentos que lhe franqueiam o passo do melhor serviço á sua terra natal; pode ser alem disto, o primeiro degrau para aquelles que aspiram estudos superiores, e que em pequena idade fôra cruel e arriscado affastal-os para muito longe das suas famílias.

Alegava ainda Manuel Luiz que o reduzido número de matriculados (117 no primeiro ano) se devia ao “monopolio official da instrucção superior, e, o que é mais, ao monopolio dos exames preparatorios, só validos quando feitos nas Faculdades do Imperio”. Solicitava o relator providências para a validação dos exames preparatórios feitos nos liceus públicos provinciais, de modo a produzir um desenvolvimento progressivo nos estabelecimentos secundários, destinadas, ao que parece, apenas ao “pobre provinciano cuja desfortuna não o permite ir mais longe”. Defendia que os estudos realizados no Atheneu Sergipense tivessem valor semelhante ao de outros liceus. Um outro problema a demandar providências nesse primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, dizia respeito ao prédio, pois tendo sido as aulas acomodadas em uma casa da Câmara Municipal, espaço não construído para o fim dos estudos, necessário se fazia a construção de edificio próprio.

Segundo a Reforma do Ministro do Império Paulino José Soares de Souza, os estudos do Imperial Colégio de Pedro II deviam ser distribuídos em sete anos de curso, com as seguintes matérias: Religião e História Sagrada; Português; Geografia; Aritmética; Latim; Francês; Inglês; Álgebra; História Antiga; Zoologia e Botânica; Grego; Química; História Moderna; Retórica e Poética; Filosofia; História e Corografia do Brasil; Mineralogia e

Geologia; Cosmografia; História da Literatura. Há a atenção voltada para o estudo das ciências.¹⁰⁵

É fato que o programa do Imperial Colégio de Pedro II apresenta cadeiras que não foram implantadas no Atheneu Sergipense quando do seu primeiro Plano de Estudos. Aulas de História Sagrada, Grego, Zoologia, Botânica, Química, dentre outras, são incorporadas posteriormente aos estudos do Atheneu Sergipense. Religião passou a ser ministrada no Atheneu Sergipense em 1874, para o curso Normal. Alemão e Ciências Físicas e Naturais em 1882 e Grego em 1900. Aritmética, Álgebra, Geometria, compunham uma só cadeira no Atheneu Sergipense e eram cadeiras separadas no Pedro II, o mesmo caso de Geografia e História. Ademais, o curso de Humanidades proposto para o Atheneu Sergipense seria composto de cadeiras distribuídas em quatro anos de curso, não em sete anos como no Colégio de Pedro II.

Ao que parece, o Atheneu Sergipense buscava implementar o seu próprio Plano de Estudos com uma certa autonomia, ou talvez, pelas condições reais de criação ou não de algumas cadeiras. É o caso das aulas de Retórica e Poética, que embora determinadas pela legislação, só passam a ser ministrada no Atheneu Sergipense em 1874.

Quanto aos compêndios, estes são apenas literalmente prescritos no Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871, com orientação precisa dos que deveriam ser adotados.¹⁰⁶ Nas demais legislações examinadas, não há determinação explícita, declarando apenas que os compêndios deveriam ser “submettidos, antes de serem adotados, a uma comissão, que dará parecer sobre o merito dos mesmos, devendo ter preferencia os que forem escriptos por sergipanos, em igualdade de condições” (Art. 180, Decreto 501, de 5 de agosto de 1901).

Evidenciaram-se denominações restritas quanto às obras adotadas no Atheneu Sergipense, ou seja, não são expostas referências essenciais, como os nomes completos de seus autores, ano de edição ou qualquer outro dado informativo, o que nos permite entender que aquelas eram obras conhecidas do público que as adotaria. Por exemplo: *Novo Método de Gramática Latina: Artinha Latina*, de Padre Antonio Pereira, é referido no Estatuto do Atheneu Sergipense como “Artinha e Novo Metodo do Padre Pereira”. A “Syntaxe de Dantas” do Estatuto é a referência para a obra de Antônio Rodrigues Dantas. Os professores do Colégio Pedro II produziam compêndios para atender às necessidades dos estudos secundários, submetidos aos programas oficiais. A adoção da obra representaria, segundo

¹⁰⁵ O Programa de Ensino do Imperial Colégio de Pedro II apresentado em Vechia & Lorenz (1998) anterior à criação do Atheneu Sergipense é o do ano de 1862. Em Haidar (1972), há o programa do ano de 1870.

¹⁰⁶ Teriam os alunos, às suas custas, os compêndios designados para o estudo das matérias, não podendo, ao seu bel prazer, substituí-los (cf. Estatuto do Atheneu Sergipense, 1871).

Souza (1999), consagração intelectual para o autor. Alguns desses trabalhos foram adotados no Atheneu Sergipense.

A seguir, examinar-se-ão individualmente as cadeiras lidas no Atheneu Sergipense, a começar por aquelas que compuseram o primeiro Plano de Estudos, evidenciando seus professores, horários estabelecidos, compêndios adotados, programas e sugestões metodológicas apontadas, de modo a compreender a organização do conjunto dos saberes.

2.3.1. Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos

Ministrada para o curso de Humanidades e o Normal pelo professor Thomaz Diogo Leopoldo, a cadeira de Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos apresentou 18 alunos matriculados no primeiro ano de funcionamento. Considerada a “responsável pela formação primeira dos que freqüentariam o ensino secundário” (Gally, 2004b, p.1), por determinação legal deveria adotar os seguintes compêndios: “para o estudo de Grammatica Philosophica e analyse de clássicos – Grammatica de F. Stero dos Reis e as Postillas do mesmo auctor, bem como o Iris Classico, por Castilho e D. Jayme, por Thomaz Ribeiro” (§5º, Art. 48º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 1871).¹⁰⁷

Os estudos da cadeira amparavam-se em compêndios que foram sendo substituídos ou acrescidos no decorrer do movimento de sua configuração. A *Gramática Portuguesa* do primeiro ano foi substituída pela *Gramática* de José Gonçalves Lage, ao invés da de Bento José de Oliveira (Ata da Congregação, 3 de fevereiro de 1885). Note-se que essa última gramática era a que estava sendo adotada, e não mais aquelas propostas no Estatuto de 1871. Em 1888, o compêndio de Júlio Ribeiro foi adotado para as aulas do segundo grau. Considera Almeida (2000) que “o verdadeiro introdutor nas escolas, da nova e brilhante fase do ensino da língua portuguesa” foi o mineiro Júlio Cezar Ribeiro. Uma gramática não apropriada aos jovens, “por causa da sua prolixidade e da excessiva erudição [...] mas um tesouro para os mestres” (Almeida, 2000, p.159)

Um sergipano, ex-aluno do Atheneu Sergipense, João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, escreveu, dentre outras obras, uma *Gramática Portuguesa*, curso superior. A

¹⁰⁷ O *Iris Clássico*, de autoria de José Feliciano de Castilho, “oferecido aos mestres e alunos das escolas brasileiras” e dedicado ao Imperador D. Pedro I, teve na sua primeira edição a impressão de dez mil exemplares (cf. Razzini, 2000, p.51). Recorda Gilberto Amado (1995), nas histórias de sua infância, que *D. Jaime* de Tomás Ribeiro era o livro de leitura dos adiantados, recitado nas aulas em Itaporanga, popular “neste fundo do Brasil ainda impregnado de Portugal” (Amado, 1995, p. 65). A *Gramática* do maranhense Francisco Sotero dos Reis é avaliada por Pires de Almeida como “escrita corretamente, cujo método é bom” (Almeida, 2000, p. 159).

gramática de João Ribeiro consagrou-se, segundo Almeida, “pela popularidade, livro no qual os professores têm muito a aprender e que será, se já não for, o **vade-mecum** dos escritores, dos oradores, dos literatos que querem escrever e falar a língua portuguesa” (Almeida, 2000, p. 159).¹⁰⁸ Esta obra foi adotada para os estudos da cadeira de Português e Literatura Nacional do Atheneu Sergipense em 1892, além da *Seleção de Literatura* de Fausto Barreto e Vicente de Souza.¹⁰⁹ *Antologia Nacional*, de Fausto Carlos Barreto e Carlos Maximiano Pimenta de Laet, *Selecta Nacional*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, e a *Gramática* de João Ribeiro foram os compêndios adotados em 1901 (Ata da Congregação, 1 de março de 1901).¹¹⁰ No ano seguinte foram adotadas as obras de Camões e Lendas Narrativas, de Alexandre Herculano (Ata da Congregação, 8 de fevereiro de 1902). Em 1903 acrescentou-se a *Gramática* do Dr. Carneiro. *Pátria Brasileira* passa a ser adotado em 1905.¹¹¹

Segundo Razzini (2000), depois da Proclamação da República a história política e literária tinham como objetivo “criar símbolos nacionais através do culto de heróis”. Assim, algumas antologias escolares que propunham representar a nação incluíram notas biográficas dos autores contemplados, como a “Antologia Nacional (1895) de Fausto Barreto e Carlos de Laet e a Antologia Brasileira (1900) de Eugênio Werneck, acrescentando à leitura dos textos, uma introdução histórica” (Razzini, 2000, p.55).

Ao consultar os preceitos legais acerca das cadeiras oferecidas no Atheneu Sergipense, pode-se notar que eles trazem em seus artigos e parágrafos uma denominação que poderia ser adjetivada de “rebuscada”. Nas demais fontes, a mesma cadeira é denominada de forma mais simples, direta. É o prescrito na legislação e o funcionamento real. Sintetiza-se, a seguir, na Figura 6, representações das diferentes denominações da cadeira de Português ministrada no Atheneu Sergipense durante os anos de 1871 a 1908.¹¹²

¹⁰⁸ José Ricardo Pires de Almeida escreveu *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação*, originalmente publicada em francês em 1889. São da segunda edição, de 2000, as citações feitas.

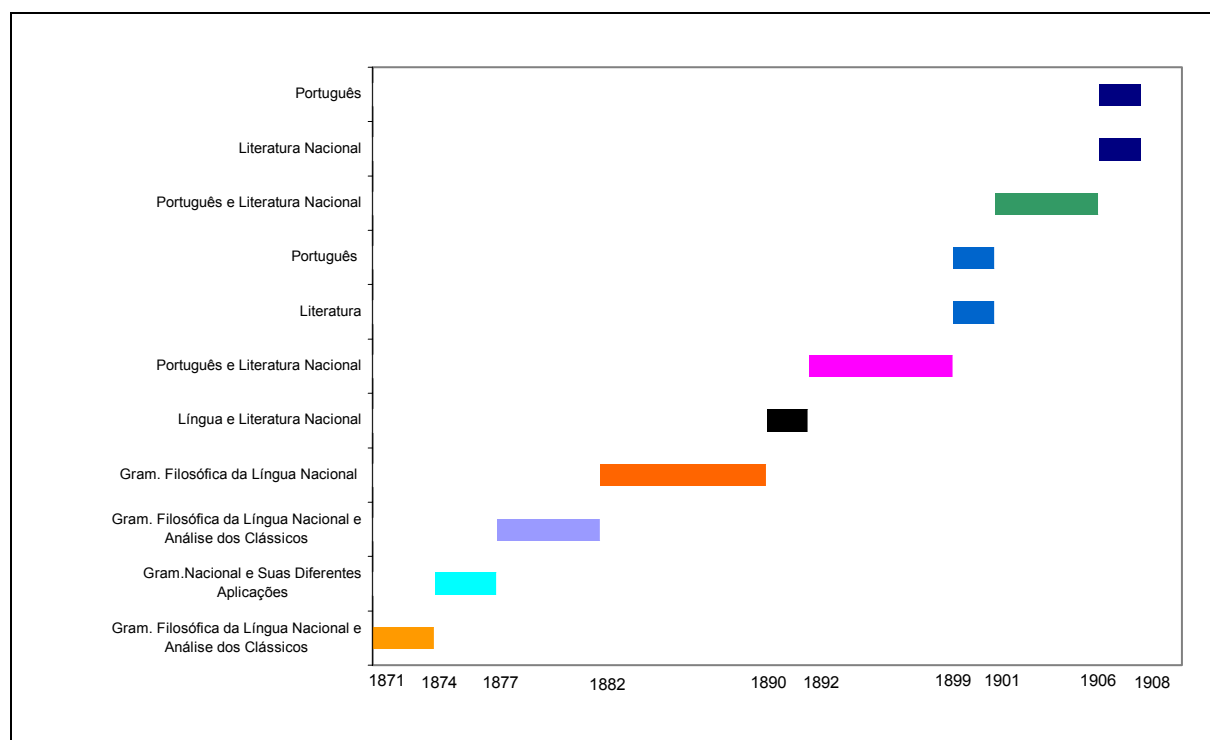
¹⁰⁹ Fausto Barreto era professor de Português e Vicente de Souza, de Latim, ambos do Colégio de Pedro II.

¹¹⁰ A *Antologia Nacional*, cuja primeira edição data de 1895 e a 43ª é de 1969, é tema da tese de Razzini (2000), merecedora de destaque aos interessados nos estudos de Português e Literatura.

¹¹¹ Não foi identificado o autor dessa obra. Talvez trate-se de *Antologia Brasileira* de Eugênio Werneck.

¹¹² Alerta-se que a figura não almeja apresentar uma evolução na rubrica, mas o movimento de mudança do nome da cadeira ao longo do período estudado.

FIGURA 6 – O MOVIMENTO DA CADEIRA DE PORTUGUÊS DO ATHENEU SERGIPENSE, SEGUNDO SUAS DENOMINAÇÕES, 1871 A 1908



FONTE: Elaborado a partir da série dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense (1871 a 1908)

A legislação escreve Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos (1871 a 1874), porém na distribuição dos horários das aulas do Atheneu Sergipense a denominação da cadeira é Gramática Filosófica (1873). O termo “filosófica” é extraído da expressão que designa a cadeira “Gramática Nacional e suas diferentes aplicações”, ministrada no Atheneu Sergipense no período de 1874 a 1877, retornando em seguida e permanecendo até o ano de 1890, quando passa a denominar-se Língua e Literatura Nacional. Português e Literatura Nacional formam uma só cadeira nos períodos de 1892 a 1899 e de 1901 a 1906. Entre os anos de 1899 a 1901 e de 1906 a 1908, separam-se em duas cadeiras: Literatura Nacional e Português. A legislação, entendida como prescrição e, portanto, uma prática, almejava, ao que parece, explicitar por meio do nome da cadeira os conteúdos a serem ministrados, além de refletir, como menciona Gally (2004b), concepções lingüísticas e filosóficas que atravessaram o período.

Estabeleceu-se, com o Decreto 9647, de 2 de outubro de 1886, uma hierarquização entre os Exames de Preparatórios, determinando que o exame de Português deveria preceder

qualquer outro, “coroando a ascensão da língua materna no currículo secundário”(Razzini, 2000, p.82).

O programa para o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense no ano de 1893, da 1ª cadeira, Português e Literatura Nacional, estava assim distribuído, conforme Ata de da Congregação de 8 de fevereiro de 1893:

1º ano: estudo completo da gramática expositiva e temas sob ditado tirado de autores fáceis;

2º ano: revisão da gramática expositiva, exercícios fáceis de composição com auxílio do professor;

3º ano: gramática histórica, exercícios de composição com auxílio do professor;

4º ano: revisão das matérias do ano anterior, exercícios de composição e recitação de prosa e verso;

5º ano: revisão das matérias do 4º ano, exercícios ortográficos para aplicação das regras de pontuação, exercícios cacográficos para correção de vícios de linguagem;

6º ano: noções de literatura portuguesa, breve notícia sobre história da língua desde o século XVI.

O estudo da gramática era “a arte das letras, a arte da escrita”. A gramática “quer dizer literatura, a arte-ciência de exprimir os pensamentos, quer falando, quer escrevendo [...] é a ciência da linguagem” e sua finalidade é “estabelecer os princípios fundamentais e as leis gerais que presidem à construção lógica e a análise filológica da proposição” defendia Brício Cardoso (Gally, 2004a, p. 95 e 100).

Não somente o estudo da gramática da língua vernácula serviria para aprender a todas as ciências e a todas as línguas modernas e vivas, como também serviria para aprender o latim com maior facilidade, língua que, apesar de estar em declínio nesse período, ainda era considerada na formação clássica, ainda vigente no século XIX (Gally, 2004a, p.96).

A atenção voltou-se para o estudo histórico da língua portuguesa no 3º ano do Atheneu Sergipense, estudo que também se fazia no Colégio Pedro II, segundo Razzini (2000), uma vez que as línguas estrangeiras deveriam ser comparadas com a portuguesa, disseminando o método histórico comparativo.

Mestres excelentes que saibam a fundo o que devem ensinar, servindo-se da história da língua para as explicações das regras gramaticais, eram as recomendações de Pires de Almeida em 1889. O método histórico, além da vantagem de ser racional, argumentava o autor, tem outro: “a memória retém sempre mais nitidamente o que o espírito percebeu e o

aluno se lembrará melhor das regras da gramática quando já tiver um ponto de apoio na sua inteligência” (Almeida, 2000, p.164).

Foi no ano de 1893 que se registrou nas Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, e também na legislação, um programa detalhado dos conteúdos a serem ministrados. Para o curso Normal, o programa da primeira cadeira constava de:

1º ano: gramática expositiva, temas ditados de autores, leitura de prosa, análise léxica;

2º ano: revisão do 1º ano, exercícios de composição com auxílio do professor, leitura de versos, análise lógica;

3º ano: revisão do 2º ano, exercícios ortográficos para aplicação das regras de pontuação e exercícios cacográficos para a correção dos vícios de linguagem.

A cadeira Português e Literatura Nacional se dividiu em duas outras, pelo Decreto 351, de 9 de junho de 1899. O Português era ministrado no 1º, 2º anos com três horas semanais e no 3º e 4º anos com duas horas. A Literatura era proferida no 5º ano, com três horas semanais e no 6º com apenas uma hora semanal. Permaneceu assim desmembrada até o ano de 1901, quando voltou a ser uma só cadeira, pelo Decreto 501, de 5 de agosto. Separou-se novamente em 1906, ficando o Português lecionado nos 1º, 2º, 3º e 4º anos e a Literatura Nacional no 5º e 6º anos, com duas horas semanais, até 1910.¹¹³

Os estudos da Gramática Portuguesa, nos primeiros anos do curso do Atheneu Sergipense, em 1908, deveriam revestir-se da maior simplicidade, limitando-se ao estritamente indispensável, para que o aluno adquirisse a elocução exata. Prescrevia a Lei que o professor desenvolvesse seus trabalhos com exercícios graduados de redação do pensamento, na leitura dos prosadores e poetas, com os quais o aluno se familiarizaria:

obrigando-o á explicação dos termos, expressões idiomáticas, figuradas, etc., no jogo da synonymia da paraphrase, emprego de vocabulos, redução de prosa litteraria á linguagem commum, de versos á prosa litteraria ou vulgar, assim como de composição variadas e successivamente mais dificeis que versarão sobre conhecimentos adquiridos, assumptos de ordem litteraria, explicados anteriormente, biographia de vultos da historia patria. A grammatica historica constituirá o objecto do 4º anno. [...] O estudo de litteratura será precedido de noções de historia litteraria, particularmente das litteraturas que mais influiram na formação e desenvolvimento da litteratura da língua portugueza (Art.6 I, Decreto 556, 24 de agosto de 1908).

A Lei traça detalhadamente no artigo, os conteúdos a serem estudados e os meios pelos quais os professores deveriam pautar suas aulas, de modo que, ao final do curso, os

¹¹³ Em 1911 a cadeira de Literatura Nacional foi extinta, retornando em 1931.

alunos alcançassem êxito no falar e exprimir-se por escrito na língua nacional, além de acumular conhecimento dos prosadores e poetas brasileiros e portugueses. Contribuiria, portanto, esse saber, para a formação dos sujeitos que seguissem para os cursos superiores ou desenvolvessem funções diversas na sociedade.

Notou Razzini (2000), ao estudar o ensino de Português e da Literatura Nacional nos programas do Colégio de Pedro II, o aumento da carga horária de Português e o aparecimento da História da Literatura Nacional e a diminuição das aulas de Grego, Latim e Retórica e Poética: “O movimento de ascensão da língua e da literatura nacional foi acompanhado do declínio do ensino clássico, o qual, no entanto, resistiu até meados do século XX” (Razzini, 2000, p.238). E continua:

O ensino da língua e da literatura portuguesa sempre se pautou pelo ensino das línguas clássicas, sobretudo do latim. A gramática nacional era estudada a partir das categorias gramaticais da língua latina e explicada como sua transformação, enquanto a literatura nacional era apresentada segundo os critérios fixos da retórica e da poética clássicas, divididas por gêneros. A leitura literária, base do ensino de latim e grego e base do ensino de retórica e poética, também se transformou na base do ensino da língua e da literatura nacional, erigindo os “clássicos nacionais” (Razzini, 2000, p.239).

Pode-se também concluir ter sido esse o perfil da cadeira de Português no Atheneu Sergipense.

2.3.2. Gramática e Tradução da Língua Latina

A finalidade da cadeira de Latim é expressa pelas palavras do Inspetor Geral Guilherme Pereira Rabelo: “O estudo de latim por si só não faz o homem de letras e ciências, e o novo latino cheio de si e do seu meio saber constituir-se-á para flagelo de si e dos outros, um verdadeiro pedante de aldeia, presunçoso e impertinente” (Nunes, 1984b, p.101).

Denunciava o inspetor, em 1861, a inutilidade da cadeira de Latim. No entanto, Gramática e Tradução da Língua Latina compôs o elenco das cadeiras do primeiro Plano de Estudos do Atheneu Sergipense, com 18 alunos matriculados em 1871, permanecendo no quadro das matérias durante o período aqui analisado. Regida nos primeiros anos de funcionamento por Antonio Diniz Barreto, adotou como compêndios: “Artinha e Novo Methodo do Padre Pereira*, Syntaxe de Dantas, Eutropio, Cornelio*, Phedro, Cicero*, Tito

Livio*, Salustio*, Tacito*, Horacio* e Virgilio*¹¹⁴ (Art.48º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 1871).

De opinião distinta daquele inspetor, dividiram-se os estudos de Latim no Atheneu Sergipense em quatro anos, baseando-se o professor no seguinte:

No primeiro anno Grammatica e Eutropio; no segundo – Cornelio e Phedro; no terceiro – Cicero e Salustio; no quarto – traducção dos diversos classicos.

§ Unico. Os exames d'esta língua serão feitos no fim de cada anno nas materias respectivas (Art. 77, Estatuto do Atheneu Sergipense, 1871).¹¹⁵

Com uma carga horária de duas horas, a cadeira de Latim ampliou para três em 1877 e reduziu para uma hora em 1882.¹¹⁶ A variação do nome da cadeira muda de Gramática, Tradução e Versão da Língua Latina (1877), para Língua e Literatura Latina (1890), e depois para Língua Latina (1892).

A gramática e a tradução são os conteúdos estudados no Atheneu Sergipense nas aulas de Latim. Sua predominância, conforme acentua Razzini (2000), era reforçada pelo fato de que o ensino das línguas modernas se fazia pautado na gramática latina (p.38). O programa do curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, no ano de 1893, para a terceira cadeira, a de Latim, constava de:

1º ano: gramática elementar, tradução de trechos fáceis;

2º ano: revisão das matérias do primeiro ano;

3º ano: revisão das matérias do segundo ano, tradução de autores mais difíceis;

4º ano: revisão da gramática, tradução de pensadores gradualmente mais difíceis;

5º ano: revisão da gramática, tradução de autores gradualmente mais difíceis.

São escassos os vestígios do Latim no Atheneu Sergipense, mas uma lista de pontos para prover por concurso a dita cadeira na cidade de Estância, e definida pela Congregação do Atheneu Sergipense em 9 de junho de 1886, pode sinalizar as exigências daquele conhecimento. Olyntho Rodrigues Dantas, Felix Diniz Barreto e Manoel Francisco de Oliveira examinaram o único candidato, Francisco Teixeira de Faria.¹¹⁷ Constava a lista dos seguintes pontos: declinação dos nomes substantivos latinos; declinação dos nomes adjetivos

¹¹⁴ Os compêndios com * são os mesmos adotados no Imperial Colégio de Pedro II.

¹¹⁵ A documentação examinada permite identificar que em 1902 a cadeira de Latim adota *Eneida*, de Virgílio e *Oratíes* de Cícero, acrescentando no ano seguinte a Gramática de Paulo Pereira.

¹¹⁶ Restaurado o Liceu Alagoano em 1864, destinou-se para a cadeira de Latim quatro horas de exercícios diários (cf. Duarte, 1961).

¹¹⁷ Francisco Teixeira de Faria (24 de julho de 1860 – 24 de abril de 1923), farmacêutico, cursou Humanidades no Atheneu Sergipense e aprovado nesse concurso ensinou Latim e Francês na cidade de Estância. Foi professor de Matemática da Escola Normal, regendo ainda a cadeira de Geometria e Trigonometria no Atheneu Sergipense (cf. Guaraná, 1925).

latinos; pretéritos e supinos irregulares; conjugação dos verbos regulares latinos; raízes do verbo; gênero dos nomes; dos advérbios e preposições; das conjunções e interjeições; teoria das casas dos nomes; prosódia latina; sintaxe latina; arte classificatória.

Pode-se ainda examinar as exigências da cadeira de Latim no Atheneu Sergipense pelo programa dos Exames Gerais de Preparatórios de Sergipe de 1883. Para a prova escrita: “tradução para o portuguez de um trecho de 10 linhas pelo menos escolhido em uma das seguintes obras: Horacio – Odes ou arte poetica. Virgilio – Églogas ou Eneidas. Cicero – de offieis on orações. Cesar – de bello gallico.”

A carga horária da cadeira de Latim é ampliada mais uma vez: três horas semanais em 1899, estudando-se a matéria nos 3º, 4º anos e nos 5º e 6º anos com apenas uma hora semanal.

Mandava a legislação de 1908 que o professor de Latim se preocupasse em “não só inculcar no alumno a compreensão dos classicos mais comuns, como tambem principalmente tornal-o conhecedor do muito cabedal que dessas línguas tem a vernácula” (Art.6 III, Decreto 556, 24 de agosto de 1908).¹¹⁸

2.3.3. Gramática e Tradução da Língua Francesa / Língua Inglesa

As cadeiras de Gramática e Tradução da Língua Francesa (43 alunos matriculados em 1871) e Gramática e Tradução da Língua Inglesa (2 alunos matriculados em 1871) foram lidas nos primeiros anos do Atheneu Sergipense, adotando-se, para o ensino da “lingua Franceza – Grammatica de Emilio Sévene*, Philon, Narrações e Selectas de Charles André*¹¹⁹. Para o ensino da lingua Inglesa – Grammatica de George Gibson, Selecta de Sadler e History de F. Roma” (Regulamento do Atheneu Sergipense, 1871).

Inglês, com uma hora e meia de aula, adota até o ano de 1879 o compêndio *Elementos de Gramática Inglesa* do baiano e médico Antonio Franco da Costa Meirelles, substituídos naquele ano pela Gramática de Jacob Benzabat. Em 1892 acrescentou-se a Língua de Longafallon, versão de Fausto Barreto.¹²⁰ Em 1901, adotou-se a Selecta do Sr. Guilherme Pereira Rabelo e no ano seguinte Longfellow’s Poetical Works, Lingard, History of

¹¹⁸ A outra língua referida no parágrafo é o Grego.

¹¹⁹ Os títulos são: *Gramática Francesa*, de Emile Sevenne, e *Petit Cours de Littérature Française*, de Charles André. A primeira, muito clara, “segue passo a passo as melhores gramáticas francesas; deixa a desejar em relação à sintaxe porque a morte prematura do autor não lhe permitiu completá-la” (Almeida, 2000, p. 164).

¹²⁰ O baiano Antônio Franco da Costa Meirelles escreveu *Elementos de Gramática Inglesa* em 1855, aprovada pelo Conselho da Instrução Superior. Houve uma segunda edição em 1867 (Tambara, 2003, p.174).

England.¹²¹ Em 1903 acrescentou-se, a gramática de Bensabat. As Fábulas de La Fontaine foram lidas na cadeira de Francês em 1902, e em 1903 acrescentaram-se a *Gramática* de Emilio Sevenne e Hinos e *Selecta Franceza*.

Para Almeida (2000), o estudo da língua francesa esteve bem desenvolvido no Brasil da segunda metade do século XIX, pois ela era escolhida como língua diplomática, estudada e consultada por alunos das faculdades e Escolas Politécnicas. No entanto, se o número de pessoas que falavam o francês diminuiu em relação à primeira metade do século XIX, deveu-se ao fato de que os professores de francês passaram a ensinar em português, contentando-se os alunos em traduzir, avalia o autor, sem preocupar-se com o falar em francês (cf. Almeida, 2000, p.164).

O programa de Francês do Atheneu Sergipense de 1893 esteve assim distribuído:

1º ano: gramática elementar, tradução de autores fáceis, versão de trechos simples de prosa, exercícios de conversação;

2º ano: revisão das matérias do primeiro ano;

3º ano: gramática complementar, tradução de autores mais difíceis, exercícios de versão e conversação.

Os estudos da Língua Inglesa entraram no 4º ano do curso com gramática elementar, leitura, tradução e versão de trechos fáceis. No 5º ano, estudava-se gramática complementar, leitura, tradução e versão de autores mais difíceis. Aumentavam gradativamente as dificuldades de leitura e tradução.

O estudo de literatura tornou-se, pelo Decreto de 14 de março de 1890, parte integrante das cadeiras das Línguas, assim denominando-se: Língua e Literatura Nacional; Língua e Literatura Latina; Língua e Literatura Francesa; Língua e Literatura Inglesa; Língua e Literatura Alemã. Dois anos após, o termo “Literatura” restringiu-se apenas à Nacional. As cadeiras das Línguas Inglesa, Francesa, Latina, Alemã, Grega e Italiana, quando haviam, denominavam-se sem a palavra “Literatura”.

Exprime a legislação que os estudos das línguas vivas deveriam seguir a feição eminentemente prática, e “os exercícios de conversação, de composição e as dissertações sobre temas litterarios, scientificos, artisticos e historicos, reclamarão especial cuidado dos respectivos lentes” (Art.6 II, Decreto 556, 24 de agosto de 1908). Seguindo esse programa prático, no final do curso os alunos deveriam falar, ou pelo menos entender as línguas

¹²¹ O médico baiano Guilherme Pereira Rabelo residiu em Sergipe exercendo o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Escreveu *Elementos de Gramática descritiva e história da língua inglesa* (Tambara, 2003, p.226).

estrangeiras. Com mais essas cadeiras, disponibilizava o Atheneu Sergipense para a sociedade, conhecimentos necessários para a formação dos sujeitos que se banharam com tais saberes.

2.3.4. Geografia e História

De início juntas, a cadeira de Geografia e História do Atheneu Sergipense se dividiu em Geografia; e História Universal, principalmente do Brasil, pelo Regulamento da Instrução Pública de 1875. Passaram a ser chamadas Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil; e História Antiga, Média, Moderna e do Brasil em 1877.

Pelo Estatuto de 1871, os compêndios a serem adotados na cadeira de Geografia e História eram os seguintes: “§7º. Para o de Geographia – a Geographia de Pompeu Brasil* e a de Gaultier – edição de 1867. Atlas de Grosselin de Lamarcho, e para Historia Universal – o compendio de Salvador Correia”.¹²²

Um artigo publicado na imprensa local argumentava ser de acordo com a divisão das cadeiras das Matemáticas (Aritmética, Álgebra, Geometria), assim como as de Geografia e História, por razões que pareciam óbvias para o autor do texto.

[...]materias complexas e amplissimeimas [sic], em um anno, quer umas quer outras, são invenciveis, doutrinadas por um mesmo professor, que ou se occupará exclusivamente de um dos ramos das sciencias, objeto de sua cadeira, deixando incompleto o respectivo curso, ou passará por todos elles de um modo imperfeito e sem proveito procurado na respectiva instituição (*Jornal de Aracaju*, 14 de janeiro de 1874, sem identificação de autoria).

Manuel Luiz, preocupando-se com o andamento dos estudos realizados no Atheneu Sergipense, defendia também a divisão das cadeiras, como medida essencial para uma melhor aprendizagem dos alunos. Parecer semelhante tinha o Presidente da Província, Antonio dos Passos Miranda, em seu relatório de março de 1874. Declarava, referindo-se à divisão das cadeiras:

A divisão que proponho, evita o atropelamento do ensino dessas matérias, que transmittido promiscuamente e no pouco tempo assignado ás respectivas aulas, não pode ser completo e satisfactorio para os exames.
Creadas essas cadeiras, podem as de geometria e historia ser postas a concurso e a de rethorica apenas provida por nomeação interina, conferida a pessoa de

¹²² O Abade Gaultier escreveu *Lições de Geografia*. O cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil, bacharel em Direito pela faculdade do Recife, escreveu *Lições de Geografia Geral; Compêndio de Geografia; Compêndio elementar de Geografia Geral e especial do Brasil*. Este último com uma 5ª edição de 1869, foi adotado no Colégio de Pedro II, nos liceus e seminários do Império (Tambara, 2003, p.56).

reconhecidas habilidades e mediante a gratificação razoável, até que o número de alunos demonstrem a carencia de um maior sacrificio da parte da provincia.

O projeto apresentado à Assembléia Legislativa de Sergipe, em 8 de abril de 1874, tem a seguinte redação:

Art. 3º. O Presidente da Provincia melhorará e completará o serviço da instrução secundaria dada no Atheneu Sergipense, dividirá a cadeira de geometria da de arithmetica e álgebra, a cadeira de historia da de geographia, a de religião da de pedagogia e poderá crear a de rhetorica e poética.

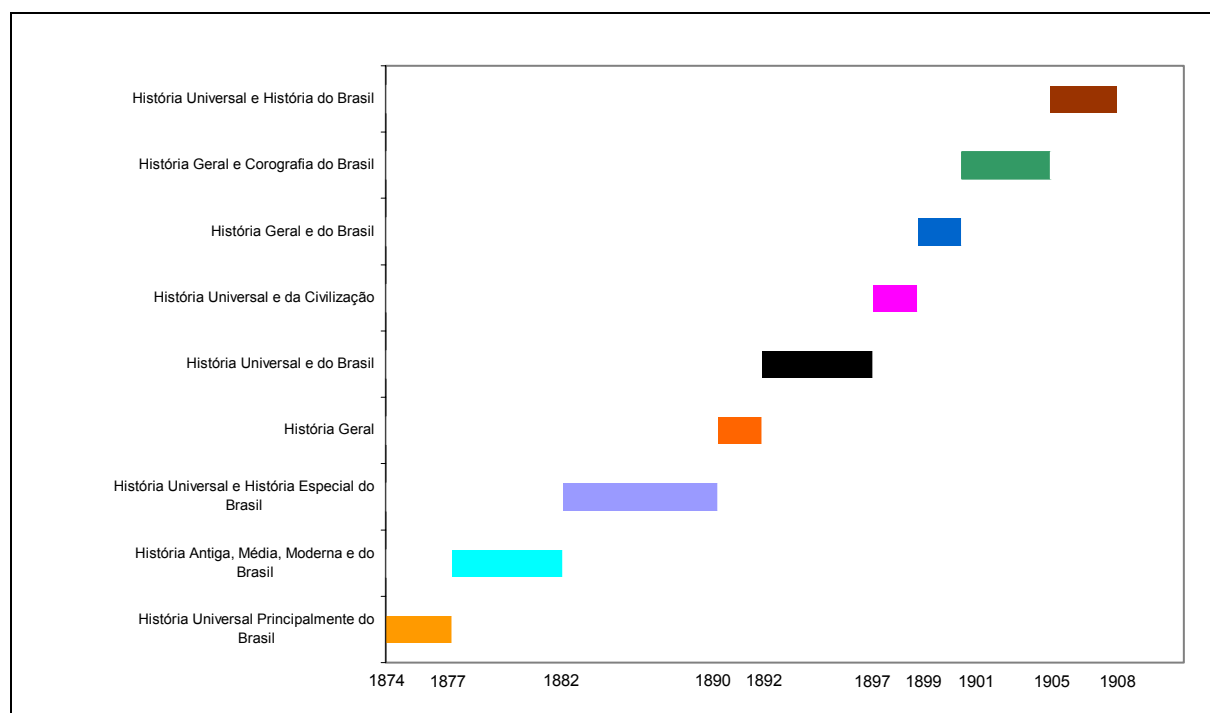
No entanto, pela Resolução 968, de 21 de abril de 1874, Antonio dos Passos Miranda decretava:

Art. 3º. O presidente da provincia poderá quando ache conveniente dividir a cadeira de historia da de geographia, a de geometria da de arithmetica e a de religião da de pedagogia, podendo igualmente crear a de rhetorica e poética.

O projeto de lei revelava certeza pelo verbo empregado – dividirá –, mas a Lei colocou “quando ache conveniente”. No entanto, nesse mesmo ano de 1874, foram determinados horários para as aulas de Geografia das 9h às 10h30, História das 10h30 às 12 h, Retórica e Poética das 12h à 1h 30, Religião das 10h 30 às 12h, Pedagogia das 7h às 8h 30, Aritmética e Álgebra das 7h às 8h 30, Geometria das 2h às 3h 30. Dessa forma, o elemento tempo subsidia inferir que as cadeiras foram divididas, mesmo porque tais evidências encontram-se nas Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, incluindo os nomes dos respectivos lentes a ministrá-las. No Regulamento de 20 de abril de 1875, tal divisão tornara-se explícita. Assim ficaram as cadeiras: Geometria compreendendo o Desenho Linear; Aritmética, Álgebra e suas aplicações mais gerais; Geografia; História Universal, principalmente do Brasil.

A Figura 7 objetiva apresentar o movimento da rubrica da cadeira de História ministrada no Atheneu Sergipense no período de 1874 a 1908.

FIGURA 7 – O MOVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE, SEGUNDO SUAS DENOMINAÇÕES, 1874 A 1908



FONTE: Elaborado a partir da série dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense (1871 a 1908).

História Antiga, Média, Moderna e do Brasil foi a denominação da cadeira nos anos de 1877 a 1882, modificando-se no período de 1882 a 1890 para História Universal e História Especial do Brasil. A variação do nome da cadeira movimentou-se ainda por: História Geral, de 1890 a 1892, História Universal e do Brasil, de 1892 a 1897, História Universal e da Civilização, de 1897 a 1899 e História Geral e do Brasil, de 1899 a 1901. Os estudo de Corografia entraram na cadeira durante o período de 1901 a 1905, denominando-se História Universal e História do Brasil de 1905 a 1908.

Quanto aos compêndios, são adotados no Atheneu Sergipense para a cadeira de História Universal e do Brasil de 1892, os de Duveny e o de Mattoso Maia.¹²³ Avalia Almeida que a obra de Matoso Maia limitava-se “a uma árida narração cronológica dos acontecimentos”, não respondendo ao “progresso realizado em outros países acerca dos métodos do ensino da História” (Almeida, 2000, p. 163).

¹²³ Luiz de Queiroz Matoso Maia nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em Medicina, foi professor de Geografia do Brasil e Corografia do Colégio de Pedro II. Escreveu: *Lições de História do Brasil*, proferidas no Internato do Imperial Colégio de Pedro II, publicado em 1880. Este livro teve a segunda edição em 1886 e a quarta em 1895. Escreveu ainda *Lições de História Universal*, publicado em 1887 (Tambara, 2003, p.167).

Em 1893, no programa da Escola Normal, as cadeiras de Geografia e História aparecem como únicas, embora subdividam-se os estudos. No 2º ano são noções de Geografia Geral, especialmente do Brasil e de Sergipe, e no 3º ano os estudos atendem às “ligeiras noções de historia universal, historia do Brasil, especialmente de Sergipe”. O programa de estudos do curso de Humanidades do ano de 1893 previa História Geral em estudo completo apenas no 4º ano. No 5º ano, o estudo era de História do Brasil. Já no 6º ano, estudava-se “História de Sergipe, desde sua colonização”, com uma carga horária de duas horas semanais. Em 1903 adotaram-se os trabalhos de Cansiglien Pedroso e Capistrano de Abreu. Regia a legislação que para os estudos de História,

mencionar-se-ão, sem jamais descer a minudencias, os acontecimentos políticos, scientificos, litterarios e artisticos de cada epocha memoravel; serão expostas as causas que determinaram o progresso ou o estacionamento da civilização nos grandes periodos historicos, apreciados os homens que concorreram para as revoluções benéficas ou perniciosas da humanidade, mormente os da America e sobretudo os do Brazil, agrupando-se em torno delles os factos caracteristicos das phases em que dominaram o espírito publico, devendo ser principal escopo do programma e do ensino na historia patria, particularmente, instruir a historia educativa e verificadora do sentimento nacional (Art. 6, X, Decreto 556, 24 de agosto de 1908).

Possivelmente, tal organização legal dos conteúdos de História para o Atheneu Sergipense tenha relação com as defesas de Sílvio Romero, feitas, é bom lembrar, anteriormente à Reforma de Benjamim Constant. A História Universal, nos Exames Preparatórios deveriam evitar, segundo o célebre autor sergipano:

aquelle montão de factos mal contados, mal unidos, sem arte e sem systema, que por ahí anda a meter medo á gente. [Deve o estudo da História] ser bem nutrido de factos; mas todos estes devem ser relacionados com o ideal do conjuncto da evolução humana: a cultura. Quaes os elementos da civilização oriental antiga e moderna; quaes os factores mais poderosos da cultura occidental antiga e moderna; qual o contingente de cada povo na evolução universal, estes e outros problemas deverão ser esplanados á luz dos factos e não por theorias phantasticas (Romero, 1901, p.215).

Enfim, a finalidade do ensino de História, no Atheneu Sergipense, pode ser entendida da seguinte maneira:

Nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX, no caminho da utilização da história para a personalização da nação, aberto também pela Terceira República Francesa, o ensino da história passa a ter uma maior intencionalidade social na formação do cidadão. O seu campo de estudos é ampliado para além da sociedade,

na medida em que a interpretação cumulativa das tradições da civilização ocidental concede legitimação à história nacional em seus diferentes momentos de construção do Estado/Nação como agente histórico e instrumento do progresso (Andrade, 1999, p.61).

Os estudos de Geografia no Atheneu Sergipense passam a denominar-se, em 1877, Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil. Em 1882, denominava-se Cosmografia, Geografia Geral e Geografia especial do Brasil. Em 1885, os compêndios adotados foram *Geografia das Províncias do Brasil*, de Moreira Pinto, *Atlas Geográfico*, do Dr. Lisboa em substituição do *Atlas* de Delamarche. Em 1890 passou a denominar-se Geografia e Cosmografia.

Entre as obras brasileiras para os estudos da Geografia, cita Almeida a de Joaquim Maria de Lacerda, “ótima como método, acompanhada de pequenos mapas e, em algumas edições, de gravuras explicativas”, desfrutando no período de merecida reputação (Almeida, 2000, p.162), e adotado no Atheneu Sergipense em 1892, além dos trabalhos de Moreira Pinto, e do *Atlas* de Schrader & Anthoine.¹²⁴ A geografia devia perder, clamava Romero em 1901, o caráter árido e

horridamente imprestável de uma simples nomenclatura, que já perdeu há muito nos países cultos depois da colossal obra de Ritter e da propaganda incansável de Arnold Guyot, Ratzel, Peschel e Penck. É preciso ver na terra um assombroso organismo com sua vida, sua dinâmica, sua tática, suas relações interessantíssimas com a vida vegetal, animal e humana (Romero, 1901, p.214).

O programa para o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense no ano de 1893 previa, para a cadeira de Geografia os seguintes estudos no 1º ano: geografia física, especialmente do Brasil, exercícios de cartografia, noções concretas de Astronomia e no 2º ano, corografia e cosmografia. Em 1897, a cadeira passou a denominar-se Geografia Geral e Astronomia, e em 1899, Geografia Geral e Corografia do Brasil, especialmente de Sergipe.

Vale ressaltar o interesse em se estudar a região, o local. Foi assim que pelo Decreto 231, de 9 de julho de 1897, no 2º ano do curso de Humanidades o conteúdo “geographia política e economica, especialmente de Sergipe” passou a ser estudado. Esse interesse pode também ser identificado nas ações governamentais. Autorizou Martinho Garcez, em 1895 a

¹²⁴ Alfredo Moreira Pinto, Bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro II, ensinou Geografia e História no curso preparatório anexo à escola militar do Rio de Janeiro. Escreveu “diversos compêndios e pequenos livros com o fim de facilitar os exames da instrução pública” (Tambara, 2003, p. 216). Avalia Almeida que as obras de Alfredo Pinto obedeciam uma regra caprichosa, arbitrária, mas em compensação, exata e suficientemente completa (Almeida, 2000, p. 163). Alfredo Moreira Pinto publicou também *Geografia das Províncias do Brasil*, detalhando a Geografia de cada Província e um resumo histórico. Sobre o tema consultar Almeida (2000) e Tambara (2003).

impressão na Imprensa Oficial do Estado, de 2500 exemplares de uma obra aprovada pelo Conselho Superior da Instrução e mandada adotar nas escolas públicas, *Chorographia de Sergipe*, de autoria do professor Luiz Carlos da Silva Lisboa.¹²⁵ Geografia e História do Brasil, principalmente de Sergipe era uma cadeira do Curso Normal do Atheneu Sergipense em 1875.¹²⁶

Corografia do Brasil passou a fazer parte da cadeira de História do Atheneu Sergipense em 1901, voltando em 1905 para a de Geografia. Os conteúdos de Cosmografia – descrição dos principais fenômenos do universo –, e da Corografia do Brasil – esboço histórico do Brasil –, cambiam por vezes entre as cadeiras de História e de Geografia.

Defendia Romero (1901) que nos estudos da Corografia Pátria devia “predominar o caracter exclusivamente scientifico”. A História Nacional, adquirindo a feição científica, firmar-se-ia em “factos escrupulosamente verificados, e dirigida no intuito de tornar salientes os factores mais energicos de nossa cultura e de nosso desenvolvimento democratico” (Romero, 1901, p. 215, 216).

O Decreto de 1908, mencionado em outros momentos deste texto, traz à cena orientações metodológicas também para os estudos da Geografia ministrados no Atheneu Sergipense, assim determinando:

o intuito fundamental será a descripção methodica e racional da superficie da terra por meio de desenho, na pedra e no papel, copiados, mas nunca traspoleados, e de memoria, das cinco partes do mundo, dos paizes da America, especialmente do Brazil, e dos da Europa, com a preocupação de evitar minucias, nomenclaturas extensas, dados estatisticos exaggerados e tudo quanto possa sobrecarregar a memoria do alumno ou não a exercitar com real proveito, quer no estudo da geographia physica, quer no da geographia política, e do ramo econômico (Art. 6, IX, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908).

Sinalizavam-se por esse Decreto os limites que os professores não poderiam ultrapassar: nada de nomenclaturas extensas ou dados exagerados. Dividia-se o conteúdo da geografia em física, particularmente do Brasil, no primeiro ano, política e geral no segundo ano e corografia do Brasil no terceiro ano.¹²⁷ Desta feita, os estudos da Geografia e da

¹²⁵ O baiano Luiz Carlos Silva Lisboa ficaria com 1000 exemplares e os outros 1500 pertenceriam ao Estado. Essa obra pode ter inspirado o sergipano Laudelino de Oliveira Freire a escrever *Quadro Chorographico de Sergipe*, em 1898, obra prefaciada pelo Barão do Rio Branco (cf. Guaraná, 1925).

¹²⁶ A atenção para as questões locais, portanto, são evidenciadas desde essa época e não só a partir da Proclamação da República, como acentua, por exemplo, Razzini (2000).

¹²⁷ Quanto aos materiais necessários para as aulas de Geografia, encontrou-se sinais no Liceu de São Cristóvão. Solicitavam insistentemente os lentes a compra de “mappas Geographicos de grande formato e dous globos, um celeste e outro terrestre”, além de máquina planetária ou astronômica (Livro das Correspondências do Liceu Sergipense). Alertava a Congregação que com a falta desses e outros matérias, não estariam cumprindo o

História, juntos em uma só cadeira ou separados como cadeiras distintas, foram ministrados no Atheneu Sergipense, possibilitando ampliação dos conhecimentos referentes a Sergipe, ao Brasil e ao Mundo.

2.3.5. Filosofia Racional e Moral

Os primeiros sinais da cadeira de Filosofia em Sergipe são destacados por Lima (1995), ao informar que, a 20 de março de 1833, o médico Manoel Ladislau Aranha Dantas foi provido, por concurso, na cadeira de Filosofia da capital da Província, São Cristóvão. Anunciava o professor, na imprensa local, a abertura das aulas de Filosofia Racional e Moral, convidando os alunos para matricularem-se. Seis meses depois, o titular foi nomeado lente substituto da Secção Cirúrgica da Escola de Medicina da Bahia (cf. Lima, 1995). Ao afastar-se da cadeira o lente, iniciou-se um sinuoso movimento de extinção e restabelecimento da cadeira.

Salvador Correia de Sá e Benevides, Presidente da Província de Sergipe, em Relatório datado de 1856, declarava: “Sou de opinião que essa cadeira [Filosofia] nenhuma utilidade presta, nem em S. Christovão, nem n’esta Capital, pelo que parece que deveis supprimir. Pela mesma razão tenho deixado de prover a cadeira de Latim, que julgo igualmente inútil” (Lima, 1995, p.53). Opina o Presidente pela extinção da cadeira, o que vem acontecer dois anos depois.

No entanto, no primeiro Plano de Estudos do Atheneu Sergipense, Filosofia Racional e Moral compunha o conjunto dos saberes ministrados. Com quatro alunos matriculados naquele ano, foi adotada a obra de Barbe*, *Curso completo de Filosofia Racional e Moral* (Regulamento do Atheneu Sergipense, 1871). Não apresentando alunos matriculados, as aulas de Filosofia Racional e Moral não funcionaram no ano de 1878. Em 1885, na denominada Escola Normal de Dois Graus, para o segundo grau os compêndios foram o manual de Filosofia de Amedée Jacques, Jules Lima e Emile Saisset, em substituição de Pierre Augustin Pellissier. Até 1879, a carga horária da cadeira era de uma hora e meia, diminuindo depois para uma hora de aula. Em 1890, a cadeira denominou-se Filosofia e sua História, até 1892, quando foi extinta, juntamente com a cadeira de Retórica, sob o argumento de não fazerem

regulamento em vigor, o que não condizia com a “dignidade do primeiro estabelecimento litterario da Província”.

“parte dos preparatórios exigidos para a matrícula nos cursos superiores da Republica (Decreto Provincial 22, de 11 de janeiro de 1892).

Defendia Romero a exclusão da cadeira de Filosofia dos estudos secundários: “De todas as exclusões, porém, a mais justa e momentosa é a que afasta do quadro dos estudos preparatorios uma encyclopedia extravagante e monstruosa que ahí anda com o pomposo nome de filosofia!” (Romero, 1901, p. 199).

Contudo, no tempo em que ainda se constituía como um conhecimento exigido nos exames de Preparatórios, os pontos arrolados para argüição dos alunos deixam ver algumas características desse saber, de fato uma enciclopédia extravagante e monstruosa de conteúdos. Veja-se:

Objetivo, utilidade e divisão da filosofia, sua utilidade e relação com as demais ciências; das faculdades da alma: sensibilidade, entendimento, vontade; da sensibilidade: seus caracteres, sensações, sentimentos, paixões; das nossas idéias em geral: suas diversas espécies; da percepção exterior, da atenção e comparação; da abstração, formação das idéias gerais; da memória, associação das idéias, imaginação; do juízo e raciocínio; dos sinais, e em particular dos vocábulos, sua relação com o pensamento; da atividade espontânea e reflexa, descrição dos atos de vontade; do método: análise e síntese; das proposições, suas espécies, conversão e oposição; da definição, divisão e classificação; do senso íntimo: evidência, certeza, axiomas, demonstrações; da observação externa: indução, analogia e probabilidade; do testemunho humano: regras da crítica histórica; do silogismo, suas espécies, regras e figuras; da argumentação, suas formas e regras; dos sofismas e causas dos erros; da origem de nossas idéias; apreciação da opinião dos autores; das idéias fundamentais do entendimento humano: substância, causa, tempo, espaço, infinito, finito, unidade, corpo; demonstração da liberdade: influência dos motivos sobre a vontade; do Eu, sua unidade e identidade, espiritualidade da alma; exposição e crítica das hipóteses sobre a união da alma com o corpo; da imortalidade da alma; da idéia de um Ente Supremo: prova metafísica de sua existência; prova física da existência de Deus; prova moral da existência de Deus; dos atributos metafísicos de Deus; dos atributos morais de Deus; da Providência considerada relativamente à existência do mal; dos motivos dos atos humanos; crítica das principais opiniões dos filósofos sobre a natureza do dever; demonstração da lei natural: lei positiva; consciência moral, imputação; do mérito e demérito, pena e prêmio; moral religiosa, culto interno e externo; moral individual: dos deveres relativos ao espírito; dos deveres relativos ao corpo, aos bens extrínsecos; moral social: dos deveres de beneficência; noções de direito, deveres gerais da justiça; dos deveres gerais da sociedade doméstica e civil (Lima, 1995, p.88).

Após a sua extinção do rol das cadeiras dos estudos secundários, “pouco a pouco foram surgindo disciplinas sucedâneas na tentativa de preencher o vazio deixado (Lima, 1995, p.90). Seus conteúdos deslocaram-se para outras cadeiras que foram sendo criadas:

Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio (1892),¹²⁸ Lógica (1899).¹²⁹ Os estudos da Lógica, “a doutrina geral dos methods e a theoria geral das sciencias” (Romero, 1901, p.201), deviam seguir

no seu domínio real e formal, [restringindo-se] ao estudo elementar da marcha effectiva da intelligencia humana no desenvolvimento, demonstração e transmissão da verdade, e as leis invariaveis que regem os phenomenos intellectuais compreendendo: meditação inductiva, meditação deductiva, classificação das sciencias e methods correlativos (Art. 6, XI, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908).

2.3.6. Pedagogia

A inclusão da cadeira de Pedagogia nas reflexões desse capítulo se deve ao fato de que esta integrava o primeiro Plano de Estudos do Atheneu Sergipense, ministrada no primeiro ano do curso Normal, contando com uma matrícula inicial de 5 alunos e tendo como lente Inácio de Souza Valadão. O interessado professor, quando da fundação do Atheneu Sergipense, esteve na Província da Bahia, por ordem do governo de Sergipe, observando os métodos de ensino lá desenvolvidos. Sugeriu o referido professor os compêndios que deveriam ser adotados para essa cadeira no Atheneu Sergipense: *Curso Prático de Pedagogia*, de Deligault, *Catecismo de Doutrina Cristã*, de Fonseca Lima, *Manual do Ensino Simultâneo*, traduzido por J. Portela, e o *Resumo da História Sagrada do Manual enciclopédico*.¹³⁰ Embora a cadeira específica de Religião venha incorporar os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense em 1874, os títulos dos compêndios adotados na cadeira de Pedagogia indicam que conteúdos do catecismo e da doutrina cristã foram ministrados.

Na distribuição horária das aulas, a cadeira de Pedagogia esteve presente com uma carga horária de uma hora e meia, ampliando o número de alunos, que passou a 13 em 1873 e 18 em 1875. Naquele ano, a cadeira passou a denominar-se “Pedagogia, Calligraphia e

¹²⁸ Ministrada essa cadeira com quatro horas semanais, no 6º ano do curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, fazia parte ainda do rol dos exames finais e de madureza do 7º ano em 1897.

¹²⁹ Ministrava-se Lógica no 6º ano do curso, com três horas semanais.

¹³⁰ Traduzido por Joaquim Pires Machado Portella e publicado pela Tipografia Universal de Recife em 1865, o *Curso Prático de Pedagogia* de Deligault era destinado aos alunos das escolas normais primárias e aos instrutores em exercício. Esta é considerada como a primeira obra de exposição metódica sobre o assunto publicada no Brasil (Tambara, 2003, p. 94).

O baiano José Joaquim da Fonseca Lima escreveu *Catecismo histórico, moral e litúrgico da doutrina cristã para uso das escolas primárias e dos fieis*, e publicado em várias edições (Tambara, 2003, p.152).

O baiano, político e jornalista João Alves Portela fez na França o curso Normal, traduziu para o Português o *Manual completo do ensino simultâneo por dois membros da Universidade da França* (Tambara, 2003, p. 219).

Legislação da Instrução da Província”, evidenciando assim os conteúdos ministrados. José Carlos de Alambary Luz, diretor da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro no período de 1868 a 1876, define a finalidade da cadeira de Pedagogia, como a “razão de ser das escolas normais” (Villela, 2002, p.98).

Se por um lado há lacunas documentais quanto aos conteúdos da cadeira Pedagogia ministrada no Atheneu Sergipense, em compensação há uma riqueza a ser explorada no conjunto das listas dos pontos dos concursos dessa cadeira para as escolas das Vilas e Povoados que definem o perfil profissional e o tipo de saberes exigidos. Destaque-se que esses concursos realizavam-se com bancas examinadoras compostas por professores do Atheneu Sergipense, que também se incumbiam por definir seus conteúdos. No concurso para a cadeira de Pedagogia da Vila do Riachão, em 12 de maio de 1893, exigia-se: “Definição e seu objecto; Methodos de ensino; Educação physica; Educação moral; Educação em geral” (Ata da Congregação, 12 de maio de 1893).

No ano seguinte, com uma banca examinadora composta pelos professores Alfredo de Siqueira Montes, Francisco Teixeira de Farias e Candido Campos, ocorreu o concurso para a cadeira de Pedagogia para a Vila de São Paulo, constando dos seguintes pontos: Educação Intelectual; Educação Moral e Meios Disciplinares. A prova escrita, realizada em 25 de maio de 1894, exigia conhecimentos da Língua Nacional, de Aritmética e da História da Pedagogia. Para a prova oral, as exigências recaíam para todas as partes de cada uma das matérias do ensino primário.¹³¹

Baltazar de Araújo Góes (30/10/1853 - 13/01/1914), um dos professores da cadeira de Pedagogia da Escola Normal, trouxe a público, após longos anos de experiências no magistério, a obra *Pedagogia – Apostillas de Pedagogia – precedidas de algumas noções de Psychologia colhida de bons mestres*. Após acurada leitura do trabalho, o Conselho Superior da Instrução Pública, composto dos membros Dr. José Moreira de Magalhães, Severiano Cardoso e Francisco Monteiro de Carvalho Filho, emitiu o seguinte parecer:

Depois de acurada leitura do trabalho do Sr. Professor Baltazar Góes, APOSTILLAS DE PEDAGOGIA, o juizo unico que podemos fazer é o seguinte:
É um trabalho utilissimo; e sua adopção impõem-se .
Riquissimo de proposições syntheticas, ornado de conceitos que muito revelam a erudição do auctor, é sobretudo o que se poderá chamar de um livro pratico.
Nasceu da experiência de longos annos de ensino; é talvez a razão por que o auctor, acertadamente, pensamos nós, não faz muitas referencias a trabalhos similares que há muito viram a luz da publicidade.

¹³¹ Os demais pontos dessa cadeira, como de outras, encontram-se arrolados no Anexo III.

Porque a Pedagogia, em rigor, não é sciencia feita, é ainda uma pesquisa, um estudo.

O mestre, o Pedagogo é como o clinico; e felizes os mestres que bem sabem aproveitar-se das experiencias accumuladas em seu nobre tirocinio.

“O mais... o mestre”, diz concisamente o auctor por todo o prefacio; o mais... o mestre, repetimos, tentando abundar no espirito do auctor, pois estamos sempre convictos que a Pedagogia não tem limites definidos; e muitas vezes nasce do instante o melhor ensinamento.

Nada mais acrescentamos a respeito do livro que examinamos.

Terminando, somos, pois, de parecer que seja o mesmo approved e solicite-se do Governo sua adpção e impressão para o uso do ensino publico.

Com esse parecer, o Conselho Superior de Instrução aprovou por unanimidade, em 16 de maio de 1902, a obra de Baltazar Góes, que, lançada três anos depois e impressa por M. Orosco & C. do Rio de Janeiro, foi dedicada às alunas da Escola Normal e particular e aos colegas do magistério público e particular.

Defendendo a educação como o “estudo que procura os meios próprios para desenvolver e aperfeiçoar as faculdades e inclinações do homem, para tornar a vida mais fácil”, Baltazar Góes compõe sua obra de 96 páginas, dividindo-a em três partes: Educação Física; Educação Moral; Educação Intelectual – tendência tripartida dos manuais da época, conforme menciona Villela (2002, p.192) –, subdivididas em secções e capítulos, antecedidas dos “Prolegomenos – Pedagogia, Noções de Psychologia”, e acrescida com anexos de oito modelos de fichas de matriculas, cadernetas de notas e prêmios.

A Metodologia – “a parte da Educação intellectual que estuda os metodos de ensino” – proposta por Baltazar atentava-se aos vários aspectos da escola, sendo por ele dividida em Geral e Especial. Da primeira, “a que estabelece as regras ao ensino de qualquer matéria” ocupavam-se os programas, a enumeração ordenada das disciplinas, a forma, a maneira de explicar as lições, os processos, os meios empregados pelo professor para facilitar a compreensão do que explica e os modos, a maneira de organizar a escola e agrupar os alunos. Para cada matéria do programa escolar, propunha uma Metodologia Especial, um tratamento singular.

A legislação vigente do período era a do Decreto 501, de 5 de agosto de 1901. Fixava que o ensino em Sergipe, particular e público, deveria dividir-se em primário, normal e secundário. Com três anos de duração e objetivando ministrar aos aspirantes ao magistério primário as habilitações indispensáveis à sua profissão, “o ensino normal [devia ser] mais pratico de que theórico e baseado na experimentação de modo que os alumnos possam considerar a matéria por todas as suas faces”(Art.117). O Plano de Estudos do curso Normal compunha-se das cadeiras de: Gramática Nacional e Caligrafia; Aritmética; Língua Francesa;

Geografia Geral e História do Brasil, especialmente de Sergipe; Pedagogia e Metodologia; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Agronomia e de Higiene Doméstica; Instrução Moral e Cívica e explicação das Constituições Federal e Estadual (cf. Art. 113).

A investigação da *Pedagogia* de Baltazar Góes possibilitou compreender práticas educacionais de preparação de normalistas realizadas na Escola Normal de Sergipe, bem como princípios defendidos pelo autor na primeira década do século XX. Revela ainda ser ele conhecedor das questões educacionais não só oriundas da sua longa experiência de magistério, mas pelo contato, revelado pelos autores citados, que mantinha com o movimento das idéias pedagógicas.¹³² Idéias essas influenciadas pela doutrina de Pestalozzi, sinalizadas nas propostas de organização das salas, do uso do tempo pelo professor na distribuição das lições, ensinando aos aspirantes do magistério primário – alunos do Curso Normal –, que deviam partir sempre do concreto para o abstrato, do particular para o geral, de forma prática, utilitária, ressaltando a observação e a experimentação. Mostrava, pois, elementos necessários, àquela época, para um processo natural de ensino, que para um “mestre inteligente é o bastante – Ensinae com gosto e aprendereis a ensinar”.¹³³

2.3.7. Retórica e Poética

Embora determinadas pela legislação de 1870 e abertas para funcionar, as aulas da cadeira de Retórica e Poética, por falta de alunos matriculados foi suspensa (cf. Relatório de 1872), e só começaram a ser lecionadas regularmente no Atheneu Sergipense no ano de 1874, quando o professor e filólogo Brício Maurício de Azevedo Cardoso ingressou no quadro docente da escola.¹³⁴ Até aquele momento eram constantes as reivindicações nos jornais e nos relatórios da Diretoria sobre a inexistência da cadeira, solicitando providências para a implantação da mesma, uma vez que os exames de Preparatórios exigiam tais estudos.

¹³² As referências dos autores utilizados por Baltazar Góes, poucas como avaliaram os pareceristas, encontram-se em notas de rodapé e são importantes indicadores das leituras efetuadas por ele para a construção de sua obra. Destacam-se: *Emilio*, de Rousseau; *O cuidado das crianças*, de Monsenhor Sebastião Kneipp; *Arte de formar homens de bem*, de Dr. J. N. Jaguaribe Filho; *A instrução pública*, de João Ribeiro; *Grammatica elementar* de Hilário Ribeiro; *Elementos de Pedagogia*, de Graça Affreixo e Henrique Freire, *Primeiras lições de coisas*, de Calkins. Almejava assim não deixar a Escola Normal de Sergipe alheia aos movimentos de renovação de métodos e processos pedagógicos em debate no Brasil.

¹³³ Alves (2004c) faz um estudo da obra de Baltazar Góes, notadamente ao ensino da Aritmética.

¹³⁴ Brício Cardoso (09/07/1844-21/11/1924) regeu também no Atheneu Sergipense a cadeira de Gramática Filosófica da Língua Vernácula e Lições de História Universal. Foi deputado provincial e Secretário de Estado, escrevendo em vários jornais de Sergipe e da Bahia. Sobre o tema consultar, Gally (2002, 2004a,b). Brício Cardoso reproduzia suas aulas em artigos publicados em jornais locais.

“Como desprezar o estudo da retórica, se ela é útil aos oradores, aos escritores e também aos que amam a expressão do belo intelectual, já por meio da palavra viva, ou falada, já por meio da palavra semi-morta ou escrita”, defendia Brício Cardoso em seu discurso inaugural da cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense.

Excessivamente gordo, quase sem pescoço, usava cabelo a escovinha, bigode aparado e barba escanhoada. Vestia-se elegantemente e andava com passinhos miúdos, levando sempre seu guarda-sol indispensável nas ruas desabrigadas da Aracaju antiga (Campos, 1970, p.61).

Esse professor é interpretado por Galy (2004a) como sendo o agregador de alunos matriculados na cadeira. Não é certo que “em Sergipe não havia nem a cadeira nem professor que pudesse ministrá-la”, conforme acentua Gally (2004a). A cadeira de Retórica e Poética compunha o 4º ano do curso de Humanidades e desde a criação do Atheneu Sergipense já havia no seu Estatuto o anúncio da cadeira e dos compêndios a serem adotados. Em 1875, 4 são os alunos matriculados na cadeira de Retórica e Poética, perdendo em número apenas para os 3 de “Gramática, Tradução e Exercícios Orais e Escritos da Língua Inglesa”. A maior frequência naquele ano estava com os 52 alunos matriculados em “Aritmética e Álgebra com suas aplicações mais gerais”.

Por meio das impressões de João Ribeiro, aluno do Atheneu Sergipense, é possível ter uma idéia das aulas de Retórica e Poética de Brício Cardoso.

Era então adolescente e vivia nessa pequenina Aracaju, quadriculada e geométrica, á margem do rio-mar do Cotinguiba, dúbio povoado de coqueiros na faixa arenosa, donde a cidade emergiu em poucos anos. Fazia eu, então, os meus estudos no Atheneu e entre os professores desse ginásio oficial da província havia um de feições amáveis que me lembrava um pastor protestante. Era Brício Cardoso, professor de Retórica e Poética, de Português e eventualmente de Filosofia. A sua figura ainda hoje me aparece aos olhos, viva, simpática, impressiva, ao mesmo tempo severa, dentro da sua imperturbável serenidade. Com ele aprendi os rudimentos de filosofia, segundo o livro oficial, que era o de padre Barbe. A minuciosa loquacidade e a arte de argumentar de Brício Cardoso animava a frialdade daquele compendio cheio de toleimas e trivialidades (João Ribeiro, apud Gally, 2004a, p.75).

Brício Cardoso colocava a utilidade da Retórica em paralelo com a utilidade da lógica e da gramática: “Eu considero a retórica como uma gramática transcendental e também como uma lógica, mas lógica coberta de galosas vestes, ornada de jóias de preço com o fim único de seduzir, cativar e arrebatr” (*Jornal do Aracaju*, 15 de maio de 1874). Pode-se entender como finalidade do ensino da Retórica a assinalada por Souza (1999): ao “apreciar obras alheias,

pelo exercício da análise, permite conhecer por dentro os segredos do artista, [e] dá acesso ao domínio dos seus instrumentos e artificios, habilitando, portanto à produção de obras próprias” (Souza, 1999, p.104).

Os compêndios indicados para as aulas de Retórica e Poética no Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870 foram: *Elementos da Eloquência Nacional e Lições Elementares de Poética Nacional*, de Francisco Freire de Carvalho*; *Andrieux*; Lucena, a vida do Padre Francisco Xavier; Manuel Odorico Mendes, Virgílio Brasileiro.

Em debate ocorrido na reunião da Congregação de 30 de abril de 1874, emergiu a finalidade do estudo de Retórica. O professor Raphael Archanjo de Moura Mattos defendia ser mais conveniente inverter o horário da aula de Retórica do meio dia para as sete da manhã, permutando assim com a aula de Pedagogia, que passaria a ser do meio dia a uma e meia da tarde. Justificava o seu argumento alegando ser conhecedor de que alguns empregados públicos pretendiam matricular-se nas aulas de Retórica, e aquele seria um horário mais adequado para freqüentá-las. Retórica junto com Poética era uma disciplina exigida nos exames de Preparatórios das Academias de Direito, como também nos cursos das carreiras eclesiásticas, saindo essas exigências no ano de 1891.

O governo procurava estimular o ingresso de alunos no Atheneu Sergipense, dispensando as horas de trabalho dos funcionários públicos que desejassem cursar matérias oferecidas no curso de Humanidades, como também incentivava os professores primários a fazerem o curso Normal (cf. Nunes, 1984b). Por que os funcionários públicos queriam fazer aula de Retórica? Os estudos de Retórica eram fundamentais para aqueles que queriam ingressar nos estudos maiores das faculdades do Império e os funcionários públicos almejavam elevar seu status social. Há indícios, portanto, de que a realidade social externa à escola condiciona modificações dentro da mesma. Ademais, Retórica e Poética,

ocupando posição destacada no sistema de ensino, como decorrência das altas e amplas funções que lhe eram atribuídas no processo educacional – além de preparar oradores e escritores, apurar as faculdades intelectuais, temperar o caráter e desenvolver o espírito público –, a formação retórica expandiu os seus efeitos por diversos aspectos da experiência social brasileira (Souza, 1999, p.83).

As comemorações e festividades constituíam ocasiões propícias para o estreitamento da relação entre “a retórica como matéria de ensino e como desempenho prático em situações públicas” (Souza, 1999, p.92). No Atheneu Sergipense, inflamados eram os discursos dos professores e alunos encarregados de fazê-los nas ocasiões festivas. Neste texto, vimos variados exemplos de eloquência como “espetáculos públicos”. Também nos textos

jornalísticos, prática extensivamente adotada por intelectuais de Sergipe, são identificados aspectos da eloquência, quer nos artigos ou ensaios defensores de temas, quer nas polêmicas levantadas que marcaram a vida cultural sergipana, como, por exemplo, o debate do início do século XX travado entre Olympio Campos, Felisbello Freire, Alfredo Varella e José do Patrocínio, evidenciando uma “conjugação entre os espíritos jurídicos e retóricos” (Souza, 1999, p.92).¹³⁵

A cadeira de Retórica e Poética permaneceu no quadro do Atheneu Sergipense até o ano de 1891, tal como ocorrera no Colégio de Pedro II (cf. Souza, 1999). Com a Lei 35, de 18 de agosto de 1892, a cadeira passou a denominar-se Português e Literatura Nacional. A cadeira de Retórica e Poética foi extinta dos programas do Colégio de Pedro II em 1890, mas não se pode registrar o seu simples desaparecimento, uma vez que seus conteúdos foram lentamente transferidos e adaptados para o currículo de Português, como acentua Razzini, (2000, p.75).

No Atheneu Sergipense, a cadeira de Retórica e Poética, pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870, deveria ser ministrada no 4º ano do curso de Humanidades (embora só começando a funcionar em 1874), ao tempo em que, pelo mesmo Regulamento, Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos comporia o conjunto das cadeiras do 1º ano. Por lacunas nas documentações identificadas, não encontrou-se vestígios que indicassem em quais anos do curso de Humanidades essas cadeiras foram ministradas durante alguns períodos da pesquisa (Verificar no Anexo V). As pistas indicam que Retórica e Poética, acrescida de Literatura Nacional, foi incorporada às disciplinas do 5º ano do curso de Humanidades, e Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos apenas no 2º ano, conforme Regulamento de 9 de janeiro de 1877.

Até o ano de 1881, há outra lacuna na distribuição das cadeiras por ano de curso. Naquele ano, a organização do horário das aulas, segundo a Ata da Congregação de 12 de agosto, atribui para a “1ª cadeira”, que segundo o Regulamento de 1877 compreendia Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos, aulas nos 1º, 2º, 3º e 4º anos, enquanto que as aulas de Retórica Poética e Língua Nacional seriam ministradas no 6º ano. Em 1877, seu nome se expande acrescido da expressão “Literatura Nacional”, permanecendo assim até o ano de 1890, quando a Literatura Nacional separa-se da cadeira de Retórica e Poética, passando a incorporar os estudos de Português – “Língua e Literatura Nacional” (Decreto de 14 de março de 1890). Em 1899, agora denominada Português, a

¹³⁵ “Orientação da Política de Sergipe” e “Política de Sergipe” são dois dos textos jornalísticos que exemplificam as querelas travadas.

cadeira é ministrada nos 1º e 2º anos, com carga horária de 3 horas semanais, e no 3º e 4º anos de 2 horas semanais do curso Integral do Atheneu Sergipense, ao passo que Literatura, outra cadeira, integra as disciplinas do 5º (3 horas semanais) e 6º anos (1 hora semanal). Em 1906, 1907 e 1908, a cadeira de Português foi ministrada nos 1º e 2º anos com 3 horas semanais, e nos 3º e 4º anos com 2 horas. A Literatura era a cadeira do 5º e 6º anos com 2 horas semanais.

Conclui-se que o ensino da Língua Nacional foi ministrado no Atheneu Sergipense nos primeiros anos do curso, ao tempo em que a Literatura, conjugada com Literatura Nacional, ou sob a designação de Retórica e Poética, ou Literatura Nacional, ou História da Literatura Nacional (1897), ocupou posição nos últimos anos do curso, como “coroamento dos estudos de letras” (cf. Souza, 1999, p.35).

2.3.8. As Ciências Físicas, Químicas e Naturais

As cadeiras anteriormente examinadas compunham as cadeiras das Humanidades no Atheneu Sergipense, que conforme a defesa de Júlio Ribeiro, em 1885, devia sofrer uma ampliação dos conhecimentos.

O primeiro requisito da educação moderna, como base de reorganização social, é a universalidade de conhecimentos.

O homem cientificamente preparado deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykhologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetaria, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de psyhologia, de moral, de anthropologia, de ethnologia, de linguistica, de historia e geographia-historia, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica.

E mais, deve ter estudos classico solidos (Morse, 1970, p.212).

As ciências deveriam, pois, compor o conjunto dos saberes estudados para a formação do “homem cientificamente preparado”. No período em que foi criado o Atheneu Sergipense, a ênfase estava voltada para as Humanidades, além dos saberes Matemáticos. Declara Lorenz (2003) que:

A restrita presença das ciências no currículo pode ser atribuída ao fato que no Brasil, como nos países europeus, o ensino de ciências era considerado necessário apenas para as profissões técnicas da indústria, do comércio e da agricultura,

enquanto os estudos clássicos eram tidos como apropriados para os estudos superiores de Medicina e Direito (Lorenz, 2003, p.53).

A indiferença para com os estudos das ciências foi uma característica das escolas públicas e particulares até o ano de 1887, quando os conteúdos de Física, Química e História Natural passaram a compor o rol das exigências dos Exames de Preparatórios para as Faculdades de Medicina. O Atheneu Sergipense preencheu essa lacuna em 1882, quando, após concurso, tomou posse o médico Daniel Campos como professor vitalício da cadeira de “Ellementos de Sciencias Physicas e Naturaes, Ellementos de Physiologia e Hygiene”.¹³⁶

Pela série dos Planos de Estudos construída a partir das fontes identificadas, é possível afirmar que a cadeira de Ciências Físicas e Naturais esteve presente no quadro das disciplinas do Atheneu Sergipense, com uma carga horária de uma hora de aula, durante os anos de 1882 a 1883, voltando a compor o rol das disciplinas em 1890, pelo Decreto de 14 de março.¹³⁷

Com seis anos de duração, o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense em 1892 tinha no seu conjunto das cadeiras a de Ciências Físicas e Naturais, ministrada no último ano do curso, abordando “Physica e Chimica, noções de Mineralogia e Geologia, Zoologia, Hygiene e Biologia e principaes noções” (Ata da Congregação do Atheneu Sergipense, 8 de fevereiro de 1893). Nessa mesma reunião foram organizados seus horários e determinado que as aulas desta cadeira seriam ministradas das 10 às 11 horas da manhã, nas segundas, quartas e sextas. Importante verificar que a cadeira de Ciências Físicas e Naturais, com os mesmos conteúdos, compõem o quadro das matérias dos estudos do terceiro ano do curso Normal, aumentando também o rol das disciplinas daquele curso. No ano seguinte, a cadeira passa a ser lida diariamente no curso de Humanidades, ampliando a sua carga horária, ao tempo em que não há registro de que a cadeira das Ciências Físicas e Naturais tenha composto o quadro do curso Normal.

O posicionamento das cadeiras científicas no último ano do curso é resultado da adoção de modelos de planos que entendiam os estudos clássicos como pré-requisitos para o estudo das ciências, “considerados mais especializados e difíceis” (Lorenz, 2003, p.54). Alerta o autor para entender também esse posicionamento como uma organização que facilitava a não conclusão do curso, uma vez que aqueles que preferissem aligeirar seus estudos cursavam apenas as disciplinas exigidas nos exames de Preparatórios, sem cursar as

¹³⁶ Por volta de 1883, somente quatro das vinte e uma escolas provinciais ofertavam as matérias de Física e Química e uma de História Natural (Lorenz, 2003, p.59).

¹³⁷ Mesmo não tendo sido encontrada menção na distribuição dos horários para a cadeira de Ciências Físicas e Naturais do Atheneu Sergipense nesse período, o professor Daniel Campos permaneceu no quadro docente da instituição até 1896, quando se afastou para assumir o cargo de Inspetor de Higiene.

ciências, alocadas no final do curso – “Não gastavam tempo nem energia em estudos considerados desnecessários” (Lorenz, 2003, p.54). De opinião contrária é Sílvia Romero, que defendia alocar os conhecimentos da Física e da Química nos primeiros anos do curso, com o “caráter prático para iniciar os estudantes nos grandes e maravilhosos processos da ciência moderna” (Romero, 1901, p.214).

O ano de 1897 iniciou-se com novidades. A três de fevereiro, a Congregação do Atheneu Sergipense apresentou uma lista de pontos para o concurso aberto para a cadeira das Ciências Físicas e Naturais.

Physica

1. Definição e divisão da Physica, o lugar que ella ocupa na classificação das sciencias. Força attractiva e repulsiva. Diversos estados dos corpos, caracteres de cada estado. Propriedades geraes dos corpos.
2. Movimento e força
3. Attraction universal. Lei de Newton. Gravidade, sua direcção, causas que a modificam. Lei da queda dos corpos.
4. Equilibrio dos fluidos. Pressão e impulso dos fluidos. Principio de Pascal. Equilibrio dos corpos fluctuantes. Principio de Archimedes.
5. Calor, medidas da temperatura. Dilataçào dos corpos pelo calor. Thermometros. Pendulo compensador.
6. Pressão atmospherica. Barometro.
7. Da luz na propagação e sua intensidade.
8. Da electricidade, corpos conductores e isoludocso.

Chimica

1. Definição e divisão da Chimica. Corpos simples e compostos. Combinação e mistura. Leis da combinação.
2. Theoria atomica. Affinidade e causas que a modificam.
3. Acidos, bases e saes.
4. Hydrogeneo, Oxygeneo e Ozono.
5. Agua
6. Ar atmosferico
7. Carbono
8. Classificação dos metaes, classificação de Phenosol, classificação natural.

Botanica

1. Definição da Botanica, sua divisão. Tecido celular, fibroso e vascular
2. Estudo geral da haste.
3. Estudo geral da raiz.
4. Estudo geral da folha.
5. Estudo geral da flor.
6. Estudo geral da nutrição vegetal, absorvição, respiração e assimilação.

Zoologia

1. definição de zoologia. Divisão dos reinos da natureza, seus caracteres distintos
2. Animaes vertebrados, seus caracteres (Ata da Congregação do Atheneu Sergipense, 3 de fevereiro de 1897).

Com esses pontos destacam-se os conhecimentos exigidos para um professor ingressar no Atheneu Sergipense, apontando, para a análise em questão, quais os saberes necessários para o ensino das Ciências Físicas e Naturais. Seguindo os ritos prescritos na legislação quanto à realização dos concursos para professores, perante a banca examinadora composta dos membros Geminiano Paes d’Azevedo, professor de Francês; Brício Cardoso, professor de Retórica, Poética e Português, e Francisco Teixeira de Faria, professor de Matemática, Geometria e Trigonometria, o único candidato inscrito sorteou o ponto de número 6 da parte da Química – Ar Atmosférico.

Aos vinte dias daquele mês, o farmacêutico Guilhermino Amâncio Bezerra defendeu a sua tese sobre o Ar Atmosférico, seguindo das provas escritas e orais. Avaliado sobre o seu desempenho, por escrutínio secreto, o candidato foi aprovado com distinção, tomando posse perante a Congregação a 1º de março daquele ano. Este era, pois, o segundo professor das Ciências Físicas, Químicas e Naturais do Atheneu Sergipense, com a ressalva de ser o primeiro a ter prestado concurso para essa cadeira.¹³⁸

Em 1899, foi também professor de Física e Química do Atheneu Sergipense o médico José Moreira de Magalhães, lembrado carinhosamente por Campos:

Sempre de fraque, chapéu mole e guarda chuva. Além de cabeçudo, testa larga e cabelo bem aparado. Exercendo a clínica na cidade, atendia a todos, ricos e pobres [...] suas aulas eram boas, resumindo a Física de Langlebert e a Química de Martins Teixeira, para poucos alunos do Ateneu (Campos, 1976, p.60).

Mas as transformações relativas à cadeira examinada não cessaram. Conforme o Decreto 231, de 9 de julho de 1897, sete passaram a ser os anos do curso Integral do Atheneu Sergipense, com as cadeiras de “Sciencias Naturaes, compreendendo Biologia” e “Chimica e Physica” apontando para uma inicial separação de programas. Destaque-se que é a partir dessa legislação que é expressa a denominação “Física e Química”.

Mandava o Decreto 351, de 9 de junho de 1899, que as aulas de Elementos de Química e Física, com seis horas de duração fizessem parte do rol das cadeiras do 5º ano do

¹³⁸ Foram ainda professores do Atheneu Sergipense: o médico José Moreira de Magalhães em Ciências Física e Naturais (1899) e o médico Aristides da Silveira Fontes na cadeira de Física, Química e Higiene (1911). Destaque-se a formação desses professores em Medicina ou Farmácia

curso Integral do Atheneu Sergipense, sendo com duas horas semanais ministrada também no 6º ano. A História Natural do 6º ano apresentava uma carga horária de 8 horas semanais. No ano de 1904, entretanto, as cadeiras de Química e Física e de História Natural foram ministradas apenas no 5º ano, reduzindo-se desta forma a carga horária destinada aos seus ensinamentos.

Quanto aos compêndios adotados na cadeira examinada, a Ata da Congregação de 8 de fevereiro de 1902, registra que a obra de João Martins Teixeira deveria ser utilizada para os estudos da Química e a de Edmond Jean Langlebert para os da Física e da História Natural.¹³⁹

Os estudos da Física e Química realizados no 5º ano do curso Integral do Atheneu Sergipense passaram a ser de quatro horas semanais durante o ano de 1906, e de três horas semanais no 6º ano, conforme Decreto 543, de 9 de outubro. A História Natural tinha uma carga horária de duas horas para o 5º ano e de cinco horas para o 6º ano em 1906.

Enunciava o Decreto 556, de 24 de agosto de 1908, os conteúdos de cada disciplina e a forma didática em que os professores deveriam desenvolver suas atividades, ou seja, não apenas “o que” devia ser ensinado, os limites dos conteúdos, mas também “o como”, restringindo sem dúvida o potencial criativo inerente a cada professor que almejasse extrapolar aquelas indicações. No capítulo “Dos programmas de ensino”, o legislador determinava dever o corpo docente do Atheneu Sergipense observar fielmente preceitos metodológicos fundamentais para cada cadeira.

No ramo physico da cadeira de physica e chimica se ensinarão os factos do domínio da gravidade, do calor, da acustica, da optica, da electricidade e do magnetismo. O ensino da chimica começará pelo da mineral e passará ao da organica. Fará objecto da primeira parte depois do estudo da nomenclatura e notação chimica, do das leis da combinação e do da doutrina atomica, o dos principaes metalloides e metaes e dos respectivos compostos. A segunda parte tratará da composição, constituição e classificação dos corpos organicos, das formulas organicas, dos radicais, das series organicas e das funções chemicas em geral (Art.6, VII, Decreto 556, 24 de agosto de 1908).

A História Natural, por sua vez, compreenderia

na mineralogia o estudo da crystalisação e suas leis, o dos systemas crystalinos, o exame dos mineraes, seus caracteres morphologicos, a designação das especies mineraes e sua classificação.

Na geologia se discriminarão as rochas, segundo sua origem, composição minerologica e estructura, e se explicará a formação dos estratos rudimentares e a chronologia geológica.

¹³⁹ João Martins Teixeira era professor do Colégio de Pedro II.

Na botânica, além da parte geral desta ciência, se fará o estudo das mais importantes famílias vegetais, servindo como exemplares para isso plantas frescas das espécies mais comuns.

Na zoologia, das noções relativas aos tecidos, órgãos, aparelhos, sistemas e funções dos animais se passará ao estudo das espécies e sua taxionomia e á succinta descrição dos typos da serie animal. (Art. 6, VIII, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908).

Recorda Campos o seu exame oral de Botânica feito com o professor Luiz Figueiredo Martins, que havia substituído o professor Francisco Teixeira de Faria.

Não nos entendemos muito bem a propósito da nomenclatura botânica, mas o professor Figueiredo depois da prova oral, nos corredores do Ateneu, que estava perto do quartel da polícia, me disse: o sr. não satisfaz todas as minhas perguntas, mas atendendo à recomendação do professor Teixeira vai ter distinção.... Nosso desacordo proveio da maneira de perguntar do professor Figueiredo. – Qual é a propriedade dos óleos?... Eu entendi que êle se referia aos *óleos* (gordura lubrificante) e êle não gostou da resposta, pois se referia aos olhos, gomos, botões, elementos de reprodução de certas plantas (Campos, 1970, p.59).

Contava o Atheneu Sergipense no seu quadro administrativo com a figura de um Preparador para as cadeiras de Física, Química e História Natural, de livre nomeação do Governo. Porém, a condição essencial para exercer essa função seria a de ter exames das cadeiras respectivas, prestado em qualquer instituto oficial ou equiparado ao Ginásio Nacional. Ao Preparador cumpria:

- I. Ter todos os objectos do gabinete catalogado e dispostos na melhor ordem e estado de asseio;
- II. Preparar as colleções conforme as instrucções dos lentes;
- III. Cumprir o que pelo lente lhe for ordenado relativamnete ás demonstrações praticas nas aulas (Art. 117, Decreto 351, de 9 de junho de 1899).

É importante destacar que a partir desse Decreto aparece no quadro do pessoal administrativo do Atheneu Sergipense a figura do Preparador, indicando possivelmente ser o início da organização dos “Gabinetes de Física, Química e História Natural”, e demonstrando mais uma vez a preocupação com as experiências práticas.¹⁴⁰

Embora ainda juntas como uma só cadeira de Química e Física, lecionada no 5º e 6º ano em 1907, na distribuição dos horários das aulas estes conteúdos seriam ministrados em dias alternados. É o que se registra: Física das 9 às 10 horas às segundas, quartas e sextas.

¹⁴⁰ Em sessão da Congregação do Atheneu Sergipense de 22 de julho de 1904, é registrado voto de pesar pelo falecimento do Farmacêutico Francisco Nathaniel de Azevedo Ribeiro, Preparador de Ciências Físicas e Naturais, sendo nomeado para o cargo, em 3 de agosto daquele ano, Álvaro da Silveira Britto.

Química das 9 às 10 horas às terças, quintas e sábados. A História Natural era ministrada de segunda a sábado.¹⁴¹

Continuava assim o movimento de organização da cadeira Física, Química e História Natural, proporcionando aos alunos que buscavam os estudos no Atheneu Sergipense ampliarem seus conhecimentos do saber científico.

2.3.9. Demais Cadeiras

Uma vez analisadas as cadeiras lidas no Atheneu Sergipense a partir do seu primeiro Plano de Estudos, examinar-se-ão outras cadeiras que foram acrescentadas aos saberes daquela *casa de educação literária*, percorrendo dessa forma os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense das Humanidades ao Ginásial.

Em 1874, uma nova cadeira foi incorporada aos estudos do Atheneu Sergipense – Religião, apresentando no ano seguinte 13 alunos matriculados. A Doutrina Cristã, ministrada na cadeira de Pedagogia, era insuficiente para a formação dos alunos do curso Normal, demonstrando ser incompleto o respectivo ensino. Para sanar esse problema, solicitou o Diretor da Instrução Pública a contratação de um sacerdote para lecioná-la pelo menos “metade dos dias da semana lectiva”, dando assim, ao próprio professor de Pedagogia, “espaço a alargar a esfera de seu ensino” (*Jornal do Aracaju*, 7 de março de 1874). Até o ano de 1890, a Religião era uma cadeira dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense. Em 1884, passou a ser cadeira destinada ao curso Normal feminino. Com a Proclamação da República, o governo proibiu a “intervenção Federal e dos Estados federados em matéria religiosa”, dando “plano de liberdade de cultos” (Decreto 119, de 9 de janeiro de 1890).¹⁴²

Nos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense do ano de 1882, duas novas cadeiras foram acrescentadas: Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Elementos de Fisiologia e Higiene e Língua Italiana. Com a implantação do curso seriado feito em seis anos, em 1892, foram introduzidos os estudos de Corografia da Província de Sergipe e o ensino de conhecimentos de Contabilidade e Escrituração Mercantil.

A Escrituração Mercantil figurou como ensinamento indispensável aos estudos secundários. “Ninguém, qualquer que seja a sua carreira, a sua condição de fortuna, a sua

¹⁴¹ Consultar Alves (2004e).

¹⁴² Defendia Romero (1901) a exclusão da cadeira de Religião do controle do Estado, não para banir as religiões, mas para dar liberdade de culto.

posição social, pode absolutamente prescindir desse instrumento de ordem, regularidade e pontualidade em todas as profissões e situações da vida”, defendia Rui Barbosa (Barbosa, 1942, p.188). No Atheneu Sergipense, esta era uma cadeira ministrada no 3º ano do Curso de Humanidades, abordando seu estudo completo com aplicações práticas (Ata da Congregação, 8 de fevereiro de 1893). A matéria permaneceu no rol das cadeiras lidas até o ano de 1897.

“Sociologia, Moral, Noções de Economia Política, Direito Pátrio” foi uma cadeira que passou a ser lida no Atheneu Sergipense em 1892. Os conteúdos a serem ministrados no 6º ano do curso de Humanidades eram os seguintes: principais noções de Sociologia e Moral; explicações da Constituição da República Brasileira e do Estado de Sergipe (cf. Ata da Congregação, 8 de fevereiro de 1893). Assim, os princípios da Sociologia seriam estudados no Atheneu Sergipense como uma ciência mais geral, além do amor à Pátria e ao trabalho, traçados pela Constituição Federal e Estadual. Segundo Decreto 231, de 9 de julho de 1897, haveria exames de madureza de “Noções de Direito Pátrio, Sociologia, Moral”. Os indícios permitem afirmar que a cadeira de “Sociologia, Moral e Direito Pátrio” permaneceu no quadro dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense nos anos de 1892, 1893, 1897, 1898, e de 1900 a 1905. O Decreto 543, de 9 de outubro de 1906, na distribuição da carga horária por ano de curso, não menciona a referida cadeira, que reaparece em 1913 dividida em duas outras: “Lógica e Noções de Direito” e “Moral e Instrução Cívica”.

Em 1905 criaram-se as cadeiras de Elementos de Mecânica e Astronomia; Lógica; e Desenho, além de serem restauradas as cadeiras de Alemão e Grego.¹⁴³ De duração efêmera as pistas indicam que foram as cadeiras de Língua Italiana, lida no período de 1882 a 1890, e Contabilidade e Escrituração Mercantil, lida no período de 1892 a 1897. Grego (1897 a 1912), Alemão (1890) e Sociologia (1892), foram suprimidas logo que as cadeiras vagaram, pelo Decreto de 1900.¹⁴⁴ Recorda Amado (1999), em sua história da infância, uma passagem a respeito da cadeira de Grego do Atheneu Sergipense.

Em Sergipe criou-se uma cadeira de grego. Para ela nomearam um farmacêutico de poucas letras mesmo em português. Não havia sequer gramática de grego em todo o Estado. Mandou-se buscar uma na Bahia. O homem, considerado sério (veja-se

¹⁴³ Em 1926, foram criadas ou restabelecidas as cadeiras de Português, a de Latim, a de Literatura Brasileira e Língua Latina, a de Desenho e a de Sociologia. Outra grande divisão que ocorrera refere-se à cadeira de Elementos de Ciências Físicas e Naturais e Elementos de Fisiologia e Higiene, introduzida em 1882 e subdividindo-se em 1897 em Química e Física; e Ciências Naturais. Em 1925, ficaram separadas as cadeiras de Física da de Química; a de História do Brasil da de História Universal, e a de Aritmética da de Álgebra. Com essa divisão, os professores substitutos foram promovidos a catedráticos.

¹⁴⁴ Alemão é uma das 15 cadeiras propostas para serem ministradas no Atheneu Sergipense pelo Regulamento de 30 de março de 1882. Em 22 de maio daquele ano foi empossado para reger a cadeira de Alemão Gustavo Hasselmann.

que seriedade!), aceitou o cargo. A família “precisava”, a farmácia não rendia bastante... Por que escolheram grego? Poderiam ter criado mais uma cadeira de química, química analítica, industrial, qualquer coisa assim que quadrasse ao menos aparentemente com as habilitações do nomeado. Tal era o descaso por coisas de ensino, e o fim exclusivo dar o emprego só pelo emprego, que ninguém censurou, criticou, julgou mal nem o governo, nem o beneficiário (Amado, 1999, p.172).¹⁴⁵

Um outro cronista refere-se à cadeira de Grego do Atheneu Sergipense. Segundo Campos (1970), o farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins “era um homem inteligente e moralmente corajoso”. Quando da Reforma de Epitácio Pessoa, em 1901, instituiu-se o Bacharelado em Letras em sete anos, incluindo a cadeira de Grego, esta passou a compor o rol das cadeiras do Atheneu Sergipense.

Em Aracaju, ninguém sabia Grego para integrar o quadro docente do Ateneu. Pois o nosso destemido Figueiredo, farmacêutico, que nem o latim era obrigado a saber, prontificou-se a ensinar a língua de Homero! Nos cochichos, era ridicularizado pelos descrentes; mas comprou gramática, dicionário e livros elementares, e pôs-se a trabalhar ensinando o que ia aprendendo do grego moderno, com uma pertinácia digna de nota (Campos, 1970, p.61).

Não há que se julgar Campos ou Amado, mas destacar a atitude do professor, o interesse, o colocar-se como instrumento para a inclusão de uma nova cadeira no Atheneu Sergipense, ampliando mais uma vez o rol dos saberes lá ministrados.

2.4. Outros Elementos Formadores

Para atingir as metas apregoadas como fins principais da instituição, os Presidentes da Província e depois Governadores do Estado de Sergipe esforçavam-se para prover o Atheneu Sergipense de material científico “indispensável para o regular funcionamento das aulas” e para instituir uma “biblioteca e um muzeu no referido estabelecimento com o fim de proporcionar aos alumnos os meios practicos indispensaveis para a efficiencia dos respectivos estudos” (Arts. 120 e 121, Decreto 351, de 9 de junho de 1899). Deveria haver no Atheneu Sergipense uma sala destinada a gabinete de leitura para os alunos e empregados da casa, formada dos “livros da antiga biblioteca, e de outros que por ventura se adquirirem, ficando a

¹⁴⁵ Possivelmente este senhor tenha sido o farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins, que também ensinou Desenho e Geografia no Atheneu Sergipense.

livraria a cargo do Amanuense da repartição da Instrucção” (Art.217, Regulamento da Instrução Pública, 1870).¹⁴⁶

Um outro elemento que o Presidente do Estado Martinho Garcez (24/10/1896 a 14/08/1899) considerou relevante instituir legalmente foi a criação de uma revista quinzenal, de natureza científico-literária, denominada “Revista do Atheneu Sergipense”. Nela, a comissão de lentes designada anualmente pelo Diretor encarregar-se-ia de organizar a publicação e/ou a transcrição de artigos a respeito do ensino, fomentando, assim pensava o legislador, o desenvolvimento progressivo dos estudos no Atheneu Sergipense. Todos poderiam ser colaboradores natos da revista, que teria as despesas de impressão e distribuição por conta dos cofres estaduais, sendo os exemplares distribuídos gratuitamente ao professorado do Estado e demais interessados. Embora não se saiba se essa determinação legal se concretizou, esta é a primeira legislação que volta o seu interesse em propor a organização de uma revista, objetivando suscitar o debate científico-literário.¹⁴⁷

Demonstravam os governantes o interesse em disponibilizar os meios necessários para a formação científica e intelectual. Geminiano Paes de Andrade, em relatório, avaliava as condições de funcionamento dos instrumentos precisos para as aulas. Ainda que não houvesse no Atheneu Sergipense gabinetes nem laboratórios para as aulas práticas das Ciências Físicas, Químicas e Naturais

devidamente montados, mas apenas raros instrumentos de physica e alguns reactivos para explicações practicas de Chimica. Existe excellentes modellos para o estudo da historia natural. No tocante a geographia e astronomia há uma colleção de bons mappas planiphéricos, globos, etc (Livro de Officios, 27 de julho de 1900).

O método de ensino preocupava os governantes, que buscavam explicitá-los nas legislações. Assim, o método de ensino, em qualquer estabelecimento público do estado, deveria ser “... intuitivo e pratico, marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do definido para o indefinido”, com lições

¹⁴⁶ Em 1875 os referidos livros foram removidos para um dos salões da Assembléia Provincial ficando a cargo do porteiro da mesma (cf. Art. 55 da Lei de 20 de abril de 1875).

¹⁴⁷ Por determinação legal de 1921, 1925 e 1926, deveria o Atheneu Sergipense contar com uma biblioteca, a cargo do escriturário-bibliotecário, especialmente destinada ao uso do corpo docente e discente, formada de livros, mapas, memórias, impressos ou manuscritos relativos às matérias professadas e também de exemplares das obras didáticas adotadas. Em 1921 o Atheneu Sergipense possuía museu, biblioteca, gabinetes de física, química, história natural, de modo que os programas de ensino fossem desenvolvidos com aplicações práticas. A Lei 978, de 10 de novembro de 1926, autorizou o Governo a reorganizar os gabinetes de Física e História Natural, e o laboratório de Química e a adquirir os instrumentos precisos para o ensino de Geografia, Cosmografia e Desenho, abrindo desta sorte os necessários créditos.

de “cunho especial da methodologia de cada estudo” (Arts. 3 e 196, Decreto 45, de 19 de janeiro de 1893). Definiam os legisladores como os professores desenvolveriam suas aulas, atentos sempre à prática, mas delegando poderes ao corpo docente para elaborar o programa de suas cadeiras, de modo a tornar efetivo os estudos secundários em Sergipe.

Incentivava o governo os membros do magistério público para que apresentassem trabalhos de suas autorias, designando gratificação (nunca inferior a 2:000\$), caso a obra fosse considerada utilitária para o ensino, após avaliação do Conselho Superior da Instrução (Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

É certo que, mesmo havendo atenção por parte do Governo em fixar nas legislações elementos necessários para uma eficiente formação, havia, nas palavras dos diretores, em seus relatórios, reclamações constantes quando seus pleitos não eram atendidos. Solicitavam melhorias nas instalações das salas, materiais para os laboratórios, maior número de funcionários, aumento dos proventos dos professores, dentre outras reivindicações. São as falas e ações dos dirigentes, para instituir no Atheneu Sergipense um ambiente propício formador da intelectualidade sergipana.

2.5. Organização temporal

O tempo é um dos elementos que compõem a estrutura dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense. O tempo regulador dos cursos e séries, o tempo anual do período letivo, o tempo semanal e diário com a programação da carga horária das aulas, o tempo das matrículas, o tempo dos exames, o tempo dos concursos, o tempo dos relatórios, o tempo das férias, o tempo dos feriados civis e religiosos, o tempo das inspeções. Esses tempos escolares são modalidades do tempo social.

Estudar o tempo como um dos elementos estruturais do Atheneu Sergipense permite compreender também a história do currículo escolar, que expressa características relevantes na dimensão prática. A organização temporal dos estudos no Atheneu Sergipense se formou baseada em acirrados debates, num movimento de tensões, tanto para compor o texto das legislações como para ser aplicado no dia a dia.

As análises aqui incidem, pois, sobre o aspecto da organização e legitimação do tempo, ou seja, a gênese e função dos tempos do Atheneu Sergipense. São os tempos mensurados e normativos dos diferentes sujeitos: aluno, professor, diretor, administração, inspeção, mediados por instrumentos de demarcação temporal, tais como os calendários, os

quadros de horário, os feriados, o relógio, as férias, tudo distribuído meticulosamente.¹⁴⁸ Para ter êxito com o resultado do ensino, o professor deveria elaborar uma boa distribuição do tempo, de maneira a coordenar e transmitir os conhecimentos, que são o objeto do ensino, segundo Góes (1905), em suas lições.

2.5.1. Normatizando os tempos

A primeira imagem do tempo do Atheneu Sergipense é a revelada no Estatuto de 1871.

O Atheneu Sergipense se comporá de dous cursos diferentes [...] de Humanidades será feito em quatro annos [e] Eschola Normal será de dous annos. As aulas do Atheneu terão uma só sessão diaria [...] aberto desde as sete horas da manhan até as três da tarde, para que possa ter logar o ensino de suas varias disciplinas (Arts.43º, 44º, Estatuto de 1871).

Estas são as primeiras prescrições sobre o tempo escolar do Atheneu Sergipense, evidenciando a unidade anual e a periodização diária. À medida que vão se configurando os novos cursos, as novas cadeiras, o número de séries moldaram-se a essas transformações. Assim é que o tempo das séries oscila de dois a sete anos de estudos, num movimento de múltiplas trajetórias.

A Congregação do Atheneu Sergipense, por determinação legal, constituía-se do grupo de membros natos de professores catedráticos ou substitutos em exercício que, entre outras funções, tinha a de ordenar a cada início de ano a regularidade dos trabalhos, marcando as horas em que deviam iniciar as aulas, bem como o tempo que deviam durar, em conformidade com a regulamentação em vigor.

Quanto à temporalidade anual, expressava a legislação que o ano letivo do Atheneu Sergipense deveria iniciar por volta da primeira semana de fevereiro e terminar na primeira ou segunda semana de novembro, para logo depois se iniciarem os exames, adquirindo os cursos, dessa feita, uma dimensão cíclica. A Congregação reunia-se para conferir a abertura e encerramento dos trabalhos escolares: o ano letivo.

Não haveria aulas no Atheneu Sergipense nos dias denominados “empedidos”: “1º os de festas e luto nacional, segundo a lei; 2º os de serviço publico obrigatorio; 3º os de eleições

¹⁴⁸ Jan Amos Comenius (1592-1670) defendia uma distribuição ordenada do tempo, “de modo que a cada ano, mês, dia e hora seja atribuída a sua tarefa especial” (apud Munakata, 2001, p.48).

populares; 4º os de *encommodo physico* do professor ou de pessoa de sua família” (Art. 44, Decreto de 14 de março de 1890).

O tempo letivo escolar é título do Capítulo IV do Decreto 351, de 9 de junho de 1899, determinando o início das aulas a 1º de março e o seu encerramento a 30 de novembro. “Na organização do quadro da distribuição do tempo para o ensino *theorico e practo*”, de acordo com as cadeiras, devia atender-se à “necessidade de *distracção mental* entre uma e outra aula, de conformidade com a natureza do instituto”. Há naquele momento a preocupação com intervalos, pausas entre as aulas. Não se identificou de que forma era feita essa “*distracção mental*”, se de cantos e exercícios físicos, como aparece em Minas Gerais (cf. Faria Filho, 2001), ou de outras formas.

Nesses anos, há intervalos. Possivelmente intervalos para as refeições.¹⁴⁹ São as adaptações da escola às modificações da sociedade, o diálogo do tempo escolar com o tempo social. Gilberto Amado (1999) recorda que o jantar em Estância e Itaporanga era servido às duas da tarde.

À noitinha, tinha a ceia, chá, pão, bolos, banana assada, banana frita, fatias de parida, arroz doce, aipim, inhame, coisas leves. Carne só uma vez por dia. Mesmo em Aracaju e na Bahia era assim. Só em Pernambuco, quando lá cheguei em 1905 é que vi pela primeira vez jantar como hoje, de noite (Amado, 1999, p.31).

Apesar da legislação determinar o horário e período letivo, constatou-se pelas Atas da Congregação muitas solicitações de alterações dos mesmos, por parte dos professores como também dos alunos. Por vezes o horário das aulas sofria alterações mais de uma vez no ano (1874), iniciava-se às 8 horas (1878), e até às 9 horas (1892), encerrando o ano letivo em 3 de novembro (1879).

Pelo Estatuto de 12 de janeiro de 1871, “*todos os dias da semana são lectivos*, a exceção dos domingos, quintas-feiras, dias santos de guarda e feriados por Lei”, funcionando o Atheneu Sergipense das sete horas da manhã às três horas da tarde, algo que durou até 1876. Em 1877, pelo Regulamento de 9 de janeiro, o Atheneu Sergipense deveria funcionar das nove horas da manhã às três horas da tarde.¹⁵⁰

¹⁴⁹ No início do século XX, o estilo de vida urbano provocou alterações nos hábitos dos horários das refeições, conforme declara Souza (1999).

¹⁵⁰ Escolano (1992, 1993), ao estudar a formação do horário escolar na Espanha, menciona que no Regulamento das Escolas Públicas de Instrução Primária Elementar de 26 de novembro de 1838, as quintas-feiras pela tarde e os domingos não seriam letivos, determinações impostas como preceitos das tradições eclesíásticas. Por Ordem Real de 23 de maio de 1855 é suprimido o descanso das quintas-feiras. Para o autor, essas determinações não atendem a critérios de natureza higiênica, mas sim a fatores de ordem econômica, geográfica, climática, religiosa e política. Na França, Hébrard (2000) declara que nos anos de 1900 a quinta-feira era dia de catecismo,

Essa mudança de horário do início das aulas provocou indignação. O lente de Filosofia, Sancho de Barros Pimentel, declarou a impossibilidade de organização das aulas nesse espaço de tempo, e solicitou consulta ao Presidente da Província no sentido de poderem os trabalhos começarem às sete horas, como antes. O Governo negou a permissão, provocando vários debates em torno da organização dos horários naquele ano. Um só turno de aulas, até as três da tarde, atendia aos costumes de alimentação da época, com uma harmonização com o tempo social.¹⁵¹

A respeito do horário diário de funcionamento do Atheneu Sergipense em 1872, o lente de Inglês, Justiniano de Melo e Silva, encaminhou ofício à Presidência da Província solicitando a mudança de sua aula das nove da manhã para as quatro e meia da tarde. A resposta à questão foi de que o Presidente nada poderia resolver, uma vez que a Congregação do Atheneu Sergipense tinha competência para tal. O embate desenrolou-se por mais duas reuniões, até que, posto em votação, a petição do professor foi aprovada com o “voto de qualidade” do Vice Diretor, o vigário José Luiz de Azevedo. Esse entrave temporal gerou artigos polêmicos na imprensa local, que, motivados inicialmente pela mudança de horário das aulas do professor Justiniano de Melo e Silva, se prolongaram com acusações a respeito da falta de concurso e capacidade profissional, questionada por Tomaz Diogo Leopoldo. O professor Justiniano de Melo e Silva, publicou, no *Jornal do Aracaju*, a 16 de março de 1872, argumentos sobre o pedido de mudança do horário, informando que, no mapa da aula de Inglês, contava com 17 alunos matriculados, rebatendo indignado às acusações postas em artigo do *Jornal de Sergipe* de 17 de março daquele ano. Evidencia-se que as tensões travadas no interior da Congregação não se prendiam somente à esse espaço, mas tornavam-se reconhecidas em outros campos.

Qualquer mudança na ordem temporal significava reorganizar os programas, pois o tempo das aulas mudava. A organização desse sistema temporal suscitava constantes debates em torno do tema. Eram solicitações de mudanças, ora por parte dos professores, ora por parte dos alunos, envolvendo assim a participação dos sujeitos na construção e institucionalização do tempo do Atheneu Sergipense.

aprendido fora da escola. No Brasil, no período Imperial, e desde os tempos de Pombal, havia o tradicional descanso da quinta-feira, que não permaneceu, segundo Souza (1998), no período Republicano. No entanto, no Atheneu Sergipense, em 1881, a quinta-feira já era considerada letiva. Pelo preceito legal, a primeira quinta-feira de cada mês devia ser destinada à reunião da Congregação para abonar ou não as faltas cometidas pelos alunos no mês findo.

¹⁵¹ No século XIX, o almoço era refeição servida às sete horas da manhã, o jantar às onze horas e a ceia realizada por volta das três ou quatro horas da tarde (cf. Souza, 1999). Nesse sentido, Raul Pompéia, no romance autobiográfico *O Atheneu*, recorda que todas as manhãs, na hora do “primeiro almoço, às oito horas”, o diretor Aristarco aparecia solenemente para verbalizar o memorial escrito sobre os alunos.

Quanto à relevância outorgada a cada matéria, esta pode ser revelada por meio da carga horária estabelecida para cada uma delas. É a relação entre os conteúdos e o tempo escolar. A organização e aproveitamento do tempo, com os métodos empregados, distribuição das turmas e classes. No primeiro Plano de Estudos não há vestígios dessa distribuição. No entanto, em 1º de fevereiro de 1873, a Congregação, ao formular os horários das aulas daquele ano, destina uma hora e meia para as cadeiras de Aritmética, Álgebra e Geometria; Filosofia; Francês; Inglês; Geografia e Gramática Filosófica da Língua Nacional. As aulas de Latim e Pedagogia deveriam funcionar de meio dia “em diante”. Ora, se o horário de funcionamento do Atheneu era das sete da manhã às três horas da tarde, questiona-se: as aulas de Latim e Pedagogia eram ministradas com três horas de duração? Qual a carga horária semanal para cada matéria? Vejamos.

Latim, durante a primeira década de funcionamento do Atheneu Sergipense, era a única aula que funcionava com duas horas de duração. O mais recorrente era a duração de uma hora e meia, como nas aulas de Francês, Inglês, Português, Aritmética e Álgebra, ou de uma hora, como nas aulas de Português (de 1876 a 1880) e Geometria e Trigonometria. As aulas de Retórica até 1876 são de uma hora de duração, e de uma hora e meia no período de 1877 a 1880. As de Geografia e História, juntas até 1873, duravam com uma hora e meia. De 1874 a 1876, como matérias distintas, continuaram com a mesma carga horária. De 1877 a 1880, passaram a ter, cada uma delas, uma hora de duração.

Para Rui Barbosa, o número de horas de aula por semana podia variar de 30 a 33, com 5 a 6 horas e 20 minutos por dia: “Essa é uma duração moderada e perfeitamente suportável; tanto mais quanto o principio pedagógico, em que nos firmamos, é o de que a lição deve eximir quasi inteiramente o aluno do estudo fora da aula” (Barbosa, 1942, p.192). A distribuição das cadeiras com a carga horária diária ou semanal, construída como tarefa do corpo docente, pode ser identificada nos casos apresentados a seguir, que revelam modos distintos de organização e apresentação dos elementos matéria e tempo dos Planos de Estudos.¹⁵²

¹⁵² O conjunto das cadeiras com a carga horária dos diversos anos dos cursos encontra-se em dispersas documentações, mas foram aqui reunidos de modo a construir a série dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS CADEIRAS DO LYCEU SECUNDÁRIO DE SERGIPE, SEGUNDO ANOS DO CURSO, DIAS DA SEMANA E HORÁRIO DIÁRIO, 1881

Cadeiras	Anos de Cursos						Especificações					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	S	T	Q	Q	S	S
1ª 8h - 9h	x						x	x	x	x	x	x
		x					x			x		
			x					x			x	
				x								x
2ª 11h - 12h	x						x	x	x	x	x	x
		x					x	x	x	x	x	x
			x				x	x	x	x	x	x
3ª 9h - 10h					x		x	x	x	x	x	x
	x						x	x	x	x	x	x
4ª 12h - 13h		x					x			x		
			x					x			x	
				x			x		x			x
5ª 10h - 11h						x	x	x	x	x	x	x
							x	x	x	x	x	x
						x	x	x	x	x	x	x
6ª 13h - 14h				x			x	x	x	x	x	x
					x		x	x	x	x	x	x
						x	x	x	x	x	x	x
7ª 9h - 10h							x	x	x	x	x	x
8ª 13h - 14h					x		x		x			x
						x		x		x		x
9ª 11h - 12h						x	x	x	x	x	x	x
10ª 17h - 18h				x								x
					x							x
11ª 9h - 10h					x	x	x	x	x	x	x	x

FONTE: Quadro elaborado a partir da Ata da Congregação de 12 de agosto de 1881.

NOTA: O espaço em branco representa a não oferta das cadeiras.

Nessa distribuição, não há referências aos nomes das cadeiras, pressupondo-se que nessa ordem elas eram de conhecimento dos membros da instituição, ou que havia um outro tipo de documentação que oferecesse a informação necessária. O quadro permite identificar o tempo diário e semanal das lições, além dos dias da semana em que as aulas eram ministradas nos seis anos de curso, que funcionava das 8 horas da manhã até as 2 horas da tarde, além da décima cadeira, com aula das 5 as 6 da tarde.¹⁵³

¹⁵³ Souza (1998) identificou nas escolas primárias de São Paulo que a preocupação em torno da elaboração dos horários para responder às questões: qual o tempo de duração das lições; quantas vezes por semana, cresceu nas

QUADRO 4 – HORÁRIO DAS CADEIRAS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1894

Horário	Cadeiras	Dias da Semana					
		S	T	Q	Q	S	S
09h - 10h	Inglês	x	x	x	x	x	x
	Escrituração Mercantil	x	x	x	x	x	x
	História	x	x	x	x	x	x
10h - 11h	Aritmética		x		x		x
	Latim	x	x	x	x	x	x
	Alemão	x	x	x	x	x	x
11h - 12h	Francês		x		x		x
	Ciências Físicas	x	x	x	x	x	x
	Geometria		x		x		x
12h - 13h	Geografia		x		x		x
13h - 14h	Português		x		x		x

FONTE: Quadro elaborado a partir da Ata da Congregação de 6 de fevereiro de 1894.

Na distribuição horária das onze cadeiras do Atheneu Sergipense em 1894, não aparecem divisões pelos anos dos cursos, mas pelos dias da semana e horários diários, o que nós dá indícios de que se conheciam quais as cadeiras para cada série de curso ou que havia um outro instrumento identificador. As aulas do Atheneu Sergipense eram ministradas das nove horas da manhã às duas horas da tarde, de segunda à sábado. Paulatinamente os membros da Congregação do Atheneu Sergipense vão organizando a distribuição do tempo, na tentativa de melhor visualizar um quadro de horários.

primeiras décadas republicanas. No Atheneu Sergipense em 1881 há a atenção para pôr em prática respostas a tais questões.

QUADRO 5 – HORÁRIO PARA AS AULAS DO CURSO DE HUMANIDADES DO ATHENEU SERGIPENSE, 1893

Anos	Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sabado	Salas
1º e 2º	9 às 10	Portuguez		Portuguez				1ª
	10 às 11	Francez		Francez		Francez		1ª
	11 às 12	Geograph		Geograph		Geograph		2ª
	12 a 1	Arit.,Alg		Arit Alge		ArthAlg		3ª
3º	1 às 2 1/2	Latim		Latim				1ª
	9 às 10		Portuguez			Portuguez		1ª
	10 às 11		Francez			Francez		1ª
	11 às 12		Geometri		Geometr		Geometr	2ª
4º	12 a 1		Commerc		Commerc		Commerc	3ª
	1 às 2 1/2		Latim			Latim		1ª
	9 às 10		Portuguez			Portuguez		1ª
	10 às 11				Allemão		Allemão	1ª
5º	11 às 12		Historia			Historia		2ª
	12 a 1		Inglez		Inglez		Inglez	1ª
	1 às 2 1/2		Latim			Latim		1ª
	9 às 10				Portuguez		Portuguez	1ª
6º	10 às 11			ScPhsNat		ScPhyNat		3ª
	11 às 12	ScPhsNat			HistSergi		HistSergi	2ª
	1 às 2		SocioMor	SocioMor	SocioMor	SocioMor	SocioMor	3ª

FONTE: Quadro transcrito do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 8 de fevereiro de 1893

QUADRO 6 – HORÁRIO PARA AS AULAS DO CURSO NORMAL, 1893

Anos	Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sabbado	Salas
1º	9 às 10	Portuguez		Portuguez		Portuguez		1ª
	10 às 11		Francez		Francez		Francez	1ª
	12 as 1	Arit Alge		AriAlgeb		AritAlgeb		2ª
	1 às 2	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	3ª
2º	9 às 10	Portuguez		Portuguez		Portuguez		1ª
	10 às 11	Francez		Francez		Francez		1ª
	11 às 12	Geograph		Geograph		Geograph		2ª
	12 a 1		Geometri		Geometri		Geometri	2ª
3º	1 às 2	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	3ª
	9 às 10		Portuguez		Portuguez		Portuguez	1ª
	10 às 11	ScPhyNat		Sciencias		Sciencias		2ª
	11 às 12		Historia		Historia		Historia	2ª
4º	12 a 1	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	1ª
	1 às 2	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	3ª

FONTE: Quadro transcrito do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 8 de fevereiro de 1893

Distribuição mais completa foi localizada no ano de 1893, na Ata da Congregação de 8 de fevereiro. Os quadros 5 e 6 explicitam as cadeiras para cada ano de curso, com o horário

diário das aulas, distribuídos nos dias da semana. Há nessa mesma ata, o horário determinado para as aulas do Curso de Humanidades, bem como para o Curso Normal, além dos programas de ensino das cadeiras, por ano de curso, apresentados pela comissão, composta dos professores Baltazar Góes, Manuel Francisco de Oliveira e Bricio Cardoso.¹⁵⁴

No Quadro 7, elaborado a partir do Decreto 351, de 9 de junho de 1899, as cadeiras ministradas no Atheneu Sergipense estão distribuídas por ano de curso, com carga horária semanal crescente, tanto pelo aumento da diversificação das cadeiras, quanto pela carga horária a elas destinadas. No entanto, não estão indicados os dias da semana nos quais as aulas deveriam ser ministradas, faltando, portanto, a explicitação de outra medida de tempo, medida esta estabelecida na Congregação do Atheneu Sergipense.¹⁵⁵

Confrontando os Quadros 3 e 4, identificam-se as unidades temporais, dias da semana, anos dos cursos, horário diário, carga horária. No entanto, em cada um dos casos apresentados, a identificação não está completa, faltando alguma unidade. No Quadro 3, por exemplo, falta identificar a denominação das cadeiras. Já no Quadro 4, não se evidenciou em quais anos dos cursos aquelas cadeiras eram ministradas. O Quadro 7 não expõe os dias da semana das aulas. Os quadros de horários mais completos são aqueles organizados no ano de 1893 (Quadros 5 e 6).

¹⁵⁴ Sobre o tema tempo, consultar Alves (2003a).

¹⁵⁵ A carga horária total semanal não ultrapassa aquela sugerida por Rui Barbosa.

QUADRO 7 – CADEIRAS DO ATHENEU SERGIPENSE, SEGUNDO ANO DE CURSO E CARGA HORÁRIA, 1899

Ano do Curso	Cadeiras	Carga Horária (horas)	
		Semanal	Total
1º Ano	Arithmetica	3	15
	Geographia	3	
	Portuguez	3	
	Francez	3	
	Desenho	3	
2º Ano	Arithmetica	2	17
	Geographia	3	
	Portuguez	3	
	Francez	3	
	Inglez	3	
	Desenho	3	
3º Ano	Álgebra	2	20
	Geometria	3	
	Geographia	1	
	Portuguez	2	
	Francez	2	
	Inglez	2	
	Allemão	3	
	Latim	3	
	Desenho	2	
4º Ano	Álgebra	1	26
	Geometria	3	
	Trigonometria	2	
	Portuguez	2	
	Francez	1	
	Inglez	2	
	Allemão	3	
	Latim	3	
	Grego	4	
	Historia	3	
	Desenho	2	
5º Ano	Mechanica e Astronomia	6	30
	Physica e Chimica	6	
	Litteratura	3	
	Inglez	2	
	Allemão	3	
	Latim	3	
	Grego	3	
	Historia	3	
Desenho	1		
6º Ano	Geographia	1	30
	Mathematica	2	
	Physica e Chimica	2	
	Historia Natural	8	
	Chorographia do Brazil	1	
	Litteratura	1	
	Francez	1	
	Inglez	1	
	Allemão	2	
	Latim	1	
	Grego	3	
	Historia do Brazil	3	
	Lógica	3	
Desenho	1		

FONTE: Quadro elaborado a partir do Decreto 351, de 9 de junho de 1899.

A análise dos quadros nos possibilita identificar o movimento do horário de funcionamento do Atheneu Sergipense, quais as cadeiras ministradas, qual a maior e menor carga horária. São modificações que ocorrem com a entrada e/ou exclusão de cadeiras, ou com a maior ênfase dada a determinadas cadeiras. As Ciências Física e Química do 5º ano de 1899 têm uma carga horária igual à de Mecânica e Astronomia daquele mesmo ano de curso: de seis horas semanais, e História Natural, do 6º ano, tem oito horas semanais.

Pode-se compreender, desta feita, que o Atheneu Sergipense estava tentando organizar um quadro de horários que pudesse reunir todas as informações necessárias, o que vem ocorrer no ano de 1893, só voltando a ser assim completo em 1911, com o Decreto 563, de 12 de agosto. Nele estão explícitas as cadeiras distribuídas pelos anos dos cursos, dias da semana e horários diários.

Verifica-se, pelo exame das Atas da Congregação, que os debates em torno do tema tempo são constantes. No ano de 1876, depois de ser aprovado o horário (01/02/1876), o mesmo sofre duas alterações após o início das aulas, em 1 de abril e 7 de junho. A primeira delas refere-se à solicitação feita pelo lente de História, José João de Araújo Lima, alegando o requerente ser necessário espaçar o tempo de sua aula “para melhor aproveitamento dos respectivos alumnos”. A Congregação decide então aceitar o pleito, deliberando que sua aula passaria a funcionar com mais meia hora, das onze horas à uma hora da tarde. O segundo caso trata da solicitação requerida pelo lente de Francês, Geminiano Paes de Azevedo, no sentido de passarem a funcionar as aulas de Gramática Filosófica das 10 às 11 horas, e a de Francês das 11 às 12 horas.

É preciso comentar que o lente de História solicita ampliação do tempo de suas aulas, passando elas a ter duas horas de duração, enquanto o professor de Francês pede redução, passando de uma hora e meia para apenas uma hora. Pela legislação, os professores estavam impedidos de “exceder o tempo marcado para as lições de suas aulas, salvo se este excesso de tempo não prejudicar as horas de exercício dos outros” (Art.34º, Cap. 5º, Estatuto de 1871).

Para cumprir as determinações temporais, necessitava o Atheneu Sergipense de instrumentos de controle do tempo. Os tempos normativos são aqui nomeados como aqueles tempos mensuráveis estabelecidos na disciplinarização das aulas: horário de entradas e saídas e das provas ou exames dos concursos descritos na palavra da Lei. É ainda o controle de frequência dos alunos que pode desencadear prêmios e/ou sanções, conforme o caso.

O controle do tempo era exercido por vários agentes. Expressa a norma regulamentar que o aluno deveria estar à sala de aula cinco minutos antes do professor, ao passo que estes deveriam comparecer ao Atheneu Sergipense quinze minutos antes da hora regimental, a fim

de prepararem a classe para a recepção dos alunos. O comparecimento de um ou do outro estava regido e controlado por meio da frequência obrigatória. A assiduidade dos alunos estava sob o controle do ritual da chamada, feita antes das aulas. As faltas de comparecimento, computadas por pontos, sendo dois para cada falta não justificada e um para cada uma justificada. Quinze faltas não justificadas ou quarenta justificadas provocavam perda do curso para o aluno que as cometesse.

Controlavam ainda o tempo os inspetores – os olhares vigilantes, que, ao visitarem anualmente o Atheneu Sergipense, estavam atentos ao cumprimento das lições, ao período dos exames, ao encaminhamento das aulas. Assim, a organização e a normatização do tempo eram mecanismos de controle da disciplina do aluno, dos professores e do diretor.

Quanto aos exames, percebe-se que o tempo a eles destinado variava conforme o tipo de prova. Para as provas escritas, os examinados dispunham de no máximo duas horas; para as provas práticas, de quinze minutos, e para as provas orais cada examinador dispunha de vinte minutos para argüir os examinados.¹⁵⁶ A instituição impõe assim hábitos de pontualidade, de ordem, de disciplina e aproveitamento máximo do tempo.

Esses tempos do Atheneu Sergipense, como os tempos da matrícula, exames, concursos, deveriam ser publicados na imprensa oficial. Encontram-se também em jornais diários da cidade de Aracaju a divulgação desses períodos, apontando, dessa feita, que a comunidade externa tinha conhecimento, ou pelo menos poderia ter, da regulamentação temporal pedagógica que se foi construindo em constantes diálogos com os demais tempos sociais.

2.5.2. Instrumentos de demarcação temporal

As variações do tempo escolar são cronometradas por instrumentos demarcadores, tais como relógios, sinetas, feriados, quadro de horários, frequência, férias, e podem ser sinalizadoras das práticas escolares do Atheneu Sergipense. Um primeiro instrumento identificado que objetivava cronometrar o tempo se refere ao sino da igreja. Em relatório de 18 de maio de 1848, a Congregação do Lyceu de São Cristóvão declarava não estar cumprindo o dispositivo regulamentar que mandava dar os “sinais de entrada e saídas das

¹⁵⁶ O tempo estipulado para cada examinador argüir o candidato no concurso para provimento das cadeiras do Atheneu Sergipense, em 1926, era de trinta minutos, assegurando ao candidato quinze minutos para a sua defesa.

aulas por meio de um sino”. Por não possuir tal instrumento, a Congregação solicitou licença ao Prior do Convento do Carmo para que o sino do convento fosse utilizado para dar tais sinais, uma vez que eles não possuíam sinetas nem relógios. Como o pleito não fora atendido, defendia-se a Congregação de não estar cumprindo com exatidão o tempo das aulas.

Em 22 de março de 1849, o Diretor Interino Galdino Barbosa de Araújo encaminhou ofício ao Presidente da Província Zacharias de Góes e Vasconcellos, solicitando a compra de um relógio para que

o porteiro possa as horas justas dar o signal de entrada de cada Professor, impedindo assim que alguns d’elles sejam dependentes do arbitrio do seu precedente, que por ventura entrando tarde prolongue sua aula allem da hora que lhe cumpre (Livro das Correspondências do Liceu de São Cristóvão).

Serviria também o relógio para marcar “sem injustiça” as faltas dos estudantes.¹⁵⁷ Respeitar o tempo era assim parte da disciplina escolar. Em 30 de janeiro de 1850, em relatório encaminhado ao Presidente da Província Amancio João Pereira de Andrade, o Diretor do Liceu de São Cristóvão Antonio Nobre de Almeida e Castro ressaltava mais uma vez da falta que um relógio próprio faz para um estabelecimento literário, uma vez que esse instrumento teria o objetivo de indicar as “horas, quartos e ate minutos a fim de se desempenharem com regularidade os seus trabalhos”. O Diretor desejava agora que o Presidente da Província solicitasse ao Prior do Carmo consentimento para que o porteiro repetisse no sino grande do convento a hora de cada uma das aulas.

A importância de incorporar um instrumento regulador do tempo das aulas, naquele momento, em 1848, evidencia o relógio como uma figura chave da instituição escolar. Munakata (2001), analisando o fascínio de Comenius pelo relógio, lembra o que é defendido na *Didática Magna*.

A arte de ensinar nada mais exige, portanto, que uma habilidosa repartição do tempo, das matérias e do método [...] Procuremos, portanto, [...] dar às escolas uma organização tal que corresponda, em todos os pontos, à de um relógio (Apud Munakata, 2001, p.48).

O Presidente da Província de Sergipe Salvador Correia de Sá e Benevides também interessava-se pela compra de um relógio para instalar na torre da Igreja São Salvador, a primeira Matriz de Aracaju, em 1856. “Servia de guia ao povo em sua ação de força social”

¹⁵⁷ Informa ainda o ofício que havia na cidade um relógio de mesa em poder do senhor José Manuel Machado, disposto a vendê-lo por cento e cinquenta mil reis.

(Sebrão, 1954, p.392). Logo o relógio parou e ficou a aguardar conserto, só voltando a funcionar em 1865.

Os feriados civis e religiosos são considerados também instrumentos de demarcação temporal, além dos dias de festas e de luto oficial. Seria feriado o dia do enterro de um professor efetivo, em disponibilidade ou jubilado do Atheneu Sergipense. As grandes férias se iniciavam no dia em que terminavam os exames de primeira época, prolongando-se até o último dia de fevereiro, e as pequenas férias ocorriam no período de vinte a trinta de junho e na Semana Santa.¹⁵⁸

Em 1899, o Atheneu Sergipense mantinha-se fechado após o encerramento dos trabalhos relativos aos exames anuais até 1º de março, entrando “todo o pessoal docente e administrativo em franca estação de férias” (Art.20, Decreto 351, de 9 de junho de 1899). No entanto, no período da matrícula, a secretaria funcionava das 11 horas da manhã às 2 da tarde para receber os pedidos de matrículas dos alunos.

As ocorrências da organização temporal se expressam como um conjunto de valores culturais que podem definir e instituir um determinado discurso pedagógico. Discurso pedagógico este que emerge das prescrições legais, isto é, as prescrições legais fixam os discursos, as normas, as regras pedagógicas, que, por serem uma forma discursiva, são também, como declara Souza (1999), uma forma de intervenção social.

Assim, do exame da organização e normatização temporal do Atheneu Sergipense identificou-se diferentes tempos em ação para os diferentes agentes. Podem ainda, pois, surgir outros tempos não percebidos. Destarte, os elementos demarcadores e instituidores da história do tempo escolar no Atheneu Sergipense são reveladores do movimento de construção temporal, com uma extraordinária rede de variáveis, como ano, mês, semana, dia, hora, de caráter normativo e de poder, produzindo o tempo pedagógico como uma ação cultural. Aquela *casa de educação literária* devia ser exemplo de organização temporal, tanto para os futuros professores, oriundos do Curso Normal, como para aqueles outros que iriam exercer suas funções na sociedade, uma sociedade que exigia regulações temporais. A vivência dessas regulações podem, certamente, ter subsidiado a formação de cidadãos tementes ao poder temporal, ou, em outras palavras, a internalização da ordem temporal da intelectualidade sergipana que por lá passou e participou do movimento de composição e configuração dos Planos de Estudos.

¹⁵⁸ Souza (1999) detectou nas escolas públicas primárias paulistas (1892 a 1933) uma ampliação do período de férias decorrente das reivindicações dos professores para um maior tempo de descanso, e não propriamente da preocupação com repouso dos alunos.

Procurou-se, nesse capítulo, evidenciar como os saberes se configuraram nos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, por meio das cadeiras lidas, dos compêndios adotados, das orientações metodológicas e da distribuição temporal, examinando essa constituição tanto no âmbito legal das normas preconizadas, como na execução do fazer na instituição.

Perpassando por esses elementos, dois aspectos chamaram a atenção e julgou-se prudente destacá-los nos capítulos que se seguem: a cadeira das Matemáticas, sempre presente nos estudos secundários de Sergipe, e o sistema de avaliação, considerado como prática de julgamento, notadamente presente nas análises dos Planos de Estudos, e que, no conjunto, constituíram aspectos formadores do *ethos* do Atheneu Sergipense.

CAPÍTULO III

O ENSINO DAS MATEMÁTICAS

*No curso de Mathematica Elementar o lente
considerará as disciplinas a seu cargo
não só como um complexo de theorias uteis
em si mesmas, de que os alumnos deverão
ter conhecimento para applical-as
ás necessidades da vida sinão tambem
como poderoso meio de cultura mental,
tendente a desenvolver a faculdade do raciocínio.*

Art.6, III, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908

Da análise empreendida no capítulo precedente a respeito das cadeiras, compêndios, professores e carga horária que compuseram os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, destacou-se um elemento para ser examinado separadamente. Os documentos evidenciam a presença das Matemáticas desde os primeiros momentos de organização dos estudos secundários em Sergipe. Se não com tal terminologia, ao menos com rubricas específicas de seus ramos, como a cadeira de Geometria, ministrada no Liceu de São Cristóvão em 1833, a de Aritmética, Geometria e Trigonometria, lida no Liceu de São Cristóvão, no período de 1848 a 1855, a de Álgebra, Geometria e Trigonometria no Liceu Sergipense em 1862, a de Aritmética, Álgebra e Geometria no Atheneu Sergipense em 1870, a de Matemática Elementar também no Atheneu Sergipense em 1905, e finalmente a de Matemática no Atheneu Pedro II, em 1931.¹⁵⁹

O movimento de variação dos termos analisado nas modificações sofridas nas cadeiras de Português e História, e agora voltando a atenção para as Matemáticas, se processou no Atheneu Sergipense com debates de intelectuais favoráveis ou contrários à unificação da cadeira, provocando transformações fixadas nos textos legislativos, que propunham por vezes avanços, rupturas, recuos ou continuidades.

Assim, investigando a trajetória do ensino das Matemáticas no Atheneu Sergipense, sua gênese, finalidades e funcionamento, procurou-se evidenciar, neste capítulo, como a cadeira foi organizada, acompanhando o percurso por meio de traços característicos, como sua terminologia, carga horária, os compêndios adotados, as orientações metodológicas, os conteúdos abordados e os professores ministrantes da matéria.

3.1. Terminologia e carga horária

Se as Matemáticas estiveram sempre presentes nos estudos secundários em Sergipe, seria descabido fazer-se, em relação à ela, “a mesma pergunta que naturalmente surge quando se trata do ensino de qualquer matéria: qual é o verdadeiro objetivo e o valor real do ensino

¹⁵⁹ Os estudos de Valente (2003), Werneck (2003) e Miranda (2003) indicam 1929 como o ano em que se deu, no Colégio de Pedro II, a fusão das cadeiras de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria em uma só cadeira, denominada Matemática, fusão essa decorrente das fervorosas defesas de Euclides Roxo, professor daquele colégio e proponente dessa unificação nos termos legislativos da Reforma Francisco Campos (1931). Entretanto, a proposta de Euclides Roxo não se deu pacificamente. Artigos polêmicos publicados nos jornais, contrários à unificação, acusavam essa medida como um “retrocesso pedagógico” (Ramalho, apud Miranda 2003, p.82). Mas a unificação prevaleceu nos programas das escolas secundárias do Brasil.

desta disciplina?” (Roxo, 2003, p.167).¹⁶⁰ O conhecimento específico das Matemáticas, imprescindível para a formação geral do homem, um saber fundamental, era exigido aos aspirantes dos cursos jurídicos criados em São Paulo e Olinda em 1827. Para ingresso nesses cursos, os alunos prestariam exames de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria.¹⁶¹

A inserção da Geometria no conjunto dos saberes clássico-literários deve-se à presença, segundo Valente (2003), na Câmara e no Senado do Império dos “doutores” em engenharias, matemática, medicina e advocacia, que participaram ativamente dos debates na formação das legislações, tais como Odorico Mendes e Lino Coutinho. A Geometria era vista por aquele tempo “como um elemento de aperfeiçoamento da razão”, “uma disciplina que faz exercitar a razão e tirar conseqüências precisas dos princípios”, argumentavam os legisladores. Mas foi Júlio Ribeiro (1885) que formulou uma melhor justificativa da presença das Matemáticas nos estudos. Necessitava o “homem cientificamente preparado” universalizar seus conhecimentos, e nessa ampliação a Aritmética, a Álgebra e a Geometria seriam necessárias.

No tempo em que as Matemáticas eram ensinadas nas escolas de primeiras letras, para o recrutamento de professores os conhecimentos exigidos explicitavam distinção entre os sexos. Segundo a Lei Imperial de 1827, os professores homens deveriam ensinar a ler, escrever, as quatro operações aritméticas, a prática de quebrados (frações), decimais, gramática da língua nacional e princípios da moral cristã e da doutrina católica (Art. 6º). Quanto ao trabalho das professoras, previa o Artigo 12º da referida Lei que as “mestras alem do declarado no art. 6º com *exclusão das noções de arithmetica só as quatro operações*, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica” (Freitas, 2003b, p.27, grifos meus).

O mecanismo de exclusão de determinados conteúdos matemáticos, como o ensino de frações e dos decimais, parece indicar que as professoras não precisavam desses conteúdos, ou não tinham o raciocínio preciso para entendê-los e assim poder ministrá-los. Uma outra possibilidade pode estar relacionada à formação técnica e científica sinalizada pelo

¹⁶⁰ *A Matemática e o curso secundário*, de Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, nascido na cidade de Aracaju a 10 de dezembro de 1890, foi originalmente publicada em Peixoto, Afrânio et al. (1937): *Um grande problema nacional (Estudos sobre o ensino secundário)*. Mas são da obra organizada por Valente (2003) as citações aqui transcritas.

¹⁶¹ Declara Valente (2004) que, apesar da obrigatoriedade da Geometria para acesso à Faculdade de Direito, há sinais nas Atas da Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, no período de 1835 a 1855, de solicitações de estudantes para fazerem o exame de Geometria. Argumenta o autor que isso demonstra que os alunos conseguiam matricular-se e ao final do curso requeriam as provas que deviam dos Preparatórios. “Todos os casos pendentes analisados pela Congregação se referiam à Geometria” (Valente, 2004, p.21).

conhecimento da Geometria, exigência dos cursos superiores, não acessíveis às mulheres daquela época. A Matemática se apresenta, desta feita, como um dispositivo diferenciador de sexos quanto à forma de distribuição dos saberes. Villela (2002) afirma que na diferenciação nos currículos das Escolas primárias femininas e das Escolas Normais, a ausência mais flagrante é da Matemática.

Somente no final do século [XIX] com a experiência da coeducação, num momento em que o número de mulheres superava o de homens, tínhamos um currículo unificado. No entanto a *matemática* nunca fora de fato oferecida com um nível de profundidade nesses cursos, sendo evidente, mesmo durante o século XX, a fragilidade das chamadas disciplinas de formação geral (Villela, 2002, p.23, grifos meus).

Mas, conforme Valente, é pela força dos exames de preparatórios que

as matemáticas vão sendo amalgamadas à cultura clássica-literária predominante. Pelo caráter de preparatório que caracterizava a escolarização secundária de então, as matemáticas vão deixando de representar um saber técnico, específico das Academias Militares e vão passar a fazer parte da cultura geral de formação do candidato ao ensino superior (Valente, 2003, p.229).¹⁶²

As modificações introduzidas ao longo do século XIX e início do XX fizeram parte do processo de institucionalização da “forma escolar do secundário no Brasil”, como declara Gasparello (2003). Elas buscavam responder aos desafios e exigências do ensino, opondo-se, em grande parte, ainda segundo a autora, “aos próprios alicerces que fundamentaram o surgimento desse tipo de ensino: a força das *humanidades*, o caráter *preparatório* aos cursos superiores e o atendimento às necessidades de uma *cultura de elite*” (Gasparello, 2003, p.1, grifos do autor). Contudo, a forte justificativa para os estudos das Matemáticas não estava na aquisição de seus conhecimentos, por mais úteis e valiosos que fossem.

Mais importante ainda do que a própria matéria das matemáticas é, como observa Young, o fato de que esta exemplifica, o mais clara, simples e tipicamente possível, certos modos de pensamento, idéias, conceitos, hábitos, atitudes métodos de procedimento, que são da mais alta relevância para todos (Roxo, 2003, p.169).

Os primeiros sinais estabelecidos nas peças legislativas examinadas referentes ao Atheneu Sergipense, notadamente ao ensino das Matemáticas, se encontram no Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Estado de Sergipe do ano de 1870, que, no seu Artigo 18, determina aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria para o 3º ano do curso de Humanidades e

¹⁶² Há que se pesquisar se realmente as Matemáticas vão deixando de representar um saber técnico.

de Aritmética e Geometria para o 2º ano do curso Normal. Portanto, esse saber não se restringia aos candidatos aos Preparatórios, mas eram também necessários aos candidatos ao magistério formados no Curso Normal daquela instituição.

Inicialmente reunidas em uma só cadeira – Aritmética, Álgebra e Geometria, – pelo Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871, e destinada aos alunos somente no terceiro ano do curso de Humanidades, a matéria já apresentava, no primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, 20 alunos matriculados. Com isso, demonstra-se mais uma vez que, embora o curso tenha sido idealizado em séries, os alunos buscavam matricular-se nas cadeiras exigidas nos preparatórios. Em 1874, as matérias passaram a ser ministradas em cadeiras separadas, com as seguintes nomenclaturas: Aritmética e Álgebra, das 7h às 8h30, e Geometria, das 14h às 15h30.¹⁶³ No ano seguinte mudaram de título: Aritmética e Álgebra com suas aplicações mais gerais (38 alunos matriculados); e Geometria, compreendendo o Desenho Linear (21 alunos matriculados), permanecendo a primeira denominação até o ano de 1899.

O Desenho Linear, nas declarações de Alambary Luz, Diretor da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro (1868-1876), era uma cadeira obrigatória “nas escolas primárias de todas as nações civilizadas, menos no Brasil e em algumas repúblicas de origem espanhola” (Villela, 2002, p.98). O Diretor continuava sua defesa explicando que os conhecimentos do desenho serviriam para a projeção de peças que precisavam ser substituídas ou reparadas no momento de crescimento e introdução de máquinas no setor agrícola: “Para a indústria é tão indispensável o desenho como o alfabeto para a escrita” (Villela, 2002, p.162).

Alambary não estava só na defesa do ensino de Desenho. Também Rui Barbosa ancorava-se nas páginas de Walter Smith em relação aos estudos do Desenho. Todos, segundo Smith, de um ou outro sexo eram capazes de desenhar, exceto quatro classes de entes humanos: “os cegos, os idiotas, os doidos, os paralíticos” (Barbosa, 1942, p.164). Assim, o desenho devia ser tratado como uma linguagem, sendo utilizado como auxiliar ou veículo para outros saberes. Na Geografia, o desenho de cartas, nas lições de botânica, a arte de desenhar flores.

O espaço despendido hebdomadariamente na prática do desenho não se há mister mais longo do que o emprego noutras disciplinas elementares, como a leitura, a escrita e a aritmética; assegurando-se, entretanto, ao estudante, para o seu futuro, grande economia de tempo, mediante a aquisição, que destarte se lhe proporciona,

¹⁶³ No Liceu Alagoano essa divisão ocorre no ano de 1875 (cf. Duarte, 1961).

de meios de expressão instantâneos como a palavra e mais descritivos do que a pena (Barbosa, 1942, p.166).

As exposições internacionais destacavam a importância dessa disciplina, associando-a ao avanço da técnica e da indústria. Mas se no Brasil não havia professores para ensinar o Desenho, propunha Rui Barbosa que se buscassem os de fora, como fizeram os americanos. “Se o Brasil é um país especialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial” (Barbosa, 1942, p.170). E o ponto de partida para promover a expansão da indústria nacional “é introduzir o ensino do desenho em todas as camadas da educação popular, desde a escola até os liceus, e dar aos liceus nova capacidade adaptando-os à formação de profissionais nas artes de aplicação comum” (Barbosa, 1942, p.172).

Pela série construída dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, a cadeira de Desenho é aula ministrada no 1º e 2º anos com três horas semanais, no 3º e 4º com duas horas e no 5º e 6º com uma hora semanal em 1899. É, portanto, uma cadeira lida em todos os anos do curso Integral do Atheneu Sergipense. Os sinais da presença dos estudos do Desenho retornam em 1905 e 1906 com uma carga horária semanal de três horas para o 1º, 2º e 3º anos, e duas horas para o 4º ano. No 5º e 6º anos não há registro da distribuição de horas para a cadeira de Desenho, assim permanecendo até o limite final dessa pesquisa (1908).

A legislação usa a categoria de “professor” para aquele que ministrava aulas de Desenho, e de “lente” para os que liam as demais cadeiras (1899). Seria essa nomenclatura um mecanismo de valorização de alguns saberes em detrimento de outros? Os conhecimentos exigidos na prova prática da cadeira de Desenho, quando posta a concurso, constariam:

primeiro, da resolução graphica a nankin e a sepia, de um problema do domínio da Geometria Discriptiva elementar e da theoria das sombras correlativas. Esta prova será eliminatória, seguindo-se-lhe, para os candidatos nella habilitados, a prova definitiva da execução á mão livre, de um desenho completo de ornato, de estylo caracteristico, com o natural ou modelo a vista (Art. 103, Decreto 351, de 9 de junho de 1899).

Aprovado com esses conhecimentos, podia o professor ministrar as aulas de Desenho no Atheneu Sergipense, traçadas pelo plano geral dos estudos “como perfeita linguagem descriptiva”, começando:

por simples combinações lineares, [passando] gradativamente á copia expressiva a mão livre, de desenhos feitos na pedra pelo professor, á execução do desenho dictado, de desenho de memoria, e de invenção, ao desenho de modelos naturaes ou em relevo. Tendo por fim o ensino do desenho adestrar o alumno no lance de vista

rapido e seguro, desenvolver nelle o sentimento das fórmias e das proporções, servir-lhe-á de base a morphologia geometrica. As fórmias convencionaes, attenta á sua regularidade, hão de preceder ás naturaes que são irregulares. As fórmias naturaes que se tiverem de desenhar hão de ser principalmente reduzidas ás geometricas em que se basearam.

A percepção há de preceder á execução, sendo inconveniente que o alumno comece a desenhar qualquer objecto ou modelo antes de o ter estudado em sua totalidade e nas suas partes, comparando-as entre si.

O ensino da perspectiva entrará a seu tempo de modelo elementar, intuitivo e gradual.

O curso finalizará pela pratica do desenho projectivo, precedido da resolução graphica dos mais simples problemas da geometria discriptiva.

Assim o 1º anno comprehenderá: desenho a mão livre com applicação especial ao ornato geometrico plano; o 2º: estudo dos solidos geometricos acompanhados das principaes practicas da execução das sombras, e ornatos em relevo; o 3º: desenho linear geometrico, elementos de perspectiva, pratica a vista; o 4º: elementos de desenho geografico ou representação real dos corpos (Art.6, XII, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908).

Assim, objetivava o ensino de Desenho dar base aos alunos para os estudos da Geometria, partindo, em forma progressiva, das observações dos objetos e modelos. Articulavam-se legalmente os conhecimentos do Desenho com os da Geometria. A cadeira de Geometria ministrada no Atheneu Sergipense modificou mais freqüentemente a sua denominação: Geometria, compreendendo o Desenho Linear (até 1877); Geometria e Trigonometria (1877 a 1882); Geometria e Trigonometria Retilínea (1882 a 1890), e Geometria e Trigonometria (de 1890 a 1899).

O Decreto 351, de 9 de junho de 1899, fixava na distribuição horária, aulas distintas de Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Matemática como cadeiras separadas de carga horária independente, conforme o ano do curso. Já em 1899, apareceu no Atheneu Sergipense a denominação “Matemática” como uma cadeira independente dos ramos específicos, porém sem a integração dos mesmos. As nomenclaturas de Aritmética e Álgebra e Geometria e Trigonometria foram usadas no Atheneu Sergipense no período de 1901 a 1905.

Em 1905, a cadeira recebeu nova terminologia: Matemática Elementar, mas com distribuição de carga horária para Aritmética; Geometria; Álgebra; Trigonometria; Matemática, assim permanecendo até o ano de 1912 (cf. Lei 495, de 7 de novembro de 1905).¹⁶⁴

¹⁶⁴ O curso Ginásial do Atheneu Sergipense, regido pela Lei 731, de 21 de setembro de 1917, introduz os estudos de Geometria Plana e Geometria no Espaço, além das aulas de Aritmética e Álgebra. Em 1921, no mesmo curso Ginásial, há estudos de Aritmética (1º ano), Aritmética e Álgebra (2º ano), Álgebra e Geometria (3º ano), e Geometria e Trigonometria (4º ano). Em 1929, com curso dividido em seis séries, o quadro de horários determina horas para as aulas de Matemática (1ª, 2ª, 3ª séries), Geometria e Trigonometria (4ª série) É o início

A Comissão Internacional para o Ensino de Matemática, criada em Roma no ano de 1908, por ocasião do IV Congresso Internacional de Matemáticos, iniciou debates internacionais em torno da questão relativa à modernização do ensino das Matemáticas. Teve, ainda como incumbência, de apresentar, no Congresso seguinte, de 1912 em Cambridge, relatórios sobre a situação do ensino das Matemáticas dos estabelecimentos secundários dos países que lá estiveram representados. Afirma Valente (2003) que o palco dessas discussões no Brasil foi o Colégio de Pedro II, a partir do final dos anos 20 do século passado.¹⁶⁵

Uma vez constatado que há de todo modo a presença do ensino das Matemáticas no Atheneu Sergipense, é preciso investigar se no cômputo total da carga horária há variações significativas quando estas estão separadas e quando integram-se. A análise do tempo examinado no capítulo anterior nos permite tecer algumas considerações sobre a divisão das cadeiras, bem como sobre a sua terminologia, e mais, nos possibilita apreender a carga horária destinada aos estudos das Matemáticas. Nesses termos, a ordenação minuciosa do emprego do tempo revela o sentido estrutural que ele adquire na racionalização curricular (cf. Souza, 1999).

Até 1874, juntas como uma só cadeira, Aritmética, Álgebra e Geometria tinham para elas destinadas uma hora e meia de estudos, como as demais matérias, exceto Latim, para qual destinavam-se duas horas. Com a divisão das cadeiras, em 1874, Aritmética e Álgebra, bem como Geometria, ficaram cada uma delas com uma hora e meia de tempo de aula, mantendo desse modo acréscimo da carga horária, acréscimo esse benéfico para as lições das matérias, como defendia no anonimato o autor do artigo referido em capítulo anterior. A carga horária de Aritmética e Álgebra e de Geometria foi reduzida para uma hora durante o período de 1877 a 1892. Vale lembrar que, até aquele momento, a distribuição do tempo prendia-se ao trabalho pedagógico, sem previsão para a função higienizadora do descanso, nem atenção para definir um quadro semanal das aulas que permitisse identificar em quais dias da semana seriam as aulas ministradas.

No curso de Humanidades de 1877, feito em cinco anos, lecionava-se Aritmética e Álgebra das 9h às 10h30 (uma hora e meia) e Geometria e Trigonometria das 10h às 12h (duas horas). O tempo aparece organizado em quadro com as horas das aulas distribuídas, de segunda a sábado, e o local das salas, conforme Ata da Congregação de 8 de fevereiro de 1893 (cf. Quadro 5). Por ele, calcula-se que, para Aritmética e Álgebra, com uma hora de aula

da integração dos ramos da Aritmética e da Álgebra. Mas é em 1931 que definitivamente integram-se com uma só terminologia: Matemática.

¹⁶⁵ Quanto às reformas do ensino de Matemática, consultar Werneck (2003) e Miranda (2003).

nas segundas, quartas e sextas-feiras, havia três horas semanais, o mesmo havendo para Geometria, ministrada às terças, quintas e sábados, no primeiro ano do curso. No 4º, 5º e 6º anos, não eram estudadas as Matemáticas. Embora oscilando os dias da semana dessas aulas, elas tinham no total três horas semanais até 1898.

O tempo diferenciado para as aulas, conforme o ano do curso, foi fixado pelo Decreto 351, de 9 de junho de 1899, da seguinte forma: 1º ano – Aritmética, 3 horas; 2º ano – Aritmética, 2 horas; 3º ano – Álgebra, 2 horas e Geometria, 3 horas; 4º ano – Álgebra, 1 hora, Geometria, 3 horas, e Trigonometria, 2 horas; 6º ano – Matemática, 2 horas (cf. Quadro 7). As Matemáticas, com esse Decreto, passaram a ser lecionadas também nos anos finais do curso.

Duas são as unidades temporais demarcadas: o ano do curso e o número de horas semanais. Embora no quinto ano do curso não haja referência às horas de aula destinadas aos ramos da Matemática, observa-se um aumento considerável no número total de horas de aula, de, no mínimo, 3 horas, como no 1º ano, até o máximo de 5 horas, no 3º ano. E mais, começa a aparecer o nome “Matemática”, como denominação única para a cadeira ministrada no 6º ano, com duas horas semanais.

Em 1906, o Decreto 543, de 9 de outubro, modificou a carga horária destinada às Matemáticas: 1º ano – Aritmética, 4 horas semanais, 2º ano – Aritmética e Álgebra, 3 horas, 3º ano – Geometria e Álgebra, 4 horas; 4º ano – Trigonometria, Geometria e Álgebra, 4 horas; 6º ano – Matemática, 2 horas. Cabe ressaltar que as três horas semanais do 2º ano estavam destinadas às aulas de Álgebra e Aritmética ministradas separadamente, de igual modo as do 3º e 4º anos, de Geometria, Álgebra e Trigonometria. Melhor explicando, a carga horária era para o bloco dos ramos, não para cada um deles especificamente, embora fossem ministrados separadamente. Isso pode ser inferido a partir do cálculo da carga horária semanal das demais cadeiras.

No ano seguinte, houve uma modificação significativa, com grande ampliação da carga horária semanal: 1º ano – Aritmética, 4 horas; 2º ano – Álgebra, 3 horas e Aritmética, 3 horas; 3º ano – Geometria, 4 horas e Álgebra, 4 horas; 4º ano – Trigonometria, 4 horas, Geometria, 4 horas e Álgebra, 4 horas; 6º ano – Matemática, 2 horas.¹⁶⁶

¹⁶⁶ Em 1913, pelo Decreto 571, de 19 de outubro, as aulas do 3º ano de Geometria e Álgebra foram reduzidas para 3 horas semanais cada, da mesma forma que as de Geometria e Trigonometria do 4º ano. A Aritmética no 1º ano permaneceu com 4 horas e a Álgebra no 2º ano, com 3 horas. O Decreto 912, de 12 de dezembro de 1925 mandou que para as aulas de Aritmética do 1º e 2º anos 3 horas semanais fossem destinadas. A Álgebra no 3º ano teve 3 horas, ao tempo em que Geometria e Trigonometria, juntas, no 4º ano tiveram 3 horas semanais. No quadro de horários publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe, em 9 de abril de 1929, a 1ª, 2ª e 3ª séries tinham aulas de “Matemática”, com 3 horas semanais para cada série do curso, enquanto que, na 4ª série as aulas eram de Geometria e Trigonometria, juntas e com 3 horas semanais.

Muito embora já apareça no Atheneu Sergipense a terminologia “Matemática” como cadeira, ao lado dos demais ramos, desde o ano de 1899, é a partir de 1931 que a denominação “Matemática” suprime os demais termos.¹⁶⁷

Diante dos cálculos realizados a partir da distribuição da carga horária para as Matemáticas no Atheneu Sergipense, é possível extrair evidências comprobatórias de que, quando esses estudos se efetivavam nos ramos específicos da Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, o tempo a eles destinados era maior, chegando a ter a Aritmética, no primeiro ano do curso de 1911, 5 horas semanais. Quando os ramos das Matemáticas se unificam, há uma diminuição da carga horária. Com a documentação levantada, constatou-se que, a partir de 1931, eram 22 as disciplinas oferecidas no Atheneu Sergipense, funcionando as seis séries do curso das 9 às 16 horas, em um só turno. Teve, portanto, uma diminuição da carga horária diária, de 7 horas/dia, para um número maior de disciplinas de que em 1871, de 8 horas/dia para as 8 cadeiras.

3.2. Compêndios, sugestões metodológicas, professores

Declarava Almeida, em 1889, que os livros de Aritmética, com raras exceções tinham o mesmo defeito:

não muito práticos, carecem da primeira qualidade que lhes seria tão necessário; quase sempre são apenas reflexos mais ou menos fiéis do ensino dado no Colégio D. Pedro II ou em outros estabelecimentos de instrução secundária. Quando os autores fazem os livros elementares, pensam mais nos seus rivais que nos alunos; pretendem mostrar que não ignoram nada do que se poderia ensinar sobre a matéria e crêem que nada dizem, se não disserem tudo (Almeida, 2000, p. 161).

O primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense, elaborado pelos membros de sua Congregação, trouxe a indicação dos compêndios a serem adotados para as aulas de Aritmética, Álgebra e Geometria: os de Cristiano Benedito Ottoni (cf. Art.48º, do referido

¹⁶⁷ Malba Tahan (1958), ao abordar sobre o tema como definir a Matemática, observa definições de vários autores e conclui não ser possível defini-la, por razões a ela pertinentes: pelo caráter concreto e abstrato, pela complexidade de seus termos e métodos, pela extensão de seus objetivos, pela natureza multiforme de seus problemas, pela amplidão de seus conceitos, pela transcendência de muitas de suas teorias. “A Matemática deve figurar entre os conceitos que não têm definição” (Tahan, 1958, p.81).

Estatuto).¹⁶⁸ Não obstante, logo na primeira reunião da Congregação em que participou, (30/03/1871), o professor da cadeira, Tito Augusto Souto de Andrade foi contrário às determinações impostas. Requereu o professor que fosse reformulado o Estatuto do Atheneu Sergipense, visto que na ocasião de sua confecção não estavam presentes mais de quatro professores, de um total de oito, não sendo eles ouvidos a respeito. Dizia ainda não estar de acordo, com compêndios adotados para sua cadeira, pois não o haviam consultado para tal determinação.

Apesar do protesto do professor, os compêndios permaneceram os mesmos até 1874, quando passaram a ser adotados os de Macedo Costa e Bernardo Carneiro, em 1888.¹⁶⁹ A obra de Bernardo Alves Carneiro, que não é tão clara, segundo Almeida, do ponto de vista “puramente científico”, mostrava-se melhor que a *Aritmética* de Trajano (Almeida, 2000, p. 162). Em 1892, para os estudos de Aritmética do Atheneu Sergipense, foram adotados os compêndios de Bernardo Carneiro; para Geometria, os de Cristiano Ottoni; e para Álgebra, os de Pedro Drago.¹⁷⁰ As obras de Sá Pereira e Cunha foram as adotadas para os estudos de Aritmética e Álgebra no Atheneu Sergipense em 1903, permanecendo os de Cristiano Ottoni para os estudos de Geometria e Trigonometria.¹⁷¹

No curso Normal do Atheneu Sergipense do ano de 1871, os estudos das Matemáticas se compunham da Aritmética, do Sistema Métrico e dos Elementos de Geometria. Dedicando sua obra *Pedagogia* aos alunos da Escola Normal, Baltazar Góes sugeria em 1905 que para o professor ter bom êxito com os resultados do ensino, deveria elaborar uma boa distribuição do tempo, convindo iniciar o ensino da Aritmética pelo processo objetivo do contar: “É pelos números concretos que deve ter principio essa parte da instrução elementar”, defendia Góes (1905, p.90) ancorando-se em Calkins.

Utilizando instrumentos como contador, cubos, esferas, seixos, sementes e tábuas, o aluno ensaiava o “mechanismo admirável da sciencia do calculo”, sugeria o autor, pois adquirindo gradativamente as noções de unidade, quantidade e número, estariam os alunos

¹⁶⁸ A obra de Cristiano Benedito Ottoni (1811-1896) teve grande sucesso, sendo adotada em vários liceus provinciais. O curso de *Aritmética* teve uma tiragem de 6000 exemplares em duas edições, *Álgebra*, 5600 exemplares em duas edições e *Geometria* registrou 7000 exemplares em três edições (Valente, 1999, p.146).

¹⁶⁹ Possivelmente, o “compendio de Carneiro” é referência a *Elementos de Geometria*, de A.M. Legendre, traduzido na sua 26ª edição por Bernardo Alves Carneiro, aluno da Escola Politécnica e professor de Matemática. Diz-se possivelmente por não encontrar maiores informações a respeito do nome do autor e da obra adotada no Atheneu Sergipense. Há citações do autor em Schubring (2003a, p.92), Almeida (2000, p.162) e Tambara (2003, p. 67). Bernardo Alves Carneiro escreveu: *Aritmética Elementar*, 1878, Rio de Janeiro, J.G. de Azevedo; *Curso de Matemática*, Rio de Janeiro, S.J. Alves; *Pontos de Aritmética*, Serafim José Alves (Tambara, 2003, p. 67).

¹⁷⁰ Luiz Pedro Drago era catedrático de Matemática do Colégio de Pedro II (cf. Tavares, 2002).

¹⁷¹ Para estudo detalhado dos compêndios de Matemática adotados no Brasil, consultar Valente (1999).

aparelhados para a abstração. Mesmo chegando o tempo de teorizar, o ensino da Aritmética deveria continuar prático, concreto e objetivo, “partindo dos casos para as regras, demonstrações e definições” (Góes, 1905, p.92).

Defendendo sempre a forma prática de ensinar, Baltazar Góes, fundamentado em Graça Affreixo e Henrique Freire, estabelecia que os princípios elementares da Geometria deveriam partir dos estudos das formas das figuras planas, uma vez que

o círculo, o quadrado, o triângulo, o retângulo, são tão vulgares na natureza e nas artes, que por toda a parte, na escola, na rua, em casa, e a todo o propósito, a juventude os tem sob os olhos.

Do mesmo modo se procederá com o volume, ou a capacidade. O cubo, o cilindro, o paralelepípedo, os prismas, e as pirâmides são fáceis de ensinar intuitivamente, e sua medição e avaliação em unidades cúbicas bastante fáceis.

O principal é ter em vista que não se trata de ensinar a demonstrar os teoremas que de certos cálculos dependem; mas sim esses cálculos de modo prático, racional e conveniente por sua eficácia (Góes, 1905, p.92, grifos do autor).

Assim, a metodologia, o modo particular de ensinar cada matéria para os alunos do curso Normal, aspirantes ao magistério primário, deveria ser “mais prático de que teórico e baseado na experimentação” (Art. 117, Decreto 501, de 5 de agosto de 1901). O principal era ter em vista um ensino prático, racional e conveniente por sua eficácia. De acordo com as crônicas de Edilberto Campos, tal preocupação se verificava:

Nosso professor [referindo-se a Severiano Cardoso] era um entusiasta de Froebel e Pestalozzi; ensinava matemática elementar demonstrando: contar sacos empilhados num trapiche, aprender frações com tubos de cartolina de vários tamanhos, armar casinhas de papelão, eram os temas (Campos, 1965, p.169).

Os materiais necessários para o desenvolvimento dos estudos das Matemáticas poderiam ser facilmente encontrados no uso cotidiano, como os sacos, sementes, tábuas, ou aqueles mais sofisticados que deviam possuir as escolas, como defendia Góes em 1905: coleção de sólidos geométricos talhados na madeira e caixas do material de Froebel.

Material necessário para as aulas é um dos itens de constantes queixas e solicitações por parte dos professores. A Congregação do Liceu de Sergipe, na pessoa do professor de Geometria, Galdino Barbosa de Araújo, requereu por meio de vários ofícios a compra de coleção de sólidos geométricos de madeira, esponja e pedra para o desenvolvimento de sua cadeira. Alegava o professor que utilizava a pedra do “Palácio do Governo, que foi feita para o exercício das primeiras letras, [...] de pequena dimensão e portanto insuficiente” para a

suas demonstrações geométricas (cf. Relatório de 18 de maio de 1848). Na tentativa de amenizar as dificuldades, o diretor do referido Liceu, Padre José Gonçalves Barrozo, solicitou a autorização do Presidente da Província para mandar fazer “de madeira pintada de preto” a tão requerida pedra para as aulas de Geometria (cf. Ofício de 25 de outubro de 1848, Livro das Correspondências do Liceu de Sergipe).¹⁷²

Para prover as cadeiras do Atheneu Sergipense, no concurso de Aritmética e Geometria exigia-se, para a prova escrita, a “solução ou demonstração de qualquer problema ou theoremata”, e para a oral “qualquer parte da mesma sciencia” (Art.99, Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870). No entanto, como já examinado anteriormente, o provimento das primeiras cadeiras do Atheneu Sergipense não foi feito por meio de concursos, mas pela escolha do Governo.

Dos lentes que lecionaram as Matemáticas em Sergipe, temos sinais de que a cadeira de Geometria foi provida em 20 de outubro de 1832 pelo Frei José dos Prazeres Bulhões, também Diretor do Liceu de São Cristóvão (cf. Lima, 1995, p.25). Galdino Barbosa de Araújo foi lente da cadeira de Aritmética, Geometria e Trigonometria do Liceu de Sergipe nos anos de 1847 a 1855. Foram professores das Matemáticas no Atheneu Sergipense, Tito Augusto Souto de Andrade e Joaquim do Prado Sampaio Leite (Aritmética e Álgebra, em 1882).

A cadeira de Geometria, aberta para concurso, foi examinada pela seguinte mesa: Sancho de Barros Pimentel (lente de Filosofia Racional e Moral), Tito Augusto Souto de Andrade (lente de Aritmética, Álgebra e Geometria) e Brício Cardoso (lente de Retórica e Poética). O professor Barros Pimentel, não se considerando apto para examinar os candidatos, encaminhou por ofício ao Diretor da Instrução Pública e também Diretor do Atheneu Sergipense, o Doutor Thomaz Diogo Leopoldo, sua recusa alegando a impossibilidade de participar como membro examinador de Geometria “por não julgar-se possuidor dos conhecimentos precisos para examinar naquella sciencia, por quanto apenas tinha aprendido-a como preparatorio” (Ata da Congregação, 27 de agosto de 1875). Assim, Antonio Diniz Barreto (lente de Latim) assumiu a função de examinador naquele concurso.¹⁷³

O candidato, Pedro Pereira de Andrada, tirando à sorte o ponto para a prova escrita de Geometria, teve o tempo de duas horas para a realização da mesma. “Minuciosamente

¹⁷² Nesse sentido, declara Barra que “a especificidade do ensino de aritmética exigia um instrumento material próprio para o ensino coletivo” (Barra, 2001, p.10). Analisando a aliança da escola com a família no Ginásio de São Paulo, Cabral (2002) apresenta trechos de um Relatório de Artur Breves, de 1889, queixando-se das dificuldades enfrentadas pelo professor quanto a falta de materiais. No desabafo do relator sobressai a relação dos materiais com a especificidade do ensino: “[...] sem papel, é impossível aprender a escrever [...], pede uma pedra ao aluno B para ensiná-lo a fazer contas [...], a mãe entende que isto de livros é uma história que se aprende a ler indiferentemente[...].” (Cabral, 2002, p.90).

¹⁷³ Nesse mesmo ato ocorreu também o concurso para a cadeira de História Universal

examinada”, a comissão atribuiu a qualificação de “optima”. Em seguida, examinado o ponto da prova oral, o candidato foi julgado com igual qualificação. Após o que, como regia o Regulamento, os examinadores, por escrutínio secreto, procederam ao julgamento final, aprovando-o com distinção. Campos recorda ser bastante conhecido em Aracaju o engenheiro Pedro Pereira de Andrade:

Encontrei pessoalmente o Dr. Andrade já velhinho ensinando geometria no Ateneu Sergipense que eu freqüentava, em 1898, sem ser nêle matriculado, porque estudava matemática particularmente com o prof. Teixeira de Faria. Eram companheiros Genulfo Freire da Fonseca, Antonio Casais, entre outros. Genulfo, inteligente porém vadio, roletou a canivete a flecha com que o professor apontava as figuras desenhadas no quadro-negro e em dado momento a dita se partiu... O velho ficou furiosos e perguntou: Quem foi o moleque que fêz isso? Ninguém se apresentou. Talvez suspeitando do Genulfo, mandou-o à pedra: Trace uma reta horizontal AB.... (fazia questão que fossem estas as letras). Enunciou um teorema e ordenou: Demonstre isso.... Genulfo pensou, pensou, e disse: Vou de uma reta AB fazer uma circunferência CD.... Ah! Seu vadio, você não vai fazer nada!... E dirigindo-se a mim: - Venha o senhor à pedra. – Prof. Eu não posso; não estou matriculado no Ateneu... – Então o que está fazendo aqui? Vá-se embora! E fui mesmo para nunca mais voltar (Campos, 1968, p.96).

Outros foram os professores das Matemáticas no Atheneu Sergipense. Nascido a 14 de julho de 1860 em Itabaiana - SE, Francisco Teixeira de Faria estudou no Atheneu Sergipense e concluiu em 1884, na Bahia, o curso de Farmácia. Foi professor concursado das cadeiras de Latim e Francês em Estância - SE, e nomeado lente de Matemática da Escola Normal, regendo também a cadeira de Geometria e Trigonometria no Atheneu Sergipense no período de 1893 a 1915. Foi Diretor interino da Instrução Pública do Estado de Sergipe, falecendo a 25 de abril de 1923 (cf. Guaraná, 1925).

Eutychio de Novaes Lins, natural de Lagarto - SE (30 de maio de 1825), foi professor interino de Aritmética e Álgebra em 1904 no Atheneu Sergipense, sendo nomeado no ano seguinte professor vitalício de Aritmética Elementar. Foi ainda professor da cadeira Geometria e Álgebra em 1910 e de Português da mesma instituição, falecendo a 22 de março de 1918 (cf. Guaraná, 1925).¹⁷⁴

¹⁷⁴Abdias Bezerra, nascido em Siriri - SE em 7 de setembro de 1880, iniciou seus estudos secundários no Atheneu Sergipense, concluindo-os na Escola Militar do Realengo. Após concurso, preencheu a cadeira de Francês do Atheneu. Foi também professor das cadeiras de Aritmética e Álgebra em 1911 e de Português, Geometria e Trigonometria. Assumiu os cargos de Diretor do Atheneu Sergipense (1922) e Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe (1923). Nesse cargo, viajou a São Paulo para observar os processos de ensino ali seguidos e tentar introduzi-los em Sergipe (cf. Guaraná, 1925). O farmacêutico Odilon de Oliveira Cardoso foi professor de Aritmética e Álgebra em 1912, ao tempo em que o farmacêutico Antonio Batista Bittencourt lecionava Álgebra. Ensinando Geometria Descritiva em 1916 e Matemática, em 1930, teve o Atheneu Sergipense o engenheiro Gentil Tavares da Motta, dentre outros vultos de destaque, como Manuel Xavier de Oliveira, Manoel Franco Freire, Misael Vianna, João Alfredo Montes, Alfredo Guimarães Aranha, José

Desde os tempos do Liceu de São Cristóvão defendia-se a presença de mais de um professor das Matemáticas.

Seria, Snrs, de grande vantagem, que houvesse n'este Lyceu, como no da Bahia, dous lentes de Mathematicas, encarregando-se um de lecionar Arithmetica, e Algebra, e outro Geometria, e Trigonometria, visto que foi alli tomada esta deliberação por se ter justamente reconhecido como insuficientes as noções, que outrora bebião os estudantes de um só lente, e em um anno nestas materias todas: e assim os estudantes d'este Lyceu, que alli se apresentaram para serem examinados, terão de ser julgados com razão mais fracos do que os d'essa Provincia, por terem de afogadilho ouvido as numerosas lições, que o seo Professor se vê forçado a lhes dar na metade do tempo em que as dá que alguns d'aquelles. (Relatório da Congregação do Liceu de Sergipe, enviado a Assembléia Provincial, em 18 de maio de 1848).

No entanto, essa defesa só é fixada na legislação, que determinava dever ter o Atheneu Sergipense dois lentes de “Mathematicas Elementares, sendo um para Arthmetica e Algebra, outro para Geometria e Trigonometria”, em 1899 (Art. 4, Decreto 351, de 9 de junho de 1899).

Os alunos, ao requererem matrícula em Geometria e Trigonometria deviam provar conhecimentos nos estudos de Aritmética, com habilitação provada por certificado de exame prestado perante a Congregação ou na Delegacia dos Exames Gerais (cf. Art. 196, Decreto de 14 de março de 1890).

Para Sílvio Romero (1901, p.214), os estudo das ciências matemáticas deveriam ser iniciados pela Aritmética prática no primeiro ano, elevando-se à teórica no segundo ano. A Álgebra prática começaria no terceiro ano, para no quarto ser ministrada a teoria da Álgebra. Geometria viria no quinto ano. No sexto, seria a vez do estudo da Trigonometria. No último ano, o sétimo, se “repetiria tudo isto para trazer sempre viva a memória dos factos mathematicos”, concluía o autor na sua proposta para o estudo das Matemáticas. Serviam também os conhecimentos matemáticos para os cálculos estatísticos, tão utilizados por Rui Barbosa.

É obvio que a estatística escolar, nas verdadeiras condições de segurança e clareza impostas a esse serviço pelas exigências da verdade, está por criar neste país, onde até hoje, os resultados obtidos nesse ramo da administração se ressentem de uma grosseria, de uma obscuridade, de uma confusão, de uma incongruência difíceis de

fazer sentir a quem não os tenha examinado com a paciência minuciosa com que os esquadrimos (Barbosa, 1947, p.32).¹⁷⁵

No curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, pelo Decreto 45, de 19 de janeiro de 1893, e pela Ata da Congregação de 8 de fevereiro daquele ano, seriam realizados os estudos da 4ª cadeira – Aritmética e Álgebra, com estudo elementar e completo, no 1º ano. No 2º ano, seriam feitas revisões das matérias do primeiro ano de Aritmética e Álgebra.¹⁷⁶ Para o 3º ano, seriam introduzidos estudos completos com aplicações práticas de Geometria e Trigonometria. Nos outros três anos do curso não havia aulas de Matemática.

No programa de ensino da Escola Normal de 1893, constava no 1º ano o estudo elementar de Aritmética. No 2º ano, seriam estudadas noções mais gerais de Geometria e resoluções de problemas práticos da vida comum. Não havia estudos das Matemáticas no 3º ano do curso Normal.

Os estudos da “*mathematica elementar*”, com as quatro operações fundamentais da Aritmética e noções do Sistema Métrico Decimal constituíam pré-requisitos para a matrícula nas aulas de Física, Química e História Natural, segundo os artigos 189 e 191 do referido Decreto. O plano do curso Integral, distribuídas em sete anos, regiam para os estudos das Matemáticas o que se segue:

1º Anno – Aritmética: estudo completo, até as frações.[...] 2º anno – Algebra: Algebra elementar, estudo completo, arithmetica, estudo da 2ª parte (?). [...] 3º anno – Geometria e Trigonometria: geometria preliminar e trigonometria rectilinea; geometria especial – estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, da conchoide, da limaçon de Paschal e da espiral de Archimedes. [...] 4º anno – Geometria geral, seu complemento algebrico; noções de calculo defferencial e integral limitando ao conhecimento das theorias indispensaveis ao estudo da mechanica geral propriamente dita, noções de geometria descritiva e trabalhos graphicos correspondentes (Art. 108, Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

Trazia a legislação os conteúdos matemáticos a serem ministrados em quatro anos. Fixava ainda que os exames deveriam ser de “Suficiência” em Aritmética no 1º ano e no 2º

¹⁷⁵ Apesar de Rui Barbosa defender o uso de uma boa estatística escolar, há em seus Pareceres uma aplicação errônea da linguagem matemática, cometendo erros grosseiros de cálculos e conseqüentemente de inferências. Pode-se atribuir tais erros ao uso incorreto das estatísticas escolares dos relatórios. Os Pareceres de Rui Barbosa sobre o ensino primário, secundário e superior, continuam a despertar possibilidades de pesquisas, pela releitura da obra, formulando-se questões como: quem fez os cálculos usados por Rui Barbosa? Qual o lugar interpretativo da estatística na obra de Rui Barbosa? Em quais momentos os cálculos estatísticos foram utilizados de forma abusiva? Quais os cálculos matematicamente incorretos? Tais interrogantes pautam pesquisa já iniciada.

¹⁷⁶ Havia, à época, grande preocupação em reforçar os conteúdos, utilizando a revisão dos estudos dos anos precedentes.

ano “Suficiência” em Álgebra. Os Exames Finais seriam de Matemática Elementar no 3º ano, e de Cálculo, Geometria Geral e Geometria Descritiva no 4º ano, sendo concluídos assim os estudos das Matemáticas. As Noções de Cálculo Diferencial aparecem como conteúdo do quarto ano do Atheneu Sergipense. Schubring (2003) declara que as “mudanças curriculares que receberam internacionalmente mais atenção tinham sido decididas em 1902 pelo gabinete ministerial da França, introduzindo até mesmo elementos de cálculo diferencial para as classes mais adiantadas das escolas secundárias” (Schubring, 2003b, p.12).¹⁷⁷

O ensino no Atheneu Sergipense, “regido pelos mesmos programmas adoptados no Gymnasio Nacional”, trouxe à cena, pelo Decreto 543, de 9 de outubro de 1906, características distintas dos demais, com comentários pedagógicos e indicativos de método. Chama a atenção o cuidado, ou talvez a necessidade, que tiveram os legisladores de reunir, na mesma peça legal, os conteúdos de cada disciplina e a forma didática em que os professores deveriam desenvolver suas atividades, enunciando não apenas “o que” devia ser ensinado, os limites de conteúdos, mas também “o como”, restringindo sem dúvida o potencial criativo inerente a cada professor, que almejasse extrapolar aquelas indicações.¹⁷⁸

No capítulo “Dos programmas de ensino”, o legislador determina dever o corpo docente do Atheneu Sergipense observar fielmente preceitos metodológicos fundamentais para cada cadeira. Os limites da cadeira de Matemática Elementar eram os seguintes:

deverão ser assás restrictos, attendendo o programma accuradamente ao lado *practico*, de maneira que o ensino se torne *utilitario* por numerosos exercicios de *aplicações* e por judiciousa escolha de *problemas* graduados da vida comum. De accordo com taes preceitos, o estudo da Arithmetica no primeiro anno abrangerá o systema decimal de numeração, as operações sobre numeros inteiros e fracções, as transformações que estas comportam, até as dizimas periodicas, fazendo-se durante o curso uso habitual do *calculo mental*; no segundo anno virão as proporções e suas applicações, progressões e logarithmos; o estudo de Algebra deverá alli ser levado até as equações de 1º grão; no terceiro anno se completará o estudo de Algebra elementar, e se fará o de Geometria, com desenvolvimento usual relativo á igualdade, á semelhança, á equivalencia, á rectificação da circunferência, avaliação das areas e dos volumes, tudo com *applicações practicas*; do quarto anno será o desenvolvimento de Algebra no estudo do binomio de Newton, a determinação dos principios geraes da composição das equações e sua resolução numerica pelos *metodos mais simples e practicos*; irá o estudo da Geometria até englobar o das secções conicas, com o traçado e principais propriedades das curvas correspondentes, e se effectuará o ensino da trigonometria rectilinea, havendo sempre o *cuidado de tornar freqüentes as applicações e practicas* dos logarithmos,

¹⁷⁷ Cálculo Diferencial e Integral e Geometria Analítica, conteúdos introduzidos pela Reforma Benjamim Constant (1889), foram suprimidos do Colégio de Pedro II em 1899, voltando a fazer parte dos conteúdos do curso secundário a partir da década de 1930 (cf. Martins, 1984, p.230).

¹⁷⁸ Os Decretos 550, de 13 de novembro de 1907, e 556, de 24 de agosto de 1908, trazem redações semelhantes.

iniciada no segundo anno e desenvolvida no terceiro (Art. 6º, IV, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908, grifos meus).¹⁷⁹

Para desenvolver esse programa, contava o Atheneu Sergipense com dois lentes de Matemática Elementar – um encarregado das aulas do 1º e 3º anos, e outro das do 2º e 4º, revezando-se anualmente. No quinto ano do curso não havia Matemática, mas seus recursos até então estudados serviriam de base para estabelecer na Mecânica as leis gerais e regras fundamentais dessa doutrina, o que aponta mais uma vez para a atenção voltada às aplicações práticas e ao uso dos conhecimentos matemáticos em outras cadeiras. Ao lente de Mecânica e Astronomia cabia também revisar o curso de Matemática no 6º ano.

É possível extrair, da riqueza de detalhes do longo trecho citado, características do ensino das Matemáticas, quanto ao método e conteúdos. O método de ensino defendido estabelece conexões diretas entre a teoria e a prática por meio da resolução de problemas do cotidiano. Essa preocupação pelo lado prático, utilitário, se fazia presente também a respeito das demais cadeiras, num Movimento Utilitário Social (cf. Martins, 1984). O cálculo mental, tão solicitado hodiernamente pelos professores de Matemática, se fazia presente naquele momento como estratégia de ensino, ao que parece habitualmente utilizada, ou pelo menos explicitada na legislação. Os detalhes dos programas permitem afirmar que não se trata de um método calcado em memorização, teorização, mas, ao contrário, de um ensino novo, moderno, prático, articulando os assuntos das matérias antecedentes e conseqüentes. Além dessas orientações, o lente do Atheneu Sergipense não estava impedido de adotar “accessoriamente quesquer modos pedagogicos, cuja alta conveniencia na transmissão do ensino a experiência haja demonstrado” (Art. 7, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908).

Estudando esses conteúdos, os alunos estavam aptos para prestar a prova escrita do exame de madureza, que versava sobre “desenvolvimento methodico e practico de quatro questões, inclusive avaliação de areas e de volumes, questões sorteadas dentre doze formuladas, no acto de começara a prova, pelo especialista da comissão de sciencias e acceitas pela maioria de seus membros” (Art. 42, Decreto 556, de 24 de agosto de 1908). Os conhecimentos matemáticos exigidos para o ingresso nas academias, variavam conforme a carreira escolhida, segundo o Decreto 4227, de 23 de novembro de 1901. Para

ciências médicas e cirúrgicas, deveria o candidato prestar exames em aritmética, álgebra até o ponto da equação do 1º grau, geometria e trigonometria retilínea. Para o curso de ciências jurídicas e sociais, aritmética e geometria; para a Escola

¹⁷⁹ Idêntico programa é apresentado no Decreto de 1899, do Estado do Paraná (cf. Martins, 1984, p.228).

Politécnica, aritmética, tão somente; para o curso de farmácia, aritmética, álgebra até equação do 1º grau, geometria – somente plana; para odontologia, aritmética até proporções inclusive; belas artes, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria retilínea (Valente, 2004, p.28).¹⁸⁰

Embora as exigências dos conhecimentos matemáticos para ingresso nos cursos superiores fossem restritas, havia no Atheneu Sergipense um leque maior de conteúdos estudados, possibilitando aos seus alunos uma ampliação dos saberes necessários não só para o acesso às academias, mas também para o exercício das demais funções que assumissem na sociedade.

A análise das legislações educacionais, notadamente dos artigos que se referem ao ensino das Matemáticas, bem como das demais peças documentais, agrega elementos que permitem inferir haver sido o ensino das Matemáticas ministrado desde os primórdios dos estudos secundários em Sergipe. Objetivando coligir as informações das diferentes fontes documentais examinadas nesse capítulo, elaborou-se o Quadro 8, que teve como referência um quadro semelhante organizado por Razzini (2000, p.247), quanto ao ensino de Português e Literatura.

¹⁸⁰ Esclarece o autor que a pouca exigência nos exames das Matemáticas para as engenharias e para as carreiras das ciências exatas, se dava porque o primeiro ano desses cursos constituía-se das matemáticas elementares. A partir do segundo ano, eram ensinados cursos de Matemática superior (cf. Valente, 2004, p.28).

QUADRO 8 – CRONOLOGIA DO ENSINO DAS MATEMÁTICAS NO ATHENEU SERGIPENSE, 1871 a 1908

Ano	Cadeira	Ano do Curso	Professor	Livro Adotado	
1871	Aritmética, Geometria	Álgebra,	3º	Tito Augusto Souto de Andrade	Cristiano Benedito Ottoni
1874	Aritmética e Geometria	Álgebra			Macedo Costa
1875	Aritmética e suas aplicações mais gerais; Geometria, compreendendo o Desenho Linear			Pedro Pereira de Andrade	
1877	Aritmética e Geometria e Trigonometria	Álgebra;	3º (1h30) 3º(2h)		
1882	Aritmética e Geometria e Trigonometria Retilínea			Joaquim do Prado Sampaio Leite	Em 1888, adotou-se para a cadeira de Aritmética e Álgebra os compêndios de Bernardo Alves Carneiro
1890	Aritmética e Geometria e Trigonometria				Em 1892, adotaram-se: Aritmética de Bernardo Alves Carneiro Álgebra de Luiz Pedro Drago Geometria de Cristiano Benedito Ottoni
1893	Aritmética e Geometria e Trigonometria	Álgebra;	1º e 2º 3º	Francisco Teixeira de Faria	
1899	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Matemática		1º e 2º 3º e 4º 3º e 4º 4º 6º		
1901	Aritmética Álgebra Trigonometria		1º 2º 3º		Em 1903, adotaram-se: Sá Pereira e Cunha - Aritmética e Álgebra Cristiano Ottoni para Geometria e Trigonometria
1905	Matemática Elementar			Eutychio Novaes	
1906	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Matemática		1º (4h), 2º(1h 30) 2º (1h30), 3º (2h), 4º(?h) 3º (2h), 4º (?h) 4º (3h) 6º (2h)		
1907	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Matemática		1º (4h), 2º (3h) 2º(3h),3º(4h), 4º(4h) 3º (4h), 4º(4h) 4º (4h) 6º (2h)		
1908	Aritmética Álgebra Geometria Trigonometria Matemática		1º (4h), 2º (3h) 2º(3h),3º(2h), 4º(?h) 3º(2h), 4º(?h) 4º(?h) 6º(2h)		

FONTE: Quadro elaborado a partir da série dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.

Por certo, o movimento da organização dos estudos das Matemáticas no Atheneu Sergipense ocorreu provocado por envolvimento de múltiplos sujeitos: aqueles que defendiam, mesmo no anonimato, suas posições; os legisladores, ao elaborarem os projetos de Leis; a direção da instituição, ao exigir a execução da legislação; os professores, ao ministrarem suas aulas conforme posições e práticas defendidas; e o próprio corpo discente, que se submetia às exigências dos demais. Cada um desses agentes bem como o conjunto deles, em suas posições, funções e deveres, contribuíram de forma singular para a organização de uma das cadeiras que compuseram os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense: a Matemática.

CAPÍTULO IV

A PRÁTICA DO JULGAMENTO

*Os alumnos que se distinguirem
por sua applicação, assiduidade,
serão premiados no fim do anno lectivo
pela Congregação.*

*Os prêmios consistem:
Em notas e distincção nos exames annuaes.
Em dadivas de obras litterarias importantes.*

Estatuto do Atheneu Sergipense, 1871.

Os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense foram até o momento examinados pelo conjunto das cadeiras lidas, a carga horária a elas destinadas, os compêndios adotados, as orientações metodológicas e os professores ministrantes, faltando agregar à análise mais um elemento – o sistema de avaliação. Legitimam a aprendizagem dos saberes os métodos avaliativos que assumem tanto um cunho pedagógico como disciplinador. A cada momento, estamos avaliando e ou somos avaliados, pelas obras, palavras, gestos, escritos e até pensamentos. É o controle que normatiza e vigia, possibilitando ao avaliador classificar, premiar ou punir, e ao avaliado aprimorar suas produções para ampliar e avançar.

A escola é um local em que esse controle é altamente ritualizado, fazendo uso de uma rede de agentes avaliadores e avaliados tais como o aluno, o bedel, o inspetor de aluno, o professor, o diretor, e o inspetor da escola. As funções desses sujeitos são fixadas na legislação, determinando por meio de rituais e métodos seus papéis, notas e classificações. A depender do caso, pode se tratar de um exame momentâneo, permanente, contínuo ou ininterrupto.

Uma das primeiras questões afloraram no decorrer da pesquisa, ao iniciar o levantamento das fontes documentais do Atheneu Sergipense. Ao encontrar livros com denominações distintas de exames de alunos e uma prova de concurso para professor, indagou-se: como os alunos ingressavam no Atheneu Sergipense? Só por matrícula ou havia seleção? Como eles eram avaliados? Os professores submetiam-se a concursos? Com quais exigências? Ao tempo em que essas névoas iam se desfazendo pelos indícios encontrados, outras nuvens escuras surgiram e foram paulatinamente sendo, senão desviadas, encaradas na tentativa de encontrar vestígios justificativos de sua formação para dissipá-las.

Um dos pontos importantes na história das disciplinas e das instituições escolares é a sua natureza docimológica: o estudo científico dos exames e dos concursos. Esse constituinte, em combinação com os compêndios adotados, os métodos aplicados, os exercícios praticados, e os conteúdos estudados, funciona com eles em estreita colaboração, ao mesmo tempo em que cada um desses elementos tem uma ligação direta com as suas finalidades (cf. Chervel, 1990, p.207).

O objetivo deste capítulo é analisar o sistema de avaliação do Atheneu Sergipense – a prática de julgamento, exercida prioritariamente com os alunos e professores, considerando as ações desencadeadas, na organização e implementação dos Planos de Estudos. Não será esquecida a avaliação dos demais agentes do corpo administrativo, nem a avaliação externa.

Essa prática de julgamento possibilita compreender as relações educativas e formadoras que o Atheneu Sergipense desempenhou na sociedade.

4.1.O aluno

Ter sido aluno do Atheneu Sergipense era motivo de muito orgulho. Ingressar naquela casa de educação literária era um excelente caminho para a formação da intelectualidade sergipana. A esse propósito, declararam dois ex-alunos, em 1928:

Meu coração continua a sentir, ainda aqui, o mesmo ambiente de carinho, de acolhimento, de bem-estar. Tal como si ainda aqui estivessem, vibrando e trabalhando os espíritos infatigáveis de um Teixeira de Faria, de um Alcebiades Paes [...] é o mesmo “Atheneu Sergipense”, onde entrei há precisamente dezesseis anos, para iniciar a incessante tarefa que ainda não findou, nem é dado saber quando terminará...

Livro de Visitas, maio de 1928

João Passos Cabral.¹⁸¹

Ao Atheneu lhe devo o que hoje sei e muito do que agora sou. Foi nelle que formei o espírito com as eficazes lições dos Mestres e salutareos conselhos dos amigos.

Livro de Visitas, 24 de julho de 1928

Antenor Lyrio Coelho.¹⁸²

Tais impressões são também formas avaliativas a respeito do Atheneu Sergipense, da parte dos que lá ingressaram em busca de uma formação intelectual e moral, que se estabelecia por meio das matérias, compêndios e da convivência entre colegas, professores e corpo administrativo.

O mecanismo de ingresso dos alunos no Atheneu Sergipense, bem como as documentações exigidas, são os primeiros dispositivos de avaliação impostos aos candidatos, sofrendo permanências e alterações, amoldando-se conforme as exigências da sociedade. A idade era um dos itens reguladores. Se em 1870 os escravos e os menores de cinco anos não tinham direito à matrícula, em 1893 a idade mínima exigida para matricular-se no Atheneu

¹⁸¹ João Passos Cabral estudou no Atheneu Sergipense de 1912 a 1916 quando prestou exames finais das matérias de humanidades. Trabalhou na imprensa de Aracaju e nos Correios do Estado, colaborando em vários jornais com artigos, poesias, romance e crítica (Guaraná, 1925).

¹⁸² Antenor Lyrio Coelho foi sócio fundador da Sociedade dos Estudantes de Sergipe, professor da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e colaborador com diversos artigos na imprensa sergipana (cf. Guaraná, 1925).

Sergipense passou a ser de 10 anos.¹⁸³ Em 1899, 12 anos era o limite mínimo, voltando a ser de 10 anos a idade exigida para a matrícula em 1901. Em 1906, era de 12 anos, e em 1908 de 10 anos. Oscilou, portanto, entre 10 a 12 anos, em conformidade com as legislações federais de ensino. Essa era a idade na qual os alunos concluíam o estudo das primeiras letras, podendo assim ingressar nos estudos secundários. A respeito do limite de idade, assim posiciona-se Faria Filho:

se na década de 30 dos oitocentos era muito usual que a criança, lá pelos seus 10 ou 11 anos, em média, deixasse a “escola elementar”, onde havia aprendido pouco mais que ler, escrever e contar, e se matriculasse no curso secundário, para aprender gramática latina, grego, história, geografia, filosofia, já no início do século XX, uma criança com essa idade, bem provavelmente, não seria considerada preparada, em termos de conteúdos escolares e de “maturidade intelectual”, para tal empreitada (Faria Filho, 2004, p.538).¹⁸⁴

O atestado médico comprovando ser o aluno vacinado e não portador de moléstia contagiosa era um outro pré-requisito imposto pela legislação às matrículas.¹⁸⁵ Pagar a taxa de matrícula era uma outra exigência para o aluno matricular-se no Atheneu Sergipense, só concedida a isenção em favor dos alunos “nimiamente pobres”, desde que tal condição fosse comprovada pelo Pároco; dos que se distinguissem pelo talento, aplicação e moralidade nas escolas primárias, com atestado dos professores (1870); dos órfãos de pai e mãe; dos órfão de pai, ou do “filhos de funcionarios estaduaes que tenham grande familia e cujos vencimentos não comportem o despendio das contribuições” (Art. 12, Decreto 351, de 9 de junho de 1899). Assim, pagar ou não as taxas podia indicar controle, forma de julgamento exercido por sujeitos externos ao Atheneu Sergipense.¹⁸⁶ O pagamento da taxa de matrícula era uma das causas apontadas da pouca freqüência no Atheneu Sergipense.

¹⁸³ O Artigo 39 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe fixava que não seriam admitidos como alunos do Atheneu Sergipense os indivíduos que estivessem nas condições previstas do Artigo 66 do mesmo Regulamento, o qual no § 3º excluía os menores de cinco anos e maiores de 13 anos.

¹⁸⁴ Para o ingresso nas Academias Jurídicas de São Paulo e Olinda, pela Lei de 1827, a idade mínima exigida era a de 15 anos.

¹⁸⁵ Em 1916, especificava-se na legislação referente ao ensino em Sergipe que o atestado médico devia exibir se o aluno já fora afetado de varíola. Em 1925, a exigência era a prova de “imunidade para varíola”. O requerimento da matrícula, em 1936, instruía-se também de “Atestado de sanidade expedido pelo Departamento de Saude Publica” (Lei 40, de 18 de novembro de 1936). Essas exigências ocorrem paralelas aos debates sobre a saúde pública em Sergipe e no Brasil.

¹⁸⁶ A Resolução 1083, de 8 de março de 1878, suprimia o imposto das matrículas no Atheneu Sergipense, tornando gratuito o ensino durante certo período. Embora as legislações determinassem o pagamento das taxas de matrícula e de freqüência - 40\$000 em 1897; 10\$000 em 1870; 6\$000 para cada aula em 1877 – em muitos livros que registram a matrícula dos alunos no Atheneu Sergipense há a observação “não pagou taxa”. Esses alunos eram os realmente beneficiados pelas prerrogativas legais ou outros que por motivos diversos não pagavam as taxas? Os estudantes do Atheneu Sergipense protestavam contra a cobrança dos impostos de

Em uma sociedade de funcionarios publicos, em regra mal remunerados e, sobretudo, no pessimo tempo que atravessamos é pesado retirar esta quantia [40\$000] do orçamento domestico para aplical-a a um fim alias utilitário, mas ... *primo vivere* (Jornal *O Povir*, 18 de fevereiro de 1900).

Nos livros de matrícula, na coluna destinada ao registro da filiação dos alunos, há em alguns casos apenas o nome do pai, muito embora os requerimentos de abono das faltas tivessem sido assinado pelas mães, constando seus nomes nas Atas da Congregação. Analisando os editais publicados nos jornais locais, verifica-se que as matrículas para as aulas de Latim, Francês e Inglês podiam ser requeridas, conforme o regulamento, até 30 de junho do ano letivo, pois eram livres para aqueles que não seguissem regularmente o curso de Humanidades. As demais aulas encerravam suas matrículas em princípio de fevereiro. Mais uma vez, portanto, há evidencias de matrículas por aulas e não por séries.

Podiam ser alunos do Atheneu Sergipense aqueles que desejassem fazer todo o curso de Humanidades, de frequência obrigatória, ou aqueles que optassem por matricular-se em qualquer ano do curso, desde que, perante uma comissão examinadora, escolhida pelo Diretor, mostrassem habilidade nas matérias do ano anterior (cf. Decreto 45, de 19 de janeiro de 1893). Essa já pode ser considerada uma avaliação de caráter pedagógico, e não uma prática de julgamento administrativa ou burocrática, como a exigência da idade, do atestado de vacinação, e do pagamento de taxas.

O atestado comprobatório de haver sido o aluno aprovado em qualquer escola complementar do 2º grau, também era uma documentação requerida.¹⁸⁷ No entanto, podia o candidato aspirar matrícula no Atheneu Sergipense sem a documentação citada, desde que apresentasse uma certidão de exame de suficiência.

Com a documentação examinada, foram identificados os seguintes modelos de avaliação discente, mediante exames de: habilitação, suficiência, admissão, promoção, final de curso, madureza, e preparatórios. Os modelos estão expostos no Quadro 9, conforme suas características:

inscrição para os exames de Preparatórios, argumentando ser ela excessivamente onerosa (Livro de Officios do Atheneu Sergipense, 22 de novembro de 1898).

¹⁸⁷ Escolas de 2º grau eram aquelas localizadas em cidades e vilas maiores. A denominação não se dava pelo grau de ensino, mas pela sua localização. As escolas de 1ª classe localizavam-se nos povoados; as de 2ª classe nas vilas, as de 3ª nas cidades e as de 4ª na capital (cf. Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

QUADRO 9 – MODELOS DE EXAMES PRESTADOS PELO CORPO DISCENTE DO ATHENEU SERGIPENSE, 1870 a 1908

Ano	Exame	Finalidades / Características
1870	Habilitação	Examinar a habilitação do aluno para matricular-se em aulas e/ou nos anos dos cursos.
1877	Final	
1892	Habilitação	Examinar a habilitação do aluno para matricular-se em aulas e/ou nos anos dos cursos.
	Classe	Examinar anualmente os alunos nas matérias cursadas.
	Final	Examinar o aluno após completar o curso.
1897	Suficiência	Exame (prova oral) prestado ao final do ano para continuar o aluno o estudo da matéria. De caráter promocional.
	Final	Exame (prova escrita e oral) prestado ao final dos estudos de cada matéria concluída.
	Madureza	Exame (prova escrita, oral e prática) prestado no final do curso pelos alunos aprovados em todos os exames finais.
1899	Suficiência	Exame prestado pelos alunos que não tivessem freqüentado escola de 2º grau e desejassem matricula-se no primeiro ano do curso.
	Admissão	Exame prestado pelos alunos para matricular-se em qualquer outro ano do curso.
	Promoção Sucessiva	Provas gráficas de Desenho, escrita e oral das outras cadeiras realizadas pelos alunos no conjunto das matérias do ano.
1901	Madureza	Exame prestado no final do curso com provas escritas, orais e gráficas (Desenho).
	Suficiência	Exame prestado com prova oral para habilitar o aluno a continuar o estudo da matéria.
	Finais	Provas escrita, oral e prática, prestadas pelo aluno na conclusão da cadeira.
1906	Suficiência	Exame (provas escritas e orais) prestado pelos alunos que não tivessem freqüentado qualquer escola de ensino primário e desejassem matricular-se no primeiro ano do curso.
	Admissão	Exame prestado pelos alunos para matricula-se em qualquer outro ano do curso.
	Promoções Sucessivas	Provas gráficas de Desenho, escrita e oral das outras cadeiras realizadas pelos alunos em todas as matérias do ano.
1908	Madureza	Exame prestado no final do curso com provas escritas, orais e gráficas (Desenho).
	Suficiência	Exame (provas escritas e orais) prestado pelos alunos que não tivessem freqüentado qualquer escola de ensino primário e desejassem matricular-se no primeiro ano do curso.
	Admissão	Exame prestado pelos alunos para matricula-se em qualquer outro ano do curso.
1908	Promoções Sucessivas	Provas gráficas de Desenho, escrita e oral das outras cadeiras realizadas pelos alunos no conjunto das matérias do ano.
	Madureza	Exame prestado no final do curso com provas escritas, orais e gráficas (Desenho).

FONTE: Quadro elaborado baseado nas legislações e demais fontes documentais examinadas.

Esses exames, estabelecendo um princípio de dificuldade crescente, eram amplamente divulgados na imprensa, arrolando os membros da banca examinadora, eleitos em reunião da Congregação, bem como os nomes dos alunos inscritos. Após a realização dos mesmos,

divulgava-se nova lista, agora constando a nota dos avaliados, mas sem discriminar os alunos reprovados.¹⁸⁸ Dessa forma, a comunidade externa à instituição passava a ter conhecimento do ritual avaliativo prestado internamente no Atheneu Sergipense.

Nos termos da Lei, os exames dos alunos do Atheneu Sergipense começariam um dia após o término dos trabalhos letivos (Art.54º, Cap.10º, Estatuto de 12 de janeiro de 1871). Apesar de já definida no referido Estatuto a forma dos exames de habilitação, este foi o tema da discussão da reunião da Congregação de 14 de novembro daquele ano. Vale ressaltar que, logo após a aprovação da Lei, o tema é matéria de discussão (30 de março do mesmo ano), levantando o lente Tito Augusto os seguintes pontos: a Congregação ainda não estava completa quando da aprovação do Estatuto; ele próprio não havia participado da reunião, pois estava a serviço do Governo; mandaram adotar compêndios para a sua aula sem que fosse ele ouvido; os lentes não tinham conhecimento das obrigações prescritas pelo Estatuto, uma vez que o mesmo não se achava ainda impresso. Estas são as primeiras tensões ocorridas entre os membros da Congregação, provocando a eleição de uma nova comissão para rever o Estatuto do Atheneu Sergipense, tendo em vista as ponderações feitas pelo referido professor.

Após o debate, foi eleita, por escrutínio secreto, uma comissão composta dos seguintes professores: Tito Augusto Souto de Andrade, Sancho de Barros Pimentel e Raphael Archanjo de Moura Mattos.¹⁸⁹ Em 14 de novembro de 1871, a Comissão apresentou a sua proposta para os exames de habilitação:

nos exames de sciencias o examinando tirará em uma urna dous pontos sobre os quais fará uma prova escripta e outra oral, sendo-lhe concedidas duas horas para a primeira e meia hora para a segunda. Será approved com distincção o que obtiver dous D.D. no escrutínio.¹⁹⁰

Remetida a proposta aprovada pela Congregação ao Diretor de Instrução Pública para os “devidos efeitos”, definiram os professores também, nessa mesma reunião, as mesas examinadoras das diferentes matérias, e que os alunos aptos a exames deveriam fazê-los em um só dia, das 10 horas da manhã até as 3 horas da tarde, na seguinte ordem: Inglês, Filosofia, Aritmética e Geometria, Geografia, Gramática Filosófica, Pedagogia, Latim e Francês. Tais

¹⁸⁸ Muito embora tenha sido localizada no *Jornal do Aracaju* uma notícia informando os nomes dos estudantes que perderam o ano letivo em 1871: Inglês (4 alunos), Filosofia (2), Gramática Filosófica (5), Geografia (1), Aritmética (9), Pedagogia (1), Latim (4), Francês (4) (*Jornal do Aracaju*, 14 de novembro de 1871).

¹⁸⁹ Muitas das votações realizadas pela Congregação do Atheneu Sergipense se processavam por escrutínio secreto.

¹⁹⁰ O examinando que obtivesse na votação dois DD (distinção), seria aprovado com Distinção.

procedimentos podem ser caracterizados como rituais da prática de avaliação, algo importante e definidor de um dos principais elementos dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.

Avaliando os alunos por meio da prova escrita, feita às portas fechadas, e da prova oral pública, os exames finais de 1897 aplicavam provas práticas de Química e Física, História Natural e Geografia. Organizavam as mesas examinadoras os pontos, de modo que abrangessem variados aspectos das diferentes disciplinas:

A prova escrita de sciencias versará sobre questões compreendidas no programma de estudos; a de língua portugueza constará de uma redacção, fornecidos os elementos deste exercicio pela commissão examinadora e de analyse lexicologica e logica de um trecho classico; a de língua latina e grega constará de traducção de um trecho tirado á sorte nunca menos de 20 linhas; finalmente a de línguas franceza, inglesa e allemã constará de duas partes: versarão de um pequeno trecho sorteado de prosa portugueza corrente e facil e traducção de um trecho poetico francez, inglez ou allemão, tirado a sorte e nunca menos de 15 linhas (Art. 122, Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

O tempo de duração das provas variava segundo o tipo. Para as provas escritas, o tempo máximo era de duas horas, e para cada exame oral, em ciências, meia hora, e em línguas vinte minutos. Para as provas práticas de Química e Física, estabelecia-se um prazo de 15 minutos ao tempo em que as de Geografia poderiam ser feitas em até uma hora.

Logo após a realização dos exames finais do Atheneu Sergipense, prestariam os alunos os exames de Preparatórios. Estes,

foram instituídos no século XIX para serem prestados pelos candidatos aos estudos superiores, numa época em que não havia curso secundário com modelo definido em número de séries, plano de estudos, sistemas de aulas e exames para todos os estabelecimentos provinciais e particulares (Gasparello, 2002, p.17).

O acesso aos cursos superiores se fazia prestando os candidatos os “Exames Preparatórios”, que tinham como finalidade preparar os jovens para o ingresso nas academias. As Faculdades de Medicina também exigiam os Preparatórios, que em 1854 eram de Álgebra, até equações do primeiro grau, Aritmética, Geometria, Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, História e Geografia. O exame de Português só passou a ser exigido a partir de 1869, vigorando a partir de 1871. Para o curso de Direito exigia-se: Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional, Aritmética e Geometria, História e Geografia e Retórica e em 1882 o exame de Álgebra passou a ser outra exigência. Entraram para os exames de Medicina em 1887, as cadeiras de Alemão e de Ciências Naturais. Com a República, aumentou o número

de matérias exigidas nos exames de Preparatórios, passando a ser as seguintes: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Geografia, História Geral, História e Cosmografia do Brasil, Física e Química, História Natural e Higiene, Filosofia e Retórica. A aprovação em Português, no ano de 1891, voltou a ser, como em 1886, condição indispensável para que o candidato se inscrevesse em outras matérias dos exames de Preparatórios. Para ingressar na Escola Militar, segundo o Decreto de 1874, exigiam-se as seguintes disciplinas: Gramática Portuguesa, Língua Francesa, Língua Inglesa, História e Geografia, especialmente do Brasil, Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria, Trigonometria Plana, Desenho Linear e Geometria Prática, Administração de Companhia e de Corpos (cf. Haidar, 1972).

Os primeiros Exames Gerais de Preparatórios realizados em Sergipe datam de novembro de 1873 e contaram com a superintendência de Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, nomeado Delegado Especial da Instrução da Corte em Sergipe. 98 alunos prestaram os referidos exames, sendo aprovados 91 candidatos. Em 1892, 45 alunos estavam inscritos nas diversas disciplinas do Atheneu Sergipense, ao tempo em que 78 candidatos prestaram os exames parcelados de Preparatórios, com 68 aprovações (cf. Nunes, 1984b, ps. 48 e 187).

Os Exames Gerais de Preparatórios realizavam-se também nos cursos anexos às Faculdades. Naquelas unidades que não possuíam Faculdades, estes eram feitos de dezembro a janeiro. Segundo Nunes (1984b), repercutiu negativamente esse ato nas Províncias que começavam a organizar o curso de Humanidades seriado. “Os preparatórios, permitindo acesso às Faculdades no menor prazo possível, interessavam à classe dominante” (Nunes, 1984b, p.187), sendo, portanto um inimigo legal do curso seriado.

Os estudos parcelados por matéria definiram, ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX, a formação do aluno de forma restrita e fragmentada, visto que estes interessavam-se por cursar apenas aquelas matérias necessárias ao ingresso nos cursos superiores, abalando, dessa feita, os estudos seriados do curso de Humanidades, tal como foi idealizado por Manuel Luiz para o Atheneu Sergipense.¹⁹¹ Em Sergipe, os Exames Gerais de Preparatórios foram realizados em 1883 nas seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Latim, Geografia (Geografia Geral, Corografia do Brasil, Cosmografia), História (Antiga, Média, Moderna, Contemporânea, do Brasil), Filosofia (Psicologia, Lógica, Moral e Teodiceia), Aritmética, Álgebra, Geometria (Plana e no Espaço) e Retórica e Poética. Os Preparatórios são apontados como causadores da desmoralização do ensino, desde o Império.

¹⁹¹ O Atheneu Sergipense não era só local de realização dos exames, mas disponibilizava também seus docentes como examinadores.

Antes de cair o Império já o ensino secundário estava plenamente desmoralizado; as portas das academias se abriam a uma mocidade sem preparo e, por isso mesmo, incapaz de maior desenvolvimento nos cursos a que se destinavam.

O sistema de exames preparatórios, prestados separadamente perante bancas que, às mais das vezes, primavam pela escandalosa benevolência com que procediam no dia das provas, tinha atingido o último grau de desmoralização e de escândalo; províncias houve, como *Sergipe* e Rio Grande do Norte, onde necessário foi suspender os exames, tais as irregularidades apontadas, por todos os modos, ao governo imperial (Parecer, 1907, p.56, apud Gasparello, 2002, p.72, grifo meu).

Em julho de 1882, “factos menos confessáveis” ocorreram nos Exames Gerais de Preparatórios em Sergipe, pelos quais não foram responsáveis, segundo avaliação do professor Raphael Archanjo de Moura Mattos em reunião da Congregação, os “poucos lentes publicos que então funcionaram como examinadores”, provocando a suspensão dos mesmos na Província de Sergipe. Na mesma reunião, o professor Moura Mattos requereu que fosse consignado um voto de louvor ao Vice Presidente José de Calazans Barbosa de Franca, por ter concorrido para que fossem restabelecidos os exames de Preparatórios em Sergipe (Ata da Congregação, 1º de setembro de 1883).¹⁹²

As crônicas de Campos (1969) sobre os anos de 1890 relembram a desmoralização que o ensino secundário de Sergipe sofreu. Era o tempo dos “Cubanos”. Aracaju, invadida periodicamente por estudantes de outros Estados que vinham prestar os exames de Preparatórios, “carregados de cartas de recomendações”. Os da terra, lembra Campos, estudavam quando era possível no Atheneu Sergipense, ou com professores particulares, e os exames eram feitos de acordo com os regulamentos, porém ninguém era reprovado. Conta o autor o caso do Bacharel Antonio Teixeira Fontes, chefe de Polícia interino durante anos, que obrigou ao secretário do Atheneu Sergipense, Alexandrino Santiago, a raspar do livro dos exames o conceito dado a um de seus “protegidos”, que havia sido “aprovado simplesmente”, para torná-lo “aprovado plenamente”, porque considerava “desaforo um protegido do chefe de Polícia com tão baixa nota” (Campos, 1969, p.115).¹⁹³

Mesmo com tais incidentes, houve preocupação do Governo em organizar os Exames Gerais de Preparatórios no início da República, de modo a “offerecer aos examinadores base melhor de justa apreciação e aos examinandos mais amplos meios de exhibirem sua

¹⁹² Problemas ocorreram também nos Exames Gerais de Preparatórios do Liceu Alagoano, sendo estes suspensos em 1886 (cf. Duarte 1961).

¹⁹³ Os Exames Gerais de Preparatórios foram extintos pela Reforma Francisco Campos, em 1931. Não foi possível localizar documentos de exames de Preparatórios no Atheneu Sergipense, no período da pesquisa. Encontrou-se registros de inscrições de alunos nos exames de Álgebra e da Língua Inglesa, no período de 1874 a 1898, mas sem especificar o tipo de exame prestado.

habilitação”, regulando nos diferentes Estados disposições relativas aos exames realizados na capital Federal (*Correio de Sergipe*, 26 de outubro de 1890).

Para se ter idéia de um dos instrumentos de controle, exhibe-se aqui uma das atas dos exames, embora posterior ao período da pesquisa.

FIGURA 8 – ATA DOS EXAMES DE PREPARATÓRIOS DO ATHENEU PEDRO II, 1926

Col. B. de

Acta dos exames de preparatórios de *Química*
dos candidatos *es. paulista* ao
Atheneu Pedro II.

Nos *22* dias do mês de *Junho* de 192*6*, presente a junta examinadora
composta de presidente, e de

procedeu-se á apuração das notas obtidas nas provas dos exames de preparatórios
de *Química* pelos candidatos *es. paulista* deste estabelecimento abaixo men-
cionados, nos termos dos decretos n.ºs 11.530 de 18 de Março de 1915 e 11.895, de 14 de Janeiro de 1916,
verificando-se o seguinte resultado:

	APPROVADO	GRÃO
<p><i>1 João Francisco Soares, filho de José Luiz Soares, de 14 annos de idade, de Sergipe (Simples) II</i></p> <p><i>For representado por o Sr. João de Oliveira na sua hab. E para emular, eu Eduardo José, Secretário Atheneu Pedro II, tenho a honra de esta que se en- quada pelo Sr. Augusto de Caf. e pelo Sr. Augusto do Departamento de Ensino, em um comissão com o Sr. Sr. Celso de O. de M. de Preparatório. Sr. Francisco José Soares, Delegado do Departamento de Ensino em inspeção no Atheneu Pedro II.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>H</i></p>		

Suficiência é um dos modelos de exame de 1897, que o aluno prestava por meio de prova oral, no final do ano letivo, para continuar o estudo da matéria no ano seguinte. Já em

1899, essa mesma denominação designa o exame escrito e oral prestado pelo aluno que, não tendo freqüentado escola de 2º grau, desejasse matricular-se no primeiro ano do curso do Atheneu Sergipense. Constavam as provas orais de

leitura de um trecho de extensão regular de portuguez também contemporaneo, prosa ou verso; do estudo summario da interpretação respectiva; de noções de grammatica portugueza e de arguição sobre Arithmetica pratica nos referidos limites; systema metrico decimal, morphologia geometrica, noções de geographia e de historia do Brazil. Nas provas escriptas os examinandos deverão exhibir regular calligraphia (Art.11, Decreto 351, 1899).

Relembra Campos dos seus exames realizados no Atheneu Sergipense.

Deram à minha turma para analisar em prova escrita a seguinte quadra, cujo autor desconheço ainda hoje:

Façamos nectar divino
Destas gotas de amargar
De cada gemido um hino
De cada espinho uma flor.

Na prova oral, o professor Bricio relendo o que escrevi perguntou-me por que dividi a quadra em três orações gramaticais, enquanto outros a dividiram em duas. Dei minhas razões e fui aprovado plenamente (Campos, 1970, p.61).

As provas escritas versavam sobre “um dictado de trinta linhas impressas de portuguez contemporaneo; sobre Arithmetica pratica limitada ás operações e transformações relativas aos numeros inteiros e ás fracções ordinarias e decimais.” Os exames de Promoção Sucessiva constavam de provas escritas nas matérias em que deveriam os alunos continuar no ano seguinte do curso, e eram realizados perante comissão examinadora formada por lentes de cada ano, de acordo com os programas e métodos adotados no ensino (cf. Decreto 543, de 9 de outubro de 1906).

Os exames de madureza, “concebidos como antítese dos exames de preparatórios” (Andrade, 1999, p.64), passaram a ser realizados no Atheneu Sergipense com o Decreto 231, de 9 de julho de 1897, e destinavam-se aos alunos aprovados em todos os exames finais que, ao final do curso, punham à prova “a cultura intellectual indispensavel”, dando-lhes o direito, se aprovados, a

matricula em qualquer dos cursos superiores de caráter federal na Republica, quando nos termos do art. 430 do dec. N. 1232F de 2 de Janeiro de 1891, o Atheneu Sergipense for por decreto do Governo da União equiparado ao Gymnasio Nacional. Para consecução desse legitimo *desideratum* empregará o Governo do Estado todos os esforços (Art. 132, Decreto 231, de 9 de julho de 1897).

O programa para esse tipo de exame devia ser organizado minuciosamente pela Congregação do Atheneu Sergipense, com uma comissão formada de quatro lentes da instituição, dois professores particulares e do diretor como presidente. Realizar-se-ia o exame de madureza por meio de provas escritas de Línguas e Matemática Elementar, prova gráfica de Desenho e prova oral das Línguas Vivas e Mortas, Matemática e Astronomia, Física, Química, História Natural, Geografia, História e Lógica (Decreto 351, 9 de junho de 1899).¹⁹⁴

Duas poderiam ser as exigências para matrícula nos cursos superiores: a aprovação no exame de madureza e o título de Bacharel em Ciências e Letras. O exame de madureza do Atheneu Sergipense de 1906 realizou-se por meio de provas escritas e orais de Línguas Vivas e Mortas, Matemática e Astronomia, prova gráfica de Desenho e prova oral das cadeiras de Física, Química, História Natural, Geografia, História e Lógica. Para a prova escrita de línguas, o examinado recebia uma folha de papel em branco, devidamente rubricada pela banca examinadora e anexada à prova, que servia de instrumento pelo qual o aluno solicitava à mesa subsídios de que carecesse, quando da falta do dicionário. “Assim, cada juiz verificará se o examinado desconhece apenas vocábulos de uso menos freqüente ou se ignora palavras de emprego corrente” (Art.41, Decreto 543, de 9 de outubro de 1906). Um simples instrumento que para o aluno poderia parecer facilitador ou colaborador servia à mesa como mais um instrumento para avaliar os conhecimentos dos alunos.

Além da banca examinadora dos exames de madureza (1908) havia o olho vigilante de um delegado do Governo Federal, que tinha o direito de vetar e suspender o processo avaliativo da comissão, desde que verificasse irregularidades substanciais, não só na execução das provas, como também na forma de julgá-las. Podia ainda intervir nos exames, argüindo os alunos. Recorda Amado (1999) dos seus exames de Português, Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia, Inglês, Física e Química e História Natural feitos no Atheneu Sergipense.

No exame de português, era examinador o velho Bricio, pai de Graco Cardoso. Sorriu para mim, como um bom avô, e disse: “A você não se precisa fazer pergunta. Leia isto e analise gramatical e logicamente”. Era uma oitava de Camões. Fiz o que pedia. Deu-me outra:

*“De Formião filósofo elegante
Vereis como Anibál escarnecia...”*

Ao acentuar a terceira sílaba no nome do cartaginês, o professor que estava ao lado, o de geografia, mexeu-se, coçou-se. “Como? Leia de novo!” soprou. Repeti acentuando “bál...”

“Vereis como Anibál escarnecia...”

¹⁹⁴ O exame de madureza, “talvez o ponto mais interessante da reforma de Benjamim Constant, pois tirava ao ensino secundário o aspecto de mera via de acesso aos cursos superiores, foi o mais combatido, e a execução protelada. Só há notícias de sua realização em 1899” (Nunes, 1999, p.83).

O espanto do geógrafo aumentou. Virou-se para o velho Bricio. Este sorriu e disse: “Ele sabe...Está certo. Trata-se de liberdade poética, aí...tem que acentuar a sílaba”. Encontrando-me no corredor depois do exame, perguntou-me: “Você já está fazendo versos e estudou metrificação?” “Não senhor!” “Por que acentuou então a palavra no lugar direito?” “Porque de outro modo não saía, não queria sair...”, foi o que pude responder. O velho passou a mão na minha cabeça. Dias depois, em casa de meu padrinho, disse que eu faria versos com certeza. “Tem ouvido...” (Amado, 1999, p. 169, grifos do autor).

Controlavam-se ainda os alunos do Atheneu Sergipense pela freqüência obrigatória às aulas, computando-lhes faltas pelo não comparecimento. Conforme o número de faltas, penas eram aplicadas. A freqüência aparece relacionada com o elemento tempo, como instrumento disciplinador. A Figura 9 apresenta um modelo de caderneta de notas previsto para a Escola Normal e Atheneu Sergipense.

FIGURA 9 – CADERNETA DE NOTAS PARA A ESCOLA NORMAL E ATHENEU SERGIPENSE, 1912

ANNEXON. 5

CADERNETA de notas para a Escola Normal e o Atheneu

Instruções

1º Escrever em linhas alternadas para dar logar ás observações.

2º REGRAS

a) Para tirar a *frequencia media*, divide-se a somma dos comparecimentos pelo numero de duas lectivas de cada mez.

b) O numero de comparecimento obtém-se, multiplicando o numero de alumnos matriculados pelo de dias lectivos e subtrae-se do producto o numero das faltas.

c) Para tirar a *media do aproveitamento* de cada alumno, em cada mez, somam-se todos os algarismos que as representam e divide-se a somma por oito (que é o numero das notas : 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. Quando o alumno não tiver numero de notas que se possa dividir por 8. declarar na observação : *«nada aproveitou»*).

d) As *faltas* são marcadas, cada dia, com o algarismo 1, ou um simples traço. Basta somal-as para ter o numero mensal.

e) A *percentagem da frequencia* obtem-se multiplicando o numero que representa a *frequencia media* por 100 e divide-se o producto pelo numero de alumnos matriculados.

CADERNETA DE NOTAS DA AULA DE (DA ESCOLA NORMAL OU DO ATHENEU)

DURANTE O MEZ DE LENTE (OU PROFESSOR) :

N. da ordem N. da matricula	NOMES	FALTAS	Summa das faltas	COMPORTAMENTO	APROVEITAMENTO	Media do aproveitamento Dias lectivos	ASSUMPTOS DAS LICÇÕES DE CADA DIA

FONTE: Decreto 571, de 19 de outubro de 1912.

Nesse modelo de caderneta, anexo ao Decreto 571, de 1912, são fornecidas instruções e regras para o professor preenchê-la corretamente. Há também campo destinado a anotações dos assuntos das lições ministradas pelo professor a cada dia.

A documentação exigida para a matrícula, os exames prestados, e a obrigatoriedade de frequência são dispositivos de controle exercidos como julgamento dos alunos, podendo ser compreendidos como elementos dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense e, portanto, formadores da intelectualidade sergipana.

4.2. O professor

Um outro sujeito pertencente à rede de julgamento é o professor, elemento chave para avaliar os alunos, mas também a ser avaliado. Aqui se volta o olhar para identificar o corpo docente em suas diferentes categorias, os saberes deles exigidos e a forma de seu ingresso no Atheneu Sergipense. Na época, ser professor do Atheneu Sergipense era uma honra, um privilégio.

Não posso calar o sentimento de viva saudade que soffri, ao visitar hoje o novo e nobre edificio em que funciona o Atheneu Pedro II.

Fui parte integrante deste Estabelecimento de ensino secundario, como lente de Historia Universal e do Brasil, desde 14 de fevereiro de 1911 até 15 de julho de 1916. Ficando fôra do exercicio desta cadeira, quiz o destino que eu fizesse, por quasi todo o Brasil, uma extensissima viagem, percorrendo varios Estados do nosso paiz, exercendo sempre, com muita lealdade e dedicação, o magisterio em varias localidades.

Afinal, carregado de desillusão e exausto de recursos, voltei ao dôce torrão natal. E hoje, nesta casa, tive o inolvidavel orgulho de abraçar muitos dos meus antigos collegas, de travar conhecimento com alguns professores mais moços e de vêr a nova geração que se empluma, cursando as aulas deste Estabelecimento, para a lucta pela existencia.

Deixo aqui consignado o meu caloroso elogio aos moldes sobre que assenta o ensino secundario em Sergipe, dispondo de um magnifico edficio, de já muito correcto material escolar e de uma pleiade de professores competentes. Assisti, com muito agrado, as aulas dos professores Leandro Diniz, Clodomir Silva e Santos Mello, recebendo uma impressão profunda dos costumes escolares da minha terra!

Livro de Visitas, 5 de setembro de 1929

Alfredo Passos Cabral.

A fala do Bacharel Alfredo Cabral realça o orgulho de ter sido professor do Atheneu Sergipense, onde também fez o curso de Humanidades. Nesse mesmo sentido recorda Cabral Machado (1999), ex-aluno do Atheneu Sergipense, que a mais alta aspiração a que um

intelectual sergipano podia desejar era ser catedrático da instituição: “No Atheneu, pontificavam nossos ‘Faroos’ (expressão de Beaudelaire), nas ciências e em humanidades” (Machado, 1999, p.135).

Os rituais, métodos, personagens, papéis, e formas de julgamento são minuciosos detalhes dos documentos legais, ao tratarem das questões que regimentavam os concursos para professores. Maioridade legal (21 anos), moralidade e capacidade profissional são condições necessárias aos candidatos ao magistério público de Sergipe, segundo o regulamento de 1870. A moralidade devia ser provada com apresentação de folhas corridas dos lugares em que residiu o candidato nos últimos três anos e atestado de virtude conferido pelo Pároco, pela Câmara Municipal e demais autoridades judiciárias ou policiais dos referidos lugares onde havia residido o candidato. Sujeitos externos ao Atheneu Sergipense avaliavam os candidatos ao corpo docente daquela casa. A capacidade profissional provava-se pelo exame de habilitação, só dispensado aos:

§1º Os Bachareis em Direito, em Mathematica, em Bellas Lettras pelo Collegio de Pedro II, os Doutores em Medicina e quaesquer outros graduados por qualquer Estabelecimento scientifico do Imperio ou estrangeiro.

§2º Os clerigos de Ordens Sacras.

§3º Os que exhibirem attestados de exames da materia sobre que se exige a prova de sufficiencia feitos nos Estabelecimentos geraes de Instrucção do Imperio (Art.84, Regulamento Orgânico da Instrução Pública, 1870).

Identificam-se alguns elementos que privilegiam sujeitos, em detrimento de outros, podendo ser considerados aqui como forma de gerenciamento administrativo, norteados as ações pedagógicas da instituição.¹⁹⁵ Esses elementos podem também estar relacionados aos quadros de profissionais existentes naquele período. Havia, no Brasil do século XIX, três tipos de cursos superiores – os militares, os seminários episcopais, e os cursos das carreiras liberais, como Direito e Medicina. Desses respectivos cursos e seminários saíam sujeitos que, ao fixarem residência em Sergipe, atuavam em suas profissões, exercendo também o magistério no Atheneu Sergipense. São exemplos: Manuel Luiz Azevedo d’Araújo, Sancho de Barros Pimentel, Gentil Tavares da Motta, Francisco Teixeira de Farias, José Moreira de Magalhães e Aristides da Silveira Fontes.

Era dever dos professores do Atheneu Sergipense cumprir o programa de ensino da sua cadeira, “o qual deverá ser limitado á doutrina exclusivamente util, san e substancial, evitando, no mais alto grao ostentação apparatusa de conhecimento”, (Art. 135, Decreto 231,

¹⁹⁵ “As Tecnologias de Estado”, conforme examina Warde (2001).

de 9 de julho de 1897), sendo-lhes negado o direito de tratar de assuntos religiosos e políticos (Decreto 351, de 9 de junho de 1899). Os professores deviam ainda incentivar, nos exercícios, “os brios patrióticos de seus alumnos, afervorando-lhes cada vez mais o seu amor á patria”.

O professorado do Atheneu Sergipense pertencia a diferentes categorias. No Estatuto de 12 de janeiro de 1871, há a categoria de professor catedrático e professor substituto em exercício. Assim, lentes e professores formaram o quadro docente da instituição. Os professores ministrariam Desenho, e as demais cadeiras seriam lidas pelos lentes.¹⁹⁶

Os exames ou concursos para as aulas dos estudos secundários, em seu primeiro regulamento, deviam obedecer às seguintes determinações:

§1º O exame de Latim ou de qualquer língua será por escripto e oral.

A prova escripta constará:

1º Da versão para Portuguez

2º Da composição na língua de que se trata de um trecho de Portuguez dictado ao examinando.

A prova oral versará:

1º Sobre leitura e traducção

2º Sobre grammatica da lingua

3º Quanto ao Latim, sobre a medição de versos.

§2º O exame de Historia e Geographia consistirá no desenvolvimento escripto e na exposição oral de alguns dos mais importantes periodos historicos, sendo o pretendente interrogado também sobre os factos que tenham relação com os mesmos períodos, sobre a posição geographica do paiz ou paizes de que se tratar, e, em geral, sobre quaesquer pontos da Geographia terrestre, astronomia e chronologia.

§3º No de Grammatica Philosophica exigir-se-ha uma dissertação sobre algumas das questões importantes da sciencia, e oralmente se fará o candidato analysar qualquer pedaço de algum clássico, dirigindo-se-lhe questões ou perguntas sobre a matéria.

§4º No de Arithmetica e Geometria se exigirá prova escripta da solução ou demonstração de algum problema ou theorema, e oral sobre qualquer parte da mesma sciencia, como da Arithmetica.

¹⁹⁶ Em 1921, os professores de Desenho e Ginástica podiam participar das reuniões da Congregação quando os assuntos fossem referentes às suas aulas. No Decreto 721, de 31 de março de 1921, o professorado do Atheneu Sergipense estava composto de professores catedráticos, professores honorários e professores substitutos. Aparece aqui a figura do professor honorário, título conferido ao “homem de excepcional competencia eleito espontaneamente pelo voto de dous terços da totalidade da Congregação, podendo a investidura cair a nacionais e estrangeiros” (Art.157). Em 6 de julho de 1929, recebeu o título de professor honorário “a figura impolluta e sabia de Laudelino de Oliveira Freire, um dos filhos de Sergipe que mais o têm honrado moral e intellectualmente”, antigo aluno do Atheneu Sergipense. A proposta foi lançada pelo professor Franco Freire e aprovada por aclamação. Outra categoria de professor aparece no Decreto 912, de 12 de dezembro de 1925: a figura do “docente livre”, escolhido por concurso e nomeado por Portaria do diretor da instituição pelo prazo de dez anos, com possibilidade de renovação. É possível compreender, a partir das Leis referentes ao Atheneu Sergipense, as categorias de professores que compuseram o corpo docente da instituição, bem como a partir de outros tipos de documentação, verificar sua forma de ingresso e as exigências requeridas. Estavam dispensados dos concursos, pelo voto de dois terços da Congregação, o autor de “obra verdadeiramente notavel sobre o assunto da materia em questão” (Art.159, Decreto 633, de 17 de junho de 1916).

§5º No de Pedagogia as provas serão escriptas e oraes, e feitas sobre que quaesquer pontos das matérias contidas nos arts. 9º e 14º assim como sobre methodos de ensino.

§6º No de Philosophia Racional e Moral, assim como Rhetorica e Poética, a prova escripta e oral será feita sobre quaesquer pontos ou questões d'essas sciencias, procedendo-se além d'isto, á analyse de classicos verbalmente, quando se tratar da segunda (Art. 99, Regulamento Orgânico de 1870).¹⁹⁷

É possível destacar das legislações analisadas um movimento rumo à constituição de mecanismos de exigência para o ingresso no magistério do Atheneu Sergipense. Tais formas de ingresso podem ser melhor entendidas confrontando-as com a prática dos concursos. No Livro das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, identificou-se onze concursos, com suas respectivas listas de pontos, dando indícios dos conhecimentos exigidos para ingresso no magistério, nas seguintes cadeiras:¹⁹⁸ Inglês (5 de junho de 1877); Latim (9 de junho de 1886); Francês (9 de junho de 1886); Corografia e História do Brasil (4 de julho de 1890); a de Pedagogia (12 de maio de 1893, 12 de maio de 1894 e 27 de novembro de 1894); Ciências Físicas e Naturais (3 de fevereiro de 1897); Francês (17 de março de 1909); História Geral e Especial do Brasil (9 de maio de 1910) e finalmente Pedagogia e Metodologia (17 de novembro de 1913).

O primeiro concurso registrado no Livro das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense é o das cadeiras de Geometria e História Universal, em 27 de agosto de 1875, tendo sido aprovados, respectivamente, os candidatos Pedro Pereira de Andrade e José João de Araújo Lima.¹⁹⁹ Os concursos realizados pela Congregação do Atheneu Sergipense destinavam-se a prover não só as cadeiras vagas daquela casa, mas também, como rezava a lei, para as cadeiras públicas das vilas. Listam-se a seguir os pontos para o concurso da cadeira de Corografia e História do Brasil, realizado em 4 de julho de 1890.

Chorografia

1. Areas, posição e limites do Brazil
2. Configuração horisontal, portos, ilhas e sua natureza
3. Configuração vertical, rochas e fosseis do Brazil
4. Grandes bacias hydrograficas do Brazil

¹⁹⁷ Pedagogia era uma cadeira do curso Normal. As matérias contidas no Art. 9º referem-se às do ensino primário elementar: Instrução Moral e Religiosa; Leitura e Escrita; Noções Gerais de Gramática da Língua Nacional; Elementos de Aritmética e Geometria; Estudo do Sistema de Pesos e Medidas do Império; trabalho de agulha e outros análogos para o sexo feminino. O artigo 14 refere-se aos estudos da instrução primária superior, compreendidos, além dos anteriormente citados, de: Aritmética em suas diferentes aplicações práticas, especialmente com relações à escrituração mercantil; Elementos de Geografia e História Universal, principalmente do Brasil; leitura explicada dos Evangelhos e noções da História Sagrada; desenvolvimento da Gramática Nacional e Análise dos Clássicos.

¹⁹⁸ A lista completa dos pontos desses concursos encontra-se no Anexo III.

¹⁹⁹ Não há registro da lista de pontos.

5. Climatologia do Brazil; determinação de suas isothermas e distribuição das chuvas
6. Produtos minerais, florestas e agriculas; aviticutura e sericultura
7. Geographia physica , politica e economica do Estado de Sergipe
8. Imigração, colonisação e acclimatação das diversas raças no Brazil
9. Instrução publica
10. População, commercio, associações, finanças do Brazil e suas estatisticas
11. Vias de comunicação terrestre, ferrea, fluvial, maritimas e telegraphicas

Historia do Brazil

1. Christovão Colombo apportando as Lucarias e Pedro Cabral a Porto Seguro, encontraram essas duas porções da América povoadas por selvagens de caracteres physicos differentes: donde provierão esses indivíduos, como se acharão um novo Continente ao tempo das descobertas e quaes as raças que pertenciam.
2. Foram racionais as medidas empregadas por D. João III para colonisar o Brazil? Surtiram d'ellas o desejado effeito, a ordem, o progresso, a segurança, a prosperidade da colonia ou a embaraçaram exigindo prompto remedio?
3. Que acção directa ou indirecta exerce a Companhia de Jesus nos negocios internos e externos da colonia portugueza e os meios de que se serviram os Jesuitas para tornarem-se uma potencia na terra conquistada aos primitivos habitantes?
4. As primeiras tentativas de mineração que influencia exerceram na sorte da lavoura colonial, sob o ponto de vista ethico e scientifico? O velho Caramuru concorreu para o engrandecimento da terra descoberta? Roberio Dias será um ente imaginario? E as Minas de Prata?
5. Quais as causas que determinaram a introdução do africano na colonia portuguesa? Como instituiu-se nella a escravidão? Quaes os malles ella acarretou á Patria? Donde partiram as primeiras ideas de redempção, quem as propagou no tempo do imperio e que attitude tomaram no ultimo decennio?
6. Os patriotas de 1822 proclamando a independencia do Brazil e entregando a coroa imperial a D. Pedro I procederam corretamente, ou serviram de cegos instrumentos a ambição do filho de D. João VI? Que juizo se pode formar do grito do Ipyranga? O principe estrangeiro, que fundou o imperio, era sincero em relação aos negocios da corte portugueza e especialmente aos do Brazil?
7. Que juizo formar dos liberais de 1831, promotores da revolução de 7 de abril, provocando a abdicação e estabelecendo a regencia provisoria no imperio? Este acto impolitico concorreria para o atraso da patria brasileira, oppondo-se ás tendencias do espirito americano?
8. Qual a politica adotada por Pedro II desde 1840 á 1889. O seu reinado terá sido um reinado constitucional ou o pacto fundamental brasileiro limitou-se a ser uma mera formula, predominando-se poder pessoal. Que papel o parlamentarismo desempenhou em meio seculo de reinado?
9. Qual estado das finanças, das letras, da industria, das artes do Brazil no segundo reinado? Que vantagens auferia a lavoura dos braços escravos? Quaes os effeitos immediatos da lei N^o 3353 de 13 maio de 1888? A Abolição teria concorrido para a resolução de 15 de novembro de 1889? Quais as relações que esta revolução tem com o passado do Brazil? (Ata da Congregação, 4 de julho de 1890).

Os conteúdos de Corografia estão listados em forma de tópicos, ao tempo em que os de História do Brasil são postos em questões. Em Corografia há o interesse pela questão física, política e econômica do Estado de Sergipe, isto em 1890.

Os rituais de realização dos concursos eram matérias bastante detalhadas na legislação, que determinava a composição das mesas examinadoras com professores do Atheneu Sergipense e presidência do Diretor da Instrução Pública, os quais organizavam as listas de pontos e as submetiam à aprovação da Congregação. As provas dos concursos constavam da defesa de uma tese de livre escolha, defesa de tese sobre assunto sorteado, prova prática nas cadeiras de Física e Química; Meteorologia, Geologia e Mineralogia; Biologia, Zoologia e Botânica, Geografia (1897), prova escrita, oral e arguição.

Embora não tenham sido localizadas as teses dos candidatos ao Atheneu Sergipense dentro do período da pesquisa, tais teses, pela análise da legislação, indicam que não eram manuais didáticos, e tinham pequena extensão, devido talvez ao curto espaço de tempo (8 dias em 1875, 15 em 1877) entre o sorteio do ponto e a apresentação.²⁰⁰

Era lícito aos professores do Atheneu Sergipense permutarem suas cadeiras, transferindo-se para as cadeiras vagas, desde que apresentassem requerimento ao Governo com o parecer favorável da Congregação. Por esse motivo, houve dificuldade em mapear o corpo docente em suas respectivas cadeiras, pois havia constantes transferências. Os professores substituíam seus colegas nas cadeiras vagas decorrentes de pedidos de licença (são muitos e repetidos os pedidos de licença de professores por motivo de saúde), ou quando se afastavam para assumir outros cargos na sociedade. No entanto, foi possível organizar o quadro do corpo docente e suas respectivas cadeiras, embora com algumas lacunas (Anexo II).

Vetava-se ao professor do Atheneu Sergipense ter curso particular da matéria que lecionava, sob pena de suspensão por trinta dias (cf. Art.232, 1870). No entanto, os docentes ocupavam outros cargos, exercendo sua profissão fora da escola. As relações desses sujeitos, ao assumirem funções diferentes em outros circuitos culturais, intervêm na instituição. São as ações da escola interferindo na vida profissional, e a vida profissional na instituição.

A história dos sujeitos ministrantes dessas aulas, sua formação, sua carreira profissional, os saberes requeridos para ser professor do Atheneu Sergipense, a seleção para ingresso são aspectos fundamentais da cultura que possibilitam a compreensão da organização dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense.²⁰¹

²⁰⁰ Observou Souza (1999), na análise das teses dos concursos do Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, que elas se constituíam em “demonstrações de maturidade intelectual que habilitassem à docência”, caracterizando-se por uma “visão mais ampla das questões e por maior capacidade especulativa” (Souza, 1999, p.44). No Atheneu Sergipense o candidato apresentava 20 exemplares de sua tese, distribuídos pelos membros da Congregação e ficando um exemplar arquivado na instituição.

²⁰¹ Nesse sentido, declara Nóvoa: “A profissionalização não é um processo que se produz de modo endógeno. Assim, a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de

4.3. O corpo administrativo

Em diferentes momentos de sua história o Atheneu Sergipense contou como seus agentes não só alunos e professores, mas também diretor, vice-diretor, secretário, escriturário-arquivista, porteiro-contínuo, inspetor de aluno, bedel, amanuense (escriturário), servente, bibliotecário e conservador de gabinete.

Pode parecer estranho trazer à luz esses sujeitos, obscurecidos alguns por suas posições, mas de fundamental relevância pelas funções desempenhadas e competências à eles atribuídas, para o devido andamento do estabelecimento. São, portanto, partícipes do movimento de organização dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, exercendo papel importante na função educativa e formadora daquela *casa de educação literária*.

Considerando o que foi até aqui posto a respeito da prática de julgamento, esses sujeitos eram avaliados para assumirem seus cargos, da mesma forma que lhes cabia também exercer a função de avaliadores. Iniciemos pelo Diretor. Ao Diretor Geral de Instrução Pública cabia, dentre outras funções, dirigir o Atheneu Sergipense²⁰². Este, para assumir o cargo, deveria ser livremente nomeado (e também demitido) pelo Presidente da Província / Estado, que o escolhia entre os professores catedráticos ou professores de reconhecida competência e dedicação às questões do ensino. Essa dupla função, de Diretor do Atheneu Sergipense e Diretor da Instrução Pública, perdurou por alguns anos.

Além de convocar e presidir as reuniões da Congregação e os concursos, era de sua competência verificar se os professores cumpriam o programa de suas cadeiras, manter o estabelecimento de forma disciplinar e aplicar aos alunos e funcionários docentes e administrativos penas disciplinares, no caso de infrações às normas estabelecidas.

Enviando circular aos professores do Atheneu Sergipense em 1901, Baltazar Góes comunicava a sua nova função de Diretor daquele estabelecimento:

Minha acceitação de tamanha incumbencia foi determinada por motivos muito sympathicos. Eu não sou sabem-no todos que me conhecem, militante nos partidos sem idea que deprimem e amesquinham nossa [?] patria que nem pode infelizmente se orgulhar com o bello titulo de Republica – ídolo santo de meus sonhos de outrora. Assentando-me na cadeira que estava occupada preenchida por um cidadão conspicuo sob todos os aspectos sociais, não me envaideço pela honra do posto que me confia o digno Presidente do Estado a quem só me prendem affectos pessoas dos mais nobres, conheço o peso que tomo aos hombros fracos, sem outra força que da bôa vontade. Preciso contar com o appoio e coadjuvação de meus collegas para

produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também criá-la” (Nóvoa, 1991, p.16).

²⁰² Uma lista com os nomes dos Diretores do Atheneu Sergipense encontra-se no Anexo I.

levamos avante a tarefa sobre todos elevada de preparar os futuros cidadãos. Sem isso deverei em bôa hora declinar do cargo com que me distinguiu o poder executivo. Esperando ser amigo de todos os membros do corpo docente, tenho já a felicidade de contar entre elles alguns dos que influíram para a formação do espirito da mocidade de que fiz parte. A sobresaliencia que faço não attingirá de nenhum modo o milindre dos meus collegas cujo auxilio peço empenhadamente para o bom exito da nossa missão commum. Assim confiando asseguro a V. S. a cordialidade dos meus sentimentos.

Saudações

O Director

Baltazar Góes (Livro de Officios do Atheneu Sergipense, 11 de maio de 1901).

Todo o movimento do Atheneu Sergipense devia ser organizado e registrado em relatórios anuais enviados ao Presidente da Província, contendo dados da instituição e medidas que julgasse acertadas para a melhoria do ensino no Atheneu Sergipense. A partir de 1899, os relatórios passaram a ser enviados ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, contendo dados sobre os seguintes itens: edificio, matrículas, exames, ensino, corpo docente, pessoal administrativo, gabinete e laboratório, além das informações básicas de identificação, como nome do estabelecimento, ano de criação, endereço, forma de ensino, se equiparado, número de salas e outras instalações. Evidencia-se aí mais um instrumento de controle do Estado, estabelecendo condutas a serem seguidas pelas Direções do Atheneu Sergipense. Essas informações deviam depois ser enviadas para a Diretoria Geral de Ensino. Em anos seguidos, algumas falas, solicitações e queixas se repetiram, demonstrando a não providência por parte do Estado.²⁰³

Se ao porteiro cabia estar presente no Atheneu Sergipense de meia hora antes da abertura até o encerramento das aulas em todos os dias letivos, competia-lhe também vedar a entrada do estabelecimento aos que tivessem sido eliminados, suspensos ou expulsos, tratando com brandura os alunos e não permitindo reuniões dos mesmos na portaria nem em frente do prédio. Cabia-lhe ainda lançar diariamente as faltas dos alunos em uma caderneta que, ao fim de cada lição, receberia a rubrica do professor e o visto do Diretor. Quando o professor não comparecesse, devia o porteiro apresentar a caderneta ao Diretor para registrar a respectiva nota (cf. Regulamento de 9 de janeiro de 1877).

Nessa rede de vigilância, havia ainda a figura do Bedel, que dava o sinal do começo das aulas com o toque de uma sineta, destacando o tempo como elemento disciplinador. Em 1899, os bedéis cumpriam a tarefa de fazer a chamada dos estudantes pelas cadernetas,

²⁰³ Solicitou Baltazar Góes em 1902 o retelhamento geral do edificio do Atheneu Sergipense, o conserto de bancos, estragados durante os exames de Preparatórios, além de uma limpeza geral no local. Ao trazer à tona essas reivindicações, buscava destacar o cuidado da Direção para que tais providências fossem realizadas no período das férias, de modo a não prejudicar o andamento das aulas durante o período letivo (Livro de Officios, 11 de fevereiro de 1902).

tomando nota dos que compareciam, função que em 1916 passou a ser da competência dos professores.

O Diretor podia avaliar o professor argüindo seus alunos, e assim verificar o desempenho de ambos, prática que Dom Pedro II exerceu ao visitar Sergipe em 1860. Os Presidentes da Província e depois Estado de Sergipe costumavam visitar o Atheneu Sergipense, assistir às aulas e argüir os alunos. Assim procedendo, avaliavam o corpo administrativo, os professores, e os alunos.

São, portanto, múltiplos os sujeitos que detinham a função de vigiar: o professor, o inspetor de alunos, o porteiro, o Diretor, o Governo e também o aluno, que denunciava algumas ações dos demais.²⁰⁴ O olhar que observa tudo e transfere as informações para postos mais altos do poder.

4.4. Prêmios e sanções: direitos e deveres para todos

Os prêmios e sanções são também importantes características da prática pedagógica codificada por meio dos Decretos e Regulamentos do Atheneu Sergipense. Para fazer jus a um ou a outro, exigia-se uma avaliação, e como tal um julgamento, que desencadeava valores extremos de: sucesso – fracasso, elogios – repreensão, nos diferentes lugares de poder da instituição.²⁰⁵

O julgamento do extremo positivo de sucesso, por meio de elogios e recompensas, estão ligados a dois elementos: prêmios e privilégios. O primeiro, entendido como um bem material recebido por méritos especiais alcançados, e o segundo considerado como uma vantagem que se concede a alguém com exclusão de outros, uma prerrogativa. As sanções são

²⁰⁴ Os alunos do Atheneu Sergipense às vezes não se comportavam pacificamente. Reagiam, queixavam-se, divulgavam sua indignação. Os “Estudantes prejudicados” publicaram no jornal da cidade, na “Secção Livre”, uma nota intitulada “Arbitrariedade”. Nela queixavam-se da ação do Diretor do Atheneu Sergipense, o senhor Dr. Candido Costa Pinto, que suspendeu por oito dias com ponto duplo “cento e tanto rapazes, completamente alheios á falta cometida”, por motivo “futil muito menos grave que innumerous outros casos que se tem alli dado”. Alegava a nota que a fechadura do portão da escola foi encontrada entupida à pedra, sendo por isso todos os alunos dos cursos castigados. “Essa theoria de pagar o justo pelo pecador é incompatível com a mocidade que se instrue, não se adapta á natureza dos mestres de amanhã, e demais, si o Director confessa que não pode syndicar do facto, e saber quem o autor, o unico que merece suspensão é elle porque não cumpriu com seus deveres” (*Diário da Manhã*, 10 de junho de 1911).

²⁰⁵ Os prêmios e as sanções aplicados aos sujeitos da instituição foram identificados na legislação, no livro das Atas da Congregação, no livro dos Offícios do Atheneu Sergipense e na imprensa local.

as penas aplicadas quando as normas vigentes são infringidas. Toda a comunidade escolar do Atheneu Sergipense esteve sujeita aos prêmios e às sanções.²⁰⁶

Os códigos de conduta, com regras, normas, deveres e direitos estão presentes em todos os aspectos das nossas vidas. Nesse sentido, “a socialização, a inserção nossa no mundo social, cultural, ela se faz por regras, ou seja, por esse limite, com esse pode / não pode que regula as relações entre as pessoas” (Macedo, s/d, p.3). A evocação das regras indica que as coisas não andam bem, pois revela uma necessidade de buscar por um argumento legal, uma regra explícita, provocando conseqüentemente a aplicação de sanções para aqueles que a infringem.²⁰⁷

Mas que veículos põem em circulação esses códigos? À medida que ocorriam as reformas de ensino no Brasil, modificações se fizeram necessárias nos Regulamentos do Atheneu Sergipense. As Leis, Estatutos e Regulamentos baixados para o Atheneu Sergipense definem e delinham, entre outras prescrições, códigos de condutas a serem seguidos pelos destinatários, os atores da comunidade escolar: diretores, funcionários, professores e alunos. Tais normas, quando respeitadas, poderiam desencadear a obtenção de prêmios, e se descumpridas, desencadeavam sanções.

No primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense, a preocupação em instituir rituais como forma de emulação e disciplina aparece em dois dos seus capítulos, determinando que os alunos com bom comportamento, aplicação, assiduidade e aproveitamento fossem premiados no final do ano letivo pela própria Congregação.²⁰⁸

Havia no Atheneu Sergipense (1897) três sortes de prêmios: menção honrosa (cartão cromado); distintivo literários (laços das cores nacionais com frisos de ouro) e medalhas de mérito (de prata), distribuídos para cada ano de curso, em seção solene do final do ano e conferidos àqueles alunos que as mereciam, não só pelas boas notas obtidas nos exames, mas também pelo seu procedimento moral. Nessa ocasião, proclamavam-se os nomes dos alunos que por seu talento, amor aos estudos e exemplar procedimento tivessem alcançado a medalha

²⁰⁶ Determinava a legislação que as penas impostas aos alunos do Atheneu Sergipense deveriam ser registradas em livro para esse fim destinado. Nas pesquisas de levantamento documental foi localizado um nomeado “Atos de Portaria”, medindo 32cm x 22cm, de 99 páginas. Abria o livro o Diretor do Atheneu Aristides da Silveira Fontes, em 17 de julho de 1916 e encerrado por José Augusto da Rocha Lima a 31 de julho de 1943. Nele foram expostos os nomes dos alunos infratores, a série matriculada, as infrações cometidas e as penas impostas. A análise do documento resultou em artigos: Alves (2002 a, b), Alves e Correia (2004) e Alves (2004a).

²⁰⁷ Em relação aos prêmios e as punições de alunos do Ginásio de São Paulo, consultar Cabral (2000).

²⁰⁸ Membros que aprovaram o Estatuto: Manuel Luiz Azevedo d’Araujo (Diretor), Raphael Archanjo de Moura e Mattos (Secretário), Ignacio de Souza Valladão, Geminiano Paes d’Azevedo, Antonio Diniz Barreto e Thomas Diogo Leopoldo. Faltaram à essa reunião: Tito Augusto Souto de Andrade, Sancho de Barros Pimentel e Justiniano de Mello e Silva.

de mérito. Havia ainda um outro prêmio: a colocação do retrato do aluno na sala da Congregação, algo conferido por determinação do Governo e sob a proposta unânime da Congregação ao aluno aprovado com distinção em todas as matérias dos exames (cf. Decreto 351, de 9 de junho de 1899).

Há no Decreto 543, de 9 de outubro de 1906, inovações quanto a aspectos não rezados nas demais legislações. É o poder que se exprime no espaço da legislação, nos Estatutos e Decretos como pólo prescritivo. Para Chartier (2000), os destinatários das prescrições são atores da comunidade escolar, e possivelmente alguns elementos prescritos não são postos, supondo que os sujeitos do grupo conhecem as prescrições. As práticas de poder estabelecidas nas sociedades modernas pressionam todas as instituições pelo uso de meios coercitivos, diretos ou indiretos, que recaem sobre aqueles que vão de encontro às normas estabelecidas.

Nos prelúdios dos estudos secundários em Sergipe, há vestígios do desejo de estabelecer prêmios aos estudantes. A Congregação do Lyceu de São Cristóvão, em relatório enviado à Assembléia Provincial em 16 de abril de 1850, declarava achar interessante que se estabelecessem prêmios ou sinais de distinção, tais como medalhas, para os estudantes que mais aproveitassem o curso. Essas premiações, segundo a Congregação, seriam válidas nos casos de concursos ou candidatura a empregos, sendo preferidos aqueles que apresentassem atestado de terem sido os primeiros, ou melhores alunos do Liceu. Propunha a Congregação que fossem realizadas provas, pois uma turma podia ser tão fraca que o primeiro aluno não merecesse a recompensa. Sugeriu ainda a direção daquele Liceu a compra de livros para serem distribuídos no final do ano letivo aos estudantes assíduos e talentosos, “por que d’este modo se desenvolveria a emulação que é como sabe esta Assembleia, a mais poderosa alavanca para o progresso da instrução da mocidade” (Relatório da Direção do Liceu Sergipense, 11 de novembro de 1850).

Os prêmios determinados nos discursos normativos são, segundo o critério de análise desta pesquisa, tipificados como bens materiais, morais, financeiros e de avaliação. Os bens do primeiro tipo eram “obras litterarias importantes” (§1º Art. 50º, Cap. 9º, Estatuto de 12 de janeiro de 1871).²⁰⁹

²⁰⁹ Embora os prêmios aqui analisados estejam relacionados ao ensino secundário, Souza (1998) identificou elementos equivalentes nas escolas primárias de São Paulo. Aponta a autora para o caso da Câmara Municipal de Sorocaba, que em 1894 abriu crédito para a aquisição de livros para serem entregues como prêmios aos alunos. Fato semelhante ocorreu também na Câmara Municipal de Iguape, em 1899 que além de abrir as salas do prédio para a realização dos exames finais, oferecia livros como prêmios (cf. Souza, 1998). Nas escolas da Espanha de 1847 foram identificados como material escolar bilhetes de prêmios, os quais eram entregues aos alunos, com a finalidade de incentivar a aplicação escolar. Eram prêmios diferenciados conforme o sexo (cf. Costa Rico, 1997).

Os bens do tipo moral eram aqueles com os quais os alunos, por bom procedimento, aplicação, assiduidade e aproveitamento teriam direito a recomendações especificadas nos títulos obtidos do Atheneu Sergipense, tais como

logares de honra de que haverá até três em cada aula [...] inscrição do nome em livro honorífico [...] os alumnos que obtiverem a terceira recompensa terão nas respectivas aulas logares especiais[...] logar no banco de honra, sendo seus nomes inscriptos em quadro especial (Arts 48 e 50, Cap VII, Decreto 633, de 17 de junho de 1916).²¹⁰

Uma outra forma de premiar os alunos do Atheneu Sergipense era a que concedia isenção do pagamento das taxas de matrículas e de freqüência, no ano seguinte, aos alunos premiados do ano anterior. Perderia esse direito o aluno com mau comportamento. Os órfãos desvalidos também podiam ser contemplados com esse prêmio financeiro. As condições para a concessão do benefício deveriam ser comprovadas por meio de certidão ou atestado emitido por “pessoas idoneas a juízo do diretor”, não podendo tal concessão ser admitida a mais de dois irmãos.

Os últimos elementos premiaes concedidos aos alunos do Atheneu Sergipense eram os bens de avaliação: notas e distinção nos exames anuais, boas notas nas cadernetas e médias bimensais melhoradas a juízo do professor, desde que o aluno houvesse obtido lugar no banco de honra, ou que revelasse exemplar comportamento, aplicação e assiduidade. Tais julgamentos, realizados pelos professores e com a aprovação da Congregação, pautavam-se nas avaliações diárias. As notas obtidas nas lições e provas variaram, no período estudado, e tiveram o seguinte formato: aprovação com distinção, aprovado plenamente, aprovado simplesmente, até os registros por meio de algarismos: 10 – nota ótima; 6, 7, 8 e 9 – notas boas; 4 e 5 – notas sofríveis; 1, 2 e 3 – notas más; 0 – nota péssima.

São os prêmios bens que diferenciam os alunos uns em relação aos outros, distinguindo-os em lugares especiais, dando-lhes um grau hierárquico de superioridade, promovendo-os pelas competências, aptidões e necessidades financeiras. O efeito psicológico da emulação à disciplina e aos estudos poderia desencadear o desânimo em alguns, os quais, por não conseguirem alcançar tal grau classificatório, esmoreciam nos estudos. Os prêmios podem ser considerados como nutrientes do processo formador do Atheneu Sergipense.

O primeiro registro identificado de sanções data do período do Liceu de São Cristóvão (1848). O estudante Antônio Rodrigues da Fraga foi considerado autor de um pasquim contra

²¹⁰ A “terceira recompensa” refere-se à letra c do art.48 do Decreto 633: “inscrição do nome em livro honorífico”.

os professores. A identificação ocorreu após minucioso exame feito pela Congregação a um dos números manuscritos do pasquim, a fim de elucidar o caso. O diagnóstico foi dado atentando-se às semelhanças das letras e de ortografia com que foram escritos. Em 1848, esteve o aluno matriculado em Geometria, com qualificação de aproveitamento “pouco” e procedimento “bom”. Em 1849, matriculou-se na cadeira de Filosofia, com avaliação de aproveitamento “pouco” e procedimento “bom”, mas perdeu o ano. Segundo a direção, o aluno violou a disposição legal, sendo identificado como autor do pasquim contra os professores, o que ocasionou a perda do ano letivo.²¹¹

No primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense (1871), as sanções estavam prescritas em três artigos, chegando um deles a determinar a detenção do aluno em um compartimento que o Atheneu devia ter para esse fim. Os alunos sofriam punições também no caso de falta de respeito aos professores, quer dentro do estabelecimento, quer na rua. Caso o discente tivesse quarenta faltas não justificadas, perderia o curso, não podendo fazer os exames.

“Segundo os principios da moderna educação” (Art.193, Decreto 231, de 9 de julho de 1897), as penas deveriam ser empregadas “com muita parcimonia e cuidado, evitando sempre todo castigo deprimente da dignidade humana”. Receando ceifar o futuro de alguns jovens, o Diretor do Atheneu Sergipense Baltazar Góes solicitou ao Presidente do Estado Josino Menezes a revisão do artigo 232 do Decreto 501, de 5 de agosto de 1901, que mandava excluir definitivamente o aluno do Atheneu caso infringisse ordens estabelecidas:

Para mim é essencial a boa compostura, o respeito, e a obediência dos moços perante seus mestres e educadores, e por isso que haja um código bem arrazoado de penas, como de recompensas, para os que se desviarem do caminho do dever ou marcharem rectamente por elle. No entanto, continua a argumentar Baltazar Góes, se o próprio bem que deve ser o mais possível alargado, é preciso que tenha limites, para ser útil. O mal (o castigo), algumas vezes útil, não deve espriar-se indefinitivamente (Livro de Offícios, 3 de março de 1904).

Posicionava-se o Diretor Baltazar Goes contra a pena “perpétua” de exclusão do aluno das aulas, sugerindo o limite de até um ano, tendo em vista que para alguns seria impossível completar o curso de Preparatórios em outros Estados, ficando de “futuro cortado muitos moços de talento que por um desvio momentâneo de boa educação foram condenados á obscuridade, privando por ventura a pátria do concurso de suas atividades delles”. Olhava Baltazar Góes para a ordem, a boa educação, mas também para o futuro dos alunos, nutrindo a

²¹¹ Não foi localizado o referido pasquim.

formação da alma do Atheneu Sergipense, ainda que não se esquivasse de punir alunos mal comportados.²¹²

As ordens e os meios disciplinares eram exigências para uma boa educação dos alunos da instituição, preocupação demonstrada nos Decretos que regiam a frequência, o regime institucional, a disciplina e as penalidades. Eram normas de conduta detalhadas em artigos e parágrafos, discriminando para cada falta cometida a sanção a ser aplicada, modelos exigidos pela sociedade da época. Nesse sentido, declara Sacristán que as normas de comportamento escolar não são geradas “como algo autônomo, ainda que a escola elabore seus próprios ritos, mas têm relação com valores sociais e com formas de entender o papel dos indivíduos nos processos sociais” (Sacristán, 2000, p.132).

Geminiano Paes d’Azevedo, lente da cadeira de Gramática e Tradução da Língua Francesa, queixou-se aos seus pares sobre o mau comportamento do aluno Jason Valladão (cf. Ata da Congregação, 4 de setembro de 1874). Apesar das advertências que o professor fizera ao aluno, este continuava a proceder como não deve um aluno “durante as funções das respectivas aulas”, excedendo-se no irregular procedimento, “bailando com os pés sobre o pavimento” e perturbando assim a continuação da aula de Francês. Como exemplo para os demais alunos, o professor Geminiano solicita providências à Congregação, questionando se, além “da pena de detenção por três horas” que sofrera o aluno, a este deveria ser aplicada outra sanção. Sendo a resposta afirmativa, designaram que a pena fosse publicada na imprensa local. Divulgava-se desta feita a aplicação de sanções nos meios de comunicação, objetivando informar a sociedade de que as formas de conduta pré-estabelecidas na palavra da Lei deveriam ser atendidas, cabendo, caso contrário, a aplicação de penas. Tornava-se público mais uma vez as ações internas do Atheneu Sergipense.

Outros incidentes relacionados às sanções foram matérias de debate nas Reuniões da Congregação. Ananias Azevedo queixava-se de haver seu irmão, aluno do Atheneu, sofrido “um golpe em um dedo” dado pelo colega Augusto de Magalhães Carneiro. O ofensor, na mesma reunião, solicitava por petição que o mesmo fosse eliminado da matrícula das aulas, por não poder continuar a frequentá-las. A Congregação, considerando que o ferimento havia sido feito por casualidade, tendo o aluno Carneiro pedido a eliminação da matrícula, julgou que a queixa estava prejudicada (Ata da Congregação, 29 de abril de 1875).

Outro caso muito debatido ocorreu em 31 de agosto de 1893, quando a Congregação determinou suspender as aulas do Atheneu Sergipense por oito dias, a fim de proceder a uma

²¹² Registraram-se no Livro de Ofícios várias punições impostas por Baltazar Góes a alunos do Atheneu Sergipense, determinando exclusão das aulas pelo espaço de seis meses e até de um ano.

sindicância mais completa para descobrir os implicados no “incidente desagradável”.²¹³ Em 6 de setembro, a Congregação reuniu-se para deliberar a sanção aos infratores. A suspensão deveria ser de oito dias, de modo que não “fosse desacatado o princípio de auctoridade, o que seria um precedente permiciosíssimo a disciplina do estabelecimento de educação” e à “boa ordem e moralidade”. Dez alunos foram suspensos por todo o ano letivo e seis outros por um semestre, medida essa que visava “reprimir o procedimento incorreto de alguns alunos”.²¹⁴ (Ata da Congregação, 21 de outubro de 1897).

Aprumou as condutas o Regulamento de 9 de janeiro de 1877, ao trazer o capítulo VI o título “Da frequencia e policia do Atheneu”, proibindo aos alunos: reunirem-se em grupos nas portas, corredores e arredores do Atheneu; fazerem “assuada”; conservarem-se cobertos e ficarem sentados quando passasse o Diretor ou qualquer professor; fumarem no estabelecimento; fazerem caricaturas; proferirem palavras obscenas ou escreverem nas paredes; comporem manuscritos ofensivos aos professores, colegas ou empregados do colégio e desacatarem “de qualquer modo aos transeuntes” (cf. Arts. 114 e 115).

As faltas de qualquer natureza cometidas pelos estudantes eram publicadas pela imprensa oficial, declarando-se as penas cometidas e as sanções aplicadas. A análise desses incidentes permite verificar que ordem e disciplina no Atheneu Sergipense eram preocupações constantes do Diretor. A Congregação era de opinião de que a disciplina não poderia ser “perfeitamente mantida” sem que houvesse na reorganização do estabelecimento, a criação do cargo de diretor, sem função acumulada com o Diretor Geral de Instrução Pública. Cabia ao Diretor do Atheneu Sergipense, além de outras obrigações, “impor aos estudantes com prudente arbítrio, as penas de reprehensão em particular; reprehensão publica, duas a dez faltas inabonaveis; *a detenção em quarto reservado por espaço nunca excedente de seis horas em um dia*” (Art. 245, Decreto 45, de 19 de janeiro de 1893, grifos meus).

O poder de premiar e punir são apontados por Magalhães (1996) como elementos da institucionalização do processo pedagógico, caracterizada pela existência de:

- 1) uma disciplina com prêmios, castigos, promoções e humilhações; 2) (uma estrutura de poder) uma hierarquia e diversidade de funções; 3) uma ordem de classes nas quais os alunos se distribuem segundo as suas idades; 4) um método; 5) uma organização do tempo; 6) uma organização do espaço; 7) uma organização do saber; 8) um regulamentosão algumas das matrizes disciplinares básicas: o horário, o exercício, o dever, o respeito (Magalhães, 1996 p.16 e 19).

²¹³ Não foi relatado esse desagradável incidente.

²¹⁴ Não foi encontrado o registro da infração que determinou essa sanção.

Os professores do Atheneu Sergipense estiveram sujeitos a punições de vários tipos: admoestações, repreensão, multa de até 50 mil réis, suspensão de até 6 meses e perda da cadeira (cf. Decreto 45, de 19 de janeiro de 1893). Podiam também perder os vencimentos dos dias que faltassem às seções da Congregação sem motivo justificado, e se essa falta ocorresse na sessão do mês de fevereiro a perda seria em dobro. Essas penas eram impostas pelo Diretor e deviam constar na ata da respectiva reunião²¹⁵.

Os professores do Atheneu Sergipense podiam ainda ser admoestados pelo Diretor quando por má vontade não cumprissem seus deveres; não dessem bons exemplos aos alunos; simulassem não compreender a verdadeira orientação na educação moral e intelectual de seus discípulos ou deixassem de dar aulas por motivos não justificados por mais de três dias em cada mês (cf. Decreto 351, de 9 de junho de 1899).

O Governo do Estado, por acusação da imprensa, suspendeu Brício Cardoso em julho de 1894.²¹⁶ Esse fato causou grande indignação dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense, que moveram uma moção representativa contra o ato do Governo, tendo em vista, entre outras considerações, que o direito de defesa do acusado havia sido negado, e que o direito de punir era de alçada da direção e do Conselho de Instrução, e não do Governo. A moção foi aprovada por unanimidade e encaminhada ao Governo. No dia seguinte, 13 de julho de 1894, a Direção do Atheneu em reunião, comunicou que o Governo considerara sem nenhum efeito a “infeliz” suspensão dada ao professor Brício Cardoso. A notícia foi recebida “com especial agrado” pela Congregação como ato de justiça do Presidente do Estado. Ao que parece, o ato de injustiça praticado foi corrigido pela força da união dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense.

A comissão composta dos lentes Alfredo Montes, Felix Diniz Barreto e Francisco Teixeira de Faria, nomeada pela direção para estudar o caso da perda da cadeira de Alemão do lente Candido Campos e dar o parecer exigido pela Secretaria Geral, declarou que, tomando conhecimento do fato pelo Diretor do Atheneu, o Governo exonerou o professor, que desde 28 de fevereiro de 1900 havia esgotado a licença concebida pela Assembléia Legislativa não tendo reassumido suas funções, até novembro. Desta forma, a cadeira deixara de funcionar por mais de seis meses sem causa justificada.

²¹⁵ A primeira sessão da Congregação ocorria no mês de fevereiro e objetivava escolher os compêndios, aprovar provisoriamente os programas de ensino e distribuir as horas das aulas. Muitas eram as faltas dos professores às reuniões da Congregação, porém justificadas. Em várias ocasiões, havia a necessidade de convocar mais de uma vez essas reuniões, pois muitas delas não ocorriam por falta de coro. As convocações eram feitas por ofício encaminhado individualmente aos professores e com publicação nos jornais locais.

²¹⁶ Não foi identificada a acusação.

O corpo administrativo do Atheneu Sergipense passava também por avaliações, sendo-lhe computadas faltas, as quais importavam na perda dos vencimentos. As normas de conduta que regiam as ações de julgar, avaliar, premiar e punir estão postas desde o primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense:

Capítulo 5º Dos Professores

Art.29º.Tratarão os seus alumnos com todas demonstrações de polidez, evitando o emprego de expressões menos urbana e a manifestação de qualquer sentimento de colera ou despeito.

Art. 33º. Os professores farão manter em suas aulas entre seus alumnos o silencio, a ordem e o respeito que elles se devem uns para com os outros, para que não seja perturbado o ensino.

Capitulo 6º Dos alumnos

Art.40º. Aquelle alumno que faltar aos seus deveres, faltando o respeito para com seu Professor, dando aos seus condiscipulos exemplos de indisciplina, de turbulência, e de immoralidade, será punido pelo Director ou pela Congregação com as penas marcadas no Regulamento da instrução publica de 24 de outubro de 1870, e por aquellas determinadas neste Estatuto, e que não estiverem n'aquelle prescritas e determinadas.

Capitulo 9º Dos Premios e Castigos

Art. 49º Os alumnos que se distinguirem por sua applicação, assiduidade, serão premiados no fim do anno lectivo pela Congregação.

Art. 50º. Os prêmios consistem:

§1º Em notas e distincção nos exames annuaes.

§2º Em dadivas de obras litterarias importantes.

Art. 51º Alem dos castigos de que trata o Regulamento de 24 de Outubro de 1870, empregar-se-há mais a de detenção em um compartimento, que o Atheneu terá especialmente para este fim, detenção que será determinada convenientemente pelo Director, de per si ou de acordo com o respectivo Professor, quando o facto a punir-se tiver dentro do estabelecimento (Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Prescrevia a legislação que as festividades de final de ano seriam o momento também da distribuição de prêmios. O ritual era considerado uma prática relevante, com emissão de convites às autoridades do Estado, publicação das notícias nos jornais da cidade, participação efetiva da sociedade sergipana e plena relação social e cultural. Nessas ocasiões, dois poderiam ser os discursos, um proferido pelo aluno eleito entre os formandos e outro pelo paraninfo da cerimônia. Aqui, mais um mecanismo de avaliação se faz presente: estes discursos não seriam proferidos nem publicados sem antes haver o julgamento do diretor e de dois dos catedráticos mais antigos da casa.

Depreende-se da análise das peças que, embora algumas normas de boa educação pudessem parecer aspectos que deveriam ser trabalhados no seio familiar, como o respeito aos colegas e superiores, o portar-se educadamente nas aulas, e o não proferir palavras obscenas, os legisladores julgavam necessário explicitá-las nos textos normativos. Assim, prêmios e

sanções, ao se instituírem como práticas de julgamento, assumiam grande importância, não só para os contemplados com um ou outro, mas também para a sociedade, dando visibilidade das ações do Atheneu Sergipense.

4.5. Avaliação externa

Temos visto, até o momento, fazendo parte da rede de julgamento que avalia e é avaliada, sujeitos internos ao Atheneu Sergipense. No entanto, essa não era uma prática de caráter endógeno, mas também de competência de avaliadores externos, intensificando assim os mecanismos de vigilância.

A inspeção da instrução pública competia, em maior instância, ao Presidente da Província ou ao chefe do Governo do Estado. Estes, ao visitarem o Atheneu Sergipense, assistiam às aulas, argüiam os alunos e observavam os documentos da secretaria, de modo a registrarem suas avaliações a respeito dos trabalhos daquele estabelecimento.²¹⁷ Fiscalizava também o ensino o diretor do ensino público e seus delegados, o conselho da instrução, o diretor da congregação do Atheneu Sergipense, o diretor e a congregação da Escola Normal e os comissários do governo (cf. Art. 337, Decreto de 14 de março de 1890). Ao Diretor Geral do Ensino Público, nomeado e demitido livremente pelo governo entre pessoas de “habilitações científicas e especialmente versada em matéria de educação”, cabia visitar freqüentemente as escolas, presidir concursos, nomear examinadores, dentre outras funções que culminavam anualmente em:

relatório minucioso sobre o modo porque [era] ministrado o ensino, com declarações dos resultados obtidos e as causas que os produziram. Nesse trabalho, baseado em dados estatísticos, indicará o seu auctor as medidas reclamadas pelas necessidades do ensino (Art.339, Decreto de 14 de março de 1890).

Em razão da equiparação ao Colégio de Pedro II, um inspetor fiscal, nomeado pelo Departamento do Ensino, era o intermediário entre este e o Atheneu. Cabia-lhe fiscalizar e acompanhar os cursos e exames; visitar as escolas públicas; organizar as comissões julgadoras dos exames; excluir das bancas os examinadores que se comportassem mal, dentre outras

²¹⁷ Nas pesquisas documentais foi localizado o “Livro de Visitas do Atheneu Sergipense (1916 a 1951)”, que registra impressões dos seus visitantes. Ver Alves (2004f).

tarefas. Os inspetores eram homens com representação significativa na sociedade e assumiam funções de agentes de controle.

O processo de equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio de Pedro II pode ser analisado como uma avaliação externa. Era anseio dos sergipanos a equiparação do Atheneu Sergipense em relação às mesmas garantias e privilégios de que gozava o Colégio Pedro II.²¹⁸ Almejando alcançar a equiparação, os governos procediam à revisão e reorganização dos Regulamentos da Instrução Pública de Sergipe, principalmente na parte referente aos estudos secundários, de modo a atender às exigências legislativas nacionais, como por exemplo, o Decreto 231, de 9 de julho de 1897, e a Lei 495, de 7 de novembro de 1905. Eram requisitos mínimos para conquistar a equiparação: condições patrimoniais para o seu funcionamento, um número mínimo de alunos e disciplinas obrigatórias ofertadas em séries regulares. O processo de equiparação durava dois anos, exigindo ainda a indicação de um delegado fiscal do Governo Federal junto ao Atheneu Sergipense, para fazer parte das bancas examinadoras.

Algumas são as datas identificadas como marcos de concretização da equiparação do Atheneu Sergipense. A primeira, coletada no Livro de Atas da Congregação, data de 14 de novembro de 1873, quando o Governo Geral validou os exames de Preparatórios nas Províncias do Império e estes foram realizados no Atheneu Sergipense.²¹⁹ Deliberou a Congregação que houvesse exames apenas nas cadeiras que constituíam o Curso Normal.²²⁰ As mesas examinadoras foram assim formadas: Gramática Filosófica – Thomaz Diogo Leopoldo, Geminiano Paes d’Azevedo e Ignácio de Souza Valladão; Pedagogia – o lente da cadeira, Ignácio de Souza Valladão e os professores Tito Augusto Souto d’Andrade e Geminiano Paes d’Azevedo; Aritmética – o lente da cadeira Tito Augusto Souto d’Andrade e os professores Raphael Archanjo de Moura Mattos e Ignácio de Souza Valladão; Geografia – o lente da cadeira Raphael Archanjo de Moura Mattos e os professores Tito Augusto Souto de Andrade e Geminiano Paes de Azevedo.

O Regulamento expedido pelo Decreto 351, de 9 de junho de 1899, embora tivesse como objetivo adaptar o Atheneu Sergipense “aos moldes do Gymnasio Nacional”, o colégio “não foi equiparado” o que determinou um novo Decreto, o de número 463, de 11 de agosto de 1900. Uma outra data, 1 de dezembro de 1908, fornece indícios dessa equiparação, quando,

²¹⁸ Um dos privilégios dava ao aluno o direito de ingressar nos cursos superiores sem fazer exame, uma vez com o título de Bacharel.

²¹⁹ O Ministro João Alfredo Correa de Oliveira instalou nas capitais das Províncias do Império bancas de exames gerais de preparatórios com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários e facilitar aos candidatos o acesso aos cursos superiores.

²²⁰ Estas cadeiras eram também ministradas e freqüentadas por alunos dos cursos de Humanidades do Atheneu Sergipense.

em ata da Congregação, o lente Moreira Magalhães solicita um voto de louvor e congratulação ao Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dórea, por haver sido o Atheneu Sergipense equiparado ao Ginásio Nacional.²²¹ Na ocasião, publicou-se a seguinte nota no jornal *Folha de Sergipe*.

Está equiparado ao Gymnasio Nacional o Atheneu Sergipense

É esse um facto que deve encher de verdadeiro contentamento aos que amam sinceramente Sergipe.

Porque a instrução é o maior propulsor do Progresso sem o qual a Patria é nulla e mesquinha.

O acto do honrado titular da pasta do Interior, approvando os estatutos do nosso instituto de ensino secundario, veio preencher uma justa e indiscutivel aspiração.

De facto, que maior serviço poderia ter sido prestado àqueles dos nossos patricios que, a mingua de recursos pecuniarios, não podem sahir para colher em terra estranha o fructo apeticido do saber?

Muita intelligencia, cujas locubrações seriam de reaes proveito à sociedade, ficaram por ahi estioladas em detrimento do nosso progresso moral e, porque não dizel-o tambem material.

O que são as industrias, as artes, o commercio, senão manifestações da cultura humana?

Não há felicidade possivel sem uma bem ministrada instrução.

Bem comprehendendo isto, foi que a mocidade estudiosa da nossa terra recebeu com alvoratado entusiasmo a noticia da equiparação do Atheneu ao Gymnasio Nacional.

Em vistosa marcha ao Flambeaux e precedidos da banda musical do Corpo da Policia, percorreram os estudantes diversas ruas da capital, indo ao palacio do Governo, manifestar ao Presidente do Estado, o exm. sr. Rodrigues Doria, que recebeu carinhosamente no salão nobre, seus sinceros agradecimentos pela realização de tão util melhoramento.

Interpretou os sentimentos da mocidade o velho professor, distincto lente do Atheneu, Manoel de Oliveira, que n'um feliz improviso saudou s. ex. pela brilhante conquista que acabava de obter, dotando a mocidade estudiosa de Sergipe de tão imprescendivel beneficio.

Por nossa vez, felicitamos ao eminente Presidente do Estado, dr. Rodrigues Doria. (*Folha de Sergipe*, 3 de dezembro de 1908, sem identificação de autoria).

A equiparação do Atheneu Sergipense atendeu à aspiração da sociedade, sendo motivo de regozijo de tão precioso beneficio. Como o Atheneu Sergipense passava por constantes avaliações e fiscalizações, a equiparação poderia ser concedida e retirada, caso a instituição não cumprisse as exigências impostas pela Lei. O Atheneu Sergipense, uma vez equiparado, necessitava reorganizar seu Plano de Estudos, “nos moldes do regimento interno do Collegio Pedro II”. Quando equiparado ao Ginásio Nacional, deixaria o Governo de Sergipe de subsidiar os Exames Gerais de Preparatórios. Enquanto isso não ocorria, continuava o

²²¹ O Decreto Federal 7129, de 26 de novembro de 1908, concedeu ao Atheneu Sergipense a equiparação com os mesmos privilégios e garantias que gozava o Ginásio Nacional.

subsídio aos exames, limitando a admissão só àqueles estudantes do Atheneu Sergipense que os prestariam logo após os exames finais, perante comissão examinadora organizada pelo Diretor do estabelecimento (cf. Arts. 133, 227, 240, Decreto 231, de 9 de julho de 1897).²²²

O exame dos códigos de condutas, controle, fiscalização e avaliação do Atheneu Sergipense permitem entender o que Apple (1982) chama de poder e cultura interligados.

O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente na forma de áreas de conhecimento que as escolas possuem ou as tendências que encaminham as regras e as rotinas para manter a ordem, o currículo oculto que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade, e assim por diante. O controle é exercido também através das formas de significado que a escola distribui. Isto é, o ‘*corpus* formal do conhecimento escolar’ pode se tornar uma forma de controle social e econômico (Apple, 1982, p.98).

Esse controle pode ser apreciado como gerenciamento administrativo, uma vez que norteia, por meio das legislações, as ações pedagógicas da instituição de ensino. Tal gerenciamento se traduz nas prescrições, nos rituais dos concursos, no detalhamento legal minucioso, nas regras de preenchimento de informações, nas documentações requeridas para ingressar no Atheneu Sergipense, nos modos de julgamento, nos poderes atribuídos aos múltiplos sujeitos, nos conhecimentos mínimos demandados para professores e alunos, nos meios disciplinares desencadeadores de prêmios e sanções e nas formas de condutas, constituído historicamente no Atheneu Sergipense.

²²² Após a Lei Rivadávia Correia (1911), que fixou a autonomia didática e administrativa dos estabelecimentos de ensino, cessou a equiparação dos liceus ao Ginásio Nacional, só retornando em 1915 com a Reforma de Carlos Maximiliano. No ano seguinte, o Atheneu Sergipense foi equiparado, pelos sinais apresentados no livro de “Cópia de Mappas”, com as seguintes informações prestadas pela direção do estabelecimento à Diretoria Geral de Estatística, em respostas a estas questões: “A que estabelecimento official é equiparado? – Collegio Pedro II. Data da equiparação? – Anno de 1916.” Ainda como outra informação, encontrada em um dos livros das correspondências do Atheneu Sergipense, há a data de 21 de março de 1918.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir uma pesquisa é tarefa tão difícil quanto começar. O que significou pesquisar o Atheneu Sergipense? Uma resposta imediata poderia ser a de que a investigação sobre os estudos secundários em Sergipe possibilitou trazer à tona aspectos adormecidos pelo tempo, cobertos de poeira pela escassez de pesquisas. No entanto, isso é muito pouco para um empreendimento pessoal e acadêmico. Encontrar o mundo do Atheneu Sergipense, um dos arcos da ponte de Marco Pólo, foi a meta. Examinar esse ambiente, sua formação e organização, por meio de elementos constituintes dos Planos de Estudos foi o caminho.

Preocuparam-se os dirigentes de Sergipe com a questão educacional, quer impulsionados pelo clamor da sociedade, quer por seus próprios estímulos, traçando rotas para a organização e consolidação dos estudos secundários em Sergipe. Demonstraram interesse disponibilizando recursos e meios necessários para a formação científica e intelectual dos sergipanos, instituíram a biblioteca, equiparam laboratórios e gabinetes, criaram revistas, estimularam publicações.

As cadeiras inicialmente criadas na Província de Sergipe (1830) – de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês –, e reunidas em São Cristóvão no Liceu Sergipense, ampliaram-se para as oito cadeiras do Atheneu Sergipense de 1870 e para as 18 aulas de 1908.

A Capital da Província de Sergipe transferiu-se da histórica cidade de São Cristóvão para os areais e mangues do povoado do Santo Antônio do Aracaju. Aracaju cresceu. Os pântanos foram cobertos por suntuosos edifícios, casas e praças. A água jorrou abundante. O traçado de Pirro permaneceu no centro da cidade, espalhando como um polvo seus tentáculos por bairros distantes, ligando-se aos municípios circunvizinhos.

Em meio ao crescimento da cidade, o Atheneu Sergipense também se expandiu. Alargaram-se os seus objetivos, almejando não apenas reunir em um só local as cadeiras exigidas para os exames de preparatórios, mas colocar à disposição outros saberes no estabelecimento público de línguas e ciências criado na capital de Sergipe.

Foi nesse Atheneu Sergipense, das poucas e improvisadas salas iniciais que depois se transformaram em um amplo e ventilado espaço, que as aulas dos cursos de Humanidades e Normal foram oferecidas para todos os ouvintes que almejassem a

instrução necessária para a matrícula nos cursos superiores, assim como para aqueles que fossem desempenhar funções diversas na vida social e no quadro do magistério primário. Estrategicamente, o Governo oferecia vantagens aos titulados pelo Atheneu Sergipense, concedendo licença aos professores de primeiras letras para cursar as aulas do curso Normal.

Entretanto, essa ambivalência singular e de caráter inovador não apresentou resultados satisfatórios. As cadeiras do curso Normal eram insuficientes para uma boa formação do magistério, sendo necessário ampliar o número de aulas e incluir novos conhecimentos. Fervorosos debates foram travados, tanto em defesa quanto contrários à simultaneidade dos cursos num mesmo estabelecimento. O espírito religioso e pedagógico do curso Normal não poderia coexistir com o fim científico do Atheneu, argumentavam. Os professores dividiam-se entre as aulas do curso de Humanidades e do Normal, ministradas em dias alternados, provocando rejeição e prejudicando o desenvolvimento de ambos.

Os problemas gerados com o curso Normal agregado ao Atheneu Sergipense desencadearam ações que resultaram na extinção e restabelecimento do curso Normal em variadas épocas, até que no início do século XX, objetivando propiciar estudos teóricos e práticos indispensáveis à profissionalização dos futuros professores, aquele Curso seguiu sua trajetória, com modificações de espaços, regimentos, professores e cadeiras.

O mecanismo de elaboração dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, agregando elementos novos e excluindo outros que com o tempo retornavam à cena, moldaram a cultura daquela *casa de educação literária*. As cadeiras do curso de Humanidades foram se modificando. Divisão de umas, criação, extinção ou restabelecimentos de outras, acréscimo de conteúdos, denominações diferentes. Disponibilizava o Atheneu Sergipense cadeiras e conhecimentos necessários para a formação dos sujeitos que se banharam com tais saberes, humanísticos, clássicos, científicos.

Expressava a legislação referente aos estudos secundários de Sergipe a temporalidade das aulas, dos cursos, do período letivo, elementos que eram objeto de acirrados debates das reuniões da Congregação. Paulatinamente, o Atheneu Sergipense foi organizando a distribuição temporal com ampliação ou diminuição da carga horária das aulas e cursos.

À frente das cadeiras organizadas temporalmente, contou o Atheneu Sergipense com uma douda Congregação de professores, indicados inicialmente pelo Governo, depois concursados, rigorosamente avaliados. Tais sujeitos, que realçavam o orgulho de pertencer à plêiade do Atheneu Sergipense, cuidavam para que fossem indicados bons compêndios, alguns adotados em outros liceus, mas sem perder o interesse pelas produções locais. As tímidas orientações de cunho metodológico, inerentes à experiência dos professores, avultam em rigorosas prescrições legais. Atentos a um método prático, utilitário, com aplicações na vida cotidiana, os professores do Atheneu Sergipense pautavam suas aulas de modo que, no final do curso, os alunos alcançassem êxito no falar, no exprimir-se por escrito, adquirindo conhecimentos literários e científicos, entendendo as línguas estrangeiras, ampliando os conhecimentos geográficos e históricos a respeito de Sergipe, do Brasil e do mundo.

Para legitimar a aprendizagem desses saberes, organizou o Atheneu Sergipense um método avaliativo que assumiu um caráter pedagógico e disciplinador. Essa prática do julgamento foi exercida em todos os momentos nas avaliações discentes: na sua matrícula de ingresso, em sua permanência e até na sua saída. Os dispositivos de controle estavam presentes nos exames prestados e na frequência mínima exigida. Tais dispositivos eram fundamentais, sem dúvida, para a formação daqueles que no Atheneu Sergipense enrijeciam as penas para os grandes vãos. As funções normativas e fiscalizadoras dos textos legislativos eram fixadas nas exigências dos exames prestados pelos alunos, assim como nos pontos prescritos para os concursos dos docentes.

Os rarefeitos alunos dos Cursos de Humanidades e Normal que buscavam subsídios para as matrículas nos cursos superiores, ou para desempenhar funções diversas na sociedade, finalmente deram lugar àqueles que almejavam concluir o curso seriado, sendo examinados no ingresso, durante a sua permanência e ao findarem os estudos.

É fato que esse movimento não se processou pacificamente. Querelas ocorreram, sendo importantes para a construção de um ambiente profícuo e formador da intelectualidade sergipana. Diferentes sujeitos envolveram-se: alunos, professores, diretores, o corpo administrativo, legisladores e o poder político, que, no anonimato ou às claras, defenderam sua criação e organização, atingindo momentos de avanços, recuos, rupturas e continuidades.

A cidade de Aracaju, idealizada por Inácio Joaquim Barbosa de Araújo, comemora os seus 150 anos, e o Atheneu Sergipense de Manuel Luiz Azevedo d'Araujo soprará suas 135 velas no próximo mês de outubro, repleto de histórias de crescimentos e transformações.

Avivou-se nesta pesquisa, quer por crônicas, recordações, textos jornalísticos, legislação, lista de pontos de concursos e exames, registros de atas, compêndios adotados e programas de ensino, a organização dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense no período compreendido entre as últimas três décadas do século XIX e a primeira do século XX.

Investigar a história, analisar os episódios, ler os documentos, penetrar nos arquivos, dialogar com as fontes, compreender, desvendar as práticas, ter certezas: eis o grande desafio do historiador. Diagnosticar as lacunas, buscar indícios, sinais que permitam preencher os hiatos deixados pela ação temporal, saber encontrar e reconhecer. Se o cansaço representa uma fadiga física, não é causado pelo enfastiamento do tema, pois os horizontes que se abrem por meio das interrogantes não respondidas continuarão a ser perseguidos por meio de outras pesquisas, algumas já iniciadas.

Por certo, o ladrilho do Atheneu Sergipense, investigado segundo os Planos de Estudos, a história dessa *casa de educação literária*, com aspectos de sua organização, cotidiano, rituais, normas, personagens, não estará completo, mas o significado de algumas de suas peças foi recuperado historicamente, fazendo com que os sussurros abafados pelo tempo se transformassem em algazarras.

O Atheneu Sergipense formou aos poucos a sua alma, adquiriu relevância na vida sergipana, foi um catalisador das produções culturais, de novas práticas e padrões pedagógicos no Estado de Sergipe, um centro aglutinador e disseminador do *ethos* cultural. Foi não só um ponto de força centrípeta, mas também centrífuga do patrimônio cultural. Enfim, o Atheneu Sergipense soube impor-se como *uma casa de educação literária*, justo motivo de ufania e orgulho para Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia Utilizada

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. 2000. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação*. Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC.

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2002a. *Do poder e das sanções no Atheneu Sergipense (1916-1931)*. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: SBHE (CD Rom).

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2002b. *Prêmios e privilégios na perspectiva oficial (1871 – 1926)*. In: Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Águas de Lindóia – SP (CD Rom).

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2003a. *A demarcação do tempo nos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense (1871-1880)*. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa – Pb (CD Rom).

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2003b. *Atheneu Sergipense - um Centro de Excelência?* In: Jornal da Cidade. Aracaju, 16 de setembro de 2003. Caderno B – Cidades – Coluna Opinião.

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2004a. *Prêmios e Sanções como elementos característicos da cultura escolar no Atheneu Sergipense*. Relatório Final do Projeto de Pesquisa UFS/FAP-SE/FUNTEC.

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2004b. *Laudas do Lyceu Sergipense (1848-1851)*. In: Anais do XVII Encontro Regional de História. Campinas - SP: ANPUH/SP (CD Rom).

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2004c. *O ensino da Aritmética proposto por Baltazar Góes*. In: Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba - PR: SBHE (CD Rom).

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2004d. *A matemática no Atheneu Sergipense: programas de ensino*. In: Anais do XII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Curitiba – PR (CD-rom).

- ALVES, Eva Maria Siqueira. 2004e. *Aspectos Históricos do Ensino de Química nos Estudos Secundários em Sergipe*. Cadernos UFS Química e Educação. Vol 6. Fascículo 2.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. 2004f. *Imagens imortalizadas pelas palavras*. Educar em Revista UFPR (no prelo).
- ALVES, Eva Maria Siqueira, CORREIA, Sandra Alves. 2004. *As meninas agitadas do Atheneu Sergipense (1918-1943)*. VI Congresso de Iniciação Científica – UFS.
- AMADO, Gilberto. 1999. *História da minha infância*. São Cristóvão, SE: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira.
- ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. 1999. *Colégio Pedro II um lugar de memória*. Tese de Doutorado, UFRJ.
- APPLE, Michael W. 1982. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense.
- ARAÚJO, Acrísio Torres. 1966. *Pequena História de Sergipe*. Livraria Regina Ltda. Aracaju.
- ARAÚJO, Acrísio Torres. 1970. *História de Sergipe*. Livraria Regina Ltda, Aracaju.
- ARAÚJO, Acrísio Torres. 1970. *O Velho Atheneu Sergipense hoje Colégio Estadual de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial.
- BARBOSA, Rui. 1942. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Obras Completas, Vol. IX, Tomo I. Ministério da Educação e Saúde.
- BARBOSA, Rui. 1947. *Reforma do ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Ministério da Educação e Saúde.
- BARRA, Valdeniza Maria. 2001. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação da PUC-SP.
- BARROS, Eva Cristina Arruda Câmara. 2000. *Atheneu Norte Rio Grandense: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892-1924)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: História, Política, Sociedade. PUC/SP.
- BITTENCOURT, Liberato. 1913. *Brasileiros ilustres – sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Pap. Gomes Pereira.
- CABRAL, Maria Aparecida da Silva. 2002. *A invenção do aluno: a implantação do primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894 – 1917)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP
- CABRAL, Mario. 2002. *Roteiro de Aracaju*. 3ª ed. Aracaju: Banese.

- CALAZANS, José. 1951. *O ensino público em Aracaju (1830 – 1871)*. In: Revista do IHGS, v. 15, n. 20.
- CALAZANS, José. 1994. *Terras da Província*. Coleção Estudos Sergipanos. Vol I, Aracaju.
- CALVINO, Ítalo. 2003. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo.
- CAMPOS, Edilberto. 1965. *Crônicas da passagem do século*.
- CAMPOS, Edilberto. 1967. *Crônicas da passagem do século*
- CAMPOS, Edilberto. 1968. *Crônicas da passagem do século*
- CAMPOS, Edilberto. 1969. *Crônicas da passagem do século*
- CAMPOS, Edilberto. 1970. *Crônicas da passagem do século*
- CARNEIRO, Magalhães. 1940. *Panorama intelectual de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial.
- CARVALHO, Marta Chagas de. 1999. *Por uma história cultural dos saberes pedagógicos*. In. Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1998. *Notas para revalidação do movimento educacional brasileiro*. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo (66): 4 – 12, agosto.
- CHATIER, Anne-Marie. 2000. *Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação*. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v.26, n.2.
- CHERVEL, André. 1990. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In: Teoria & Educação, 2, p. 177-229.
- COSTA RICO, Antón. 1997. *Mobiliario, dotación y equipamiento escolar en siglo XIX*. In: Revista Interuniversitaria. Ediciones Universidad de Salamanca, vol.16.
- DANTAS, Ibarê. 2004. *História de Sergipe: República (1889 – 2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- DANTAS, José Ibarê. 1999. *O Tenentismo em Sergipe (da Revolta de 1924 à Revolução de 1930)*. 2ª edição. J. Andrade / Funcaju.
- DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. 1955. *Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador*. Revista do IHGS, v. 16. n. 21.
- DEWEY, John. 1979. *Democracia e Educação*. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- DÓREA, Epifâneo. 1945. *Aracaju*. Revista do IHGS, vol. 13, n. 18, p. 68 – 76.
- DÓREA, Epifânio. 1961. *Veneráveis da Loja Cotinguiba*. In: Revista do IHGS, v 21, n 26.
- DUARTE, Abelardo. 1961. *História do Liceu Alagoano*. Maceió – Al. Caderno XI, Série Estudos Alagoanos.
- ESCOLANO, Agustín. 1992. *Tiempo y educación. Notas para una geneología del almanaque escolar*. In: Revista de Educação, n.298, pp. 55-79.
- ESCOLANO, Agustín. 1993. *Tiempo y educación. La formación del cronosistema. Horario em la escuela elementar (1825-1931)*. In: Revista de Educação, n.301, pp. 127-163.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. 2004. *Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas*. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). Educação, Memória, História. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes e VAGO, Tarcísio Mauro. 2001. *Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais*. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lucia Spedo (orgs.) Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da USP.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. 2002. *O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX – uma introdução*. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas; SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. 2003. *Escola Normal do Piauí – seu processo de consolidação*. In: Anais do XXII. Simpósio Nacional de História. João Pessoa – Pb (cd-rom).
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. 1986. *História Política de Sergipe*. 1º volume. Aracaju.
- FORTES, Bonifácio. 1955. *Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju*. Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo – Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.
- FREIRE, Felisbello. 1977. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe.
- FREIRE, Felisbello. 1995. *História Territorial de Sergipe*. Sociedade Editorial de Sergipe / Secretaria de Estado da Cultura.

- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. 2003a. *Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas no início do século XX*. Tese de Doutorado em Educação. UNICAMP.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. 2003b. *Vestidas de Azul e Branco – um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)*. Fundação de Amparo a Pesquisa de Sergipe.
- FREITAS, Itamar. 2002. *A escrita da história na “casa de Sergipe” (1913 – 1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.
- GALLY, Christianne de Menezes. 2004a. *Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870 – 1873)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe.
- GALLY, Christianne de Menezes. 2004b. *O ensino da disciplina Gramática da Língua Portuguesa na Província de Sergipe (1870 – 1873)*. In: Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba – PR: SBHE (CD Rom).
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. 2002. *Construtores de identidade: os compêndios da história do Brasil Colégio Pedro II (1838 – 1920)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP.
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. 2003. *O paradoxo republicano: um modelo secundário nacional nos limites da descentralização*. Anais da 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação. Caxambu-MG.
- GATTI JÚNIOR, Décio. 2002. *A história das instituições educacionais – inovações paradigmáticas e temáticas*. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas; SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.
- GINZBURG, Carlo. 2001. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carrotti. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOES, Baltazar. 1905. *Pedagogia – Apostillas de Pedagogia – precedidas de algumas noções de Psychologia – Colhida de bons mestres*. M. Orosco. CC. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. 2002. *Imprensa, civilização e educação – Uberabinha (MG) no início do século XX*. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas; SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

- GOODSON, Ivor. 1998. *Historia del currículum la construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor.
- GOODSON, Ivor. 2001. *Currículo Teoria e História*. Trad. Atílio Brunetta, 4ª ed., Petrópolis: Vozes.
- GUARANÁ, Armindo. 1925. *Diccionario Bio-bibliografico Sergipano*. Rio de Janeiro.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. 1972. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Ed. USP.
- HAMILTON, David. 1992. *Sobre as origens dos termos classe e currículo*. In: Teoria & Educação, n.6.
- HÉBRARD, Jean. 2000. *Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural*. In: ABREU, Márcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras.
- LACERDA, Francisco Carneiro Nobre de. s/d. *Evocação*.
- LE GOFF, Jacques. 2003. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. 1919. *Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe (I) – 1824 a 1889: apontamentos para a História*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, v. 4, n. 8.
- LIMA, Jackson da Silva. 1971. *História da Literatura Sergipana*. Volume I, Aracaju.
- LIMA, Jackson da Silva. 1995. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*. Sociedade Editorial de Sergipe.
- LIMA, José Augusto da Rocha. 1948. *Discurso*. Revista do IHGS, volume 14, número 19, página 21-30.
- LORENZ, Karl Michael. 2003. *O ensino de ciências e o Imperial Colégio Pedro II: 1838 – 1889*. In: VECHIA, Ariclê e CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). *A escola secundária – Modelos e Planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume.
- MACEDO, Lino de (s/d). *A importância do jogo para a criança: perspectiva piagetiana*. (Mimeo).
- MACHADO, Manoel Cabral. 1999. *Brava gente sergipana e outros bravos*.

- MAGALHÃES, Justino. 1996. *Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime*. In: Educação, Sociedade e Cultura, nº 5, p. 7-34.
- MARTINS, Maria Antonieta Meneguini. 1984. *Estudo da evolução do ensino secundário no Brasil e no Estado do Paraná com ênfase na disciplina de Matemática*. Dissertação de Mestrado, UFPR.
- MIRANDA, Marilene Moussa. 2003. *A experiência norte-americana de fusão de Aritmética, Álgebra e Geometria e sua apropriação pela educação matemática brasileira*. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática. PUC-SP.
- MONARCHA, Carlos. 1999. *A Escola Normal da Praça – o lado noturno das luzes*. Campinas – SP: Editora UNICAMP.
- MORSE, Richard M. 1970. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. Corpo e Alma do Brasil, Difusão Européia do Livro. São Paulo.
- MUNAKATA, Kazumi. 2001. *Educação e modernidade: sob as figuras do relógio e da tipografia*. In: Educar em Revista, n.18, pp. 43-52. Curitiba: Editora da UFPR.
- NADAI, Elza. 1987. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação, USP.
- NÓVOA, António. 1991. *Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente*. In: Teoria & Educação, Porto Alegre: Artes Médicas, n.4.
- NUNES, Clarice. 2000. *O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos*. In: Revista Brasileira de Educação ANPED, nº 14.
- NUNES, Maria Thétis. 1984a. *Manuel Luís Azevedo d’Araújo, Educador da ilustração*. In: Prêmios Grandes Educadores Brasileiros: Brasília: INEP.
- NUNES, Maria Thetis. 1984b. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NUNES, Maria Thetis. 1999. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. 2ª ed. São Cristóvão/ Se: Editora da UFS.
- OLIVA DE SOUZA, Terezinha. 1985. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. 2000. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850 – 1930*. Aracaju: Funcaju.

- PEDRO II, Dom. 1965. *Diário do Imperador*. In: Revista do IHGS, v. 21, n. 26b.
- PILETTI, Nelson. 1987. *Evolução do currículo do curso secundário no Brasil*. In: Revista Faculdade de Educação da USP, n. 13 (2).
- POMPÉIA, Raul. 1997. *O Atheneu*. Rio de Janeiro: Editora São Paulo: Publifolha.
- PORTO, Fernando. 1991. *A Cidade do Aracaju 1855 / 1865: ensaio de uma evolução urbana*. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe / FUNDESC.
- PRADO, Rosemeiry de Castro. 2003. *Do Engenheiro ao Licenciado: os concursos à cátedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de Matemática do ensino secundário*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- RAGAZZINI, Dario. 2001. *Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?* In: Educar em Revista, nº 18, Paraná: Editora da UFPR.
- RANZI, Serlei Maria Fischer, SILVA, Maclovio Corrêa. 2004. *Múltiplos itinerários de um lente e diretor do ginásio Paranaense*. In: História da Educação. Vol 8, nº 16, setembro.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. 2000. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838 – 1971)*. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP.
- ROMERO, Sílvio. 1901. *Ensayos de Sociologia e Literatura*. Rio de Janeiro: H.Garnier Livreiro Editor.
- ROXO, Euclides de Medeiros Guimarães. 2003. *A matemática e o curso secundário*. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.) Euclides Roxo e a modernização do ensino de Matemática no Brasil, Coleção SBEM, v.1.
- SACRISTÁN, J. Gimeno; e GÓMEZ, A.I. Pérez. 2000. *Compreender e transformar o ensino*. Trad. Ernani F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed.
- SAMPAIO, Leite Joaquim do Prado. 1908. *A Literatura Sergipana*. Imprensa Econômica de Gouvêa & C. Maroim-SE.
- SANTANA, Antônio Samarone. 1997. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação – Núcleo de Ciências Sociais – UFS.
- SANTIAGO, Enock. 1916. *O Dr. Ignácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracajú*. Revista do IHGS, volume 3, número 6.

- SANTOS, Lourival Santana. 2003. *As idéias republicanas em Sergipe*. In: Cadernos UFS: História 5. Editora da UFS.
- SCHUBRING, Gert. 2003a. *Análise histórica de livros de Matemática: notas de aula*. Trad. Maria Laura Magalhães Gomes. Campinas – SP: Autores Associados.
- SCHUBRING, Gert. 2003b. *O primeiro movimento internacional de reforma curricular em matemática e o papel da Alemanha*. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.) Euclides Roxo e a modernização do ensino de Matemática no Brasil, Coleção SBEM, v.1.
- SEBRÃO, sobrinho. 1954. *Laudas da História do Aracaju*. Salvador: Ed. Beneditina.
- Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe (Org.). 1970. *100 Anos de Educação – Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Instituto Ruy Barbosa, 1870 / 1970*.
- SILVA, Clodomir de Souza. 1920. *Álbum de Sergipe 1820 – 1920*. São Paulo.
- SILVA, Clodomir de Souza. 1962. *Minha Gente (costumes de Sergipe)*. Aracaju: Livraria Regina.
- SILVA, Geraldo Bastos. 1969. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SILVA, José Calazans Brandão da. 1992. *Aracaju e outros temas sergipanos*. FUNDESC, Aracaju.
- SLENES, Robert W. 1985. *Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?* Revista Brasileira de História, v.5, nº10, mar/ago.
- SOBRAL, Joaquim Vieira. 1936. *Anuário – Atheneu Pedro II*. Aracaju: Casa Ávila.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. 1999. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editoras: UERJ, UFF.
- SOUZA, Rosa Fátima de. 1998. *Templos de civilização: a escola primária graduada em São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- SOUZA, Rosa Fátima de. 1999. *Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino paulista (1892-1933)*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo: v.25, n.2.
- TAHAN, Malba. 1958. *A definição da Matemática*. Revista Escola Secundária.
- TAVARES, Jane Cardote. 2002. *A Congregação do Colégio Pedro II e os debates sobre o ensino da matemática*. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática. PUC-SP.

- TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. 1916. *Salve, Aracajú*. Revista do IHGS, vol. 3, n. 6.
- TAMBARA, Elomar. 2003. *Bosquejo de um Ostensor do Repertório de Textos Escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas – RS: Seiva Publicações.
- VALENÇA, Cristina de Almeida. 2003. *Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju – 1871 – 1931*. Monografia do Curso Licenciatura em História / Universidade Federal de Sergipe.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. 1999. *Uma história da matemática escolar no Brasil 1730-1930*. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- VALENTE, Wagner Rodrigues (org). 2003. *Euclides Roxo e a modernização do ensino da Matemática no Brasil*. Biblioteca do Educador Matemático: Coleção SBEM.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. 2003. *A disciplina Matemática: etapas históricas de um saber escolar no Brasil*. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda e RANZI, Serlei M Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. 2004. *O Nascimento da Matemática no Ginásio*. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- VECHIA, Ariclê, LORENZ, Karl Michael. (Org.). 1998. *Programa de ensino da escola secundária brasileira : 1850 – 1951*. Curitiba: Ed. do Autor.
- VEYNE, Paul. 1983. *O inventário das diferenças história e sociologia*. Ed. Brasiliense: São Paulo.
- VIEIRA, Padre Arlindo. 1937. *Subsídios para a Reforma do ensino Secundário*. Empresa editora ABC Limitada: Rio de Janeiro.
- VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. 2002. *Da Palmatória à Lanterna Mágica: a Escola Normal do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868 – 1876)*. Tese de Doutorado em educação. FE/USP.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. 2000. *El espacio y el tiempo escolares como objeto historico*. In: WARDE, Mirian Jorge (org.). *Contemporaneidade e Educação*. Ano V, n.7, 1^o sem.
- WARDE, Mirian Jorge. 2001. *Americanismo e Educação: a fabricação do “homem novo”*. São Paulo: Convênio CAPES / PROCAD.

WERNECK, Arlete Petry Terra. 2003. *Euclides Roxo e a Reforma Francisco Campos: a gênese do primeiro programa de ensino de Matemática Brasileira*. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática – PUC-SP.

WYNNE, J. Pires. 1970. *História de Sergipe 1575-1930*. Editora Pongetti: Rio de Janeiro – GB.

2. Fontes Manuscritas

Correspondências do Lyceu de São Cristóvão (1848 a 1851)

Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 a 1916)

Nomeação de Professores, Diretores e outros cargos (1904 a 1940)

Inscrição de concorrentes aos concursos (1909 a 1947)

Livro de Ofício do Atheneu Sergipense (1898-1916) - (Este livro encontra-se em péssimo estado material e não contém a capa nem algumas páginas iniciais, o que não permiti inferir o período inicial. O primeiro ofício de possível leitura data de 28 de outubro de 1898)

Livro de Matrículas 1º ano do Curso Ginásial (1907 a 1933)

Livro de Matrículas 2º ano do Curso Ginásial (1907 a 1933)

Livro de Matrículas 3º ano do Curso Ginásial (1907 a 1933)

Livro de Matrículas 4º ano do Curso Ginásial (1908 a 1933)

Livro de Matrículas 5º ano do Curso Ginásial (1909 a 1933)

Atas de Exames de Admissão (1908 a 1916)

Atas de Exames de Preparatórios (1926)

Atos de Portarias (1916 a 1943);(1943 a 1958)

Livro de Festividades (1908 a 1935)

Livro de Visitas do Atheneu Sergipense (1916 a 1951)

3. Jornais

Diário da Manhã, 10 de junho de 1911

Diário da Manhã, 24 de julho de 1914

Correio de Aracaju, 19 de novembro de 1909

Correio de Sergipe, 27 de outubro de 1847

Correio de Sergipe, 10 de novembro de 1849
Correio de Sergipe, 26 de outubro de 1890
Jornal do Aracaju, 5 de fevereiro de 1871
Jornal do Aracaju, 16 de março de 1872
Jornal do Aracaju, 11 de abril de 1872
Jornal do Aracaju, 1º de fevereiro de 1873
Jornal do Aracaju, 7 de março de 1874
Jornal do Aracaju, 14 de janeiro de 1874
Jornal Folha de Sergipe, 3 de dezembro de 1908
O Povir, 18 de fevereiro de 1900

4. Legislação - Decretos, Leis, Regulamentos

Lei, 30 de março de 1849
Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870
Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871
Resolução 968, 21 de abril de 1874
Resolução, 8 de abril de 1874
Regulamento da Instrução Pública, 20 de abril de 1875
Resolução 1046, 8 de maio de 1876
Regulamento, 9 de janeiro de 1877
Resolução 1210, 30 de março de 1882
Decreto 119, 9 de janeiro de 1890
Decreto, 14 de março de 1890
Decreto 3, 6 de agosto de 1891
Decreto 4, 6 de agosto de 1891
Decreto 19, 10 de dezembro de 1891
Decreto Provincial 22, 11 de janeiro de 1892
Lei 35, 18 de agosto de 1892
Decreto 45, 19 de janeiro de 1893
Decreto 231, 9 de julho de 1897

Decreto 351, 9 de junho de 1899
Lei 366, 6 de novembro de 1899
Decreto 463, 11 de agosto de 1900
Decreto 501, 5 de agosto de 1901
Lei 495, 7 de novembro de 1905
Decreto 543, 9 de outubro de 1906
Decreto 550, 13 de novembro de 1907
Decreto 556, 24 de agosto de 1908
Decreto 563, 12 de agosto de 1911
Lei 571, 19 de outubro de 1912
Decreto 571, 19 de outubro de 1913
Decreto 633, 17 de junho de 1916
Lei 731, 21 de setembro de 1917
Decreto 721, 31 de março de 1921
Decreto 912, 12 de dezembro de 1925
Lei 978, 10 de novembro de 1926
Lei 40, 18 de novembro de 1936
Decreto 299, 24 de setembro de 1940

5. Mensagens, Falas, Relatórios

Fala do Presidente da Província Dr. José Ferreira Souto na abertura da 2ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe, 5 de maio de 1847.

Relatório apresentado ao Presidente da Província de Sergipe pelo Diretor da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araujo – Jornal de Aracaju, 11 de abril de 1872.

Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1873 pelo Vice-Presidente Cypriano de Almeida Sebrão.

Relatório do Presidente da Província de Sergipe Antônio dos Passos Miranda, 1874.

Relatório do Presidente da Província de Sergipe Antônio dos Passos Miranda em 1º de janeiro de 1875.

Relatório da Direção do Atheneu Sergipense, agosto de 1902.

Relatório da Direção do Atheneu Sergipense, agosto 1903.

Relatório da Direção do Atheneu Sergipense, agosto 1905.

Relatório da Direção do Atheneu Sergipense, agosto 1907.

Relatório da Direção do Atheneu Sergipense, agosto 1908.

Mensagem do Presidente de Sergipe José Rodrigues da Costa Dórea à Assembléia Legislativa, 7 de setembro de 1910.

6. Revistas, Folhetos, Fascículos

Diário Oficial do Estado de Sergipe, 9 de abril de 1929.

Diário Oficial do Estado de Sergipe (1919 a 1931).

ANEXOS

ANEXO I**RELAÇÃO DOS DIRETORES DO ATHENEU SERGIPENSE**

Manuel Luiz Azevedo d'Araujo	1870 a 1874
Manuel Pereira Guimarães	1874 a 1877
Tomas Diogo Leopoldo	1877
Bricio Maurício de Azevedo Cardoso	1877 a 1879
Antonio Diniz Barreto	1880 a 1881
Alfredo de Siqueira Montes	1881 a 1885
João Ferreira de Brito Travassos	1885 a 1886
Olyntho Rodrigues Dantas	1886 a 1893
Manuel de Passos Oliveira Telles	1893 a 1896
Francisco Teixeira de Faria	1896 a 1898
Geminiano Paes de Azevedo	1898 a 1901
Baltazar de Araújo Góes	1901 a 1904
Candido da Costa Pinto	1904 a 1912

Relação construída a partir das documentações levantadas e do quadro de Diretores que consta no rol do Atheneu Sergipense. Há divergências de nomes e datas.

ANEXO II

CORPO DOCENTE DO ATHENEU SERGIPENSE

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Thomaz Diogo Leopoldo		11/1900	Médico	Gram. Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos/ Retórica e Poética	1871	
Antonio Diniz Barreto	04/11/1821	09/05/1886	Professor, poeta.	Gram. e Trad. da Língua Latina	1871	Diretor da Instrução Pública
Geminiano Paes de Azevedo	17/03/1837	23/03/1915	Poeta, professor, jornalista.	Gram. e Trad. da Língua Francesa	1871	Diretor do Atheneu Sergipense (1898 – 1901)
Justiniano de Melo e Silva	08/01/1853	12/02/1940	Poeta, professor, historiador. Doutor em Ciências Sociais	Gram. e Trad. da Língua Inglesa História Universal e da Civilização	1817 a 1874 1896	Secretário do Governo do Paraná – 1875; Deputado no Paraná.
Tito Augusto Souto de Andrade		25/09/1881		Aritmética, Álgebra e Geometria	1871	
Raphael Archanjo de Moura Mattos				História e Geografia	1871 a 24/03/1890	Juiz de Paz / Delegado de Polícia
Sancho de Barros Pimentel	16/10/1849	19/02/1924		Filosofia Racional e Moral	1871 a 1883	
Ignácio de Souza Valadão				Pedagogia	1871	
Bricio Maurício de Azevedo Cardoso	09/07/1844	21/11/1924	Professor, jornalista	Retórica e Poética / Gramática Filosófica / Português / Língua Vernácula	1875 / 1877	Membro da Assembléia Legislativa Constituinte – 1892 Diretor da Escola Normal (1877-1879)
José João de Araújo Lima		22/09/1876		História / Filosofia	20/04/1874	

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Ascendino Ângelo dos Reis	20/04/1852		Bacharel	Inglês / História	12/02/1874 a 1877	Cirurgião do Corpo de Saúde / Médico do Exército
Pedro Pereira de Andrada			Engenheiro	Geometria	20/04/1874	
Alfredo Rodrigues de Siqueira Montes	01/01/1848	01/08/1906		Inglês	1877	Diretor da Inst. Pública / Diretor da Escola Normal / Delegado de Polícia
Antônio Diniz Barreto	04/11/1821	09/05/1886		Latim	1880	Diretor de Inst. Pública
Manuel Francisco Alves de Oliveira	10/12/1849	25/01/1916	Ciências Eclesiásticas	História / Religião / Pedagogia / Geografia / Astronomia	18/05/1874	Diretor Geral de Inst. Pública – 28/09/1894
Feliciano Euzébio Dias Prazeres					1881	
Luiz Antônio de Faria						
Severiano Cardoso	14/03/1940	02/10/1907	Poeta / Professor	Italiano / Português Aritmética Literatura / Lógica	1882 1855 1889	Bibliotecário Deputado Estadual
Luiz Carlos da Silva Lisboa		22/05/1903		Pedagogia Teoria e Prática Geografia e Astronomia	1882 1903	
Joaquim do Prado Sampaio Leite	03/06/1865	13/02/1932	Farmacêutico Bacharel	Aritmética e Álgebra Literatura / Lógica Psicologia / Lógica Lógica e Direito Político	1882 1907 1911 1912	Promotor Juiz Deputado
Daniel Campos	25/05/1855	08/02/1922	Médico	Elementos de Ciências Físicas e Naturais Elementos de Fisiologia e Higiene Filosofia Racional	1882 1883	Deputado Constituinte do Estado (1891) Presidente do Estado em Exercício (1898)

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Gustavo Hasselmann				Alemão	1882	
Olyntho Rodrigues Dantas	23/08/1861		Médico	Latim Ciências Físicas e Naturais	1882 1890	Fez parte da Junta Governativa Diretor do Atheneu e da Escola Normal
Felix Diniz Barreto	21/06/1846	18/12/1904	Professor	Pedagogia Latim	1885	Membro da Assembléia do Estado (1895)
Narcizo da Silva Marques				Geografia / História	1890 1892	
Candido Campos				Alemão	1890	
Baltazar de Araújo Góes	30/10/1853	13/01/1914	Professor, Jornalista	Português Geografia Geral e Astronomia	1890 1893	Diretor do Atheneu (1901) Diretor da Inst. Pública (1905)
Plínio José dos Santos					1893	
Francisco Teixeira de Faria	14/07/1860	25/04/1923	Farmacêutico	Matemática , Geometria e Trigonometria	1893 a 1915	
João Antonio Pereira Barreto	13/01/1876		Jornalista	Escrituração Mercantil / História	1896	
Guilhermino Amâncio Bezerra	03/02/1847	02/08/1909	Farmacêutico	Ciências Físicas e Naturais	01/03/ 1897	Promotor Público Deputado Provincial e Estadual
Manuel dos Passos de Oliveira Teles	29/08/1859		Bacharel	Grego	1898	Diretor da Inst. Pública e da Escola Normal (1898 a 1903) Juiz
Rodolpho Ramos Fontes			Tenente	Mecânica e Astronomia Aritmética e Álgebra	1900	

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Antonio Baptista Bittencourt Junior			Farmacêutico		1900	
Antônio Garcia Rosa	08/12/1877		Farmacêutico	Corografia do Brasil Francês	1899 1900	
				Geografia Ciências Naturais	1911	
Luiz de Figueiredo Martins			Farmacêutico	Desenho Grego	1900 1901	
José Moreira Magalhães	27/07/1857	05/07/1913	Médico	Física e Química Geografia Geral e Corografia do Brasil e Noções de Cosmographia	15/06/1899 1912	
Eutvchio de Novaes Lins	30/05/1852	22/03/1918	Professor	Aritmética Matemática Elementar Geometria e Álgebra Português	1904 1907 1910 1913	Diretor do Banco de Sergipe Revisor do "Jornal de Aracaju"
Aristides da Silveira Fontes	26/03/1881		Médico	Geografia / Mecânica e Astronomia Física, Química e Higiene	1904 1911	Deputado Estadual Diretor do Atheneu (1916-1920) Médico do Hospital de Caridade e da Escola de Aprendizes de Marinheiros
Padre Possidonio Pinheiro da Rocha				Latim		Diretor de Instrução Pública
Mário Guaraná de Barros	22/05/1881		Poeta, Jornalista	Geografia	1905	
Tancredo de Souza Campos			Farmacêutico	Geografia História Natural	1907 1913	
Alcebiades Correa Paes			Médico	Inglês	1907	

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Leonardo Gomes de Carvalho Leite				Geografia Geral , Corografia e Noções de Cosmografia	1911	
Alfredo Passos Cabral	07/08/1887		Bacharel	História Universal e do Brasil	14/02/1911 a 15/07/1916	
Abdias Bezerra	07/09/1880			Francês Aritmética e Álgebra Português Geometria e Trigonometria Matemática/Desenho	1909 1911, 1916 1912 1915 1933	Diretor do Atheneu – 1922 Diretor do Cursos Comercial “Conselheiro Orlando” -1923 Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe
Alfredo Montes Junior	17/08/1875	13/02/1912	Farmacêutico	Geografia / Inglês Alemão / Desenho	1907 1908	
Ulysses Vianna de Mello			Farmacêutico	História	1907	
Leandro Diniz Faro Dantas			Engenheiro	Francês Desenho	1907 1911	
Odilon de Oliveira Cardoso			Farmacêutico	Aritmética e Álgebra	1912	
Antônio Baptista Bittencourt			Farmacêutico	Álgebra	1912	
Manuel Candido de Souto Pereira				Latim	1912	
Francisco Monteiro Filho	13/03/1866		Advogado	Moral e Instrução Cívica	1913	Deputado Estadual
Padre Jonathas Gonçalves		07/1913		Pedagogia e Metodologia	27/09/1912	
José Alves da Costa				Inglês	1914	

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Durval Madureira Faria			Farmacêutico	Escrituração Mercantil Geometria e Trigonometria	1914 1916	
Adolfo D'Avila Lima	26/08/1882		Bel. Direito	Pedagogia e Metodologia	1914	
Jucundino Andrade				Alemão	1916	
Gentil Tavares da Motta	11/10/1892		Engenheiro Civil	Geometria Descritiva Matemática	1916 1930	1 ^o aluno a colar grau de Bacharel em Ciências e Letras em 22 de março 1911.
Manuel Xavier de Oliveira	27/06/1900		Engenheiro Agrimensor	Aritmética e Álgebra	1924	Diretor do Colégio Tobias Barreto
Manoel Franco Freire				Geometria e Trigonometria Inglês	1916 1927	
Misael Vianna				Aritmética	1929	
João Alfredo Montes				Matemática	1930	
Alfredo Guimarães Aranha			Engenheiro Civil	Matemática	1930	
Walter Camerion Donald				Inglês	1936	
Jose Rollemberg Leite				Química / Matemática	1940	
Jose Fontes Cardoso				Matemática	1940	
Adolpho Valladao				Geometria Descritiva / Princípios e Práticas de Agrimensura/ Ginástica	1916	
Virgilio de Sant'Ana			Bacharel	História da Filosofia	1916	
Adalberto Simeão Sobral	02/08/1887		Vigário	Português Latim	1916 1918	Primeiro redator e Diretor da "A Cruzada"

NOME	NASC.	FALEC.	FORMAÇÃO	CADEIRA	PERÍODO	OUTROS CARGOS
Antonio da Mota Rabello	24/01/1856	02/09/1917		Escrituração Mercantil	1911	Administrador dos Correios, Presidente da Liga Marítima Brasileira, 1 ^o suplente substituto do Juiz Federal
Arthur Fortes	23/07/1881			História Geral História do Brasil	1916	Prof. do Colégio Tobias Barreto Deputado Estadual
Augusto Cezar Leite	30/07/1886		Médico	Noções de Higiene Geral / História Natural aplicável à Agricultura, à Zootecnia e a outros ramos da Indústria Nacional	1916	Diretor da Escola de Aprendizes de Sergipe Presidente da Sociedade de Medicina de Sergipe Diretor do Serviço Cirúrgico do Hospital Santa Izabel
José de Magalhães Carneiro	13/11/1880		Cirurgião Dentista	Geografia Geral / Corografia / Noções de Cosmografia	1911	
Luiz José da Costa Filho	03/10/1886		Bacharel	História / Geografia	1916	Redator dos Jornais: Jornal de Sergipe, Diário da Manhã, Correio de Aracaju (1904) Revisor da Imprensa Nacional (1906) Articulador político de Fausto Cardoso (1906)
Clodomir de Souza e Silva	20/02/1892		Jornalista	Português	1918	Diretor e Redator do Correio de Aracaju

Observação: Esse quadro foi construído à medida que examinávamos as diferentes fontes documentais do Atheneu Sergipense. Quando se delimitou o período da pesquisa entre os anos de 1870 a 1908, já havia dados posteriores a esse período. Optou-se, portanto, por deixá-los registrados. As lacunas existentes possibilitam continuidade de pesquisa para conhecer a rede de sujeitos do Atheneu Sergipense.

ANEXO III

LISTA DE PONTOS DE CONCURSOS REALIZADOS NO ATHENEU SERGIPENSE²²³

I. Pontos para o concurso da cadeira de Inglez – 5 de junho de 1877

Dissertação

1. Origem e filiação da lingua inglesa, suas affinidades e relações com outras linguas
2. Dialetos inglezes
3. Indole da lingua inglesa em relação a portuguesa, analogias e dessemelhanças
4. Estructura e mecanismo da lingua inglesa
5. A lingua inglesa nas differentes plazas de seo desenvolvimento
6. Artigos inglezes e seos empregos
7. Formas numéricas dos nomes inglezes
8. Formas genericas dos nomes inglezes
9. Maneiras de indicar em inglez o complemento restritivo portuguez
10. Comparativos e superlativos inglezes, sua formação
11. Modos e tempos verbaes, sua formação e seo valor
12. Conjugações verbaes
13. Irregularidades dos verbos
14. Pronomes e adjetivos pronominaes
15. Regencia das palavras variaveis
16. Regencia das palavras invariaveis
17. Inglez europeu e inglez americano , suas litteraturas e representantes

Prova escripta

Versarão de um trecho da lingua portuguesa para inglesa, extraida de qualquer das obras adoptadas pelo programa dos exames geraes, sendo por sorte tanto a obra como a pagina.

²²³ Os pontos aqui apresentados foram transcritos das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, portanto com a ortografia do original.

II. Pontos para o concurso da cadeira de Latim – 9 de junho de 1886

Dissertação

1. Declinação dos nomes substantivos latinos
2. Declinação dos nomes adjectivos latinos
3. Preteritos e supinos irregulares
4. Conjugação dos verbos regulares latinos
5. Raizes dos verbos
6. Genero dos nomes
7. Dos adverbios e preposições
8. Das conjunções e interjeições
9. Teoria das casas dos nomes
10. Prosodia latina
11. Sintaxe latina
12. Arte classificatoria

Examinadores:

Olyntho Rodrigues Dantas, Félix Diniz Barreto, faltou e foi substituído por Luiz Carlos da Silva Lisboa, Manoel Francisco de Oliveira.

III. Pontos para o concurso da cadeira de Francez – 9 de junho de 1886

1. Origem e desenvolvimento da lingua franceza
2. Teoria do artigo
3. Emprego dos participios
4. Emprego das negativas
5. Flecções nominais e verbais
6. Teoria e emprego do pronome “eu”
7. Teoria dos verbos irregulares
8. Teoria dos homonymos
9. Emprego dos auxiliares
10. Teoria das preposições
11. Teoria das proposições

12. Idiotismos

Obs: O concurso de Latim e Francez foi para a cidade de Estancia e realizou-se em 06 de julho de 1886

Examinadores: Geminiano Paes Azevedo, faltou e foi substituído por Bricio Cardoso, Alfredo de Siqueira Montes e Raphael Archanjo de Moura Mattos.

IV. Pontos para o concurso da cadeira de Chorographia e Historia do Brasil – 4 de julho de 1890

Chorografia

1. Area posição e limites do Brazil
2. Configuração horisontal, portos, ilhas e sua natureza
3. Conviguração vertical, rochas e fosseis do Brazil
4. Grandes bacias hydrograficas do Brazil
5. Climatologia do Brazil; determinação de suas isothermas e distribuição das chuvas
6. Productos minerais, florestas e agriculas; aviticutura e sericultura
7. Geographia physica , politica e economica do Estado de Sergipe
8. Imigração, colonisação e aclimatação das diversas raças no Brazil
9. Instrução publica
10. População, commercio, associações, finanças do Brazil e suas estatisticas
11. Vias de comunicação terrestre, ferrea, fluvial, maritimas e telegraphicas

Historia do Brazil

1. Christovão Colombo apportando as Lucarias e Pedro Cabral a Porto Seguro, encontraram essas duas porções da América povoada por selvagens de caracteres physicos diferentes: donde provierão esses individuos, como se acharão no novo Continente ao tempo das descobertas e quaes as raças que pertenciam?
2. Foram racionais as medidas empregadas por D. João II para colonisar o Brazil? Surtiram d'ellas o desejado effeito, a ordem, o progresso, a segurança, a prosperidade da colônia ou a embarcaram exigindo prompto remedio?

3. Que acção directa ou indirecta exerce a Companhia de Jesus nos negocios internos e externos da colonia portugueza e os meios de que se serviram os Jesuitas para tornarem-se uma potencia na terra conquistada aos primitivos habitantes?
4. As primeiras tentativas de mineração que influencia na sorte da lavoura colonial, sob o ponto de vista ethico e scientifico. O velho Caramuru concorreu para o engrandecimento da terra descoberta. Roberio Dias será um ente imaginário? E as Minas de Prata?
5. Quais as causas que determinaram a introdução africana na colonia portuguesa? Como instituiu-se nella a escravidão? Quaes os malles ella acarretou á Patria? Donde partiram as primeiras ideas de redempção, quem as propagou no tempo do imperio e que attitude tomaram no ultimo decennio?
6. Os patriotas de 1822 proclamando a independencia do Brazil e entregando a coroa imperial a D. Pedro I procederam corretamente, ou serviram de cegos instrumentos a ambição do filho de D. João VI? Que juízo se pode formar do grito do Ipyranga? O principe estrangeiro, que fundou o imperio, era sincero em relação aos negocios da corte portugueza e especialmente ao Brazil?
7. Que juizo formar dos liberais de 1831, promotores da revolução de 7 de abril, provocando a abdicação e estabeleceu a regencia provisoria no imperio? Este acto impolitico concoreria para o atraso da pátria brasileira, oppondo-se ás tendencias do espirito americano?
8. Qual a politica adotada por Pedro II desde 1840 á 1889? O seu reinado terá sido um reinado constitucional, ou o pacto fundamental brasileiro limitou-se a ser uma mera formula, predominando-se poder pessoal? Que papel o parlamentarismo desempenhou em meio seculo de reinado?
9. Qual o estado das finanças, das letras, da industria, das artes do Brazil no segundo reinado? Que vantagens auferia a lavoura dos braços escravos? Quaes os effeitos immediatos da lei N^o 335 de 13 maio de 1888? A Abolição teria concorrido para resolução de 15 de novembro de 1889? Quais as relações que esta revolução tem com o passado do Brazil?

V. Pontos para o concurso da cadeira de Pedagogia – 12 de maio de 1893

1. Definição e seu objecto
2. Methodos de ensino
3. Educação physica
4. Educação moral
5. Educação em geral

Obs. Esse concurso foi para a cadeira de 2ª classe da Villa do Riachão.²²⁴

Banca Examinadora: Alfredo de Siqueira Montes, Francisco Teixeira de Farias e Alexandre Teixeira.

VI. Pontos para o concurso da cadeira de Pedagogia – 12 de maio de 1894

1. Educação intellectual
2. Educação moral
3. Meios disciplinares

Prova escripta

Lingua nacional

Arithmetica

Historia da pedagogia

Prova oral

Todas as partes de cada uma das materias do ensino primario

Obs. Esse concurso foi para a cadeira de 2ª classe da Villa de São Paulo

Banca Examinadora: Alfredo de Siqueira Montes, Francisco Teixeira de Farias e Candido Campos.

VII. Pontos para o concurso da cadeira de Pedagogia – 27 de novembro de 1894

1. Educação intellectual
2. Educação moral
3. Meios disciplinares

²²⁴ Conforme a Lei 35 de 18 de agosto de 1892 as Cadeiras de 1ª classe eram as dos povoados; cadeiras de 2ª classe as das vilas; cadeiras de 3ª classe as das cidades; cadeiras de 4ª classe as do perimetro da capital.

Obs. Esse concurso foi para a cadeira de ensino mixto do povoado São Pedro termo de Capella

Banca Examinadora: Alfredo de Siqueira Montes, Candido Campos e Geminiano Paes.

VIII. Pontos para o concurso da cadeira de Sciencias Physicas e Naturaes – 3 de fevereiro de 1897

Physica

1. Definição e divisão da Physica, o lugar que ella ocupa na classificação das sciencias. Força attractiva e repulsiva. Diversos estados dos corpos, caracteres de cada estado. Propriedades geraes dos corpos.
2. Movimento e força
3. Attração universal. Lei de Newton. Gravidade, sua direcção, causas que a modificam. Lei da queda dos corpos.
4. Equilibrio dos fluidos. Pressão e impulso dos fluidos. Principio de Pascal. Equilibrio dos corpos fluctuantes. Principio de Archimedes.
5. Calor, medidas da temperatura. Dilatação dos corpos pelo calor. Thermometros. Pendulo compensador.
6. Pressão atmospherica. Barometro.
7. Da luz na propagação e sua intensidade.
8. Da eletricidade, corpos conductores e isoludocso.

Chimica

1. Definição e divisão da Chimica. Corpos simples e compostos. Combinação e mistura. Leis da combinação.
2. Theoria atomica. Affinidade e causas que a modificam.
3. Acidos, bases e saes.
4. Hydrogeneo, Oxygeneo e Ozono.
5. Água
6. Ar atmosférico
7. Carbono
8. Classificação dos metaes, classificação de Phenosol, classificação natural.

Botânica

1. Definição da Botânica, sua divisão. Tecido celular, fibroso e vascular
2. Estudo geral da haste.
3. Estudo geral da raiz.
4. Estudo geral da folha.
5. Estudo geral da flor.
6. Estudo geral da nutrição vegetal, absorção, respiração e assimilação.

Zoologia

1. Definição de zoologia. Divisão dos reinos da natureza, seus caracteres distinctivos
2. Animais vertebrados, seus caracteres.

Banca Examinadora: Geminiano Paes D’Azevedo, Bricio Cardoso e Francisco Teixeira de Faria.

IX. Pontos para o concurso da cadeira de Francez – 17 de maio de 1909

Prova escripta

1. Flexões dos adjectivos
2. Formação da lingua Franceza
3. Flexão do nome
4. Theoria do Pronome
5. Theoria do Verbo

Prova oral de leitura e tradução e analyse commentada sobre trecho sorteado

1. Formação da lingua Franceza
2. Derivação e composição dos vocabulos
3. Theoria dos pronomes
4. Theoria dos verbos
5. Palavras invariaveis
6. Origem das lettras

X. Pontos para o concurso de Historia Geral e Especial do Brazil – 9 de maio de 1910

História Geral

Prova escripta

1. Assyrios, persas, phenicios e judeos. Compania monarca e scientifica
2. Geccia. Instituição e leis de Sparta, Athenas, e Purdos
3. Lettras e artes na Grécia. Homero. A arte militar dos gregos e guerras com os persas
4. Philype Alexandre e seo Império. Alexandria.
5. Roma. Religião, culto, familia. Os reis. A arte militar romana e guerras prucias
6. (?) populares em Roma. (?) e Cezar. A queda da republica
7. Origem do christianismo, sua propagação. O baixo imperio. Organização e templo da igreja
8. Instituição inglesa; a magna carta. O juiz. O parlamento.
9. Innovações da polvora, da bussola, do papel e da imprensa. Consequencias materiaes e moraes
10. Renascença e sua influencia nas lettras. A reforma. Luttero
11. Absolutismo em França. Lei 13^a e Lei 14^a
12. Seculos 17 e 18. As sciencias, lettras e artes. Regimen parlamentar
13. Revolução Franceza
14. Expansão da civilização européia na Africa, na Asia, Oceania e America

História do Brazil

Prova oral

1. Descobrimto do Brazil, Navegadores hespanhoes e portugueses
2. A população aborigena – traços ethnolocos geraes
3. A colonização – capitancias hereditarias e sua ruina
4. O governo Geral – fundação da Colonea
5. As trez raças da Colonea. Os Jesuitas
6. Represalias contra o Brazil. Os francezes. Origem do Rio de Janeiro
7. Represalias contra o Brazil. Os holandezes. Invasão da Bahia, Pernambuco, Mauricio de Nassau
8. Queda do dominio Hollandez

9. Historia Geral do Brazil
10. As entradas e as bandeiras
11. Os padres Vieira e Anchieta
12. A escravidão dos negros, trafego, agricultura
13. Rebelião de Brchman
14. Reação nativista, Moscates e Emboadas
15. Historia local no Norte
16. Historia local no Centro
17. Historia local no Sul
18. Du bler – Du Gay - Tronin
19. As fronteiras – guerras no sul
20. A conspiração mineira
21. D João VI. Refugio na America
22. A independência. A constituinte. O primeiro reinado
23. A regencia
24. Segundo reinado
25. Guerra do Paraguay
26. A abolição da Escravatura
27. Proclamação da Republica
28. A revolta de setembro
29. Presidentes da Republica
30. Presidencialismo no Brazil

Banca Examinadora: Joaquim do Prado Sampaio Leite, José Moreira de Magalhães e Alfredo Montes Júnior.

XI. Pontos para o concurso da cadeira de Pedagogia e Metodologia - 17 de novembro de 1913

Prova escripta

1. Definição e historia da Pedagogia
2. Instrução e didactica
3. Educação intelectual, digo physica
4. Educação Moral e Civica
5. Educação intellectual
6. Relações da Pedagogia com a Psychologia
7. Relações da Pedagogia com as questões sociaes
8. Relações da Pedagogia com a Physiologia
9. Sanccões e Premiações

Prova pratica

1. Que se deve entender por Methodologia?
2. Quaes os principios didaticos relativos ao mestre, ao alumno e ao ensino?
3. Que se deve entender no ensino por exposição, catechese, invenção, repetição, exame, analyse e sinthese, dialogo, methodo de Jacoted e o methodo socratico ou dedutivo?
4. Que se deve entender por ensino individual, simultaneo, mutuo e mixto?
5. Que é methodo intuitivo em que consiste e como se applica?

Banca Examinadora: Alfredo Cabral, Joaquim do Prado Sampaio e Eutychio de Novaes Lins.

ANEXO IV

ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE (1871-1916)

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
05/01/1871	Eleição do secretário Confecção do Estatuto	Eleito o secretário da Congregação o professor Raphael Moura Mattos Comissão para confeccionar o Estatuto: Thomas Leopoldo e Geminiano Paes Próxima sessão dia 12 de janeiro de 1871	Regimento de 24 de outubro de 1870
12/01/1871	Aprovação da ata Aprovação do Estatuto Organização da festa de inauguração	Ata da sessão anterior aprovada sem restrições Aprovado o Estatuto e enviado para o Presidente da Província Abertura do Atheneu para o dia 3 de fevereiro de 1871 e organização da solenidade, com eleição de comissões	Ignácio Valadão visitou a Escola Normal da Bahia por ordem do Governador de Sergipe para melhor desenvolver suas aulas de Pedagogia
03/02/1871		Sessão solene de abertura, inauguração e instalação do Atheneu Sergipense	
30/03/1871	Aprovação da ata de instalação Aprovação do estatuto pelo Presidente da Província Solicitação do abono de faltas	Ata da sessão de instalação do Atheneu foi aprovada Eleita nova comissão para estudar sobre o Estatuto do Atheneu: Tito Augusto, Sancho Pimentel, Moura Mattos As faltas dos alunos foram abonadas	Tito Augusto não concorda com o Estatuto
01/06/1871	Aprovação da ata Solicitação de abonos de faltas Apresentação de relatórios dos professores	Ata aprovada com emenda sobre o número de votos e constituição de nova comissão Aprovado o abono das faltas Aprovação dos relatórios apresentados pelos professores sobre o aproveitamento, comportamento e freqüência de seus alunos Marcada sessão extraordinária para aprovação do Estatuto feito por nova comissão	
03/08/1871	Solicitação de abono de faltas	Aprovado o abono das faltas	
14/11/1871	Aprovação da ata Apresentação de proposta do Estatuto Relação dos alunos que perderam o ano e os habilitados para exame	Aprovação da ata da sessão anterior Aprovação da proposta do Estatuto Aprovação da relação dos alunos que perderam o ano em Inglês e dos habilitados para exame Abertura dos exames e eleição das bancas examinadoras A memória histórica e relatório do Atheneu Sergipense devem ser elaborados a cargo do Prof. Justimiano de Melo e Silva, como também o relatório anual de instrução	Houve exames nas diferentes matérias, menos em Retórica e Poética
01/12/1871		Não houve sessão por não ter comparecido número suficiente de lentes	
31/01/1872	Deliberar sobre o horário Eleição de novo secretário	A aula de Matemática passa a funcionar as 7 horas, a de Inglês as 9 horas e as demais no mesmo horário do ano anterior Eleito como secretário o lente Sancho de Barros Pimentel	
02/03/1872	Ofícios	Solicitação de mudança do horário da aula de Inglês	
07/03/1872		Volta a ser discutido o horário da aula de Inglês, ficando determinado que seria as 4h 30	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
01/08/1872		Não houve sessão por não ter comparecido número suficiente de lentes	
01/02/1873	Eleição de secretário Horário das aulas	Eleito novo secretário o lente Geminiano Paes de Azevedo A direção solicita os programas dos trabalhos escolares	
10/07/1873	Aprovação da ata Solicitação de abono de faltas Substituição do presidente da comissão examinadora	Aprovação da ata da sessão anterior As faltas foram abonadas Adiada a decisão de substituição do presidente da comissão examinadora por ser matéria legislativa e implicar reforma no Estatuto	
14/11/1873	Aprovação da ata Solicitação de abono de faltas Eleição das bancas examinadoras	Aprovação da ata da sessão anterior As faltas foram abonadas O Governo Geral validou os exames de Preparatórios nas Províncias do Império e estes foram realizados no Atheneu Sergipense Nesse ano só aconteceu exame nas matérias que constituem o Curso Normal: Gramática, Filosofia, Pedagogia, Geografia e Aritmética. Eleitos os membros das bancas examinadoras	
31/01/1874	Eleição do secretário Solicitação do professor de Aritmética	Eleito como secretário da Congregação o lente Justiniano de Mello e Silva Nomeados os professores Tito Augusto Moura e Ignácio Souza Valladão, para darem parecer sobre a solicitação do lente de Aritmética para ser adotado o compêndio de Macedo Costa	
05/03/1874	Solicitação de mudança de horário Solicitação de abono de faltas	O horário do professor Ascendino Reis não foi alterado As faltas não foram abonadas, pois o aluno Olympio Pereira d'Araujo, do 1º ano do Curso Normal apresentou mais de 40 faltas	Ascendino Reis foi Prof. de Inglês e 1877 transferido para a cadeira de História
30/04/1874	Organização dos horários	Aprovado o horário	Moura Mattos pede troca de horário das aulas de Retórica e de Pedagogia
07/05/1874	Ofícios de alunos reclamando sobre o horário	Atendida a solicitação dos alunos e os horários foram alterados	
04/09/1874	Aprovação da ata Queixa de professor sobre comportamento de aluno	Ata da sessão anterior aprovada Aplicação de penalidade ao aluno infrator queixado pelo professor Geminiano de Azevedo. Ele estava "bailando com os pés sobre o pavimento"	Primeira penalidade aplicada – detenção por 3 h do aluno Jason Valladão
01/10/1874	Aprovação da ata Abono de faltas	Ata da sessão anterior aprovada As faltas foram abonadas	
12/11/1874	Eleição das bancas examinadoras Eleição para redigir a Memória Histórica do Atheneu	Eleitas as bancas examinadoras Eleito para redigir a Memória Histórica do Atheneu no ano de 1874, o lente Sancho de Barros Pimentel	Exames Gerais de Preparatórios e Exames do Atheneu
03/02/1875	Aprovação da ata Organização dos horários	Ata da sessão anterior aprovada Eleita comissão para organizar o Regimento	
29/04/1875	Deliberar sobre queixa apresentada	O aluno que agrediu fisicamente o seu colega, solicitou a sua eliminação da matrícula	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
27/08/1875	Concurso das Cadeiras de Geometria e História Universal	Eleita a banca examinadora e aprovados os dois candidatos: Pedro Pereira de Andrade pra a cadeira de Geometria e José João de Araújo Lima para a cadeira de História	Não lista os pontos, há provas escrita e oral.
01/02/1876	Horário das aulas	Mesmo horário do ano passado	
01/04/1876	Aprovação da Ata Modificação no horário	Aprovação da Ata da sessão anterior Reformado o horário da aula de História das 11h a 1h 30 da tarde	
03/06/1876			Não houve n. legal
06/06/1876			Não houve n. legal
07/06/1876	Modificação do horário	Gramática Filosófica passa a ser lida das 10h às 11h e Francês das 11h às 12h	
03/08/1876			Não houve n. legal
04/08/1879	A necessidade de distribuir exemplar dos programas dos pontos dos exames de preparatórios	Aprovada a distribuição do exemplar dos programas dos pontos dos exames gerais de preparatórios.	
23/09/1876	Comunicado o falecimento do lente da cadeira de História, José João de Araújo Lima, em 22 de setembro de 1876	Voto de condolências Suspensão dos trabalhos escolares por 3 dias úteis Membros da Congregação de luto por 8 dias	
10/10/1876	Aprovação da Ata	Distribuídos exemplares do programa dos exames gerais. Solicitação ao Governo Provincial de um exemplar de cada uma das obras mencionadas no programa de exames gerais para serem utilizadas nas aulas	
01/02/1877	Escolha dos compêndios Aprovação dos programas de ensino Distribuição das horas das lições Escolha do secretário da Congregação Distribuição dos horários dos exames de preparatórios	Todos os prof. votaram contra a validade dos exames de preparatórios na província. Início das aulas as 7 da manhã e não às 9 h como determinou o novo regulamento.	10 eram as matérias lecionadas no Atheneu
08/02/1877	O Governo desaprovou a proposta de início das aulas as 7 da manhã Reforma do horário	Adotar o programa do Governo Geral para os exames de preparatórios como programa do Atheneu. Recebia o diploma de Humanista quem fosse aprovado nas 10 matérias do ensino secundário	Muitos debates sobre os horários
12/04/1877	Julgamento das faltas dos alunos	Eleita comissão para organizar regimento especial para concurso das cadeiras: Rabhael Archanjo de Moura Mattos, Ascendino Ângelo dos Reis e Bricio Cardoso	
21/04/1877	Aprovação da ata Parecer da comissão do regulamento para concurso	Aprovada a ata e o regulamento dos concursos	São transcritos todos os artigos
17/05/1877	Horário das aulas Abono de faltas dos alunos	Abonada as faltas Eleição do secretário – Bricio Cardoso	
05/06/1877	Vaga de concurso da cadeira de Inglês e lista dos pontos	Aprovado	Lista 17 pontos para a prova de dissertação

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
07/06/1877	Abono das faltas Eleição de comissão para elaborar o Regulamento	Abonadas as faltas Eleita Comissão para organizar os programas, elaborar programa para distribuição dos prêmios e da colação de grau, confeccionar programa dos exames. Solicita Brício Cardoso que o Atheneu possa emitir certificado dos exames de preparatórios com validade em todo o Império.	Diretor Especial do Atheneu - Pelino Francisco de Carvalho Nobre.
22/06/1877	Concurso à cadeira de Inglês	Desenvolvimento do Concurso	
23/06/1877	Continuação do concurso	Apuração – há problemas durante a arguição e a apuração.	
03/07/1877	Juramento e posse do lente de Inglês	Posse do lente aprovado no concurso de Inglês – Alfredo de Siqueira Montes	
14/07/1877	Abono das faltas	Faltas abonadas	Moura Mattos e Brício Cardoso deixaram de lecionar no dia 13 porque o Atheneu estava de portas fechadas até depois de 8h30
16/08/1877	Abono das faltas	Faltas abonadas	
26/10/1877	Abono das faltas	Faltas abonadas	
03/11/1877	Abono das faltas Marcar dias para os exames Organização das mesas examinadoras	Faltas abonadas 12 de novembro início dos exames Bancas examinadoras composta	
23/02/1878	Eleição do secretário Adoção dos compêndios Programa de ensino Horários	Mesmos compêndios e programas do ano anterior Eleito o secretário – Geminiano Paes	
22/03/1878	Remoção do prof. de Retórica para a cadeira de Gramática Filosófica	Aprovada a remoção do Prof. Brício Cardoso	
11/07/1878	Abono de faltas	Faltas abonadas	
05/09/1878	Abono de faltas	Faltas abonadas	
17/10/1878	Abono de faltas	Faltas abonadas	
04/11/1878	Abono de faltas Encerramento das aulas Mesas examinadoras	Faltas abonadas 5 de novembro encerramento das aulas 8 de novembro início dos exames de Humanidades: Português, Latim, Francês, Inglês, Geografia, História, Aritmética, Álgebra, Geometria, Retórica. Organização das mesas examinadoras	
06/02/1879			Falta de número legal
08/02/1879	Eleição do secretário Substituição dos compêndios Elementos de Gramática Inglesa de Franco Meirelles pela Gramática de Jacob Bensabat Horários	Eleito secretário – Moura Mattos Aprovada a substituição do compêndio Mesmo horário do ano anterior	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
01/05/1879	Abono de faltas Reclamação de horário do prof. de Latim	Faltas abonadas	
03/11/1879	Abono de faltas Enceramento das aulas Mesas examinadoras	Faltas abonadas 4 de novembro enceramento do ano Eleita as mesas examinadoras	
17/02/1880	Eleição do secretário Determinação dos compêndios e programas de ensino Horário das aulas	Eleito secretário Ignácio de Souza Valladão Compêndios e programas iguais ao ano anterior Mesmo horário com exceção da aula de Filosofia	
09/09/1880	Abono das faltas	Faltas abonadas	
10/09/1880	Requerimento do prof. Manuel Francisco de Oliveira	Debate sobre o requerimento e se o caso era competência da Congregação	O Prof. Ascendino Angelo dos Reis (cirurgião do corpo de saúde) foi transferido para o Amazonas. Prof. Oliveira pede que o Governo desconsidere essa transferência.
03/11/1880	Enceramento das aulas Exames Mesas examinadoras	Marcada data do enceramento das aulas 4 de novembro Exames marcados para 5 de novembro Mesas examinadoras deliberadas	
01/02/1881	Eleição do secretário Substituição dos compêndios Horário	Eleito secretário – Ascendino Ângelo dos Reis Aceita a substituição dos compêndios Mesmo horário do ano anterior, só muda para 9 às 10h30 a aula de Inglês	
02/06/1881	Abono das faltas	Faltas abonadas	Pelo preceito legal a 1 ^a quinta-feira de cada mês devia haver reunião para abonar ou não as faltas cometidas pelos alunos
09/08/1881	Organizar o plano de estudos e horários	Não havendo diretor especial do Liceu, pode a Congregação funcionar com o Diretor Geral de Instrução Pública e especial do extinto Atheneu Sergipense? Consultar o Governo Provincial	O colégio intitula-se Lyceu Secundário de Sergipe
12/08/1881	Planos de estudos	Aprovado o plano Designada comissão para organizar o regimento interno do Liceu.	
24/08/1881	Solicitar ao Presidente da Província permissão para as aulas funcionarem como avulsas, uma vez que não houve matrículas nem classificação no curso gradual		Esse é o Governo de Inglês de Souza
05/09/1881	Requerimento do Padre José Nabuco d'Oliveira professor jubilado da Língua Latina para ser dividida em duas cadeiras	Aprovada ata anterior Não aceitam o pleito do professor	
26/09/1881	Tito Augusto Souto de Andrade faleceu em 25 de setembro de 1881	Suspensão das aulas por três dias consecutivos	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
01/02/1882	Não houve matrícula nem no curso nem nas aulas avulsas	Mesmo programa, horários e compêndios do ano anterior Eleito secretário – Alfredo de Siqueira Montes Prorrogação do prazo de matrícula	
31/03/1882	Juramento e posse do Prof. de Italiano Severino Cardoso, com juramento no livro dos “Santos Evangelhos”		Escola Normal inaugurada em 16 de setembro de 1881 A partir dessa reunião consta “reunião da Eschola Normal” Há dois cursos: 1º e 2º graus na Escola Normal e dois estabelecimentos da mesma escola.
05/04/1882	Nomeados lentes vitalícios Luiz Carlos da Silva Lisboa da cadeira de Pedagogia Teórica e Prática Joaquim do Prado Araújo Leite da cadeira de Aritmética e Álgebra	Aprovada ata anterior Deferir juramento dos lentes	
19/04/1882	Escola Normal de 1º grau do sexo feminino - horários	Aprovada ata anterior Posse do prof. vitalício de Elementos de Ciências Físicas e Naturais e Elementos de Fisiologia e Higiene - Daniel Campos	
22/05/1882		Aprovada ata anterior Dar posse ao lente da cadeira de Alemão – Gustavo Hasselmann e da cadeira de Latim – Olyntho Rodrigues Dantas.	
15/06/1882	Faltas dos alunos Horário da aula de Pedagogia Teórica e Prática	Alguns alunos tiveram suas faltas abonadas e outros não	
03/11/1882	Bricio Cardoso propõe um ato de louvor ao prof. Moura Mattos pelos excelentes serviços prestados	Encerramento das aulas Bancas examinadoras para os exames Bricio Cardoso propõe ser examinador gratuitamente.	
01/02/1883		Mantêm os compêndios e programas do ano anterior. Eleito o secretário Ascendino Ângelo dos Reis Determinação do horário O lente de Pedagogia pede esclarecimento sobre o horário.	
03/04/1883		Abono das faltas do mês de março	
02/05/1883	Solicitam ao Governo Provincial providências em consequência de ser alterado o ensino para serem as “cadeiras lidas diariamente” nos dois graus da Escola Normal	Abono das faltas do mês de abril Reorganização dos horários do ensino no Atheneu e no Asilo Nossa Senhora da Pureza.	Primeira Quinta-feira do mês era dia santificado
01/06/1883		Abono das faltas	
03/07/1883	O Diretor lembra o “estado de depressão em que se acha o ensino publico secundario na Provincia” e propõe meios para reerguê-lo	Abono das faltas do mês de junho Os professores Severino Cardoso e Manuel Francisco de Oliveira se oferecem para lecionar diariamente às normalistas.	
02/08/1883	Abono das faltas.		

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
01/09/1883	Alguns alunos estão matriculados, mas não freqüentam as aulas e são eliminadas.	Abono das faltas Eliminar da matrícula vários alunos da Escola Normal de 1 ^o grau para o sexo feminino Voto de agradecimento pelo restabelecimento dos exames gerais de preparatórios.	
01/10/1883		Abono das faltas	
22/10/1883	Voto de pesar pelo falecimento de Manuel Luiz Azevedo D'Araujo	Luto oficial de 3 dias	
25/10/1883		Relação dos pontos p/exames finais do curso normal Bancas examinadoras	
01/02/1884	Compêndio de Religião – História Bíblica de Macedo Costa	Requerimento de Moura Mattos – voto de louvor, admiração e zelo ao lente Severino Cardoso; solicita a restituição da cadeira de Geografia. O Prof. Valladão é contra o voto de louvor pois ele também ensina Português na Escola Normal. Horários Programas e compêndios iguais ao ano anterior	Eleito secretário Luiz Carlos da Silva Lisboa.
05/03/1884		Abono das faltas Mudanças do horário de Geometria	
01/04/1884		Abono das faltas	
01/05/1884		Abono das faltas	
02/06/1884		Abono das faltas	
01/07/1884		Abono das faltas Mudança do horário de História e de Inglês	
05/09/1884			Não houve número legal
01/10/1884		Abono das faltas Mudança de horários de Francês e Aritmética	
03/11/1884		Abono das faltas Exames finais, organização dos pontos	
03/02/1885	Comissão para escrever a memória histórica da Escola Normal – Daniel Campos	Compêndios – cita modificações Horários Eleito secretário – Manoel Francisco de Oliveira.	
26/02/1885		Um prof. solicita providências para manter o silêncio – o motivo era a falta de empregados e um diretor especial para Escola Normal diferente do Diretor do Ensino Público.	
03/03/1885		Abono das faltas Mudança de horários	
07/04/1885	Discussão sobre o livro de ponto dos professores e cadernetas dos alunos	Abono das faltas	Muitos detalhes
01/05/1885		Abono das faltas Mudança da hora da aula do Prof. Geminiano.	
03/08/1885		Abono das faltas Mudança de horários	
01/09/1885		Abono das faltas	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
02/10/1885		Abono das faltas	
04/11/1885		Abono das faltas Exames finais - programas dos pontos e bancas examinadoras	
04/02/1886		Adotar os mesmos compêndios do ano anterior Horários Eleito Félix Diniz Barreto para secretário.	
04/03/1886		Abono das faltas	
02/04/1886		Abono das faltas	
05/05/1886		Abono das faltas Mudança de horário	
09/05/1886		Voto de pesar pela morte de Antonio Diniz Barreto, fechamento por 3 dias da escola.	
09/06/1886		Abono das faltas Mudança de horários Organização dos pontos do Concurso de Latim e Francês	
30/10/1886		Banca examinadora para os concursos	
06/07/1886	Concurso da cadeira de Latim e Francês da cidade de Estância	Provas: dissertação, escrita, oral	Detalha o exame
07/08/1886		Abono das faltas	
30/10/1886	A Congregação faz requerimento ao Presidente da Província, pois foram acusados em relatório, do ruim resultado dos exames	Banca dos exames finais Abono das faltas	
02/11/1886		Resposta do ofício	
03/02/1887		Horário das aulas Compêndios Eleito como secretário Olyntho Rodrigues Dantas	
03/11/1887	Bancas examinadoras para os exames finais eram compostas de 2 professores da Escola Normal e um Normalista	Abono das faltas Exames Bancas examinadoras	No ano de 1887 só aconteceram duas reuniões da Congregação
04/02/1888	Horários Compêndios Eleição do secretário – Daniel Campos		
26/04/1888	Ofício da Presidência consultando com urgência “sobre as causas que tem determinada a falta de frequência nas aulas do 1º grau”	Eleita uma comissão para apresentar um parecer sobre a consulta presidencial	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	DETERMINAÇÕES / DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
04/05/1888	A Congregação apresenta um estudo histórico das condições da Escola Normal, causas e propõe soluções Data de 30 de abril de 1888 Comissão Raphael Archanjo de Moura Mattos, Pedro Pereira de Andrade, Alfredo de Siqueira Montes, Geminiano Paes de Azevedo, Olyntho Rodrigues Dantas	Abono das faltas Resposta sobre o parecer do governo	Muito rico em detalhes
02/06/1888	Abono das faltas Moção de louvor e agradecimento a Pelino Francisco de Carvalho Nobre	“O Sr. Director propoz e foi recebida com especial contentamento e voto de satisfação, que se declare na acta que esta Congregação recebeu com a maior effusão de jubilo a noticia da abolição da escravidão no Brasil”	Alguns votos contra
03/07/1888	Alguns alunos tinham mais de 20 faltas e perderam o ano	Abono das faltas	
22/08/1888		“Congratular-se pela chegada de D.Pedro 2 ^o as plagas Brasileiras” Voto de restabelecimento da saúde do Imperador	
31/10/1888		Encerramento das aulas Apresentar os pontos p/exames Bancas examinadoras	
01/02/1889		Organização dos horários Escolha dos compêndios – os mesmo do ano anterior Programas – os mesmos do ano anterior	Eleito secretário Manoel Francisco de Oliveira
02/08/1889		Abono das faltas	
29/08/1889	Visita ao prédio da Escola Normal de Sua Alteza o Príncipe Luiz Philippe Maria Gaston d’ Orleans – Cond d’ Eu – Marechal do Exército Brasileiro		Sessão Magna
13/09/1889		Aprovada ata da sessão anterior Abono das faltas	
11/10/1889		Abono das faltas	
04/11/1889	O prof. Alfredo Montes apresentou um requerimento sobre os exames preparatórios. Bancas com outros professores – após a votação decidiu-se que sim	Abono das faltas Encerramento das aulas	
19/11/1889	Reunião realizada as 3 horas da tarde	Oficio do Governo Provisório Federal de Sergipe comunicando que José de Siqueira Menezes, Vicente Luiz d’Oliveira e Balthazar Goes foram escolhidos membros do Conselho Federal Provisório em 14 de novembro de 1889 de acordo com o novo regime estabelecido	Sessão Magna Extraordinária Última reunião em que consta “Congregação dos Lentes da Eschola Normal”

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
01/02/1890	Eleição do secretário - Manoel Francisco de Oliveira Horários - os mesmos do ano anterior Compêndios – os mesmos do ano anterior	Passa a registrar “Atheneu Sergipense”
	Abono das faltas Alteração dos horários	Não há o registro da data da reunião
14/03/1890	Aprovação da ata anterior Aprovação e posse do lente Narcizo da Silva Marques por ato do governo como lente de Geografia Nomeado lente de Geografia	
31/03/1890	Posse do lente de Língua Alemã – Candido Campos	
01/04/1890	Abono das faltas Ofício do professor de Geografia – Raphael Moura Mattos ao Diretor Geral do ensino Público despedindo-se por ter sido jubilado	
01/05/1890	Abono das faltas Mudança de horário da aula de Ciências Físicas	
02/06/1890	Abono das faltas Aluno excluído pelo número de faltas	
01/07/1890	Abono das faltas Mudanças de horários	
04/07/1890	Lista dos pontos para concurso das cadeiras de Corografia e História do Brasil	Lista todos os pontos
01/08/1890	Abono das faltas	
03/09/1890	Abono das faltas	
03/10/1890	Abono das faltas	
31/10/1890	Encerramento das aulas do curso de preparatórios	
03/01/1891	Organização dos horários Olyntho Rodrigues Dantas solicita voto de pesar pela morte do “benemerito funcionario da Republica Brasileira, o ex-ministro da Instrução Publica, Correio e Telegrafo, General Dr. Benjamin Constante Bothelho de Magalhães”	Eleito secretário Narciso da Silva Marques
02/03/1891	Abono das faltas	
01/04/1891	Justificação das faltas dos alunos	
01/05/1891	Justificação das faltas dos alunos Modificação nos horários	
01/06/1891	Justificação das faltas cometidas pelos alunos	
01/07/1891	Abono das faltas Mudança de horário	
09/08/1891	Abono das faltas cometidas	
02/09/1891	Abono das faltas	
01/10/1891	Abono das faltas	
03/11/1891	Encerramento das aulas	
03/02/1892	Abertura dos trabalhos letivos Nomeação do secretário – Narcizo da Silva Marques Horário das aulas	
01/03/1892	Abono das faltas	
01/04/1892	Abono das faltas Bricio Cardoso – trabalho na Assembléia Legislativa Constituinte e foi indicado o substituto na cadeira de História o lente Dr. Narciso Marques	
02/05/1892	Abono das faltas	
01/06/1892	Abono das faltas	
01/07/1892	Abono das faltas	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
01/08/1892	Abono das faltas	
01/09/1892	Abono das faltas Foram eliminados da aula de Geografia 4 alunos por terem mais de 40 faltas	
03/10/1892	Abono das faltas	
03/11/1892	Encerramento das aulas	
16/01/1893		Falta de número legal
24/01/1893	Abertura dos trabalhos letivos Nomeação do secretário Cândido Campos	Reunião dos lentes do Atheneu Sergipense e Escola Normal Membro do conselho: Joaquim do Prado Araújo Leite; Baltazar Góis; Félix Diniz para substituir professores. Eleita comissão – Bricio Cardoso; Manoel Francisco Oliveira e Baltazar Góis para apresentar programa para os Cursos de Humanidades e o Normal
08/02/1893	Apresentada uma petição do prof. Severino Cardoso, pedindo a transferência para a cadeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil Determinou-se que o Presidente do Estado resolvesse a questão de acordo com o Art. 59 da Lei N.35 de 18 de agosto de 1892 Programas Horários	Apresenta os programas de conteúdos do Atheneu (6 anos de curso) e os da Escola Normal (3 anos)
01/03/1893	Abono das faltas	
02/05/1893	Tomar conhecimento das faltas cometidas pelos alunos da Escola Normal ao cursar o mês de abril findo	
04/05/1893	Defesa de dissertações das alunas Jardelina Goes Fontes, Idalina Dejanira de Carvalho e Honorina de Fonseca Reis. Julgadas satisfatórias conferiu-se o diploma	
12/05/1893	Formular pontos de Pedagogia para o concurso da cadeira de 2ª classe do Riachão. 1º Definição e seu objeto; 2º Métodos de ensino; 3º Educação Física; 4º Educação Moral; 5º Educação em geral	
27/05/1893	Concurso para a cadeira da vila do Riachão de 2ª classe – habilitado Luiz Cardoso da Silva	
31/08/1893	Houve um incidente desagradável e as aulas foram suspensas por 8 dias para se proceder uma sindicância mais completa para descobrir-se os implicados	
06/09/1893	Aplicada a punição de suspensão dos culpados pelo “tulumuto e desacato” por 8 dias. Abono de faltas	
14/11/1893	Encerramento dos trabalhos deste estabelecimento e da Escola Normal Marcados os exames da Escola Normal	
06/02/1894	Abertos os trabalhos Horários Eleição do secretário Cândido Campos	
12/05/1894	Pontos de Pedagogia para concurso da cadeira do sexo masculino da Vila de São Paulo	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
25/05/1894	Concurso da cadeira de S. Paulo de 2ª classe – dissertação sobre “Educação Intellectual dos alumnos” pelo candidato Terencio Manoel de Carvalho e a dissertação sobre “Educação Moral” pelo candidato Eugenio de Souza Lobo Provas escritas – língua nacional, aritmética e história da pedagogia Prova oral – todas as partes de cada uma das matérias do ensino primário Os dois candidatos foram aprovados	
12/07/1894	Protesto contra a suspensão do prof. Bricio Cardoso	Há uma cópia da moção enviada ao Presidente do Estado
13/07/1894	Dar conhecimento a Congregação da suspensão do ato do Presidente do Estado quanto a suspensão do prof. Bricio Cardoso	
16/08/1894	Dar a Sílvia Romero uma manifestação de alto apreço e admiração	Há cópia da moção
01/10/1894	Deferir juramento a Manoel Francisco de Oliveira - nomeado Diretor Geral da Instrução Publica	
03/11/1894	Encerramento dos trabalhos escolares do Atheneu e da Escola Normal Marcada a data para exame da Escola Normal	
27/11/1894	Pontos de Pedagogia para concurso da cadeira de ensino mixto do povoado de S. Pedro termo de Capella “Educação intellectual; educação moral; meios disciplinares”	
30/11/1894	Concurso Dissertação Prova escrita Dois candidatos habilitados	
07/12/1894	Apresentação da dissertação sobre “Métodos em Geral” da aluna da Escola Normal a fim de obter o diploma de aluna mestre	
04/02/1895	Organizar o programa e o horário do Atheneu e da Escola Normal - o mesmo do ano anterior Eleito secretário Francisco Teixeira de Farias	
01/04/1895	Abono das faltas das alunas matriculas na Escola Normal Solicitação do Presidente do Estado pedindo parecer sobre reforma do Regulamento da Instrução Publica – Comissão: Daniel Campos, Joaquim do Prado, Francisco Teixeira de Farias	
05/04/1895	A comissão apresenta a proposta de Regulamento	Há toda a cópia da proposta de modificação.
01/05/1895	Abono das faltas das alunas da Escola Normal	
01/07/1895	Abono das faltas das alunas da Escola Normal	
01/11/1895	“Abonamento das faltas das alumnas da Eschola Normal no correr dos mezes de julho, agosto, setembro e outubro findos” Aprovação dos programas para exames finais Encerramento dos trabalhos	
08/11/1895	Apresentação das dissertações das alunas da Escola Normal Luiza Emilia d’Araujo Pinto – Modos de Ensino Hermensia Luz – Profilaxia das crianças no colégio Anna de Souza Leal – Qualidades indispensáveis ao instituidor Laura de Oliveira Lima – Educação Intellectual Conferido o diploma de alunas mestre	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
14/12/1895	Pontos de Pedagogia para cadeira de ensino mixto do povoado Jabeberi do município de Campos Esther de Lemos – Educação moral dos alunos	
16/12/1895	Concurso: dissertação e exame oral e escrito das matérias concernentes do ensino primário Aprovada a aluna com nota “plenamente”	
03/02/1896	Organizar o programa de ensino - mesmo do ano anterior Eleger secretário – Francisco Teixeira de Farias	
10/03/1896	Eleição dos membros do Conselho Superior da Instrução Pública: Severino Cardoso, Francisco Teixeira de Faria, Daniel Campos, Elvira Honorina Guerra Fontes, Thereza de Assunção Barreto	Há a presença de duas mulheres
01/05/1896	Abono das faltas das alunas da Escola Normal O Diretor pede providências para a manutenção da disciplina no Atheneu Os professores declaram não poder manter a disciplina sem a reorganização do estabelecimento, sendo a principal medida a criação do Diretor sem função acumulada com a de Diretor Geral de Instrução Pública	
01/06/1896	Abono das faltas das alunas da Escola Normal	
01/07/1896	Abono das faltas das alunas da Escola Normal	
01/08/1896	Abono das faltas das alunas da Escola Normal	
01/09/1896	Abono das faltas das alunas da Escola Normal	
01/10/1896	Abono das faltas das alunas da Escola Normal Marcar exames gerais do Curso Normal Marcar pontos Encerramento do curso de Humanidades para 31 de outubro	
21/10/1896	Conferir diploma de normalista	
03/02/1897	Organizar horário e programa - mesmo do ano anterior Eleição do secretário – Francisco Teixeira Farias Concurso para cadeira de Ciências Físicas e Naturais	Há a lista dos pontos do concurso
20/02/1897	Concurso de Ciências Físicas e Naturais Candidato – Guilhermino Amancio Bezerra Dissertação sobre o “Ar atmosférico” Prova escrita e oral Candidato aprovado	
01/03/1897	Abono das faltas das alunas da Escola Normal Nomeação do lente Guilhermino Amancio	
06/03/1897	Eleger comissão para dirigir-se ao Arcebispo da Bahia e primaz da Igreja Brasileira Thomé da Silva, pelos assinalados serviços prestados a causa da Religião	
09/04/1897	Compareceu perante a Congregação o Reverendo Dom Jeronymo Thomé da Silva – Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil para agradecer a saudação recebida pela Congregação	O Arcebispo assina a ata
12/06/1897	Conferir diploma de aluna mestre as normalistas	
02/08/1897	Abono das faltas dos alunos do Atheneu Sergipense	
31/08/1897	Abono das faltas dos alunos do Atheneu Sergipense	
01/10/1897	Abono das faltas dos alunos do Atheneu Sergipense	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
21/10/1897	“reprimir o procedimento incorreto de alguns alumnos do estabelecimento” Suspendos por um ano Adolpho Valladão, Antonio Cazal, Heraclito Sampaio, Francisco Fontes de Bezerra, Abdias Bezerra, Mecenos Peixoto Por espaço de seis meses: Arthur Paes de Azevedo, Vicente Britto, José Alves de Azevedo, Ananias Loureiro, José Cardoso Lima Filho, Maurilho Villas Boas, Francisco Fontes de Rezende e Antonio Martins Teixeira	
21/10/1897	Suspensão por um ano: Genndpho da Fonseca, José Pinto, Ananias Loureiro e João de Almeida	É a mesma ata anterior, acrescentando esses nomes
30/10/1897	Encerramento das aulas	
02/03/1898	Indultar os estudantes que foram suspendos em 21 de outubro de 1897 A direção pede para funcionar o estabelecimento com novo regulamento, mas que depende de medidas complementares	
02/05/1898	Eleição do secretário – Luiz Carlos da Silva Lisboa Organizar horário	
01/10/1898	Aprovada ata da sessão anterior Abono das faltas	
30/11/1898	Aprovada ata da sessão anterior Encerramento das aulas Agradecimento ao Diretor Geminiano Paes de Azevedo pela dedicação	
01/03/1899	Organizar o horário das aulas Eleger secretário – Francisco Teixeira de Farias	
01/07/1899	Organizar o horário das aulas de acordo com a última reforma Comissão para organizar o regimento interno do Atheneu nos moldes do Ginásio Nacional	Aparece os nomes de “lentes e professor”
01/08/1899	Aprovação da ata anterior Abono das faltas	
01/09/1899	Abono das faltas	
03/10/1899	Abono das faltas	
03/11/1899	Abono das faltas	
30/11/1899	Abono das faltas Encerramento das aulas	
03/03/1900	Organizar o horário das aulas – mesmo horário do ano anterior Escolher os compêndios - mesmos do ano anterior	Secretário: Olegário Corrêa Dantas (não era professor).
02/04/1900	Abono das faltas Organizar novo horário	
01/05/1900	Abono das faltas – não foram abonadas por não terem sido justificadas	
08/05/1900	Abono das faltas Marcilio Duarte, João Vieira de Mello e José Fernandes Ribeiro – os dois primeiros por terem mais de 20 faltas não justificadas foram excluídos do estabelecimento e o último foi suspenso por um ano de acordo com o Art. 24 alínea e	
01/06/1900	Abono das faltas – todos os lentes não abonaram as faltas	
03/07/1900	Abono das faltas	
01/08/1900	Abono das faltas – não foram abonadas	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
04/09/1900	Organização dos horários Eleger secretário – Antônio Garcia Expulsar dois alunos	
27/10/1900	Nomear comissão para estudar sobre a perda da cadeira do professor de Alemão – Candido Campos	
03/11/1900	No dia 28 de fevereiro de 1900 esgotou a licença dada pela Assembléia Legislativa ao lente Candido Campos e ele não reassumiu o cargo de professor no Atheneu Sergipense	Há todo o parecer
30/11/1900	Encerramento do ano letivo Voto de pesar pelo falecimento de Thomaz Diogo Leopoldo	
01/03/1901	Eleger secretário – Luiz Carlos da Silva Lisboa Formular horários, compêndios - os mesmos do ano anterior, com as seguintes alterações: Inglês – a selecta do Sr. Guilherme Pereira Rabelo Português – Anthologia Nacional de Fausto Barreto e selecta Nacional do Caldas Aulete e a Gramática de João Ribeiro	Só há registrada uma reunião no ano de 1901
08/02/1902	Eleger secretário – Luiz Carlos da Silva Lisboa Formular o horário	Só há registrada uma sessão no ano de 1902
25/02/1903	Eleição do secretário – Francisco Teixeira de Farias Organização das aulas, adoção dos compêndios	Só há registrada uma sessão em 1903
15/02/1904	Eleição do secretário – Francisco Teixeira de Farias Horários e compêndios - mesmos do ano anterior	
22/07/1904	Voto de pesar pelo passamento do “pharmaceutico Francisco Nathaniel de Azevedo Ribeiro – preparador de sciencias physicas e naturaes”	
11/10/1904	Abono das faltas O novo diretor – Candido Costa Pinto pede apoio dos lentes	
18/11/1904	Voto de pesar pelo falecimento da “virtuosa esposa do Dr. José Moreira de Magalhães”, lente de Física e Química, D. Elvira do Nascimento	
19/12/1904	Falecimento do lente Felix Diniz Barreto	
15/02/1905	Eleição do secretário – Eutychio de Novaes Lins Organização dos horários - mesmos do ano anterior Adoção dos compêndios	Só há registrada uma reunião no ano de 1905
14/03/1906	Eleição do secretário – Antônio Garcia Rosa Organização dos horários e compêndios - mesmos do ano anterior	
02/08/1906	Comunicado do falecimento do lente Alfredo Siqueira Montes Aulas suspensas por 3 dias	
20/03/1907	Tratar da orientação do Regulamento 543 que reforma o ensino secundário do Atheneu Sergipense de acordo com Ginásio Nacional	Secretário – João Menezes – é o secretário do Atheneu e serve como secretário da Congregação
20/04/1907	Horário das aulas Comissão examinadora dos exames para as séries	
01/06/1907	Abono das faltas	
01/07/1907	Cumprir o dispositivo do Art. 65 do Regulamento em vigor	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
01/08/1907	Abono das faltas Necessidade de mudança do prédio, pois o atual está bastante deteriorado.	
01/04/1908	Horários - mesmos do ano anterior	O secretário da Congregação é o mesmo do Atheneu
01/05/1908	Abono de faltas	
01/06/1908	Abono das faltas Pede o Diretor que os professores dêem as notas	
01/06/1908	Abono de faltas	
01/08/1908	Notas das faltas, abono	
02/09/1908	Eleito orador oficial da Congregação – Prado Sampaio na ocasião da colocação da pedra do novo prédio.	
01/10/1908	Abono das faltas Indeferido o requerimento de Heitor Lopes de Lima Barros, segundo Art. 23, Cap VI	
03/11/1908		Falta de número legal
01/12/1908	Nomeação das bancas examinadoras das diversas matérias do ano letivo, do curso seriado. Voto de congratulação e louvor ao Presidente do Estado Dr. José Rodrigues da Costa Dórea pela equiparação do Atheneu ao Ginásio Nacional	Lista todas as mesas examinadoras
15/02/1909	Eleger mesas examinadoras para exames de promoção dos alunos do curso ginásial - mesmas do ano anterior Eleger mesas dos exames de Madureza de acordo com Decreto 1531 de 15 de outubro de 1906	
12/03/1909	Eleição das comissões examinadoras para arguição dos cursos de Farmácia e Odontologia Padre Possidonio requereu que se sentassem os professores na Congregação de acordo com o mais antigo à direita do Diretor – solicitação aprovada	
01/04/1909	Aprovação do horário para aulas do curso Ginásial - mesmo do ano anterior	
01/05/1909	Abono das faltas – algumas faltas não foram abonadas Nomear comissão para fazer um regimento interno.	
08/05/1909	Nomeação da comissão examinadora do concurso de Francês	
12/05/1909	Marcado o concurso de Francês para as 11 horas do dia 17 de maio	
17/05/1909	Receber os pontos designados pela comissão examinadora para as provas escritas do concurso da cadeira de Francês Eleger as duplas examinadoras do concurso (uma dupla para cada hora – são 4 horas) Candidatos: Fernando Delerice, Abdias Bezerra, Antonio Diniz de Valois Galvão	Lista os pontos do concurso Dá detalhes do procedimento do concurso A reunião do concurso é realizada em um dos salões da Assembléia Estadual até 26 de maio
19/05/1909	Prova oral de leitura e tradução e análise comentada do trecho sorteado	Há a lista dos pontos em Francês Mostra detalhes do concurso
20/05/1909	Lista dos pontos	
21/05/1909	Prova de preleção Só compareceram Abdias Bezerra e Antonio Diniz de Valois	
22/05/1909	Apresenta à mesa a urna que guardava as provas escritas Só compareceu Abdias Bezerra que procedeu a leitura de sua prova	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
24/05/1909	Prova oral de arguição	
26/05/1909	Aprovado o único candidato – Abdias Bezerra	
01/06/1909	Abono das faltas Pedido de alteração de horário – não foi aprovado	
01/07/1909	Abono das faltas	
02/08/1909	Abono das faltas Falecimento do Farmacêutico Guilhermino	
02/09/1909	Abono das faltas	
03/11/1909	Voto de pesar pelo falecimento do Farmacêutico Ulysses Vieira de Mello Leite, lente de História Pedido do prof. Balthazar Goes para se retirar do magistério Abono de faltas	
01/12/1909	Organização das mesas examinadoras	Lista os professores para as bancas
02/03/1910	Organização dos horários - mesmos do ano anterior, com mudança da cadeira de Mecânica e Astronomia que passou para Segunda, Quinta e Sábado das 10 às 11 horas Mesmos compêndios do ano anterior O Diretor informa que está esperando cadernetas para anotarem faltas, notas e procedimentos	
01/04/1910	O prof. Abdias Bezerra “propoz que cada professor mencionasse na sua caderneta, diariamente, a materia ensinada, isto é, que deixasse conseguida na caderneta a materia constante da lição do dia” Aprovado por unanimidade Pedido de apresentação dos programas	
20/04/1910	Eleger comissão examinadora para concurso da cadeira de História – professor Prado Sampaio, Alcebiades Paes e Alfredo Monte Prazo de 10 dias para organizar os pontos Pedido de mudança de horário do Prof. Eutychio Novaes (Matemática)	
02/05/1910	Alcebiades Paes pede 90 dias de licença para tratamento de saúde Eleito Moreira Magalhães para comissão do concurso na vaga do professor Alcebiades Paes Estudantes pedem para colocar o retrato do Prof. de Inglês – Alfredo Montes no salão nobre – aceito Abono de faltas	
09/05/1910	Apresentação da lista de pontos para o concurso de História Geral e Especial do Brasil Há mudança na lista de pontos	Detalha todo o concurso Lista 15 pontos A reunião é feita no salão da Assembléia Estadual até 17 de maio de 1910
10/05/1910	Pontos para a prova oral	
11/05/1910	O candidato Alfredo Cabral fez a prova oral do ponto 18, sorteado no dia anterior Haviam mais dois candidatos mas não preencheram os formulários exigidos	
12/05/1910	Prova didática, ponto 35 – Fronteiras – Guerra do Sul	
14/05/1910	Leitura da prova escrita	
16/05/1910	Arguição da prova escrita O Presidente do Estado Rodrigues Dórea esteve presente	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
17/05/1910	Lido o parecer do concurso, voto secreto com 6 votos julgando o candidato habilitado e 7 votos em branco Solicitou-se nova votação e o Diretor não aceitou por ser contra o Regulamento	
18/05/1910	Presença do Dr. Rodrigues Dorea, Presidente do Estado e de autoridades civis e militares Homenagem dos estudantes ao professor falecido Alfredo de Siqueira com retrato no salão nobre O Presidente do Estado estudou todo o seu curso de Humanidades no Atheneu	
25/05/1910	Ofício sobre o concurso de História para julgar o parecer – aprovado Alfredo Cabral	
01/06/1910	Abono das faltas	
01/07/1910	Abono das faltas	
27/07/1910	Receberam o General Marques Porto em visita ao Atheneu	
01/08/1910	Abono das faltas	
01/09/1910	Abono das faltas	
01/10/1910	Abono das faltas	
05/11/1910	Abono das faltas	
01/12/1910	Nomeação das mesas examinadoras das diversas matérias do curso seriado	Lista as mesas com os nomes dos professores
01/03/1911	Horário das aulas - mesmo do ano anterior Organização dos exames	Lista os nomes dos professores
01/04/1911	Adotados os livros para esse ano	Não diz quais os compêndios adotados
01/06/1911	Abono das faltas	
03/07/1911	Abono das faltas	
01/08/1911	Abono das faltas	
01/09/1911	Abono das faltas	
09/09/1911	Apresentação dos programas Eleita comissão para organizar horários em conformidade com a nova legislação – Decreto 563 de 12 de agosto de 1911	Há os programas de todas as séries
11/09/1911	O lente de Geografia Geral, Corografia e Noções de Cosmografia é nomeado por ato do Governo – Leonardo Gomes de Carvalho Leite Organização dos horários	Há todo o horário organizado
02/10/1911	Aprovação da ata anterior Apresentação do Programa da cadeira de Moral, Educação Cívica e Noções de Direito	Há o programa da cadeira de Moral, Educação Cívica e Noções de Direito.
03/11/1911	Aprovação da ata anterior Apresentadas as cadernetas Apresentado o programa de Escrituração Mercantil	Há todo o programa
30/11/1911	Encerramento das aulas	
03/12/1911	Organização das mesas examinadoras para exames finais – lista os nomes para série e matérias	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
15/02/1912	Aprovação dos horários das aulas Aprovação dos programas Pesar pelo prematuro falecimento do professor Alfredo Montes Junnior Pesar pelo falecimento do Barão do Rio Branco	
01/03/1912	Aprovação da ata anterior	
02/05/1912	Lista de aproveitamento dos alunos	
01/06/1912	Aprovada ata anterior Lista de aproveitamento dos alunos	
01/08/1912	Aprovada ata anterior Lista de aproveitamento dos alunos Voto de louvor pelos serviços prestados a Bricio Cardoso	
02/09/1912	Aprovada ata anterior Apresentação dos mapas de aproveitamento dos alunos	
01/10/1912	Aprovada ata anterior Apresentação dos mapas de aproveitamento dos alunos	
04/10/1912	Aprovação da ata anterior Eleição do secretário da Congregação – Alfredo Cabral Eleita comissão para organizar novo horário, depois de publicado o regulamento	
04/11/1912	Aprovação da ata anterior Apresentadas as médias de aproveitamento	
14/11/1912	Aprovação da ata anterior Lista de pontos para exames Organizadas as comissões para exames de promoção e finais. Há reivindicações de exames.	Lista as comissões por matérias
20/02/1913	Aprovação da ata anterior Eleição do secretário da congregação – Alfredo Cabral	
28/02/1913	Aprovação da ata anterior Apresentação dos horários das aulas para o curso Integral e Normal Apresentação dos programas de ensino e compêndios	Há lista dos programas
01/03/1913	Aprovação da ata anterior	
01/04/1913	Aprovação da ata anterior Abono das faltas Médias de aproveitamento Apresentação do programa de Latim	Há detalhes dos programas
19/04/1913	Aprovação da ata anterior Adaptação do horário para cadeira de Esperanto Voto de louvor ao lente Alcebiades Paes	
01/05/1913	Aprovação da ata anterior Abono das faltas Apresentação das médias de aproveitamento Eleito orador Joaquim Prado Sampaio para saudar o Governador da Bahia, Seabra	
02/06/1913	Aprovação da ata anterior Abono das faltas Apresentação das médias de aproveitamento Necessidade de um regulamento interno Parecer sobre um caso de um aluno – questão de faltas	Há todo o parecer sobre o caso dos alunos: Vicente José de Santiago e Derval Amando de Souza

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
01/08/1913	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e médias de aproveitamento Voto de pesar pela morte de José Moreira de Magalhães (05/07/1913) e do Padre Johattes José Gonçalves. O primeiro fora nomeado em 15 de junho de 1899 para a cadeira de Física e Química do Atheneu, foi professor de Física e Química e Historia Natural da Escola Normal e depois de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia O segundo foi nomeado em 23 de setembro de 1912 para a cadeira de Pedagogia e Metodologia	
01/09/1913	Aprovada ata anterior Abono das faltas e médias de aproveitamento Programa de Pedagogia e Metodologia	Há todo o programa
01/10/1913	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e médias de aproveitamento	
01/11/1913	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e médias de aproveitamento	Alfredo Cabral pede exoneração do cargo de secretário e eleito José Alves da Costa Apresentado indicações de mudanças em alguns artigos do regimento do Atheneu.
13/11/1913	Providências para o concurso de Pedagogia e Metodologia Comissão examinadora – Alfredo Cabral, Prado Sampaio, Euthychio Lins Concurso marcado para o dia 17 próximo	É chamado Curso Normal do Atheneu Sergipense
14/11/1913	Encerramento do ano letivo Abono das faltas Apresentação da lista de pontos dos exames e mesas examinadoras	Há os nomes dos professores das mesas
17/11/1913	Apresentação dos pontos para prova escrita Lançamento dos pontos em urna e dos nomes dos professores que depois de sorteados seriam os fiscais do concurso Candidatos Darci Mello, Ascendino Xavier de Argollo, Adolfo d'Ávila Lima, Virgílio de Sant'Anna Ponto sorteado para prova escrita "Definição e História da Pedagogia"	Descreve todos os detalhes do concurso. Sessão realizada na Assembléia Legislativa Estadual até 28 de novembro de 1913
18/11/1913	Continuação da Provas – oral	
19/11/1913	Arguição dos 2 últimos candidatos	
20/11/1913	Lista de pontos para prova prática Sorteado o ponto 3	
21/11/1913	Leitura das provas pelos candidatos	
28/11/1913	Leitura do parecer da comissão Classificação- 1º lugar Bacharel Virgílio de Sant'Anna 2º lugar bacharel Adolpho D'Ávila Lima 3º lugar Ascendino Xavier de Argoillo	
20/02/1914		Não houve número legal
21/02/1914	Apresentar os programas e livros, mesmas bancas do ano anterior para exame de admissão. Eleito secretário: José Alves da Costa	Há os programas das cadeiras de Inglês e Geografia
28/02/1914	Aprovação da ata anterior Apresentação do programa da cadeira de Moral e Instrução Cívica e Comissão para organizar o horário	Há o programa de Moral e Instrução Cívica

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
02/03/1914	Aprovação da ata anterior Horário das aulas – mas não cita quais	
11/03/1914	Aprovação da ata anterior Apresentação do programa de Escrituração e Contabilidade	Há os programas
01/04/1914	Aprovação da ata anterior Mudança de horário	
01/05/1914	Aprovação da ata anterior, com modificações Abono das faltas	
01/06/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias	
16/07/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias	
01/08/1914		Falta de número legal
03/08/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias	
01/09/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias Aprovação do programa de Pedagogia e Metodologia	Há o programa
01/10/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias Comissão para saldar Rodrigues Dórea e General Valadão ao chegarem nessa capital	
01/11/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias	
14/11/1914	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias Encerramento do ano letivo Organização das mesas examinadoras	Há debate sobre a legislação
20/02/1915		Não houve número legal
23/02/1915	Eleição do secretário – José Alves da Costa Aprovada ata da sessão anterior Comissão para organizar o horário	
01/03/1915	Aprovada ata da sessão anterior Apresentação dos programas	Há discussão sobre o regulamento de 09 de janeiro de 1915. Lista os programas de Moral e Cívica, Geografia Geral, História Universal.
05/04/1915	Aprovação da ata da sessão anterior Leitura de ofícios Voto de pesar pelo falecimento de Geminiano Paes	
04/05/1915	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias Voto de pesar pela morte de Candido Costapinto	
01/06/1915	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias Voto de pesar pelo falecimento de Oliveira Belo Instituidor do Monte Pio dos empregados públicos do Estado de Sergipe	
01/07/1915		Não houve número legal
01/09/1915		Não houve número legal
02/09/1915	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias	
01/10/1915	Aprovada ata anterior	

DATA	TEMAS DEBATIDOS	OBSERVAÇÕES
01/11/1915		Não houve número legal
02/11/1915	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias	
18/11/1915	Aprovação da ata anterior Abono das faltas e apresentação das médias Organizar as mesas examinadoras – mesmas do ano anterior	
15/02/1916		Não houve número legal
16/02/1916	Aprovação da ata anterior Eleito secretário Francisco Monteiro Solicitação de matrícula de alunos Francisco Teixeira de Faria se afasta da cadeira de Geometria	
01/03/1916		Não houve número legal
02/03/1916		Não houve número legal
03/03/1916	Aprovação da ata anterior Apresentação dos programas e horários	Há os programas
11/04/1916	Aprovação da ata anterior	
01/05/1916	Aprovação da ata anterior Comemorações do dia 1º de maio ao Trabalhador	
01/06/1916		Não houve número legal
01/06/1916	Sessão extraordinária Inauguração no salão das sessões do retrato do professor Francisco Teixeira de Faria Prado Sampaio – Orador Oficial	
02/07/1916	Aprovada ata anterior	

Fonte: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916)

ANEXO V

PLANOS DE ESTUDOS DO ATHENEU SERGIPENSE²²⁵

Lyceu de São Cristóvão

1848

Grammatica Latina – Frei José Roberto de Oliveira
Lingua Francesa – Manuel Odorico Mendes de Amorim
Philosophia Racional e Moral – Pe. José Gonçalves Barroso
Aritmetica, Geometria e Trigonometria – Galdino Barbosa de Araujo
Rhetorica e Poética – Olimpio Fiuza Muniz

1849

Grammatica Latina – Frei José Roberto de Oliveira
Lingua Francesa – Manuel Odorico Mendes de Amorim
Philosophia Racional e Moral – Pe. José Gonçalves Barroso
Aritmetica, Geometria e Trigonometria – Galdino Barbosa de Araujo
Rhetorica e Poética – Olimpio Fiuza Muniz

1850

Grammatica Latina – Frei José Roberto de Oliveira
Lingua Francesa – Manuel Odorico Mendes de Amorim
Philosophia Racional e Moral – Pe. José Gonçalves Barroso
Aritmetica, Geometria e Trigonometria – Galdino Barbosa de Araujo
Commercio – Euzébio Vaneiro
Geographia e Historia – Antonio Nobre de Almeida Castro
Inglez - Luiz Alves dos Santos / Euzebio Vaneiro

²²⁵ Os elementos aqui considerados como constituintes dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense (cadeiras lidas, carga horária, compêndios adotados e professores ministrantes), não foram localizados de forma organizada em uma única fonte, mas em diferentes peças documentais. A partir desse conjunto de fontes, a série dos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense foi organizada, embora haja lacunas desses elementos em alguns dos anos pesquisados. Optou-se por utilizar a grafia do documento.

Lyceu Sergipense

1862

Latim
Francez
Inglez
Aritmetica
Italiano
Philosophia
Grammatica Philosophica
Rhetorica
Historia e Geographia
Algebra, Geometria e Trigonometria
Partidas Dobradas e Artmetica Commercial
Noções Gerais de Botanica e Agricultura
Noções Gerais de Chimica
Noções Gerais de Physica
Direito Mercantil
Desenho
Moral e Instrução Religiosa

Atheneu Sergipense

1871

Curso de Humanidades

Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos - Thomaz Diogo Leopoldo
Gramática e Tradução da Língua Latina - Antonio Diniz Barreto
Gramática e Tradução da Língua Francesa - Geminiano Paes de Azevedo
Gramática e Tradução da Língua Inglesa - Justiniano de Melo e Silva
Aritmética, Álgebra e Geometria - Tito Augusto Souto de Andrade
História e Geografia - Raphael Archanjo de Moura Mattos

Filosofia Racional e Moral - Sancho de Barros Pimentel

Retórica e Poética - Thomaz Diogo Leopoldo

Curso Normal

Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos - Thomaz Diogo Leopoldo

Pedagogia - Ignácio de Souza Valadão

Aritmética e Geometria - Tito Augusto Souto de Andrade

História e Geografia - Raphael Archanjo de Moura Mattos

O Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871, no seu Capítulo 8º Art.48º apresenta os compêndios a serem adotados nas diversas aulas:

§1º. Para os estudos da lingua Latina – Artinha e Novo Methodo do Padre Pereira [Método de Gramática Latina: Artinha Latina, autor: Padre Antonio Pereira], Syntaxe de Dantas [Antonio Rodrigues Dantas], Eutropio, Fedro Cornélio, Phedro, Cícero, Tito Livio, Sallustio, Anais de Antônio Rodrigues Dantas, Tácito, Horacio e Virgilio.

§2º. Para o ensino da língua Franceza – Grammatica de Emilio Serene, Philon, Narrações e Selectas de Charles André.

§3º. Para o ensino da lingua Ingleza – Grammatica de Gibson, Selecta de Sadler e History de F. Rome.

§4º. Para o ensino de Arithmetica, Algebra e Geometria – os compendios das mesmas materias por C. Otoni.

§5º. Para o estudo de Grammatica Philosophica e analise de classicos – Grammatica de Francisco Stero dos Reis e as Postillas do mesmo auctor, bem como o Iris Classico, por Castilho [José Feliciano de Castilho] e D. Jayme, por Thomaz Ribeiro.

§6º. Para o de Philosophia – a obra de Barbe – Curso completo de Philosophia racional e moral.

§7º. Para o de Geographia – a Geographia de Pompeu Brasil e a de Gaultier – edição de 1866. – Atlas de Grosselin de Lamarcho, e para Historia Universal – o compendio de Salvador Correia.

§8º. Para a Rethorica e Poetica – os Elementos de Eloquencia Nacional e Poetica de Francisco Freire de Carvalho [Lições Elementares de Poética Nacional]; Andrieux; Lucena – História da Vida do Padre Francisco Xavier e Manoel Odorico Mendes – Virgilio Brasileiro.

§9º. Para o de Pedagogia – Daligault – curso pratico de Pedagogia, Catecismo de Douctrina Cristam, por Fonseca Lima, Manual do ensino simultaneo traduzido por J.^a Portellos, e o resumo de Historia Sagrada do Manual encyclopedico.

Horário de funcionamento: das 7h da manhã até as 3 h da tarde, todos os dias da semana, exceto domingos, quintas-feiras, dias santos de guarda e feriados por lei, iniciando o ano dia 3 de fevereiro e terminando dia 15 de novembro.

Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe (24 de outubro de 1870)

1º Anno: Latim; Grammatica philosophica e Analyse de Clássicos

2º Anno: Latim; Francez; Geographia e História

3º Anno: Latim, Inglez; Arithmetica; Algebra e Geometria

4º Anno: Latim; Philosophia; Rhetorica

1872

Obs. Mesmo horário do ano passado, só Filosofia passou para as 7h e Inglês as 9h. Após muitos debates, em 07/03/1872 a aula de Inglês passa a funcionar as 4h30.

1873

Arithmetica, Algebra e Geometria – 7h às 8 ½ h

Philosophia – 7h às 8h ½

Francez – 9 h às 10h ½

Inglez – 9h às 10h ½

Geograpia e História – 10h ½ ao meio dia

Gramatica Philosophica – 10h ½ ao meio dia

Latim – do meio dia “em diante”

Pedagogia – do meio dia “em diante”

Regulamento de 23 de setembro de 1873 - Humanidades – 3 anos

1874

Arithmetica e Álgebra	7h às 8h 30	7h às 8h30
Philosophia	7h às 8h 30	7h às 8h
Pedagogia	7h às 8h 30	10h 30 às 12h
Inglez	9h às 10h 30	7h às 8h 30
Geographia	9h às 10h 30	9h às 10h 30
Francez	10h 30 às 12h	10h 30 às 12h
Historia	10h 30 às 12h	10h 30 às 12h
Religião	10h 30 às 12h	12 h às 2h
Latim	12h às 2h da tarde	12h às 2 h
Retorica e Poética	12h a 1h 30	2h às 3 h
Geometria	2h às 3h 30	2h às 3h
Gramática Nacional	2h às 3h 30	9h às 10h30

Obs. Após queixas dos alunos, o horário mudou para o descrito na terceira coluna.

Nesse ano há o registro de aulas de Religião, Retórica e Poética.

As aulas de Geografia e História aparecem em horários diferentes

Compêndio de Aritmética – Macedo Costa

Mudança de horários em virtude da divisão das aulas de: Geografia, Aritmética, Geometria.

Criação da cadeira de Retórica e Poética

1875

Regulamento da Instrução Pública – 20 de abril de 1875

Grammatica Nacional e suas diferentes applicações
Grammatica e traducção da língua latina
Grammatica, traducção e exercícos oraes e escriptos da língua franceza
Grammatica, traducção e exercícos oraes e escriptos da língua ingleza
Arithmetica e álgebra com suas applicações mais geraes
Geometria comprehendido o dezenho linear
Geographia
Historia Universal, principalmente do Brazil
Philosophia racional e moral
Rhetorica e Poética
Pedagogia, Calligraphia e Legislação da Instrução da Província
Religião

Eschola Normal - 1875

3 anos

Moral e Religião
Gramática da Língua Nacional
Exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso
Redacção
Exercícios calligraphicos
Arithmetica, Systema Métrico, Elementos de Geometria
Desenho Linear
Noções Geraes de Geographia e de Historia
Geographia e Historia do Brazil, principalmente de Sergipe
Leitura

1876

Obs. Mesmo horário do ano anterior, com exceção das aulas de História (o professor solicita o acréscimo de mais meia hora), Gramatica Philosophica passa para das 10 às 11h e Francez das 11h às 12h.

1877

Curso de Humanidades

<i>Local das Aulas</i>	<i>Ano</i>	<i>Disciplina</i>	<i>Horário</i>
1ª sala	1º anno	Francez	9h - 11h
		Inglez	11h - 1h
1ª sala	2º anno	Francez	9h - 11h
		Inglez	11h - 1h
		Portuguez	1h - 3h
2ª sala	3º anno	Arithmetica e Álgebra	9h - 10h 30
		Geometria	10h 30 - 12h
		Latim	12h - 3h
3ª sala	4º anno	Geographia	9h - 10h 30
		Historia	10h 30 - 12h
		Latim	12h - 3h
Salão	5º anno	Philosophia	9h - 10h 30
		Rhetorica	10h 30 - 12h
		Latim	12h - 3h

As aulas de Latim do 4º e 5º anos funcionaram na 3ª sala

Regulamento de 9 de janeiro de 1877

1. Grammatica Philosophica da Língua Nacional e Analyse de Classicos
2. Grammatica, Traducção e Versão da Lingua Francesa
3. Grammatica, Traducção e Versão da Lingua Inglesa
4. Grammatica, Traducção e Versão da Lingua Latina
5. Arithmética e Algebra
6. Geometria e Trigonometria
7. Geographia, Cosmographia e Chorographia do Brazil
8. Historia Antiga, Media e Moderna e a do Brazil
9. Rethorica e Poética e Literatura Nacional
10. Philosophia

1878

Arithmetica, Rehorica, Philosophia – 9h 30 às 11h

Inglez – 9h 30 às 11h

Latim – 10h às 12 h

Geometria – 11h às 12h

Gramatica Philosophica – 1h 30 às 2h 30

Historia – 1h às 2h

Francez – 12h às 1h 30

Geographia – 2h às 3h

Exames Gerais de: Português, Latim, Francês, Inglês, Geografia, História, Aritmética, Álgebra, Geometria, Retórica.

Filosofia – não houve aula, cadeira não preenchida.

1879

Arithmetica, Rethorica, Philosophia – 9h 30 às 11h

Inglez – 9h 30 às 11h

Latim – 10h às 12 h

Geometria – 11h às 12h

Gramatica Philosophica – 1h 30 às 2h 30

Historia – 1h às 2h

Francez – 12h às 1h 30

Geographia – 2h às 3h

Obs: Substituição dos compêndios dos Elementos da Grammatica Ingleza de Franco Meirelles pela Grammatica de Jacob Bensabat

Exames Gerais de: Latim, Francês, Inglês, Gramática Filosófica, Retórica, Geografia, História, Matemática, Filosofia.

1880

Arithmetica, Rehorica – 9h 30 às 11h

Inglez – 9h 30 às 11h

Latim – 10h às 12 h

Geometria – 11h às 12h

Gramatica Philosophica – 1h 30 às 2h 30

Historia – 1h às 2h

Francez – 12h às 1h 30

Geographia – 2h às 3h

Philosophia – 12 h a 1h da tarde

Obs. Há mudança no horário de Filosofia. Os compêndios são os mesmos do ano anterior.

Exames Gerais de: Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Retórica, Filosofia.

1881**Lyceu Secundário de Sergipe**

1^a cadeira : 1^o anno diariamente; 2^o anno, ás 2^{as} e 5^{as} feiras; 3^o anno ás 3^{as} e 6^{as} ; 4^o anno aos sabbados

2^a cadeira: 1^o, 2^o, 3^o annos, diariamente

3^a cadeira: 3^o e 4^o annos, diariamente

4^a cadeira: 1^o anno diariamente; 2^o anno, 2^{as} e 5^{as} feiras; 3^o anno ás 3^{as} e 6^{as} feiras; 4^o anno ás 4^{as} e sabbados

5^a cadeira: 4^o, 5^o e 6^o anno diariamente

6^a cadeira: 4^o anno ás 4^{as} feiras e sabbado; 5^o anno, diariamente; 6^o anno ás 2^{as} feiras

7^a cadeira: diariamente

8^a cadeira: 5^o anno ás 2^{as}, 4^{as} e sabados; 6^o anno ás 3^{as}, 5^{as} e sabbados

9^a cadeira: 6^o anno diariamente

10^a cadeira: 4^o e 5^o anno uma vez por semana aos sabbados

11^a cadeira: 6^o anno diariamente

1^a cadeira – 8h às 9h

2^a cadeira – 11h às 12h

3^a cadeira – 9h às 10h

4^a cadeira – 12h a 1h

5^a cadeira – 10h às 11h

6^a cadeira – 1h às 2h

7^a cadeira – 9h às 10h

8^a cadeira – 1h às 2h

9^a cadeira – 11h às 12h

10^a cadeira – 5h às 6 h da tarde

11^a cadeira – 9h às 10h

Obs. Havia aula nos dias de quinta feira, e em cada aula “o tempo da duração da mesma será dividida pelas diferentes classes das materias relativas a cada cadeira”. Substituição do compêndio Beautés de Chateaubriands pela selecta de Charles Andre e a adaptação do Quatro Classico de Reguier.

1882

Eschola Normal de Dous Grãos

(Resolução n° 1210 de 30 de março de 1882)

Rhetorica, Arithmetica e Algebra e Inglez – 8h às 9h

Philosophia e Allemão – 9h às 10h

Geographia, Pedagogia e Latim – 10h às 11h

Geometria – 11h às 12h

Italiano - 1h às 2h

Historia, Religião e Gramatica Nacional – 12h a 1h

Francez – 12h a 1h

Sciencias Naturaes - 1h às 2h

Portuguez – 1h às 2h

Horario Especial para o 1^o anno da Eschola Normal de 1^o Grau do Sexo Feminino

2^a, 4^a, 6^a feira

Geographia – 10h às 11h

Arithmetica – 11h às 12h

Portugues – 12h a 1h

- 1ª cadeira Grammatica Philosophica da Língua Nacional
- 2ª cadeira Rhetórica, Poetica e Litteratura Nacional
- 3ª cadeira Arithmetica e Álgebra
- 4ª cadeira Geometria e Trigonometria Rectilinea
- 5ª cadeira Historia Universal e Historia Especial do Brazil
- 6ª cadeira Cosmographia, Geographia Geral e Geographia Especial do Brazil
- 7ª cadeira Pedagogia Theorica e Pedagogia Practica
- 8ª cadeira Instrucção Religiosa
- 9ª cadeira Elementos de Sciencias Phisicas e Naturaes, Elementos de Physiologia e Hygiene
- 10ª cadeira Philosophia
- 11ª cadeira Língua Latina
- 12ª cadeira Língua Franceza
- 13ª cadeira Língua Inglesa
- 14ª cadeira Língua Italiana
- 15ª cadeira Língua Allemã

1883

Eschola Normal

Lingua Inglesa – 8h às 9h

Lingua Italianna - 8h às 9h

Latim – 9h às 10h

Gramatica Nacional – 10h às 11h

Francez – 10h às 11h

Historia – 9h às 10h

Rhetorica – 9h às 10h

Philosophia – 9h às 10h

Arithmetica e Algebra – 9h às 10 h

Pedagogia – 9h às 10h

Sciencias Physicas – 8h às 9h

Geographia – 10h às 11h

Geometria – 10h às 11h

Mudou para:

Rhetorica, Italiano, Sciencias Physicas e Naturaes – 8h às 9h

Inglez, Historia e Pedagogia – 9h às 10h

Geographia e Philosophia – 10h às 11h

Arithmetica e Latim – 11h às 12h

Francez – 12h a 1h

Geometria e Portuguez – 1h às 2h

1884

Eschola Normal

Rhethorica, Italiano, Philosophia – 8h às 9h

Inglez, Historia, Pedagogia – 9h às 10h

Geographia e Latim – 10h às 11h

Arithmetica – 11h às 12h

Francez – 12h a 1h

Geometria e Portugues – 1h às 2h

Mudou para:

Geometria – 12h 30 às 1h 30

História – 11h às 12h

Inglês – 12h a 1h

Francês – 11h às 12

Aritmética – 9h às 10h

Sexo Feminino

Aula anexa – 8h às 9h

Pedagogia – 9h às 10h

Historia – 11h às 12h

Geographia – 10h às 11h

Arithmetica – 11h às 12h

Religião – 12h a 1h

Português – 12h a 1h

Obs. Os programas são os mesmos do ano anterior bem como os compêndios, mudando o de Religião para História Bíblica de Dr. Antônio de Macedo Costa (Bispo do Pará).

1885

Eschola Normal

1° Grau		2° Grau	
Gramática Portuguesa	10h - 11h	Rhetorica e Italiano	8h - 9h
Pedagogia e Religião	11h - 12h	Francez, Arithmetica e Inglez	12h - 1h
Arithmetica e História	1h - 2h	Geographia, Latim e História	10h - 11h
Geographia	1h - 2h	Portuguez e Geometria	1h - 2h
Caligraphia	9h - 10h	Philosophia	11h - 12h

Obs. Os compêndios tiveram as seguintes alterações:

Quanto ao 1° ano Grammatica de José Gonçalves Lage, em substituição de Bento José de Oliveira

Geographia das Provincias do Brazil por Moreira Pinto, em substituição de Lacerda

Atlas Geographico do Dr. Lisboa em substituição do Atlas de Delamarche

Quanto ao 3° ano Religião de Schoop em substituição da Historia de Macedo Costa

Na Eschola Normal do 2° grau o manual de Philosophia de Amedée Jaques, Jules Lima, Emile Saisset em substituição de Pellissier

1886**Eschola Normal**

1º Grau		2º Grau	
Gramática Portuguesa	10h - 11h	Rhetorica	8h - 9h
Pedagogia e Religião	11h - 12h	Francez	12h - 1h
Aritmética e História	1h - 2h	Latim	10h - 11 (passou depois para 8h às 9h)
Geographia	1h - 2h	Português	1h 30 - 2h 30
Caligraphia	9h - 10h	Inglez	8h - 9h
		Philosophia	8h - 9h
		Historia	9h - 10h
		Geographia	10h - 11h
		Arithmetica e Algebra	11h - 12h
		Geometria	1h - 2h
		Pedagogia	12h - 1h
		Italiano	2h - 3h

1887**Eschola Normal de 2º Grau**

Rhetorica – 8h às 9h

Philosophia – 8h às 9h

Historia – 9h às 10h

Geographia – 10h às 11h

Latim – 10h às 11h

Arithmetica e Algebra - 1h às 2h

Inglez – 12h a 1h

Francez – 12h as 1h

Geometria – 1h às 2h

Portuguez – 1h às 2h

Pedagogia – 12h às 1h

Italiano – 2h às 3h

Obs. Nas aulas de Latim passou a adotar o compêndio de Grammatica Latina de Dr. Joaquim José Pereira. Nas aulas da Eschola Normal do sexo feminino os mesmos compêndios do ano anterior e na Eschola Normal do 1º grau o mesmo horário do ano anterior.

1888

1º Grau		2º Grau	
Gramática Portuguesa	10h - 11h	Portuguez	1h - 2h
Pedagogia e Religião	11h - 12h	Francez	12h - 1h
Arithmetica e Historia	1h - 2h	Inglez	9h - 10h
Geographia	1h - 2h	Italiano	2h - 3h
Caligraphia	9h - 10h	Latim	11h - 12h
		Arithmetica e Algebra	9h - 10h
		Geometria	1h ½ - 2h ½
		Filosophia	8h - 9h
		Historia	12h - 1h
		Geographia	10h - 11h
		Rethorica	10h - 11h

Obs. Os compêndios adotados são:

Arithmetica e Algebra de Dr Carneiro para a aula do 2º grau,

Religião Monsenhor Luiz de Britto e de Schouppan

Pedagogia o de Passalacqua

Grammatica Portugueza o de Julio Ribeiro para as aulas do 2º grau

Os demais livros são os mesmos.

1889

Eschola Normal

Phylosophia, Inglez e Arithmetica – 9h às 10h

Geographia e Rhetorica – 10h às 11h

Pedagogia e Latim – 11h às 12h

Francez e Historia – 12h a 1h

Portuguez, Geometria e Italiano – 1h às 2h

Religião – 10h às 11h

Obs. Os mesmos compêndios e programas do ano anterior.

1890

Atheneu Sergipense

Philosophia, Rethorica – 8h às 9h

Arithmetica, Latim – 10h às 11h

Geometria – 8h às 9h

Arithmetica e Algebra – 11h às 12h

Sciencias Physicas e Naturaes – 10h às 11h

Geometria – 12h a 1h

Allemão – 8h às 9h

Inglez – 9h às 10h

Gepgraphia – 10h às 11h

Pedagogia – 11h às 12h

Francez e Historia – 12h a 1h

Portuguez, Geometria e Italiano – 1h às 2h

Religião – 10h às 11h

Decreto de 14 de março de 1890

Lingua e Litteratura Nacional

Lingua e Litteratura Latina

Lingua e Litteratura Franceza

Lingua e Litteratura Ingleza

Lingua e Litteratura Allemã
Arithmetica e Algebra
Geometria e Trigonometria
Sciencias Physicas e Naturaes
Geographia e Cosmographia
Historia Geral
Chorographia e Historia do Brazil
Rhetorica e Poetica
Philosophia e sua Historia

1891

Rhetorica e Allemão – 8h às 9h
Inglez e Philosophia – 9h às 10h
Geographia e Latim – 10h às 11h
Sciencias Physicas e Naturaes – 10h 30 às 11h 30
Arithmetica, Algebra e Francez - 11h às 12h
Historia e Geometria – 12h a 1h
Portuguez – 1h às 2h

Mudanças:

Inglez – 10h às 11h
Latima – 9h às 10h

1892

Portuguez – 1h às 2 h
Allemão – 9h às 10h
Inglez – 9h às 10h
Francez – 11h às 12h
Latim - 10h às 11h
Arithmetica – 12h a 1h

Geometria – 1h às 2 h

Historia - 11h às 12h

Sciencias Pysicas e Naturaes – 11h às 12 h

Obs. Os compêndios são:

Inglez – Grammatica de Benzabat, tradução Macanlay, Lingua a Longafallon, versão de
Fausto Barretto

Arithmética - Carneiro

Geometria – Ottoni

Algebra - Drago

Geographia – Lacerda, Moreira Pinto, Geographia do Brazil Atlas de Schorader de Antoine
História Geral e do Brazil – Duveny e Mattoso Maia (Luiz de Queiroz Mattoso Maia)

Portuguez – Grammatica (curso superior), João Ribeiro, Selecção Litteraria por Fausto
Barreto e Vicente de Souza

Francez – Grammatica D. Halbont, Charles André para tradução, para composição, Selecta
de Fausto Barreto

Allemão – Grammatica Otto, tradução Maria Stacet, Fausto Barreto

Lei nº 35 de 18 de agosto de 1892 – Cria o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense

Portuguez e Litteratura Nacional

Lingua Latina

Lingua Franceza

Lingua Ingleza

Lingua Allemã

Arithmética e Algebra

Contabilidade e Escripuração Mercantil, extensiva ás repartições da fazenda

Geometria e Trigonometria

Sciencias Physicas e Naturaes

Geographia e Cosmographia

Historia Universal e do Brazil

Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Patrio

Obs: em 1892 são extintas as cadeiras de Retórica e Filosofia.

1893

Programa para o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense

Decreto nº 45 de 19 de janeiro de 1893

Programa da Ata da Congregação de 08 de fevereiro de 1893

1º anno

1ª cadeira Portuguez: estudo completo da grammatica expositiva; themas sob dictado tirado de auctores faceis

2ª cadeira Francez: Grammatica elementar; traducção de auctores faceis; versão de trechos simples de prosa; exercicios de conversação

3ª cadeira Latim: Grammatica elementar ; traducção de trechos faceis

4ª cadeira Arithmetica e Algebra: estudo elementar, completo

5ª cadeira Geographia: geographia physica, especialmente do Brazil, exercicios de cartographia; noções concretas de Astronomia

2º anno

1ª cadeira Portuguez: revisão da grammatica expositiva; exercicios faceis de composição com auxilio do professor

2ª cadeira francez: revisão das materias do 1º anno

3ª cadeira Latim: revisão das materias do 1º anno

4ª cadeira Arithmetica e Algebra: revisão das materias do 1º anno

5ª cadeira Geographia: Chorographia e Cosmographia

3º anno

1ª cadeira Portuguez: grammatica historica; exercicios de composição com auxilio do professor

2ª cadeira Francez: grammatica complementar; tradução de auctores mais difficeis; exercicios de versão e conversação

3ª cadeira Latim: revisão das materias do 2º anno; traducção de auctores mais difficeis

4ª cadeira Geometria e Trigonometria: estudo completo com applicações praticas

5ª cadeira Escripuração Mercantil: estudo completo com applicações praticas

4º anno

1ª cadeira Portuguez: revisão das materias do anno anterior, exercicios de composição e recitação de prosa e verso

2ª cadeira Inglez: grammatica elementar, leitura, traducção e versão de trechos faceis

3ª cadeira Latim: revisão da grammatica; traducção de pensadores gradualmente mais faceis, digo difficeis

4ª cadeira Allemão: grammatica elementar, leitura, traducção e versão de trechos faceis

5ª cadeira História Geral: estudo completo

5º anno

1ª cadeira Portuguez: revisão das matérias do 4º anno, exercicios orthographicos para applicação das regras de pontuação; exercicios cacographicos para correcção de vicios de linguagem

2ª cadeira Inglez: grammatica complementar, leitura, traducção e versão de auctores mais difficeis

3ª cadeira Latim: revisão da grammatica; traducção de auctores gradualmente mais difficeis

4ª cadeira Allemão: grammatica complementar; leitura, traducção e versão de auctores mais difficeis

5ª cadeira Historia: Historia do Brazil

6º anno

1ª cadeira Portuguez: noções da litteratura portugueza; breve noticia sobre a historia da lingua desde o seculo XVI

2ª cadeira Sciencias Physicas e Naturaes: Physica e Chimica; noções de Mineralogia e Geologia, Zoologia, Higiene e Biologia, principaes noções

3ª cadeira Sociologia e Moral: principaes noções; explicações da Constituição da Republica Brasileira e da do Estado de Sergipe

4ª cadeira Historia: Historia de Sergipe, desde sua colonização

Cadeiras:

1ª cadeira: Portuguez e Litteratura Nacional

2ª cadeira: Lingua Latina

3ª cadeira: Lingua Franceza

4ª cadeira: Lingua Ingleza

5ª cadeira: Lingua Allemã

6ª cadeira: Arithmetica e Algebra

7ª cadeira: Contabilidade e Escripuração Mercantil extensiva às repartições da fazenda

8ª cadeira: Geometria e Trigonometria

9ª cadeira: Sciencias Physicas e Naturaes

10ª cadeira: Geographia e Cosmographia

11ª cadeira: Historia Universal e do Brazil

12ª cadeira: Sociologia, Moral, Noções de Economia Política e Direito Patrio

1893

Annos	Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sabado	Salas
1º e 2º	9 - 10	Portuguez		Portuguez				1ª
	10 - 11	Francez		Francez		Francez		1ª
	11 - 12	Geograph		Geograph		Geograph		2ª
	12 - 1	Arit.,Alg		Arit Alge		ArthAlg		3ª
	1 - 2 1/2	Latim		Latim				1ª
3º	9 - 10		Portuguez			Portuguez		1ª
	10 - 11		Francez			Francez		1ª
	11 - 12		Geometri		Geometr		Geometr	2ª
	12 - 1		Commerc		Commerc		Commerc	3ª
	1 - 2 1/2		Latim			Latim		1ª
4º	9 - 10		Portuguez			Portuguez		1ª
	10 - 11				Allemao		Allemao	1ª
	11 - 12		Historia			Historia		2ª
	12 - 1		Inglez		Inglez		Inglez	1ª
	1 - 2 ½		Latim			Latim		1ª
5º	9 - 10				Portuguez		Portuguez	1ª
	10 - 11				Allemao		Allemao	1ª
	11 - 12				Historia		Historia	2ª
	12 - 1	Inglez		Inglez		Inglez		1ª
	1 - 2 1/2				Latim		Latim	1ª
6º	9 - 10				Portuguez		Portuguez	1ª
	10 - 11	ScPhsNat		ScPhsNat		ScPhyNat		3ª
	11 - 12				HistSergi		HistSergi	2ª
	1 - 2		SocioMor	SocioMor	SocioMor	SocioMor	SocioMor	3ª

Programa de Ensino da Eschola Normal de Sergipe

1º Anno

1ª cadeira Portuguez: Grammatica expositiva; themas dictados de auctores; leitura de prosa; analyse lexica

2ª cadeira Francez: Grammatica expositiva; versão e traducção de trechos faceis, analyse lexica

3ª cadeira Mathematica: arithmética – estudo elementar

4ª cadeira Prática: artes domesticas, trabalhos de agulla, cortes de costura, calligraphia commum

2º Anno

1ª cadeira Portuguez: revisão do 1º anno, exercicios de composição com auxílio do professor, leitura de versos, analyse logica

2ª cadeira Francez: revisão da grammatica; versão e traducção de actores mais difficeis e analyse logica

3ª cadeira Geographia e Historia: noções de geographia geral especialmente do Brazil e de Sergipe

4ª cadeira Mathematica: noções geraes de geometria, resoluções de problemas praticos da vida comum

5ª cadeira Pratica: o mesmo assunto do 1º anno, progressivamente

3º Anno

1ª cadeira Portuguez: revisão do 2º anno; exercicios orthographicos, para applicação das regras de pontuação; exercicios cacographicos, para correção dos vicios de linguagem

2ª cadeira Sciencias Physicas e Naturaes: Physica e Chimica; noções de mineralogia e Geologia, principaes noções de Zoologia, Hygiene

3ª cadeira Geographia e Historia: ligeiras noções da historia universal; historia do Brazil, especialmente de Sergipe

4ª cadeira Pedagogia: moral do professor (especialmente do primario), methodologia, breve noticia sobre historia da Pedagogia

5ª cadeira Pratica: o mesmo assunto do 2º anno, progressivamente

Annos	Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sabbado	Salas
1º Anno	9 - 10	Portuguez		Portuguez		Portuguez		1ª
	10 - 11		Francez		Francez		Francez	1ª
	12 - 1	Arit Alge		AriAlgeb		AritAlgeb		2ª
	1 - 2	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	3ª
2º Anno	9 - 10	Portuguez		Portuguez		Portuguez		1ª
	10 - 11	Francez		Francez		Francez		1ª
	11 - 12	Geograph		Geograph		Geograph		2ª
	12 - 1		Geometri		Geometri		Geometri	2ª
	1 - 2	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	3ª
3º Anno	9 - 10		Portuguez		Portuguez		Portuguez	1ª
	10 - 11	ScPhyNat		Sciencias		Sciencias		2ª
	11 - 12		Historia		Historia		Historia	2ª
	12 - 1	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	Pedagogi	1ª
	1 - 2	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	Pratica	3ª

Obs. As alummas frequentarão a aula nos intervallos das lecções

1894

Inglez - 9h às 10h, diariamente

Escripturação Mercantil – 9h às 10h, diariamente

Historia – 9 h às 10 h, diariamente

Arithmetica – 10 h às 11h, terças, quintas e sabbados

Latim – 10 h às 11, diariamente

Allemão – 10 h às 11h, diariamente

Francez – 11 h às 12h, terças, quintas, sabbados

Sciencias Physicas – 11h às 12 h, diariamente

Geometria – 11 h às 12h, terças, quintas, sabbados

Geographia – 12 h à 1h, terças, quintas, sabbados

Portuguez – 1 h às 2h, terças, quintas, sabbados

Horario da Eschola Normal

Geometria - 9h às 10h, segundas, quartas e sextas-feiras

Arithmetica - 10h às 11h, segundas, quartas e sextas-feiras

Francez - 11h às 12h, segundas, quartas e sextas-feiras

Geographia - 12h a 1h, segundas, quartas e sextas-feiras

Portuguez - 1h às 2, segundas, quartas e sextas-feiras

1895

Inglez – 9h às 10h, diariamente

Escripturação Mercantil – 9h às 10h, diariamente

Historia - 9h às 10 h, diariamente

Aritmetica - 10h às 11h, terças, quintas e sabbados

Latim - 10h às 11, diariamente

Allemão - 10h às 11h, diariamente

Francez - 11h às 12h, terças, quintas, sabbados

Sciencias Physicas – 11h às 12 h, diariamente

Geometria - 11h às 12h, terças, quintas, sabbados

Geographia - 12h a 1h, terças, quintas, sabbados

Portuguez - 1h às 2h, terças, quintas, sabbados

Horario da Eschola Normal

Geometria - 9h às 10h, segundas, quartas e sextas-feiras

Aritmetica - 10h às 11h, segundas, quartas e sextas-feiras

Francez - 11h às 12h, segundas, quartas e sextas-feiras

Geographia - 12h a 1h, segundas, quartas e sextas-feiras

Portuguez - 1h às 2, segundas, quartas e sextas-feiras

1896

Inglez – 9h às 10h, diariamente
Escripturação Mercantil – 9h às 10h, diariamente
Historia - 9h às 10 h, diariamente
Arithmetica - 10h às 11h, terças, quintas e sabbados
Latim - 10h às 11, diariamente
Allemão - 10h às 11h, diariamente
Francez - 11h às 12h, terças, quintas, sabbados
Sciencias Physicas – 11h às 12 h, diariamente
Geometria - 11h às 12h, terças, quintas, sabbados
Geographia - 12h a 1h, terças, quintas, sabbados
Portuguez - 1h às 2h, terças, quintas, sabbados

Horario da Eschola Normal

Geometria - 9h às 10h, segundas, quartas e sextas-feiras
Aritmetica - 10h às 11h, segundas, quartas e sextas-feiras
Francez - 11h às 12h, segundas, quartas e sextas-feiras
Geographia - 12h a 1h, segundas, quartas e sextas-feiras
Portuguez - 1h às 2h, segundas, quartas e sextas-feiras

1897

Inglez – 9h às 10h, diariamente
Escripturação Mercantil – 9h às 10h, diariamente
Historia - 9h às 10 h, diariamente
Aritmetica - 10h às 11h, terças, quintas e sabbados
Latim - 10h às 11, diariamente
Allemão - 10h às 11h, diariamente
Francez - 11h às 12h, terças, quintas, sabbados
Sciencias Physicas – 11h às 12 h, diariamente
Geometria - 11h às 12h, terças, quintas, sabbados
Geographia - 12h a 1h, terças, quintas, sabbados

Portuguez - 1h às 2h, terças, quintas, sabbados

Horario da Eschola Normal

Geometria - 9h às 10h, segundas, quartas e sextas-feiras

Aritmetica - 10h às 11h, segundas, quartas e sextas-feiras

Francez - 11h às 12h, segundas, quartas e sextas-feiras

Geographia - 12h a 1h, segundas, quartas e sextas-feiras

Portuguez - 1h às 2h, segundas, quartas e sextas-feiras

Decreto 231 de 9 de julho de 1897 – sete anos de curso

Portuguez e Litteratura Nacional

Latim

Grego

Francez

Inglez

Allemao

Arithmetica e Algebra } Mathematicas

Geometria e Trigonometria }

Chimica e Physica

Sciencias Naturaes, comprehendendo Biologia

Geographia Geral e Astronomia

História Universal e da Civilização

História, Geographia e Chorographia do Brazil e especialmente de Sergipe

Sociologia, Moral e Noções de Direito Pátrio

1º Anno:

Exame de sufficiencia

Arithmetica: estudo completo até as fracções inclusive em diante pratico

Portuguez: estudo completo da grammatica expositiva; leitura e recitação expressiva;
exercicio de leitura e redacção com auxilio do lente

Francez: grammatica elementar, leitura e traducção de autores faceis; versão de trechos simples de prosa; primeiros exercicios de conversação

Geographia: geographia physica, exercicios de carthographia

2° Anno

Exame de sufficiencia

Algebra: algebra elementar; estudo completo; arithmetica; estudo da 2ª parte

Portuguez: estudo completo de grammatica expositiva; exercicios de composição gradualmente mais difficeis com subsidios ministrados pelo lente

Francez: revisão da grammatica elementar; leitura e traducção de auctores gradualmente mais difficeis; exercicios de versão e conversação

Geographia: geographia politica e economica especialmente de Sergipe; exercicios carthographicos

Latim: grammatica elementar; leitura e traducção de trechos faceis

3° Anno

Exames finaes de mathematica elementar, portuguez, francez e geographia

Geometria e Trigonometria: geometria preliminar e trigonometria rectilinia; geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, de convoide, de limaçon, de Paschal e da espiral de Archimedes)

Portuguez: grammatica historica, exercicio de composição sem subsidio ministrado pelo lente

Francez: grammatica complementar; leitura e traducção de pensadores e poetas mais difficeis; exercicios de versão e conversação

Latim: revisão da grammatica; leitura e traducção de pensadores faceis

Geographia: geographia do Brazil e noções de Cosmographia

Inglez: grammatica elementar; leitura; traducção e versão faceis; exercicios de conversação

4° Anno

Exames finaes de calculo, geometria e latim, geometria geral, calculo e geometria descriptiva, geometria geral, seu complemento algebrico, noções de calculo differencial e

integral limitando ao conhecimento das theorias indispensaveis ao estudo da mechanica geral propriamente dita, noções de geometria descriptiva e trabalhos graphicos correspondentes

Latim: leitura e traducção de auctores gradualmente mais difficeis

Inglez: revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores faceis; exercicios de versão e conversação

Allemão: grammatica elementar; leitura; traducção e versão faceis; exercicios de conversação

Historia Universal: historia antiga e media com estudo concreto; revisão; geographia, portuguez e francez

5° Anno

Exames finaes de mechanica e astronomia, inglez e historia universal

Mechanica e Astronomia: 1° periodo: noções de mechanica geral limitada ás theorias geraes de equilibrio e movimentos dos solidos invariaveis e precedidos das noções rigorosamente indispensaveis ao calculo das variações. 2° periodo: noções de astronomia, precedido de trigonometria espherica; noções succintas de gaometria e mechanica cellestes

Inglez: leitura e traducção de auctores mais difficeis; exercicios de versão e conversação

Grego: grammatica elementar; leitura e traducção de trechos faceis

Historia Universal: historia moderna e contemporanea; particularmente dos paizes americanos; revisão da parte anterior; historia da civilização

Revisão: Geographia, Mathematica, Portuguez, Francez e Latim

6° Anno

Exames finaes de Physica, Chimica e Allemão

Physica e Chimica: noções fundamentais

Allemão: leitura e traducção de auctores mais difficeis; exercicios de versão e conversação

Grego: revisão de grammatica; leitura e traducção de prosadores faceis

Historia do Brazil

Zoologia e Botanica: estudo concreto

Revisão: Geographia, Portuguez, Francez, Inglez, Calculo e Geometria, Mechanica e
Astronomia, Historia Universal e da Civilização

7° Anno

Exames finais de Biologia, Sociologia, Moral, Mineralogia e Geologia, Grego, Historia do
Brazil e Litteratura Nacional

1° Semestre

Biologia, Sociologia Moral e Direito Patrio, noções

Grego: leitura e tradução de auctores gradualmente mais difficeis

Historia do Brazil: continuação

Historia da Litteratura Nacional

Revisão: Physica e Chimica, Francez, Inglez, Allemão, Calculo e Geometria, Mechanica e
Astronomia, Historia e Geographia, alternados

2° Semestre

Exame de Maduresa

Minerologia, Geologia, Noções de Direito Patrio, Sociologia, Moral, Grego, como no 1°
semestre

Historia do Brazil: revisão geral

Historia da Litteratura Nacional

Revisão: Francez, Inglez e Allemão alternados, Calculo, Geometria, Mechanica e
Astronomia alternados, Historia e Geographia alternados, Physica, Chimica,
Biologia, Sociologia e Moral

1898

Allemão – 8h às 9h do dia

Historia Universal – 8h às 9h do dia

Latim – 8h às 9h do dia

Inglez – 9h às 10h do dia

Lingua Portuguesa – 9h às 10h do dia

Chimica e Physica – 9h às 10h do dia

Lingua Francesa – 10h às 11h do dia

Geographia Geral – 11h às 12h do dia
Arithmetica e Algebra – 12h a 1h
Sociologia – 12h a 1h
Geometria e Trigonometria – 11h às 12h
Geographia do Brazil e Historia – 1h às 2h
Historia Natural – 1h às 2h

1899

Latim, Geographia, Chimica e Physica – 8h às 9h
Portuguez, Sciencias Naturaes e Allemão – 9h às 10h
Arithmetica e Historia – 10h às 11h
Francez e Geometria – 11h às 12h
Inglez – 12h à 1h
Chorographia – 1h às 2h

Obs. Há o Decreto 351 de 9 de junho de 1899 e mudam os horários

2^a, 4^a e 6^a feiras

Portuguez - 9h às 10h
Arithmetica – 10h às 11h
Geographia – 11h às 12h

3^a, 5^a e sabbados

Francez – 11h às 12h
Desenho – 12h a 1h diariamente
Allemão – 9h às 10h
Latim – 10h às 11h
Historia Universal – 10h às 11h
Geometria e Trigonometria – 11h às 12h
Inglez – 12h a 1h
Historia Natural – 12h a 1h

Physica e Chimica – 1h às 2h

Curso integral em 6 anos:

Portuguez

Litteratura

Francez

Inglez

Allemão

Latim

Grego

Mathemática Elementar

Elementos de Mechanica e Astronomia

Elementos de Chimica e Physica

Elementos de Historia Natural

Geographia Geral e Chorografia do Brazil

Historia Universal

Historia do Brazil

Logica

Desenho

1º Anno		2º Anno		3º Anno	
Arithmetica	3 horas	Arithmetica	2 horas	Algebra	2 horas
Geographia	3 horas	Geographia	3 horas	Geometria	3 horas
Portuguez	3 horas	Portuguez	3 horas	Geographia	1 hora
Francez	3 horas	Francez	3 horas	Portuguez	2 horas
Desenho	3 horas	Inglez	3 horas	Francez	2 horas
	<hr/>	Desenho	3 horas	Inglez	2 horas
	15 horas		<hr/>	Allemão	3 horas
			17 horas	Latim	3 horas
				Desenho	2 horas
				<hr/>	20 horas

4° Anno		5° Anno		6° Anno	
Algebra	1 hora	Mechanica e Astronomia	6 horas	Geographia	1 hora
Geometria	3 horas	Physica e Chimica	6 horas	Mathematica	2 horas
Trigonometria	2 horas	Litteratura	3 horas	Physica e Chimica	2 horas
Portuguez	2 horas	Inglez	2 horas	Historia Natural	8 horas
Francez	1 hora	Allemão	3 horas	Chorographia Brazil	1 hora
Inglez	2 horas	Latim	3 horas	Litteratura	1 hora
Allemão	3 horas	Grego	3 horas	Francez	1 hora
Latim	3 horas	Historia	3 horas	Inglez	1 hora
Grego	4 horas	Desenho	1 hora	Allemão	2 horas
Historia	3 horas		<u>30 horas</u>	Latim	1 hora
Desenho	2 horas			Grego	3 horas
	<u>26 horas</u>			Historia Brazil	3 horas
				Logica	3 horas
				Desenho	1 hora
				<u>30 horas</u>	

1900

Portuguez – 10h à 11h	10h à 11h
Francez – 12h a 1h	12h a 1h
Inglez – 11h à 12h	1h à 2h
Latim – 10h à 11h	9h à 10h
Arithmetica – 2h à 3h	2h à 3h
Geographia – 9h à 10h	9h à 10h
Historia Geral – 9h à 10h	9h à 10h
Geometria – 11h à 12h	11h à 12h
Historia Natural – 10h à 11h	11 h à 12h
Chimica e Physica – 1h à 2h	10h à 11h

Grego – 9h às 10h	10 h às 11h
Allemao – 10h às 11h	11 h às 12h
Litteratura e Logica – 11h às 12h	2h às 3h
Mecanica e Astronomia – 10h às 11h	12h a 1h
Desenho – 12h a 1h	1 h às 2h

Obs. Esse horário foi determinado em reunião do dia 03/03/1900. Em 02/04/1900, mudou para o horário ao lado, para “mais accommodado á boa marcha do ensino e aos interesses dos mesmos alumnos em consequencia das matriculas effectuadas no dito mez” e em 04/09/1900 mudaram os seguintes horários

Latim – 9 às 10h
 Inglez – 9h às 10h
 Historia Natural – 9h às 10h
 Portuguez – 10h às 11h
 Physica e Chimica – 10h às 11h
 Grego – 10h às 11h
 Historia Geral e do Brazil, etc - 11h às 12h
 Geometria, Trigonometria – 11h às 12h
 Francez - 12h a 1h
 Geographia Geral e Chorographia do Brazil - 1h às 2h
 Arithmetica e Algebra – 2h às 3h
 Sociologia e Moral – 2h às 3h

1901

Geographia Geral e Chorographia do Brazil – 8h às 9h
 Latim – 8h às 9h
 Historia Universal Especialmente do Brazil – 8h às 9h
 Inglez – 9h às 10h
 Historia Natural – 9h às 10h
 Portuguez – 10h às 11h
 Francez – 11h às 12h

Physica e Chimica – 12h a 1h

Geometria e Trigonometria – 12h a 1h

Arithmetica e Algebra – 1h às 2h

Sociologia e Moral – 1h às 2h

Grego – 1h às 2h

Obs. Mesmos compêndios do ano anterior e para a aula de Inglez a selecta do Sr. Guilherme Pereira Rabelo, para Portuguez Anthologia Nacional de Fausto Barreto e Selecta Nacional de Francisco Julio Caldas Aulete e a Grammatica de João Ribeiro

Decreto 501 de 5 de agosto de 1901

1ª cadeira: Portuguez e Litteratura Nacional

2ª cadeira: Francez

3ª cadeira: Inglez

4ª cadeira: Grego

5ª cadeira: Latim

6ª cadeira: Arithmetica e Algebra

7ª cadeira: Geometria e Trigonometria

8ª cadeira: Elementos de Chimica e Physica

9ª cadeira: Elementos de Historia Natural

10ª cadeira: Elementos de Geographia e Astronomia

11ª cadeira: Elementos de Historia Geral e Chorographia do Brazil

12ª cadeira: Elementos de Sociologia, Moral e Direito Pátrio

1902

Geographia Geral e Astronomia – 8h às 9h

Historia Geral e Chorographia do Brazil – 8h às 9h

Latim – 8h às 9h

Arithmetica e Algebra – 9h às 10h

Portuguez e Litteratura Nacional – 10h às 11h

Geometria e Trigonometria – 10h às 11h

Francez – 11h às 12h

Inglez – 12h a 1h

Historia Natural – 12h a 1h

Physica e Chimica – 1h às 2h

Sociologia Moral – 1h às 2h

Grego – 1h às 2h

Obs. Os compêndios ficaram os seguintes:

Português – Camões; Lendas Narrativas de Alexandre Herculano;

Latim – Eneida de Virgilio e o Rationes de Cícero;

Francez – Fabulas de Lafontaine;

Inglez – Longfellons, Poetical Works, Lingard, History of England;

Chimica – João Martins Teixeira;

Physica – Edmond Jean Langlebert;

História Natural – Edmond Jean Langlebert.

1903

Geographia Geral e Astronomia – 8h às 9h

Historia Geral e Chorographia do Brazil – 8h às 9h

Latim – 8h às 9h

Arithmetica e Algebra – 9h às 10h

Portuguez e Litteratura Nacional – 10h às 12h

Geometria e Trigonometria – 10h às 12h

Francez – 11h às 12h

Inglez – 12h a 1h

Historia Natural – 12h a 1h

Physica e Chimica – 11h às 12h

Sociologia Moral – 1h às 2h

Grego – 1h às 2h

Obs. Os compêndios são os seguintes:

Portuguez: Grammatica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, Luziadas de Camões, Lendas Narrativas de Alexandre Herculano;

Francez: Grammatica de Emilio Sevesse, Fabulas de Lafontaine e Hinos Selecta Franceza;
Inglez: Grammatica de Benrabat, Longfellons, Poetical Works, Lingard, History of
England;

Latim: Grammatica de Paulo Pereira, Eneida de Virgílio e Orationes de Cícero;

Arithmetica e Algebra: Sá Pereira e Cunha;

Geometria e Trigonometria: Cristianno Ottoni;

Geographia Geral e Astronomia: Lacerda;

Historia Universal e Chorographia do Brazil: Cansiglien Pedroso e Capistrano de Abreu;

Chimica: João Martins Teixeira;

Physica e Historia Natural: Edmond Jean Langlebert.

1904

Geographia Geral e Astronomia – 8h às 9h

Historia Geral e Chorographia do Brazil – 8h às 9h

Latim – 8h às 9h

Arithmetica e Algebra – 9h às 10h

Portuguez e Litteratura Nacional – 10h às 12h

Geometria e Trigonometria – 10h às 12h

Francez – 11h às 12h

Inglez – 12h a 1h

Historia Natural – 12h a 1h

Physica e Chimica – 11h às 12h

Sociologia Moral – 1h às 2h

Grego – 1h às 2h

Obs. Os compêndios são os mesmos do ano anterior:

Portuguez: Grammatica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, Luziadas de Camões, Lendas
Narrativas de Alexandre Herculano;

Francez: Grammatica de Emilio Sevesse, Fabulas de Lafontaine e Hinos Selecta Franceza;

Inglez: Grammatica de Benrabat, Longfellons, Poetical Works, Lingard, History of
England;

Latim: Grammatica de Paulo Pereira, Eneida de Virgílio e Orationes de Cícero;
Arithmetica e Algebra: Sá Pereira e Cunha;
Geometria e Trigonometria: Cristianno Ottoni;
Geographia Geral e Astronomia: Lacerda;
Historia Universal e Chorographia do Brazil: Cansiglien Pedroso e Capistrano de Abreu;
Chimica: João Martins Teixeira;
Physica e Historia Natural: Edmond Jean Langlebert.

1° Anno

Portuguez; Arithmetica; Francez; Geographia

2° Anno

Portuguez; Algebra; Francez; Geographia; Latim

3° Anno

Geographia; Trigonometria; Portuguez; Francez; Latim; Inglez

4° Anno

Latim; Inglez; Historia Universal; Astronomia

5° Anno

Grego; Chimica e Physica; Historia Universal; Historia Natural

6° Anno

Sociologia; Moral e Direito Patrio; revisão das outras materiais

1905

Geographia Geral e Astronomia – 12h a 1h

Historia Geral e Chorographia do Brazil – 8h à 9h

Latim – 8h às 9h

Arithmetica e Algebra – 9h às 10h

Portuguez e Litteratura Nacional – 10h às 12h

Geometria e Trigonometria – 10h às 12h

Francez – 11h às 12h

Inglez – 8h às 9h

Historia Natural – 12h a 1h

Physica e Chimica – 1h às 12h

Sociologia Moral – 1h às 2h

Grego – 1h às 2h

Obs. os compêndios são os mesmos do ano anterior:

Portuguez: Grammatica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, Luziadas de Camões, Lendas Narrativas de Alexandre Herculano, Patria Brasileira;

Francez: Grammatica de Emilio Sevesse, Fabulas de Lafontaine e Hinos Selecta Franceza;

Inglez: Grammatica de Benrabat, Longfellons, Poetical Works, Lingard, History of England;

Latim: Grammatica de Paulo Pereira, Eneida de Virgilio e Orationes de Cícero;

Arithmetica e Algebra: Sá Pereira e Cunha;

Geometria e Trigonometria: Cristianno Ottoni;

Geographia Geral e Astronomia: Lacerda;

Historia Universal e Chorographia do Brazil: Cansiglien Pedroso e Capistrano de Abreu;

Chimica: João Martins Teixeira;

Physica e Historia Natural: Edmond Jean Langlebert.

Lei 495 de 7 de novembro de 1905

Desenho

Portuguez

Litteratura

Francez

Inglez

Allemão

Latim

Grego

Mathematica Elementar

Elementos de Mechanica e Astronomia

Elementos de Physica e Chimica

Elementos de Historia Natural

Geographia e Chorographia do Brazil

Historia Universal

Historia do Brazil

Logica

1906

Geographia Geral e Astronomia – 12h às 1h

Historia Geral e Chorographia do Brazil – 8h às 9h

Latim – 8h às 9h

Arithmetica e Algebra – 9h às 10h

Portuguez e Litteratura Nacional – 10h às 12h

Geometria e Trigonometria – 10h às 12h

Francez – 11h às 12h

Inglez – 8h às 9h

Historia Natural – 12h a 1h

Physica e Chimica – 11h às 12h

Sociologia Moral – 1h às 2h

Grego – 1h às 2h

Obs. os compêndios são os mesmos do ano anterior:

Portuguez: Grammatica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, Luziadas de Camões, Lendas Narrativas de Alexandre Herculano;

Francez: Grammatica de Emilio Sevesse, Fabulas de Lafontaine e Hinos Selecta Franceza;

Inglez: Grammatica de Benrabat, Longfellons, Poetical Works, Lingard, History of England;

Latim: Grammatica de Paulo Pereira, Eneida de Virgilio e Orationes de Cícero;

Arithmetica e Algebra: Sá Pereira e Cunha;

Geometria e Trigonometria: Cristianno Ottoni;

Geographia Geral e Astronomia: Lacerda;

Historia Universal e Chorographia do Brazil: Cansiglien Pedroso e Capistrano de Abreu;

Chimica: João Martins Teixeira;

Physica e Historia Natural: Edmond Jean Langlebert.

Decreto 543 de 9 de outubro de 1906

1º Anno		2º Anno		3º Anno	
Aritmetica	4 horas	Álgebra e Arithmetica	3 horas	Geometria, Algebra	4 horas
Geographia	3 horas			Geographia	2 horas
Portuguez	3 horas	Geographia	3 horas	Portuguez	2 horas
Francez	4 horas	Portuguez	3 horas	Francez	2 horas
Desenho	3 horas	Francez	3 horas	Desenho	3 horas
	<hr/> 18 horas	Desenho	3 horas	Inglez	3 horas
		Inglez	3 horas	Latim	2 horas
			<hr/> 18 horas		<hr/> 18 horas
4º Anno		5º Anno		6º Anno	
Trigonometria, Geometria, Algebra	4 horas	Mecanica, Astronomia	3 horas	Mathematica	2 horas
		Historia Natural	2 horas	Geographia	1 hora
		Inglez	1 hora	Francez	1 hora
Portuguez	2 horas	Alleirão	3 horas	Alleirão	2 horas
Francez	1 hora	Latim	3 horas	Latim	1 hora
Desenho	2 horas	Grego	3 horas	Grego	2 horas
Inglez	2 horas	Historia	3 horas	Historia do Brazil	3 horas
Alleirão	3 horas	Physica e Chimica	4 horas	Physica e Chimica	3 horas
Latim	3 horas	Litteratura	2 horas	Litteratura	2 horas
Grego	3 horas		<hr/> 24 horas	Historia Natural	5 horas
Historia	3 horas			Logica	3 horas
	<hr/> 23 horas				<hr/> 26 horas

1907

Segunda-feira

Arithmetica, Latim e Physica – 9h

Portuguez, Francez e Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão e Mechanica – 12h

Terça-feira

Algebra, Geometria, Latim e Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão e Astronomia – 12h

Quarta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Quinta-feira

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Sexta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Sabbado

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Decreto 550 de 13 de novembro de 1907

1º Anno		2º Anno		3º Anno	
Arithmetica	4 horas	Álgebra	3 horas	Geometria	4 horas
Geographia	3 horas	Arithmetica	3 horas	Algebra	4 horas
Portuguez	3 horas	Geographia	3 horas	Geographia	2 horas
Francez	4 horas	Portuguez	3 horas	Portuguez	2 horas
Desenho	3 horas	Francez	3 horas	Francez	2 horas
	<hr/> 17 horas	Desenho	3 horas	Desenho	3 horas
		Inglez	2 horas	Inglez	3 horas
			<hr/> 20 horas	Latim	3 horas
					<hr/> 23 horas
4º Anno		5º Anno		6º Anno	
Trigonometria	4 horas	Mecânica e Astronomia	3 horas	Mathematica	2 horas
Geometria	4 horas	Historia Natural	2 horas	Geographia	1 hora
Algebra	4 horas	Inglez	1 hora	Francez	1 hora
Portuguez	2 horas	Allemão	3 horas	Inglez	1 hora
Francez	1 hora	Latim	3 horas	Allemão	2 horas
Desenho	2 horas	Grego	3 horas	Latim	1 hora
Inglez	2 horas	Historia	3 horas	Grego	2 horas
Allemão	3 horas	Physica e Chimica	4 horas	Historia Brazil	3 horas
Latim	3 horas	Litteratura	2 horas	Physica, Chimica	3 horas
Grego	3 horas		<hr/> 24 horas	Litteratura	2 horas
Historia	3 horas			Historia Natural	5 horas
	<hr/> 31 horas			Logica	3 horas
					<hr/> 26 horas

1908

Segunda-feira

Arithmetica, Latim e Physica – 9h

Portuguez, Francez e Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão e Mechanica – 12h

Terça-feira

Algebra, Geometria, Latim e Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão e Astronomia – 12h

Quarta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Quinta-feira

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Sexta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Sabbado

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Decreto 556 de 24 de agosto de 1908

1° Anno		2° Anno		3° Anno	
Arithmetica	4 horas	Algebra	3 horas	Geometria, Algebra	4 horas
Geographia	3 horas	Arithmetica	3 horas	Geographia	2 horas
Portuguez	3 horas	Geographia	3 horas	Portuguez	2 horas
Francez	4 horas	Portuguez	3 horas	Francez	2 horas
Desenho	3 horas	Francez	3 horas	Desenho	3 horas
	<hr/> 17 horas	Desenho	3 horas	Inglez	3 horas
		Inglez	3 horas	Latim	2 horas
			<hr/> 18 horas		<hr/> 18 horas
4° Anno		5° Anno		6° Anno	
Trigonometria, Geometria, Algebra	4 horas	Mechanica, Astronomia	3 horas	Mathematica	2 horas
Portuguez	2 horas	Historia Natural	2 horas	Geographia	1 hora
Francez	1 hora	Inglez	1 hora	Francez	1 hora
Desenho	2 horas	Allemao	3 horas	Inglez	1 hora
Inglez	2 horas	Latim	3 horas	Allemao	2 horas
Allemao	3 horas	Grego	3 horas	Latim	1 hora
Latim	3 horas	Historia	3 horas	Grego	2 horas
Grego	3 horas	Physica /Chimica	4 horas	Historia Brasil	3 horas
Historia	3 horas	Litteratura	2 horas	Physica/Chimica	3 horas
	<hr/> 23 horas		<hr/> 24 horas	Litteratura	2 horas
				Historia Natural	5 horas
				Logica	3 horas
					<hr/> 26 horas

1909

Segunda-feira

Arithmetica, Latim e Physica – 9h

Portuguez, Francez e Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão e Mechanica – 12h

Terça-feira

Algebra, Geometria, Latim e Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão e Astronomia – 12h

Quarta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Quinta-feira

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Sexta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Sabbado

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

1910

Segunda-feira

Arithmetica, Latim e Physica – 9h

Portuguez, Francez e Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão e Mechanica – 12h

Terça-feira

Algebra, Geometria, Latim e Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego e Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão e Astronomia – 12h

Quarta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Quinta-feira

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Sexta-feira

Arithmetica, Latim, Physica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Litteratura, Historia, Allemão, Mechanica – 12h

Sabbado

Algebra, Geometria, Latim, Chimica – 9h

Portuguez, Francez, Historia Natural – 10h

Geographia, Inglez, Grego, Desenho – 11h

Logica, Historia, Allemão, Astronomia – 12h

Obs. As aulas começariam às 9 horas com as seguintes mudanças: a cadeira de Mechanica e Astronomia nas segundas, quintas e sábados das 10h às 11h. Depois as aulas de Arithmetica da 1^a série as terças, quintas e sextas; Geomatria e Algebra da 3^a série da segunda, quarta e sábado das 9h às 10h

1911

Decreto 563 de 12 de agosto de 1911

1^o anno

Francez – 2^a, 4^a, 5^a e sabbado, 9h às 10h

Arithmetica – 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 10 ¼h às 11 ¼ horas

Geographia – 3^a, 5^a, 6^a, sabbado, 11 ½h à 12 ½ horas

Portuguez – 2^a, 3^a, 4^a, 6^a, 12 ¾h às 1 ¾ horas

Desenho – 2^a, 4^a, sabbado, 2h às 3h

2^o anno

Inglez ou Allemão – 2^a, 4^a, 6^a, 9h às 10h

Arithmetica e Algebra – 3^a, 5^a, sabbado, 9h às 10h

Geographia – 2^a, 4^a, 6^a, 10 ¼ h às 11 ¼ horas

Portuguez – 3^a, 5^a, 6^a, sabbado, 11 ½h às 12 ½ h

Francez – 2^a, 4^a, 5^a, sabbado, 12 ¾h às 1 ¾ h

Desenho – 3^a, 5^a, 6^a, 2h às 3h

3^o anno

Inglez ou Allemão – 3^a, 5^a, sabbado, 9h às 10h

Escripturação Mercantil – 2^a, 4^a, 6^a, 10 ¼h às 11 ¼ h

Geographia – 3^a, 5^a, sabbado, 10 ¼h às 11 ¼ h

Algebra e Geometria – 2^a, 3^a, 4^a, 6^a, 11 ½h às 12 ½ h

Francez – 5^a, 11 ½h às 12 ½ h

Portuguez – 2^a, 4^a, 5^a, 12 ¾h às 1 ¾ h

Francez – 3^a, 6^a, 12 ¾h às 1 ¾ h

Desenho – 2^a, 6^a, 2h às 3 h

4º ano

Latim – 2ª, 4ª, sabbado, 9h às 10h

Escripturação Mercantil – 3ª, 5ª, sabbado, 9h às 10h

Inglez ou Allemão – 2ª, 4ª, 6ª, 10 ¼h às 11 ¼ h

Desenho – 2ª, 11 ½h às 12 ½ h

Desenho – 3ª, 4ª, 5ª, 2h às 3h

Portuguez – 3ª, 5ª, 6ª, sabbado, 11 ½h às 12 ½ h

Geometria e Trigonometria – 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, sabbado, 12 ¾h às 1 ¾ h

5º ano

Historia Natural – 2ª, 4ª, 6ª, 9h às 10h

Psychologia e Logica – 3ª, 5ª, sabbado, 9h às 10h

Grego – 2ª, 4ª, sabbado, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Latim – 3ª, 5ª, 6ª

Physica, Chimica e Hygiene – 2ª, 4ª, 5ª, sabbado, 11 ½ h às 12 ½ h

Historia Geral – 3ª, 6ª, - 11 ½ h às 12 ½ h

Historia Geral e do Brazil – 2ª, 5ª, 12 ¾ h às 1 ¾ h

Moral e Direito – 3ª, 4ª, sabbado, 12 ¾ h às 1 ¾ h

6º ano

Psychologia e Logica – 2ª, 4ª, 6ª, 9 h às 10 h

Latim – 3ª, 9 h às 10 h

Historia Natural – 5ª, sabbado, 9 h às 10 h

Latim – 2ª, 4ª, sabbado, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Historia Natural – 3ª, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Grego – 5ª, 6ª, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Historia Geral e do Brazil – 2ª, 4ª, 5ª, sabbado, 11 ½ h às 12 ½ h

Grego – 3ª, 11 ½ h às 12 ½ h

Physica e Chimica – 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 12 ¼h à 1 ¼ h

Hygiene - 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 12 ¼h à 1 ¼ h

Moral e Direito – 4ª, 6ª, 2h às 3h

Moral e Direito Publico – sabbado, 2h às 3h

1912

1º anno

Francez – 2ª, 4ª, 5ª e sabbado, 9h às 10h

Arithmetica – 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 10 ¼h às 11 ¼ horas

Geographia – 3ª, 5ª, 6ª, sabbado, 11 ½h à 12 ½ horas

Portuguez – 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 12 ¾h às 1 ¾ horas

Desenho – 2ª, 4ª, sabbado, 2h às 3h

2º anno

Inglez ou Allemão – 2ª, 4ª, 6ª, 9h às 10h

Arithmetica e Algebra – 3ª, 5ª, sabbado, 9h às 10h

Gegraphia – 2ª, 4ª, 6ª, 10 ¼h às 11 ¼ horas

Portugues – 3ª, 5ª, 6ª, sabbado, 11 ½ h às 12 ½ h

Francez – 2ª, 4ª, 5ª, sabbado, 12 ¾h às 1 ¾ h

Desenho – 3ª, 5ª, 6ª, 2h às 3h

3º anno

Inglez ou Allemão – 3ª, 5ª, sabbado, 9h às 10h

Escripturação Mercantil – 2ª, 4ª, 6ª, 10 ¼h às 11 ¼ h

Geographia – 3ª, 5ª, sabbado, 10 ¼h às 11 ¼ h

Algebra e Geometria – 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 11 ½h às 12 ½ h

Francez – 5ª, 11 ½h às 12 ½ h

Portuguez – 2ª, 4ª, 5ª, 12 ¾h às 1 ¾ h

Francez – 3ª, 6ª, 12 ¾h à 1 ¾ h

Desenho – 2ª, 6ª, 2h às 3 h

4º anno

Latim – 2ª, 4ª, sabaddo, 9h às 10h

Escripturação Mercantil – 3ª, 5ª, sabbado, 9h às 10h

Inglez ou Allemão – 2^a, 4^a, 6^a, 10 ¼h às 11 ¼ h

Desenho – 2^a, 11 ½h às 12 ½ h

Desenho – 3^a, 4^a, 5^a, 2h às 3h

Portuguez – 3^a, 5^a, 6^a, sabbado, 11 ½h às 12 ½ h

Geometria e Trigonometria – 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, sabbado, 12 ¾h s 1 ¾ h

5^o anno

Historia Natural – 2^a, 4^a, 6^a, 9h às 10h

Psychologia e Logica – 2^a, 5^a, sabbado, 9h às 10h

Grego – 2^a, 4^a, sabbado, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Latim – 3^a, 5^a, 6^a

Physica, Chimica e Hygiene – 2^a, 4^a, 5^a, sabbado, 11 ½ h às 12 ½ h

Historia Geral – 3^a, 6^a, 11 ½ h às 12 ½ h

Historia Geral e do Brazil – 2^a, 5^a, 12 ¾ h às 1 ¾ h

Moral e Direito – 3^a, 4^a, sabbado, 12 ¾ h às 1 ¾ h

6^o anno

Psychologia e Logica – 2^a, 4^a, 6^a, 9 h às 10 h

Latim – 3^a, 9 h às 10 h

Historia Natural – 5^a, sabbado, 9 h às 10 h

Latim – 2^a, 4^a, sabbado, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Historia Natural – 3^a, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Grego – 5^a, 6^a, 10 ¼ h às 11 ¼ h

Historia Geral e do Brazil – 2^a, 4^a, 5^a, sabbado, 11 ½ h às 12 ½ h

Grego – 3^a, 11 ½ h às 12 ½ h

Pysica e Chimica – 2^a, 3^a, 5^a, 6^a, 12 ¼h à 1 ¼ h

Hygiene - 2^a, 3^a, 5^a, 6^a, 12 ¼h a 1 ¼ h

Moral e Direito – 4^a, 6^a, 2h às 3h

Moral e Direito Publico – sabbado, 2h às 3h

1913

Decreto 571 de 19 de outubro de 1912

1º Anno		2º Anno		3º Anno	
Portuguez	4 horas	Portuguez	3 horas	Portuguez	3 horas
Francez	4 horas	Francez	3 horas	Francez	3 horas
Arithmetica	4 horas	Arithmetica	3 horas	Desenho	2 horas
Geographia Geral / Chorographia do Brasil / Noções Cosmographia	3 horas	Geographia Geral / Chorographia do Brasil / Noções Cosmographia	3 horas	Inglez	3 horas
Desenho	3 horas	Desenho	3 horas	Algebra	3 horas
	<u>18 horas</u>	Inglez	3 horas	Latim	3 horas
		Algebra	3 horas	Geometria	3 horas
			<u>21 horas</u>		<u>20 horas</u>
4º Anno		5º Anno			
Inglez	3 horas			Latim	3 horas
Latim	3 horas			Physica / Chimica / Noções	3 horas
Geometria / Trigonometria	3 horas			Hygiene	
Physica / Chimica / Noções	3 horas			Historia Geral	3 horas
Hygiene				Historia Natural	3 horas
Historia Geral do Brasil	3 horas			Esripturação Mercantil	3 horas
Historia Natural	3 horas			Logica / Noções Direito	3 horas
Esripturação Mercantil	3 horas			Moral / Instrucção Cívica	3 horas
	<u>21 horas</u>				<u>21 horas</u>